

**AS «MARCAS DE OLEIRO» NA *TERRA SIGILLATA* E A CIRCULAÇÃO
DOS VASOS NA PENÍNSULA DE LISBOA**

Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva

Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia

Setembro de 2012

1. Introdução.

A *terra sigillata* corresponde a um fenómeno com expressão no registo arqueológico que cobre um espectro cronológico alargado, entre a Época Helenística e os finais da Antiguidade Tardia, e uma ampla geografia, do Índico ao Atlântico.

Matéria privilegiada pelos estudos a partir das etapas iniciais do antiquarismo, dado o valor estético e textual que lhe era atribuído, mantém o seu vigor no panorama da investigação atual, refletindo agora outro tipo de preocupações, de âmbito histórico e antropológico.

São múltiplos os fatores que justificam este interesse da investigação pela *terra sigillata*. Desde logo, porque se trata de uma família ceramológica facilmente reconhecível, mesmo aos olhos de um não especialista, permitindo assim a sua fácil detecção num determinado arqueossítio ou contexto. A um segundo nível, e porque desde cedo a investigação arqueológica notou a alta valia que os vasos encerram em termos de aferição da respetiva datação e origem, constituiu-se cedo como domínio de especialidade, internacionalizado, onde se afinaram e formataram metodologias, tendo-se atingido apreciável profundidade de análise e acumulado um vasto acervo de informação disponível a um amplo leque de investigadores.

Como consequência da fiabilidade dos dados cronológicos proporcionados pela *terra sigillata*, é hoje valorizada a sua utilidade como indicador no estabelecimento de datações relativas para estratigrafias, contextos, construções e sítios, ou seja, como “*artefato datante*”. Noutro sentido, e dado o estado atual dos conhecimentos na atribuição de proveniência dos vasos, estes são utilizados igualmente como instrumento para o estudo das relações mantidas por um local ou região com outros âmbitos geográficos, focando sobretudo aspetos económicos, como culturais e sociais.

Todas as valias até agora enunciadas para a família ceramológica são partilhadas pelas “marcas de oleiro” colocadas nos vasos. Mas este elemento particular, presente na maior parte dos fabricos alto imperiais, encerra informação ainda mais qualificada que os restantes testemunhos em termos cronológicos e de indicação de proveniência. Por esta razão, compõem hoje um domínio específico no âmbito da investigação.

Os textos das impressões, produzidas pelas olarias e dotadas de significado no quadro da produção, constituem noutro sentido uma fonte preciosa para o estudo da organização interna, estrutura e capacidade de compulsão destes organismos económicos.

A ocorrência frequente e a ampla dispersão das “marcas de oleiro” possibilitam, por seu turno, produzir leituras adicionais na óptica do consumo, conetando evidências que de outra forma seria impossível interligar, permitindo caracterizar melhor ritmos de importação, fluxos e circuitos comerciais, mas também contribuindo para traçar os quadros socio-económicos dos consumidores dos vasos e aferir a durabilidade do seu uso no quotidiano.

A presente dissertação procurou aproveitar a gama de potencialidades superlativas das “marcas de oleiro”, que se acabou de expor de forma sintética, explorando os múltiplos significados que a sua ocorrência assume na Península de Lisboa, no seu sentido mais amplo.

2. Definição do objeto de estudo: “marca de oleiro” na terra sigillata.

As “marcas de oleiro” constituem um domínio de especialidade no interior dos estudos específicos sobre a família ceramológica denominada *terra sigillata*.

As razões para o aprofundamento deste elemento particular que caracteriza alguns dos vasos, como os de outras produções cerâmicas de Época Helenística e Romana, prendem-se, na atualidade, com a valia que se reconhece à informação que contêm em termos cronológicos e de origem. A partir dos dados mais qualificados assim obtidos torna-se possível explorar com maior rigor e profundidade outras matérias, nomeadamente no domínio da datação de contextos ou dos estudos de âmbito económico da Antiguidade.

Apesar do grau de especialidade, os contornos conceptuais da expressão “marca de oleiro” são difusos, aplicados a uma panóplia de elementos gráficos ou grafomórficos aplicados sobre vasos cerâmicos e moldes para a sua produção, obtidos a partir de sinetes, punções, gravações executadas com objetos de ponta fina ou até pintura. Neste sentido, referem-se tanto a “marcas” efetuadas por um oleiro, isto é, a alguém que opera no processo de elaboração dos vasos na olaria, como ao titular da própria *officina*, que em muitos casos não está envolvido na manufatura propriamente dita¹.

Como já havíamos feito anteriormente², o uso do termo é feito no presente trabalho em referência a impressões estampadas ou impressas, ou colocadas

¹ M. Polak, 2000, p. 40.

² R.B. Silva, 2005.

internamente nos vasos, denominadas com maior propriedade como “marca interna” por Marinus Rien Polak³, ou no exterior, identificando o decorador que produziu o molde, referindo-se, portanto, às “marcas intra-decorativas”.

O ato de marcar um vaso tem antecedentes no mundo helénico. A prática identificava o “artista/pintor”, mas ocorre uma transformação ao longo dos séculos IV-III a.C. quando esta se transforma numa “marca de fábrica”⁴.

Para o caso itálico das cerâmicas de “verniz negro” itálicas, antecessoras ocidentais da *terra sigillata*, o fenómeno tem contornos carateristicamente romanos dado ocorrer num aro de estabelecimentos coloniais, evocando a condição de cidadania nos textos com menção expressa da tribo⁵. Nesta mesma área o hábito perde-se ao longo dos inícios do século II a.C., como consequência provável da aplicação da *Lex Claudia de Repetundis* de 218 a.C.⁶, substituído pela colocação de estampilhagem ornamental na cerâmica campaniense. Será esta tradição que as primeiras produções de “verniz vermelho” itálico irão retomar, utilizando textos muito abreviados, com uma elaboração e disposição muito ornamental, onde nos aparecem agora evocados não personagens vinculados à *nobilitas* mas, para alguns casos bem documentados por outros suportes epigráficos, terratenentes e/ou indivíduos que desempenharam magistraturas locais⁷.

O uso da marcação dos vasos nas produções mais antigas ocidentais, na Península Itálica, pretendeu abranger a totalidade dos vasos produzidos, caraterística que irá perdurar ao longo de todas as produções ulteriores com aquela origem. Apesar de escassas, as amostragens mostram-se representativas da frequência do ato neste âmbito geográfico e cultural: em 1000 vasos de Pompeia e Herculano, 50 não foram marcados, em Haltern e Corinto a totalidade dos vasos completos tem marca atestada⁸, numa entulheira em Arezzo, relacionada com a produção do prolixo *Cneus Ateius*, para 1200 impressões foram repertoriados 12 vasos não marcados⁹.

A partir de cerca de 15 d.C., quando vingam as formas de cartela *in planta manus* e, fundamentalmente, *in planta pedis*, o hábito perdurará de forma constante até ao século II d.C., com as produções denominadas tardo-itálicas, interpretando a

³ M. Polak, 2000, p.40.

⁴ J.-P. Morel, 1981.

⁵ Idem.

⁶ G. Pucci, 1985 e 1993, p.73 e segs.

⁷ Idem, 1993, p.73, nota 42.

⁸ Idem, p.74.

⁹ P. Kenrick, 1997.

investigação este dado como evidência de que a aposição da impressão conferia uma espécie de atestado de qualidade do vaso com significado para o mercado¹⁰.

Nas produções gálicas, eminentemente influenciadas pelas suas antecessoras itálicas, e com participação nas etapas iniciais de artesãos com aquela origem¹¹, a marcação não registou a mesma frequência. Se nas produções itálicas a marca desempenhava também um importante papel para a distinção do contributo de cada oleiro para a compulsão de vasos de cada fornada, o ambiente gálico, onde o modo de enformamento é maioritariamente comunitário, mostra um panorama ligeiramente distinto. Embora as marcas contribuíssem no mesmo sentido, a existência de modelos de vaso apenas produzidos por um número limitado de oleiros, ou de decorações apenas empregues por um artífice, permitiria distinguir o contributo de cada artesão de uma forma que o dispensava da impressão dos vasos¹².

O fenómeno acima referido vinha sendo apontado como uma consequência da reorganização interna ocorrida cerca de 60 d.C. no principal centro oleiro gaulês, La Graufesenque, de que seria testemunho a criação dos chamados “Serviços Flávios”, não impressos¹³, da especialização de alguns artesãos nestes produtos ou na tendência verificada a partir desta época para a cozedura em forno próprio do que se deveria chamar de “*empresas de tipo familiar*”, segundo Martine Genin¹⁴. No mesmo sentido, a evidência correspondente aos vasos não marcados demonstraria o caimento do uso de estampar os vasos, que se perderia a partir de cerca de 120 d.C. A citada investigadora, contudo, valeu-se do estudo de grande fôlego dos contextos de produção de La Graufesenque para demonstrar o contrário, isto é, apenas na “*Fossa de Bassus/Conjunto 6*” a percentagem de marcação decai para 12,8%, quebra não patente no “*Conjunto do Grande Forno/ Conjunto 7*”, o mais tardio, e onde se retomam os valores habituais em torno a 1 ou 2 unidades percentuais¹⁵. De igual forma, o uso permaneceria até bem dentro do século II d.C., altura em que os vasos com esta origem se confinam a uma circulação de âmbito regional¹⁶.

Ainda em ambiente gaulês, convém retornar um pouco atrás e recordar que, embora inicialmente os fabricos com esta origem tenham adoptado os modelos formais

¹⁰ OCK; P. Kenrick, 2005; M. Genin (dir.), 2007, p.347.

¹¹ A. Mees, 2011.

¹² G. Dannell, 2002, p.213.

¹³ Idem; M. Polak, 2000, p.41-42.

¹⁴ M. Genin (dir.), 2007, p.348.

¹⁵ Idem e fig. 233.

¹⁶ Idem.

de cartela itálicos, circulares, bilineares e *in planta pedis*, cedo se vulgarizaram outros tipos, retangulares ou de tendência retangular. Se existem constrangimentos tecnológicos que poderão ajudar a explicar esta ocorrência, como o fato de os punções serem aqui fabricados quase exclusivamente em osso, não deixa de ser pertinente questionar se a adoção deste modelo de cartela pelos artesãos não teria significado no mercado, isto é, se uma observação da impressão não permitiria a alguns indivíduos em Época Romana distinguir entre vasos provinciais e itálicos contemporâneos.

Fenómenos bem distintos manifestam-se nas produções da *terra sigillata* produzida na Hispânia.

Nos fabricos de tipo “Precoce ou Peñaflor”, a generalidade dos vasos não é marcada, estando documentadas, até ao momento, quatro “marcas”¹⁷. Pode-se questionar a pertinência de se incluir este tipo de produções béticas no quadro dos estudos sobre *terra sigillata*, tanto mais que parte do repertório formal é tomado de uma outra classe bem distinta funcionalmente, a “*cerâmica de verniz vermelho pompeiano/cerâmica itálica de cozinha*”¹⁸.

Contudo, e como bem argumenta Catarina Viegas, estes vasos não correspondem aos mesmos usos dos seus protótipos itálicos, estando ausentes as marcas de fogo que comprovam a sua utilização na confecção de alimentos em exposição direta ao lume¹⁹. Numa perspetiva antropológica, a composição dos repertórios de “mobiliários funerários” da necrópole de La Constância (Córdova) mostra, de forma assaz concludente, a necessidade de inclusão desta classe nos estudos sobre *terra sigillata*, dado diversas sepulturas datadas de entre finais do século I a.C. e os meados do seguinte terem revelado conjuntos de três pratos, três taças médias e três pequenas nesta produção, sendo substituídos nos meados do século por conjuntos de igual composição mas oriundos de La Graufesenque²⁰.

Deixando de parte outras produções singulares hispanas, os principais centros setentrionais, riojanos, como os béticos, mostram uma frequência irregular na marcação. Se a influência mais forte na sua origem parece ter sido a produção gálica, que explica a adoção de tipos de cartela similares, a recorrência de vasos não marcados que apresentam perfis tipológicos tidos por contemporâneos a outros

¹⁷ S. Vargas Cantos e M. Moreno Almenara, 2002-2003, p.721-725, fiG. 1 e lám. II; M. Bustamante Álvarez, 2010 e 2011.

¹⁸ F. Amores e S. Keay, 1999, p.235 e segs. e bibliografia citada.

¹⁹ C. Viegas, 2003a, 2006 e 2011.

²⁰ S. Vargas Cantos, 2002, p.297-310.

impressos mostra que a prática peninsular é bem distinta das suas congêneres contemporâneas itálica e gálica. Macarena Bustamante Álvarez procurou, em data recente, justificar como esse fato se deveria à concentração num número reduzido de mãos das *officinae* riojanas depois da época flávia, o que dispensaria assim o uso²¹. A explicação não abrange, contudo, alguns centros produtores como os de Los Villares de Andújar²² ou *Singilia Barba*²³, vasos não marcados de cronologia flávia, ou o porquê da marcação de algumas formas lisas apenas (Drag.15/17, 18, 24/25, 27, 33, 35 e 36, 46, Ritt.8 e Lud.Tb).

Fundamentalmente, o que ressalta das apreciações acima produzidas é que a estampagem corresponde a hábitos epigráficos distintos em função de ambientes culturais e de produção também eles diversificados, que devemos apreciar em primeiro lugar no quadro dos respetivos contextos de fabrico. A este propósito, a produção de *terra sigillata* clara africana A, iniciada ainda no século I d.C., é categórica, ao registar-se a ausência total de marcação. Até que ponto esta sua característica terá tido repercussões em outros centros produtores, ao desvalorizar o caráter da “marca” como elemento de “certificação” e considerando a importância que a sua exportação atinge a partir dos meados do século II d.C., é para já uma conjectura de difícil comprovação.

Numa perspetiva da avaliação do significado da presença das “marcas de oleiro” em ambiente de consumo, como é o caso para a área da Península de Lisboa, a sua ocorrência terá que ser, portanto, considerada em função da frequência desigual da estampagem nas produções com as três diferentes origens atestadas por impressões internas e intra-decorativas.

3. *Objetivos.*

A presente dissertação pretendia cumprir uma diversidade de objetivos que, por conveniência do discurso, poderiam ser agrupados da forma a seguir exposta:

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da *terra sigillata* enquanto classe cerâmica, e de cada uma das distintas produções marcadas representadas nos sítios da Península de Lisboa;

²¹ M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.745 e segs.

²² M. Sotomayor Muro *et al.*, 1999.

²³ E. Serrano Ramos, 1991.

- Contribuir para a caracterização da difusão de determinados centros oleiros ou de olarias específicas de *terra sigillata*;
- Verificar as fontes de aprovisionamento de «cerâmica fina» de mesa romana no espaço compreendido pelas três *ciuitates*, detetando assim as conexões comerciais diretas e/ou indiretas estabelecidas durante o Alto Império Romano;
- Averiguar da dinâmica comercial da Península de Lisboa no período em causa;
- Perspetivar o papel desempenhado pela Península de Lisboa no âmbito das rotas atlânticas da parte ocidental do mundo romano, nomeadamente a sua eventual participação no comércio institucional de abastecimento aos *limes* britânico e germânico e, no mesmo sentido, averiguar do envolvimento desta área da fachada atlântica ibérica nas acções militares empreendidas pelo Império Romano no extremo ocidente (área Ásture-Cantábrica, Mauritânia, e *Britania*);
- Proporcionar um conhecimento arqueológico mais aprofundado dos mecanismos internos de circulação de «cerâmicas finas» de importação na Península de Lisboa, no período em causa;
- Perspetivar o papel desempenhado pela região considerada na difusão intra-provincial lusitana de produtos oleiros oriundos do tráfico mediterrânico;
- Esclarecer as diferentes dimensões económicas atingidas pelas distintas capitais territoriais, aferindo-as a partir dos indicadores proporcionados pelos ritmos de importação de cerâmicas finas;
- Contribuir para o conhecimento dos ritmos de povoamento romano da região em causa;
- Facultar elementos para a compreensão dos hábitos de consumo dos provinciais romanos da área em estudo, procurando estabelecer a forma como se compunham os serviços de mesa utilizados no quotidiano dessas mesmas populações;

- Facultar elementos para a compreensão dos hábitos de descarte dos vasos em *terra sigillata*, tentando perceber eventuais diferenças de cuidado no manuseamento das diferentes morfologias;
- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos pontos arqueológicos e arqueossítios a abordar;
- Contribuir para a definição cronológica dos contextos coevos das “marcas de oleiro”;
- Ensaia metodologias de estudo contextual e testar assim a validade das leituras arqueológicas dos resultados obtidos noutros aglomerados urbanos da fachada atlântica peninsular.

4. Os estudos sobre “marcas de oleiro” na terra sigillata.

4.1. Sinopse da investigação sobre “marcas de oleiro” na terra sigillata.

O primeiro *corpus* de “marcas de oleiro” em *terra sigillata* data de 1492, quando o aretino Marco Attilio Alessi reúne a transcrição de um conjunto de textos figlinários por ele coletados em Santa Maria in Gradi, na sua terra natal²⁴. Após um hiato longo, o mesmo tipo de documentos iria ser retomado por Anton Francesco Gori em 1734, no âmbito da sua recolha epigráfica da Etrúria²⁵. O interesse antiquarista pela matéria iria conhecer novo fulgor com as escavações de Cincelli (Arezzo) por Francesco Rossi, iniciadas em 1779, devendo-se a este erudito italiano a aplicação da denominação de “*vasos samianos*”²⁶, vulgarizada na literatura arqueológica dos séculos XIX e XX, e que perdura ainda em ambiente anglo-saxónico.

A expressão consagrada de “*vasos samianos*” fundava-se num célebre trecho *Naturalis Historia* de Plínio-O-Velho, que evocava produções oleiras variadas apreciadas na Antiguidade: “*Retinent hanc nobilitatem et Arretium in Italia, et calicum tantum Surrentum, Hasta, Pollentia, in Hispania Saguntum, in Asia Pergamum. Habent*

²⁴ G. Pucci, 1985, p.365.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

*et Trallis ibi opera sua et in Italia Mutina: quoniam et sic gentes nobilitantur. Haec quoque per maria terrasque ultro citroque portantur, insignibus rotae officinae”*²⁷.

Foi Hans Dragendorff quem propôs, em 1895, a nova nomenclatura de “*terra sigillata*”, baseado na decoração produzida a punção (*sigillum*) dos vasos elaborados a molde, e nas festividades romanas *sigillaria*, que utilizavam pequenas figurinhas de barro e vasos vermelhos no seu ritual²⁸. O trabalho do investigador alemão apareceria ilustrado com três estampas referentes a produções da Península Itálica e provinciais, ordenadas numericamente, que ainda hoje constituem o elemento basilar da organização tipológica utilizada nos estudos.

Nos finais do séc. XIX a investigação germânica é preponderante no âmbito da classe de cerâmica romana, considerando a publicação do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de que se destacam os volumes XV,2 e XV,2,1 respeitantes a território italiano, publicados em 1899 e 1901 por H. Dressel e M. Ihm, onde se coligiu abundante epigrafia figlinária, incluindo a constante da *terra sigillata*. A partir de 1894 iniciar-se-ia também a compulsão dos *Obergermanisch-Räetische Limes des Römesreiches*, com importantes contributos crono-tipológicos derivados dos contextos abordados, historicamente bem datados²⁹: Haltern³⁰, Petrisberg³¹, Erdlager de Hoffheim³², Cannstatt, Köngen, Rottweil e Rottenburg³³, Oberaden³⁴, La Madeleine, Luxeuil, L’Argonne e Trèves³⁵, Reinzhubern³⁶ e, por August Oxé, sobre os vasos ornamentados³⁷ e o material recolhido em escavações mais recentes de Haltern³⁸.

Fora do âmbito germânico surgiria o trabalho clássico de Déchelette³⁹, de caráter enciclopédico, que focou o essencial do seu interesse nas produções decoradas⁴⁰. A este propósito, partindo dos dados disponíveis Knorr elaboraria a sua primeira síntese sobre as decorações da *terra sigillata* gálica⁴¹, ainda hoje de grande utilidade, mas que enferma do óbice de atribuição de estilos a oleiros com base nas marcas internas, dado

²⁷ Plínio-o-Velho, *Naturalis Historia*, XXXV, 160-161 *apud* G. Rizzo, 1998, p.799, nota 1.

²⁸ H. Dragendorff, 1895.

²⁹ B. Hoffman, 1986, p. 125-126 e 372-373.

³⁰ S. Loeschke, 1909.

³¹ Idem, 1939.

³² E. Ritterling, 1912.

³³ R. Knorr, 1905, 1910, 1912 e 1913.

³⁴ C. Albrecht *et al.*, 1938.

³⁵ E. Fölzer, 1913.

³⁶ W. Ludowici, 1927.

³⁷ A. Oxé, 1933.

³⁸ Idem, 1944.

³⁹ J. Déchelette, 1904.

⁴⁰ C. Bémont, 1986, p.13-14.

⁴¹ R. Knorr, 1919, com edição revista e ampliada em 1952.

desconhecer-se então que ao utilizador de moldes poderia não corresponder o artesão que os havia elaborado.

Na primeira metade do século XX, o labor de August Oxé iria repercutir-se no espaço europeu e em particular na Península Ibérica, quando se referenciam pela primeira vez as produções hispânicas reveladas em Abella e Solsona⁴².

A morte do investigador alemão durante a II Grande Guerra iria interromper a preparação do seu grande *corpus* das “marcas de oleiro” dos fabricos itálicos, tarefa depois retomada e um pouco ampliada pelo americano Howard Comfort⁴³. De notar que Oxé afirmara que a obra estaria pronta a publicar mas foi objeto de intensa revisão editorial por Comfort, que se decidiu por uma publicação “*desatualizada*” e rápida, com a consciência de que algumas das propostas estariam já então ultrapassadas⁴⁴. A primeira edição, que surgiria somente em 1968, resultou na base fundamental de todos os estudos sobre impressões itálicas até à revisão atual, datada de 2000⁴⁵. É impressionante saber, também, que desde 1955 o estudioso americano se encontrava a coletar dados para um eventual suplemento, como estaria em 1990 a proceder a recolhas para o mesmo, sendo esta a data do seu falecimento⁴⁶.

Em 1911, no Reino Unido, Curle iria estudar monograficamente os dados relativos ao acampamento militar de Newstead⁴⁷, ampliando o âmbito geográfico de sítios bem balizados cronologicamente, que prosseguiria na Grã-Bretanha nas décadas seguintes.

Neste contexto, muito centrados nos problemas tipológicos e cronológicos associados aos vasos, Felix Oswald e David Price publicariam em 1920, através de uma editora de grande difusão, um outro grande manual de referência: *An Introduction to the study of Terra Sigillata treated from a chronological standpoint*⁴⁸. A obra beneficiou e deu a conhecer outros numerosos sítios insulares datados historicamente, com destaque para os relacionados com as campanhas cláudias de conquista, as destruições de Boadiceia em 68 d.C., os da ripostação flávia e as iniciativas militares promovidas por Adriano e Antonino Pio, fundamentais para a percepção das cronologias de oleiros, tipos formais, ritmos e origens do aprovisionamento na *Britannia*.

⁴² A. Oxé, 1929.

⁴³ A. Oxé e H. Comfort, 1968.

⁴⁴ Idem, p.3.

⁴⁵ OCK.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ J. Curle, 1912.

⁴⁸ F. Oswald e D. Price, 1920.

Com uma atenção preferencial centrada na *terra sigillata* “provincial” gálica, Oswald e Price subdividiram-na em vários grupos: sudgálico ou ruteno, englobando os fabricos conhecidos à época de La Graufesenque, Montans e Banassac; centrogálico ou arvérnio, compreendendo os centros detetados em Lezoux, St. Rémy-en-Rollat, Lubié la Palisse e Vichy; estegálico, que incluía as olarias identificadas em Luxeuil, “olaria de *Satto* e *Saturninus*”, Heilingenberg, La Madeleine, Ittenweiler, Trèves, Rheinzabern, Lavoye, Les Allieux, Avocourt, Compiègne, Eschweilerhof, Blickweiler, Remagen, Sinzig, Vindonissa e Mandeure; trans-renano, que compreendia as produções de Heddernheim, Bregenz, Westerdorf e Kräherwald⁴⁹. O objetivo da obra, explícito no subtítulo, era o de definição cronológica. Procederam, por isso também a um reajustamento do faseamento antes avançado por Déchelette, propondo uma seriação em três períodos, mais detalhadamente desenvolvida para o primeiro grupo “provincial”: 40-75 d.C., 75-110 d.C. e pós 110 d.C.⁵⁰

Felix Oswald publicaria depois a sós o principal *corpus* utilizado genericamente pela investigação europeia sobre “marcas de oleiro” gálicas até finais do séc. XX, o *Index of Potters' Stamps on terra sigillata (Samian Ware)*, curiosamente “*published and hand-printed by the author*”⁵¹. Seguir-se-ia o seu *Index of Figure Types on Terra Sigillata (Samian Ware)*⁵², de óbvia utilidade mas que enfermava das mesmas condicionantes do trabalho de Knorr⁵³, que aliás não substituiu.

Em França, por seu turno, destacou-se do panorama dos estudos a obra de grande fôlego devotada ao grande centro ruteno de La Graufesenque pelo Abade Hermet⁵⁴, que inaugurou o estudo monográfico de centros oleiros produzido a partir dos achados verificados no local, com saliência para as peças decoradas e os róis/listagens de enformamento, e recolhas efetuadas noutros sítios, sobretudo os bem datados contextos do *limes* germânico⁵⁵.

Seria entre as duas “grandes guerras” que ficariam estabelecidas algumas das orientações especializadas de análise da *sigillata* que ainda hoje predominam: o estudo das marcas, das formas e das decorações produzidas a molde⁵⁶.

⁴⁹ Idem, p.11.

⁵⁰ Idem, p.13-38.

⁵¹ F. Oswald, 1931.

⁵² Idem, 1937.

⁵³ R. Knorr, 1919.

⁵⁴ A. Hermet, 1934.

⁵⁵ B. Hoffman, 1986, p.130.

⁵⁶ C. Bémont, 1986, p. 13-14.

Os momentos que antecedem no imediato a II Grande Guerra equivalem a um recrudescimento nas publicações, mas a dinâmica dos estudos seria rapidamente retomada após o conflito⁵⁷.

Assumiu neste domínio um importante o papel o recém-criado organismo estatal de investigação francês, o Centre National pour La Recherche Scientifique (C.N.R.S.) e a sua revista *Gallia*. Aí editaria Durand-Lefèbvre as “marcas” dos vasos originários do centro oleiro de Montans depositados no Museu de Toulouse⁵⁸.

Embora com antecedentes, existiu uma relação direta dos estudos com as consequências da II Grande Guerra. A reconstrução das cidades e outros territórios europeus afetados pelo conflito conduziu à recolha de numerosos vasos, suscitando o aparecimento de diversos estudos⁵⁹: sobre o sítio holandês de Valkenburg⁶⁰, Colchester⁶¹, *Margidunum*⁶², Leicester⁶³ e de N. Lamboglia sobre Vintimiglia, reportando os elementos da escavação de 1940⁶⁴. Outros locais importantes, bem datados historicamente, mas não afetados pelo conflito bélico, de igual forma foram alvo da atenção dos arqueólogos, caso do arqueossítio suíço de *Vindonissa*⁶⁵.

O período do pós-guerra beneficiou, por outro lado, do impulso da investigação dado pelo ceramólogo Howard Comfort, motivado pelas capacidades de datação desta classe cerâmica⁶⁶. Ao promover a criação, na década de '50 do século XX, da associação *Rei Cretariae Romanae Fautuores* (R.C.R.F.), o norte-americano patrocinou as condições para um maior intercâmbio da informação entre os investigadores das várias nacionalidades. Outra consequência indireta do aparecimento dos R.C.R.F., foi o de ter servido de inspiração para a criação, mais tardia mas em paralelo, de organizações similares em França e na Grã-Bretanha, como a *Société Française pour l'Étude de la Céramique Antique en Gaule* (S.F.E.C.A.G.), promovida por M. Lutz, C. Bémont, H. Vernet e A. Vernhet, mais recentemente, da *Society for the Roman Pottery Studies* (S.R.P.S.), faltando verificar se a similar *Ex Officina Hispana*, recém-criada no novo milénio vocacionada para a Península Ibérica, atinge sucesso comparável.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ M. Durand-Lefèbvre, 1948 *apud* B. Hoffman, 1986, p.132.

⁵⁹ Idem, p.135.

⁶⁰ W. Glasbergen, 1948.

⁶¹ C.M.C. Hawkes e M.R. Hull, 1947.

⁶² F. Oswald, 1948, 1952.

⁶³ K. Kenyon, 1948.

⁶⁴ N. Lamboglia, 1950.

⁶⁵ E. Ettlinger e C. Simonett, 1952.

⁶⁶ B. Hoffman, 1986, p.132.

Em 1958 o conhecimento dos produtores das oficinas de Lezoux foi objeto de tratamento monográfico por Stanfield e Simpson⁶⁷. Os autores basearam-se nos dados do *limes* britânico para o estabelecimento das cronologias dos oleiros deste importante centro estegálico, sem porém abordar os ativos ao longo do século I d.C.

Também no domínio do conhecimento dos fabricos hispanos, 1958 equivaleu a um ano importante, correspondendo à monografia de P. Atrián devotada ao descobrimento das oficinas de Bronchales⁶⁸ e, sobretudo, de M. Á. Mezquíriz sobre a escavação de Pamplona⁶⁹, marco até hoje fundamental para a definição das tipologias, cronologias e da evolução da produção hispana⁷⁰, com contributos na mesma altura de dados das escavações do *Decumanus A* de Ampúrias⁷¹.

M.Á. Mezquíriz Irujo culminaria este labor com a obra ainda hoje de referência dedicada às produções hispânicas setentrionais e meridionais⁷², lançando as bases sobre as quais assentam ainda hoje em boa parte os estudos tipológicos específicos⁷³. Poucos anos após esta síntese, surgiu em Marrocos a primeira monografia regional sobre “marcas de oleiro” hispânicas por Jean Boube⁷⁴. Nela se tratam especificamente as “marcas” mas abordam-se, de igual forma, outros aspetos mais diretamente relacionados com a matéria, dos detalhes morfológicos dos vasos produzidos às pastas e revestimentos, estabelecendo duas séries distintas de fabricos a partir de observações macroscópicas, depois assimiladas às produções meridionais e setentrionais hispanas.

Dos vários estudos publicados nos anos '60 do séc. XX merece destaque a revisão do material de Neuss⁷⁵, onde Mary constatou a insuficiência das propostas de Oswald e se propôs a revisão das leituras e datações propostas para muitos dos oleiros sudgálicos.

Estas mesmas insuficiências que se faziam sentir em relação ao «*Index*» iriam motivar o arranque no Reino Unido, em 1963, de outra linha de investigação sobre o conjunto das “marcas de oleiro” gálicas, pela mão de Felicity Wild, Brenda Dickinson e Brian Hartley. Os três britânicos encetaram então a recolha intensiva das impressões, destinada à elaboração de um novo *corpus*⁷⁶. O trabalho de compilação partiu de alguns

⁶⁷ J.A. Stanfield e G. Simpson, 1958.

⁶⁸ P. Átrian Jordán, 1958.

⁶⁹ M.A. Mezquíriz Irujo, 1983.

⁷⁰ Vide intervenção oral de M. Sotomayor em M. Roca Roumens e M.I. Fernández García (Eds.), 1999, p. 9-10; J. Buxeda i Garrigós e F. Tuset i Bertrán, 1995.

⁷¹ Idem.

⁷² M.A. Mezquíriz Irujo, 1961.

⁷³ J. Buxeda i Garrigós e F. Tuset i Bertrán, 1995; M. Bustamante Álvarez, 2010.

⁷⁴ J. Boube, 1965, depois com sequelas: J. Boube, 1966 e 1968-1972.

⁷⁵ G.T. Mary, 1967.

⁷⁶ G. Dannell, 1998, p. xiv.

pressupostos metodologicamente inovadores na investigação sobre a epigrafia *sigillaria*: ao contrário de Oswald⁷⁷ e Knorr⁷⁸, que se fundaram no essencial na onomástica e nos textos das “marcas de oleiro”, os três investigadores ingleses citados fizeram incidir a sua especial atenção na grafia, desenho e estado de conservação da impressão, com a percepção de que a cada estampagem correspondia um punção e de que, a degradação deste seria patente nas “marcas”, o que encerraria um significado cronológico⁷⁹. Apesar de anunciado sucessivas vezes, o novo *corpus* iria ver a sua publicação ocorrer apenas a partir de 2009⁸⁰, estando em falta, no momento em que se escrevem estas linhas, dois dos nove volumes. Ainda assim, sucessivos trabalhos parcelares iriam dando a conhecer os dados⁸¹ depositados na Universidade de Leeds, do qual beneficiou largamente Marinus Polak nos seus estudos posteriores, hoje essenciais⁸².

Para os fabricos itálicos, 1968 seria um ano marcante. Nessa data sairia o trabalho de sistematização formal dos vasos lisos por Christian Goudineau⁸³, elaborado com base no estudo de um setor da escavação de Poggio Moscini (Bolsena), com estratos datados dos séculos I a.C. e I d.C., onde *a terra sigillata* era abundante. Experimentando as insuficiências das propostas anteriores, empreendeu o estudo *ex nouo* desta classe cerâmica⁸⁴ e produziu uma primeira periodização e uma nova tipologia mais pormenorizada em que articulava os dados das formas com as “marcas de oleiro”⁸⁵. Seria naquela data que apareceria igualmente o de há muito aguardado *Corpus Vasorum Arretinorum*, por Oxé e Comfort, onde mais uma vez se sublinha o predomínio da impressão sobre o texto, e o primado do punção sobre este⁸⁶, ao contrário dos *corpora* anteriores⁸⁷.

Outro desenvolvimento nesta época ocorreria nas proximidades de Lyon, nos inícios da década de 70 do séc. XX: o aparecimento do centro produtor de La Mulette de Montans⁸⁸. A atestação em solo gaulês de artesãos de origem itálica envolvidos na

⁷⁷ F. Oswald, 1931.

⁷⁸ R. Knorr, 1919.

⁷⁹ G. Dannell, 1998, p. xiv.

⁸⁰ NOTS, I.

⁸¹ Por exemplo, B. Hartley e B. Dickinson, 1993, 1998, 2001.

⁸² M. Polak, 1994, 1998 e 2000.

⁸³ C. Goudineau, 1968.

⁸⁴ G. Pucci, 1985, p. 373-374.

⁸⁵ C. Goudineau, 1968.

⁸⁶ A. Oxé e H. Comfort, 1968.

⁸⁷ F. Oswald e D. Price, 1920; R. Knorr, 1919; F. Oswald, 1931.

⁸⁸ M. Picon e J. Garmier, 1974; F. Widemann *et al.*, 1975; B. Hoffman e M. Picon, 1990-1991.

elaboração da *sigillata*, portadores dos respetivos instrumentos dali transportados, provocaria um impate sobre a interpretação das origens dos fabricos gálicos e inspiraria modelos de leitura difusionista do arranque dos fabricos similares noutras paragens, como forneceu também base aparentemente consistente para as leituras “modernistas” da história económica de Roma. Mas, mais do que estes aspetos, já de si altamente significativos, La Muette de Montans constituiu um caso exemplar de aplicação de técnicas laboratoriais de análise, arqueométricas, estabelecendo uma ruptura com as metodologias “tradicionais” de atribuição de proveniência até aí praticadas, baseadas em critérios como a dispersão, morfologia, decorações e as próprias “marcas de oleiro” patentes nos vasos⁸⁹. A confiança da investigação neste último parâmetro ver-se-ia profundamente fragilizada a partir de então, afirmando-se a arqueometria como parâmetro primordial neste domínio, multiplicando-se a partir daí as análises a “marcas de oleiro” para testar as atribuições até então praticadas⁹⁰.

Seria com a mesma base metodológica que, a partir dos inícios da década de '70 do séc. XX, se validaria a detecção de parte dos centros produtores de *sigillata* e de “imitações” mais antigos da Gália como Bram⁹¹, Jonquières-Saint-Saturnin⁹² e um centro não localizado da região de Narbonne⁹³.

A compulsão de repertórios de impressões coletadas em sítios onde as escavações procuraram um bom controlo estratigráfico fez-se sentir com acuidade naquela década, podendo ilustrar-se um leque vasto com os casos de *Glanum*, por Collete Bémont⁹⁴, ou *Conimbriga*⁹⁵.

Prosseguia, entretanto, a preparação do «*Index*» de Hartley e Dickinson atrás mencionado. Em 1975 o manuscrito atingiu 1 m de altura, mas estava bastante condicionado pela não concessão de acesso às colecções de Millau referentes a La Graufesenque⁹⁶. Ainda assim, o seu conteúdo metodológico e as novas datações iam aparecendo nas diversas publicações dos seus autores, em parceria ou isoladamente⁹⁷.

Na mesma década ocorreriam desenvolvimentos importantes no conhecimento da produção hispana de *sigillata*: anunciando a existência do centro de Los Villares-

⁸⁹ A. Bocquet e M. Picon, 1994.

⁹⁰ A título de exemplo, sobre os materiais de Haltern- S.V.Shurnbein, 1982.

⁹¹ M. Passelac, 1986a.

⁹² F. Laubenheimer e M. Albagnac, 1986.

⁹³ Y. Solier, M. e R. Sabrié, 1979; M. Passelac e R. Sabrié, 1986.

⁹⁴ C. Bémont, 1976.

⁹⁵ A. Alarcão, 1975a e 1975b; F. Mayet, 1975.

⁹⁶ G. Dannell, 1998, p. xiv.

⁹⁷ Conferir a extensa lista bibliográfica apresentada em M. Polak, 2000.

Andújar em 1971, no ano seguinte Manuel Sotomayor Muro procede às primeiras escavações no sítio⁹⁸; em La Rioja, Tomás Garabito e Solovera iniciam os seus trabalhos nas olarias de Trício, e M.A. Mezquíriz Irujo a investigação sobre Bezares, provocando à época esta simultaneidade de trabalhos, nos dois locais, atritos entre os investigadores⁹⁹.

Em 1978 T. Garabito publicou a segunda monografia de fôlego sobre a *terra sigillata* hispânica, devotada ao estudo das oficinas de La Rioja localizadas em Trício, Bezares e Arenzana de Arriba¹⁰⁰. Nele se trataram de forma detalhada as marcas identificadas nos sítios produtores, abordando a sua distribuição na Hispânia e Mauritânia Tingitana, bem como tendo-se apresentado tentativas de historiar as relações entre diferentes indivíduos identificados nas “marcas”¹⁰¹.

A realização em 1982, no Museo Arqueológico Nacional de Madrid, de uma reunião de especialistas dedicados ao estudo da *terra sigillata* hispânica¹⁰², estabeleceria as bases metodológicas ibéricas de estudo dos fabricos com esta origem, tendo M. A. Mezquíriz Irujo procedido à apresentação da revisão fundamentada das suas propostas de tipologia formal¹⁰³, inicialmente destinada à “*Enciclopedia Atlante*” que, por atrasos editoriais, acabou por sair apenas em 1985¹⁰⁴.

No ano seguinte publicaria Françoise Mayet a sua grande síntese sobre a *sigillata* hispânica¹⁰⁵. Com um sub-título que denuncia a intenção da obra, “*um contributo para a história económica da Península Ibérica*”, a investigadora Francesa abordou a epigrafia das “marcas” para tentar definir o enquadramento socioeconómico dos oleiros, aprofundou os aspetos de evolução tipo-morfológica e facultou o mais extenso elenco até então de impressões em fabricos hispanos, onde verteu as suas observações de material inédito oriundo de escavações e depositado em museus de Espanha e Portugal.

Na Hispânia a perspetiva sobre o panorama das olarias que terão laborado em Época Alto Imperial complexifica-se, surgindo evidências de fabricos mais ou menos limitados em Talavera de la Reina¹⁰⁶, em Málaga e seu aro (Cartuja, Albaicin, *Singilia*

⁹⁸ M. Sotomayor Muro *et al.*, 1999, p.19.

⁹⁹ Conf. T. Garabito Gómez, 1978, p.30, nota 15.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem, p. 289-338.

¹⁰² AAVV, 1983.

¹⁰³ M. A. Mezquíriz Irujo, 1983.

¹⁰⁴ Idem, 1985, p.99 e segs.

¹⁰⁵ F. Mayet, 1984.

¹⁰⁶ L.C. Juan Tovar, 1983.

Barba, Alameda)¹⁰⁷, Sabadell-Barcelona, Tarragona (Montroig e Ruidoms), Ercávica, Segóbriga, Bronchales, Abella, Solsona, Pamplona, Tiermes, Uxama e Liédana¹⁰⁸. Os dados que resultaram na identificação desta longa lista correspondem sobretudo a escavações ou a locais onde ocorreu o achado de moldes e/ou punções.

Seria também na mencionada «*Enciclopedia Atlante*» que Giuseppe Pucci procederia à apresentação da sua proposta de “catálogo de formas” da *sigillata* de modo itálico e tardo-itálica, confessando a incapacidade sentida de elaborar uma nova tipologia¹⁰⁹, pondo assim de manifesto a complexidade da matéria.

Em 1986 foi produzida uma síntese/”estado da questão” coletiva sobre a *terra sigillata* gálica alto-imperial, orientada para a apresentação dos centros produtores, respetivos produtos e relações¹¹⁰. Do seu conteúdo destacou-se, para além de alguns dados até então inéditos, os aspetos que fundamentam as relações mais ou menos estreitas entre os diferentes centros e a abordagem da organização socioeconómica das oficinas¹¹¹. Os mesmos temas “*em agenda*” seriam retomados em 1994, aquando da reunião da S.C.E.F.A.G. de Millau¹¹², posteriormente alvo de trabalhos dispersos de diversos autores¹¹³.

Ainda a instâncias de Howard Comfort, veiculadas durante uma reunião das R.C.R.F., o resultado final do trabalho conjunto de proeminentes investigadores germânicos, britânicos e italianos, como E.Ettlinger, Zabelicky-Scheffenegger, P.Kenrick, H.Wells e G.Pucci iria dar à estampa em 1990, sistematizando o essencial dos conhecimentos sobre morfologia dos vasos itálicos, obra de base na definição tipológica e datação dos vasos fabricados em modo itálico¹¹⁴.

Em 1999, e depois de um curso na Universidade de Granada que lhe serviu de prelúdio, foi promovida uma reunião somente dedicada às diversas produções de *sigillata* e afins ocorridas na Hispânia, em homenagem a M.A. Mezquíriz¹¹⁵. Carlos e Maria P. Sáenz Preciado abordariam aqui de forma mais ampla a listagem e difusão das impressões presentes em vasos de fabrico setentrional hispano¹¹⁶, do repertório de

¹⁰⁷ M.A. Mezquíriz Irujo, 1985; E. Serrano Ramos, 1991 e 1999.

¹⁰⁸ AAVV, 1983; M.A. Mezquíriz Irujo, 1985.

¹⁰⁹ G. Pucci, 1985.

¹¹⁰ *Daf.*

¹¹¹ G. Marichal, 1986, depois retomado com outro fôlego na sua monografia de 1988. Como também J.-P. Jacob e H. Leredde, 1986.

¹¹² A. Mees, 1994; M. Polak, 1994; F. Bet *et al.*, 1994; E. Ebnöther *et al.* 1994.

¹¹³ M. Polak, 1998, 2000; G. Dannell, 2002; G. Fülle, 2007; M. Genin (Ed.), 2007.

¹¹⁴ *Conspetus*.

¹¹⁵ M. Roca Roumens e M. I. Fernández García (Eds.), 1999.

¹¹⁶ C. e M.P. Sáenz Preciado, 1999.

oleiros construiu-se uma listagem extensa e as formas dos vasos apresentadas em tabelas, atualizando ligeiramente as anteriores propostas de Mezquíriz.

Marinus Rien Polak publicaria em 2000 uma versão da sua dissertação de doutoramento intitulada *South Gaulish Potter's Stamps from Vechten*, através dos suplementos dos R.C.R.F.¹¹⁷ Nela este investigador holandês segue de perto as metodologias de tratamento das “marcas de oleiro” preconizadas por Harley e Dickinson, introduzindo uma opção de utilizar em exclusivo contextos datados externamente, isto é, onde a cronologia é definida em função de referências historicamente bem situadas (fundações e abandonos de sítios militares, de edifícios cuja cronologia é fixada através de texto ou epigrafia, eventos como os relacionados com a revolta britânica de Boadiceia, naufrágios, sepulturas ou contextos selados de produção de centros oleiros) de maneira a evitar a argumentação circular, isto é, os sítios onde a *sigillata* data o contexto e vice-versa. Graças a este tipo de abordagem, Polak reviu e aferiu uma parte da informação constante do labor produzido pelos dois investigadores britânicos mencionados, proporcionando a mais moderna obra de referência sobre as impressões gálicas rutenas.

Refletindo a importância crescente dos meios informáticos no âmbito da Arqueologia Romana, área disciplinar forçada a manusear grandes volumes de informação, a nova edição do *Corpus Vasorum Arretinorum* iria dar à estampa também em 2000, onde se reviram todos os dados constantes da edição anterior elaborada por Oxé e Comfort, e procurou atualizar com outros mais recentes e repertoriar novas impressões entretanto surgidas, acompanhado de um CD-ROM onde Phillip Kenrick disponibiliza a sua base de dados onde se repertoriam 36219 vasos analisados. Aparte a obra demonstrar um menor conhecimento dos dados referentes a alguns espaços geográficos, onde o atual território português avulta como um dos casos¹¹⁸, numa simultaneidade de entendimento metodológico já verificado para as “marcas de oleiro” gálicas Kenrick adoptou a opção metodológica de considerar genericamente tempos de vida máximos de 30 anos para o uso de um punção.

A investigação no novo milénio prosseguiria a compulsão dos dados resultantes quer da revisão de antigas colecções, quer dos revelados por novos trabalhos, parte das quais acessível em formato digital, conformando um rico e volumoso acervo que obriga

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Dado constarem somente os dados relativos a “*Alcácer-do-Sal, Alcoutim, Aljustrel, Braga, Briteiros, Conimbriga, Egitânia, Lezíria, Longos-Vales, Mértola, Milreu, Miróbriga, Tavira e Troia de Setúbal*”- Conf. OCK-CD.

a uma mais apertada seletividade no âmbito do esboço de síntese presente. Do conjunto destacaríamos, em primeiro lugar, o primeiro estudo compreensivo sobre a *terra sigillata* a uma escala provincial, da *Britannia*, elaborado por Stephen Willis¹¹⁹. Num modelo de texto digital, o britânico aflora apenas muito marginalmente as “marcas de oleiro”, mas disponibiliza um balanço global das ocorrências ao longo de quatro séculos de dominação romana da Grã-Bretanha, encerrando o maior interesse ao tratar aspetos metodológicos ausentes da maioria dos trabalhos de grande fôlego, nomeadamente os enquadramentos sociais de consumo e os múltiplos significados da verificação da sobrevivência dos recipientes no registo arqueológico ao longo de lapsos de tempo alargados¹²⁰.

Duas grandes obras viriam a surgir também após 2000: em 2003 o repertório de vasos decorados Drag.29 produzidos em La Graufesenque¹²¹, provando a capacidade da comunidade de especialistas europeus de diversas nacionalidades de concertar os esforços da investigação, e em 2007 a monografia em dois volumes sobre La Graufesenque, dirigidos respetivamente por Daniel Schaad, a propósito do assentamento e seu entorno, e Martine Genin, sobre a produção lisa¹²².

No primeiro caso, a extensa obra reflete a linha de análise desenvolvida sobretudo por B.Hartley, G.Dannell e Allard Mees ao longo de mais de duas décadas¹²³, procurando relacionar toda a panóplia de dados vinculados aos vasos decorados (informações relativas a oleiros, “marcas” internas e intra-decorativas, moldes assinados, punções, gramáticas decorativas e difusão espacial) com cronologia e, o que é mais relevante, circuitos específicos a determinados artesãos e mercados, elaborada no essencial com os dados dos sítios mais setentrionais do Império, destino privilegiado dos vasos como mostra o volume de ocorrências, por isso gerador de uma visão implicitamente incompleta.

A extensa monografia sobre La Graufesenque disponibiliza, pela primeira vez e de forma abrangente, os dados contextuais do local e a caracterização da longa e média distância territorial, matérias indispensáveis para uma correta avaliação dos perfis

¹¹⁹ S. Willis, 2005.

¹²⁰ O primeiro dos temas já havia sido tratado em diversas outras ocasiões, como por exemplo T.Pauli-Gabi e C.Meyer-Freuler, 1999. A sobrevivência a uso dos vasos em *terra sigillata* foi mais extensamente abordada depois por Colin Wallace (2006).

¹²¹ G. Dannell *et al.*, 2003.

¹²² D. Schaad (dir.), 2007; M. Genin (dir.), 2007.

¹²³ A. Mees, 1994, 1995, 2002, 2005, 2007, e 2011, trabalhos mais destacados, de uma lista mais vasta do autor.

socioeconómicos dos produtores, como da forma como se implantou no terreno a exploração dos recursos e o transporte e primeira circulação dos vasos¹²⁴.

Numa opção porventura cúmplice com o aparecimento em data anterior da outra monografia mencionada antes, o segundo volume de *La Graufesenque* dedicou-se em exclusivo às produções lisas. Sob a direcção de M. Genin sete contextos foram eleitos para ser sujeitos a análise detalhada¹²⁵, compondo um espectro cronológico que abarcou desde as primeiras elaborações augusteas até às da primeira metade do séc. II d.C. As “marcas de oleiro” foram tratadas monograficamente e objeto de apreciação crítica global tendo permitido, com base sólida, desmentir o entendimento até então dominante de tendência de perda do hábito epigráfico verificada nos finais do séc. I d.C.

Avultam, contudo, limitações de monta à utilidade da obra. No que concerne às impressões, estas foram transmitidas somente por desenho, o que não constituiria óbice de maior não fosse as representações gráficas serem altamente simplificadas, colocando desta forma dificuldades, por vezes inultrapassáveis no estabelecimento de paralelos.

Maior relevância assume um outro aspeto que transparece do texto. Sabendo-se de antemão que os fabricos em La Graufesenque não haviam cessado com o fim da grande exportação para as províncias ocidentais do Império Romano, grosso modo situável cerca de 100-120 d.C., altura a partir da qual os vasos se circunscrevem a uma difusão quase somente regional, os autores esforçam-se por comprovar que os contextos selados mais recentes atingem datações bem mais baixas do que o suposto até então, caso do “*Grand-Four*”¹²⁶. Não se querendo discutir aqui a validade desta asserção, o fundamento metodológico sobre o qual assenta está viciado à partida, na medida em que as evidências às quais se recorreu para a suportar, quase somente francesas, correspondem a contextos que datam a *sigillata* onde as cronologias foram aferidas a partir dos vasos, exercício de argumentação circular de evitar, como advoga, entre outros, Marinus Polak¹²⁷. A singular escolha de casos utilizados no referido estabelecimento de paralelos deverá encerrar motivações mais profundas, possivelmente relacionadas com tensões entre a comunidade científica que se dedica a estas temáticas, facilmente constatável de igual maneira nas escolhas dos locais do mundo romano utilizados para aferir da difusão dos produtos assinados pelos oleiros

¹²⁴ D. Schaad (dir.), 2007.

¹²⁵ Mencionados quase no seu conjunto por A. Bourgeois e F. Mayet (1991), mas nunca analisados na sua totalidade, seriam completados depois pela publicação referente aos mais antigos na homenagem a Bettina Hofmann- M. Genin e A. Vernhet (dir.), 2002.

¹²⁶ “*Contexte 7*”- Conf. M. Genin (dir.), 2007.

¹²⁷ M. Polak, 2000.

rutenos na obra, onde surpreende a ausência de sítios britânicos e germânicos, excepção feita a Vechten¹²⁸.

Como já se havia feito menção, em 2009 iniciou-se a publicação do longo labor de Brian Hartley e Brenda Dickinson, o *Names of Potters on Terra Sigillata*¹²⁹. Para além de tornar agora disponível a um público mais vasto o novo *corpus*, a edição do NOTS foi seguida de um acordo entre a University College of London e o Römisch-Germanisches Zentralmuseum de Mainz, onde ficou sediada uma base de dados com diferentes níveis de acesso aos quais o utilizador pode aceder *on-line*, contendo, para além de outros dados, a informação quer do NOTS quer dos mais atuais desenvolvimentos da investigação sobre vasos decorados feita sob a direcção do museu, articulada com um sistema de informação geográfica que permite visualizar a difusão dos oleiros¹³⁰.

Allard Mees iria dedicar em 2011 um volume a uma das principais problemáticas no âmbito da difusão dos centros de fabrico da Itália para as Gálias¹³¹: empregando metodologias estatísticas sobre as quais faz assentar os critérios de distinção entre mercados principais e secundários para determinados fabricos itálicos de Arezzo, Pisa e Lyon, e analisando, segundo os mesmos enunciados, as elaborações sudgálicas iniciais de Bram, Narbonne, Vienne, Montans, La Graufesenque e Banassac, procura demonstrar como a transferência de tecnologias manufatureiras oleiras da Península Itálica para as Gálias se revelou decisiva para a conquista dos mercados galo-germânicos e panónios. Porventura a obra peca pelo carácter muito lacunar da atenção dedicada à informação hispânica, aspeto que pode inquinar a análise de base matemática e as conclusões daí retiradas.

A última referência no âmbito dos desenvolvimentos mais recentes da investigação sobre a *terra sigillata* é feita em relação ao caso peninsular, do estudo constante da dissertação de doutoramento de Macarena Bustamante Álvarez, datado de 2010¹³². Beneficando da extraordinária qualidade informativa dos contextos selados sucessivos detetados nas lixeiras suburbanas da Calle Almendralejo n.º41, em Mérida,

¹²⁸ M. Genin (dir.), 2007, p. 293-298.

¹²⁹ NOTS. Com atualizações pela mão de Geoffrey Dannell, Michael Fulford, Allard Mees, Paul Tyers e Rosemary Wilkinson.

¹³⁰ Elaborada num ambiente de pouco detalhe, permite uma visualização rápida das ocorrências aos utilizadores com o nível do signatário- *administrador de direitos limitados*.

¹³¹ A. Mees, 2011.

¹³² M. Bustamante Álvarez, 2010.

em muitos aspetos o trabalho vai bastante mais além da intenção de “*valoración tipocronológica*” da *sigillata* hispânica patente no seu subtítulo.

Denunciando a realidade do vasto universo material estudado, onde os fabricos setentrionais se apresentam como largamente maioritários, é de salientar a autora não se ter eximido de evidenciar as contradições do registo arqueológico face às cronologias supostas para as elaborações cerâmicas, quer no que respeita aos fabricos do grande centro de La Rioja, quer para o correspondente meridional, Andújar, concluindo por uma datação seguramente Flávia para o período de grande difusão de ambos, embora de forma menos veemente para os segundos por não dispor do mesmo manancial quantitativo¹³³.

No que respeita às “marcas de oleiro”, Macarena Bustamante Álvarez compulsou 565 impressões do ponto arqueológico emeritense, tendo-as enquadrado na respetiva unidade estratigráfica e assim fixado cronologias contextuais precisas para 60 fabricantes¹³⁴. A incidência do seu labor é mais ampla, na medida em que possibilita colocar em relação a evolução que estabeleceu para os tipos morfológicos com outras “marcas” não atestadas na Calle Almendralejo. As impressões do sítio foram afortunadamente apresentadas também com fotografia digital, dada a qualidade inferior dos desenhos, facultando o fácil estabelecimento da comparação entre exemplares.

Por fim, a investigadora gaditana inspirou-se no modelo de apresentação antes avançado por Mayet para a elaboração de um novo *corpus*¹³⁵, que produziu de forma ampliada e que procurou atualizado, muito embora se revele claramente lacunar em relação aos novos elementos aportados pela mais recente investigação portuguesa.

Com palavras finais no presente capítulo, e para além da aplicação de métodos de registo das impressões com base em tecnologia óptica, ainda num estágio de desenvolvimento incipiente¹³⁶, o exemplo da base de Mainz deverá vir a servir de modelo inspirador a similares formas alargadas de colaboração internacional, entrevedo-se as plataformas informáticas como os futuros espaços privilegiados de divulgação da informação sobre as “marcas de oleiro” na *terra sigillata*.

¹³³ Neste particular serve-se dos casos de contextos selados cordoveses e de *Baelo Claudia*, onde supostamente a *sigillata* jienense chegaria sem dificuldade, para pôr de manifesto a sua ausência em cronologias cláudio-neronianas- Conf. Idem- p.748 e segs.

¹³⁴ Idem, vide quadro de síntese da proposta- p. 759, Figura 331.

¹³⁵ Idem, p. 466-666.

¹³⁶ Refira-se que o registo das decorações tenderá, no futuro, a ser elaborado com o recurso a este tipo de instrumentos, já aplicado em relação à *terra sigillata* gálica decorada- Conf. G. Dannel *et al.*, 2003.

4.2. Os estudos sobre “*marcas de oleiro*” na *terra sigillata* em Portugal.

A mais antiga referência conhecida a uma “marca de oleiro” na *terra sigillata* de Portugal, embora sem indicação do local onde foi coletada, menciona um texto de *Licinus* de La Graufesenque e consta de um manuscrito redigido talvez ainda no final do séc. XVIII por José Cornide de Folgueira y Saavedra, onde o antiquário e espião espanhol reuniu diversas impressões de Sevilha, Carmona, Córdoba e Sagunto, hoje conservado na Real Academia de la História, em Madrid¹³⁷.

Com os trabalhos de preparação do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* e *Supplementum* respetivo dedicados à Hispânia, Emílio Hübner iria reunir 33 textos figlinários oriundos de sítios e museus nacionais¹³⁸, não parecendo ter havido um esforço sistemático na procura deste tipo de elementos, merecendo destaque os de Briteiros que lhe foram facultados por Francisco Martins Sarmiento e os que depois seriam referidos por José Leite de Vasconcelos em esparsas notas em «*O Arqueólogo Português*»¹³⁹, com especial atenção a exemplares do Museu Municipal de Alcácer do Sal.

Seria Rui de Serpa Pinto a inaugurar em 1929 os estudos específicos sobre *terra sigillata* e “*marcas de oleiro*” em Portugal, tratando achados efetuados no âmbito da «*Cultura Castreja*» do NO Peninsular¹⁴⁰. O investigador nortenho evidenciou uma atualização face às correntes mais recentes da investigação, denotada pelo uso do termo mais moderno *terra sigillata*, criado em 1895 por Dragendorff, em detrimento da expressão mais *clássica* e então corrente nos estudos portugueses, de *vasos samianos*¹⁴¹. A classe cerâmica mereceu-lhe uma atenção peculiar que transparece também nos manuscritos de sua autoria, mas o seu falecimento prematuro iria impedi-lo de publicar outros trabalhos preparados sobre a matéria¹⁴².

Pela mão de Mário Cardoso iriam ser dados a conhecer em 1948 exemplares em *terra sigillata* coletados ao longo das sucessivas campanhas de escavação em

¹³⁷ José Cornide de Folgueira y Saavedra, «*Notic.^a de alg.^a inscripciones halladas en varias piezas de barro como notas de taller en que se fueran grabados con nombres geográficos españoles*» (Real Academia de la Historia CAISE/9/3931/21).

¹³⁸ J.M. B.Oleiro, 1951, p.7. Há a acrescentar a esta menção que a cedência de elementos constavam igualmente fotos de F.Martins Sarmiento, cujo conhecimento nos foi trazido por Carlos Fabião aquando da arguição desta dissertação, e a quem aqui se agradece a referência.

¹³⁹ R.B. Silva, 2005, p.64..

¹⁴⁰ R.S. Pinto, 1929, p.22.

¹⁴¹ J.M. B.Oleiro, 1950, p.225.

¹⁴² C.A.F. Almeida, 1971; A.B. Gonçalves, 1989.

Briteiros¹⁴³.

Vinte anos depois do trabalho pioneiro de Serpa Pinto iria surgir nova publicação específica sobre uma peça marcada, pelo Padre Eugénio Jalhay, oriunda também de um povoado nortenho, a Citânia de Sanfins¹⁴⁴.

João Manuel Bairrão Oleiro, neste mesmo ano, iria contatar em Ampúrias com Martín Almagro e, sobretudo, Nino Lamboglia, despontando-lhe o interesse sobre o tema. Seria nessa sequência que iria apresentar em 1950 o primeiro *corpus* de marcas em *terra sigillata* sudgálica encontradas em Portugal, em comunicação ao «*VI Congreso de Arqueología del Sudeste (Alcoy)*». Compunham esta primeira versão 42 marcas atribuídas a 34 oleiros (das quais duas com oleiros associados), distribuídas por 14 sítios e dois museus onde estavam depositados exemplares sem indicação de proveniência¹⁴⁵.

Dever-se-ia a Bairrão Oleiro o contributo mais marcante para a investigação portuguesa sobre as impressões na *sigillata*¹⁴⁶, dando início à sistematização, elaboração de repertórios e à produção de leituras sobre o significado da presença dos diferentes fabricos no território português. Pela primeira vez teceram-se considerações sobre a importação dos vasos e sobre a hipótese da sua elaboração na Lusitânia ocidental. Publicada em 1951, apresentando fotografias de qualidade de algumas das espécies, a segunda versão do *corpus* englobou também os fabricos itálicos e hispânicos, reunindo 97 exemplares atribuíveis a 59 oleiros distintos, provenientes de 20 arqueossítios de norte a sul do país, e onde se faz referência à existência de outros textos que manteve em estudo, cerca de 40, que aguardavam a sua decifração e correta atribuição¹⁴⁷.

Oleiro procederia ainda em 1956, em colaboração com Abel Viana e Fernando Nunes Ribeiro, à apresentação de uma comunicação ao “23.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências” sobre um conjunto diversos de materiais, incluindo cerâmica campaniense, paredes finas, vidro e ânforas e uma selecção de “marcas” de *sigillata* coletados na *uilla* de Lobeira Grande (equivalente a Represas, Beja)¹⁴⁸. Circunstâncias concretas da vida do investigador fizeram-no depois derivar para outras temáticas da Antiguidade, pelo que os seus trabalhos sobre as impressões na *sigillata*

¹⁴³ M. Cardoso, 1948, p. 40-45.

¹⁴⁴ E. Jalhay, 1949.

¹⁴⁵ J.M.B. Oleiro, 1950.

¹⁴⁶ Idem, 1951.

¹⁴⁷ Idem, p.29.

¹⁴⁸ J. M.B. Oleiro, A. Viana e F.N. Ribeiro, 1957.

não tiveram sequência.

Em 1958-1959 foi publicado o estudo de Nunes Ribeiro sobre a colecção de impressões em *terra sigillata* de Represas, designação equivalente à herdade da Lobeira Grande¹⁴⁹. Em duas partes de um mesmo trabalho, o médico e arqueólogo pacense revelou um número muito superior ao total conhecido até então em Portugal, acrescentando 121 impressões do local ao *corpus* disponível, resultado surpreendente das sucessivas coletas por ele executadas à superfície no local, o que mais tarde foi alvo de reapreciação crítica por Maria da Conceição Lopes¹⁵⁰. Refletindo a influência de Oleiro, Ribeiro apresentou o aspeto metodológico relevante de anexar boas fotografias de todas as marcas estudadas e de referenciar a morfologia do vaso, quando identificável com segurança. O seu interesse continuou, porém, muito centrado nos aspetos mais estritamente epigráficos.

Também em 1958, Manuel Farinha dos Santos elaboraria a sua episódica incursão na matéria, com a sua dissertação de licenciatura sobre a *terra sigillata* em Portugal¹⁵¹.

Por coincidência, seria no mesmo mesmo ano que Adília Alarcão inauguraria os seus trabalhos sobre a *terra sigillata*, versando as produções hispânicas depositadas em museus do Norte do país¹⁵². Seguir-se-ia uma série de publicações suas ao longo das décadas de 1960 e 1970, compulsando conjuntos provenientes de escavações com Jorge de Alarcão¹⁵³ ou integrando colecções de museus¹⁵⁴. A sua investigação beneficiou, como a própria afirma, do início das “*escavações metódicas em Conimbriga*” em 1962¹⁵⁵ e também do início da publicação da revista «*Conimbriga*», que assumiu um importante papel dinamizador e de revitalização no âmbito dos estudos de Arqueologia Clássica em Portugal.

Apesar dos trabalhos pontuais coevos promovidos por outros investigadores, como por exemplo Octávio da Veiga Ferreira e Rui Freire de Andrade¹⁵⁶, Adília Alarcão evidenciou um nível de cuidado muito superior no tratamento das marcas: a

¹⁴⁹ F.N. Ribeiro, 1959.

¹⁵⁰ M.C. Lopes, 1994.

¹⁵¹ M.F. Santos, 1958. Carlos Fabião veiculou, durante a arguição desta dissertação, a razão que justificará o interesse de Farinha dos Santos pela matéria, pois terá tido como tarefa o acompanhamento de Howard Comfort nas suas investigações sobre a *terra sigillata* do Museu de Belém, de que saiu aliás uma curta notícia no primeiro volume da revista *Conimbriga*.

¹⁵² A. Alarcão, 1958.

¹⁵³ A. e J. Alarcão, 1966a e 1966b.

¹⁵⁴ A. Alarcão, 1961 e 1970.

¹⁵⁵ A. Alarcão, 1971, p.421.

¹⁵⁶ O.V. Ferreira e R.F. Andrade, 1964.

correção da transcrição e leitura epigráfica; a análise tecnológica; o desenho arqueológico, com uma ilustração frequente, de grande qualidade e detalhe; a sistematização da linguagem descritiva empregue; a maior amplitude da bibliografia utilizada. Consequentemente, os trabalhos de A. Alarcão proporcionaram uma visão mais fina da cronologia, das características e da evolução formal das produções.

Pela mão de Adília Alarcão se apresentou, em 1970, a primeira síntese sobre a *sigillata* itálica em Portugal¹⁵⁷. Para além dos aspetos de carácter metodológico e formal, ou da maior vastidão e profundidade na recolha de informação, tendo conseguido reunir 126 marcas legíveis e ilustrado 63, possuía a intenção declarada de proporcionar um primeiro panorama sobre os ritmos de importação itálicos no território português, inexistente até então¹⁵⁸. Em função do objetivo que enunciou, dedicou uma atenção pormenorizada às marcas repertoriadas, ocupando estas boa parte da publicação, com uma preocupação na definição da origem dos centros produtores que beneficiou das publicações, ocorridas em 1968, das obras de Christian Goudineau e de Oxé e Comfort¹⁵⁹.

As várias publicações de Adília Alarcão sobre *sigillata*, como as de sua autoria que versavam lucernas, as de Jorge de Alarcão sobre vidros romanos, Manuela Delgado sobre *sigillata* africana clara ou as de Françoise Mayet, num caso especificamente dedicado às “marcas de oleiro” sobre *terra sigillata* hispânica¹⁶⁰, parecem ter obedecido a uma estratégia que visava o enquadramento das diferentes classes de artefatos obtidas pelas escavações Luso-Francesas de Conímbriga.

Como corolário, no que à *sigillata* se refere, o volume IV das «*Fouilles de Conimbriga*» conteria os estudos das produções itálica e sudgálica por A. Alarcão¹⁶¹, hispânica por Françoise Mayet¹⁶² e clara africana por Manuela Delgado¹⁶³. O volume terá sido enriquecido com os resultados da mesa-redonda «*A Propos des Céramiques de Conimbriga*» realizada um pouco antes da sua publicação, em Março de 1975¹⁶⁴. Os dados foram ali sujeitos à crítica, tendo sido apresentadas as sínteses complementadas com os dados resultantes das campanhas de escavação antigas e apreciadas por um conjunto de ceramólogos que reunia a maioria dos mais proeminentes investigadores

¹⁵⁷ A. Alarcão, 1971.

¹⁵⁸ Idem, p.421-429.

¹⁵⁹ C. Goudineau, 1968; A. Oxé e H. Comfort, 1968- conf. Idem, p.422.

¹⁶⁰ F. Mayet, 1973.

¹⁶¹ A. Alarcão, 1975a e 1975b.

¹⁶² F. Mayet, 1975.

¹⁶³ M. Delgado, 1975.

¹⁶⁴ AAVV, 1975.

sobre a matéria, sendo interessante notar a total ausência dos de nacionalidade alemã. Com uma clara intenção de internacionalização dos “*saberes produzidos*”, os volumes das «*Fouilles*» apresentaram um modelo de tratamento da informação que inspiraria muitos dos trabalhos de investigação que se lhe seguiram, sempre de menor fôlego.

Seria neste contexto cronológico que foi elaborada a primeira síntese geral sobre “marcas de oleiro” em território português, correspondente à dissertação de licenciatura em História de Seomara Luzia Bastos [Veiga] Ferreira¹⁶⁵, de que foi posteriormente publicada uma versão reduzida¹⁶⁶. Este novo *corpus* encerrava limitações importantes, sobretudo a nível conceptual: ao tratar em conjunto todo o tipo de marcas sobre suportes cerâmicos que conseguiu repertoriar, abordou gravações e impressões que dificilmente se poderão relacionar com oleiros¹⁶⁷, tendo ultrapassado a amplitude admitida para o tema. Esta orientação condicionou os resultados atingidos pela síntese, onde boa parte resvalou para questões nos domínios da história das religiões.

Apesar das fragilidades apontadas e de, à semelhança dos trabalhos anteriores a A. Alarcão, enfermar das mesmas limitações metodológicas, onde a falta de ilustração e de descrição formal dos suportes das marcas são exemplos, a «*Dissertação*» de Seomara da Veiga Ferreira apresenta a vantagem de tratar de um conjunto importante até então desconhecido, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, acompanhado de ilustrações de boa qualidade dos exemplares¹⁶⁸. Ultrapassado pela investigação posterior, constituiu ainda assim um *corpus* mais amplo que o de Bairrão Oleiro, com um índice específico para as marcas em *sigillata* que terá sido útil para a construção dos *corpora* sobre território português que se lhe seguiram.

Também com origem na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1971 Maria Garcia Pereira Maia produziu a sua dissertação de licenciatura em História sobre a *sigillata* de Tróia¹⁶⁹, que deu início à sua série de estudos sobre a matéria, abordando exemplares do *castellum* de Manuel Galo (Mértola)¹⁷⁰, Miróbriga¹⁷¹ e da própria Tróia¹⁷². O primeiro estudo, académico, não tem sido suficientemente valorizado. Apesar das limitações na abordagem ceramológica, em parte derivadas da dificuldade de acesso à bibliografia que menciona, Maria Maia construiu o primeiro

¹⁶⁵ S.L.B.V. Ferreira, 1969a.

¹⁶⁶ Idem, 1969b.

¹⁶⁷ Idem, 1969a, p.146-155.

¹⁶⁸ Idem, Est. I a V.

¹⁶⁹ M.G.P. Maia, 1971a.

¹⁷⁰ Idem, 1974a.

¹⁷¹ Idem, 1971b.

¹⁷² Idem, 1974c, 1974d, 1977a e 1977b.

trabalho português onde se privilegiou a informação contextual e estratigráfica, seleccionando o conjunto proveniente de alguns dos setores escavados (fábrica de salga, termas- talhões NE e SE, tanque R.22, embora tratando também de outro espólio sem indicação de proveniência), com consequências para o conhecimento da diacronia do sítio.

Nessa sequência, há a destacar as publicações específicas da *sigillata* de sítios objeto de escavações recentes, como seja o caso de Miróbriga ou de Alcácer do Sal¹⁷³ ou enquadrados em estudos de sítios, como por exemplo a necrópole de Santo André (Montargil)¹⁷⁴.

Em 1980 Dias Diogo procedeu à elaboração no âmbito académico da Faculdade de Letras de Lisboa de dois *corpora* de marcas em *sigillata*, respetivamente itálica¹⁷⁵ e sudgálica¹⁷⁶. De uma óbvia utilidade, foram elaborados com uma base estritamente bibliográfica, de forma que aparenta ser exaustiva. Contudo, não se verificou a observação/revisão dos exemplares coletados, o que condicionou os resultados.

Em 1984, estes *corpora* tiveram como consequência a elaboração da primeira síntese portuguesa sobre história económica onde se procurou definir em paralelo os ritmos de importação da *sigillata* itálica e sudgálica¹⁷⁷. Um ano depois, saíria em Espanha com o mesmo conteúdo, numa perspetiva de internacionalização¹⁷⁸.

O conhecimento sobre a *terra sigillata* hispânica, que alguns avanços *Conimbriga* havia proporcionado, sofreria um novo impulso graças às duas sistematizações de referência elaboradas por Françoise Mayet¹⁷⁹ e por Maria de los Ángeles Mezquiriz Irujo¹⁸⁰.

Embora não incidindo especificamente sobre território português, incorporaram os progressos produzidos no domínio do estudo deste grupo verificados na década anterior, nomeadamente os que se referem ao melhor conhecimento dos grandes centros produtores, de alguns dos centros receptores e as exposições apresentadas à «*mesa-redonda*» sobre o tema ocorrida em 1983 em Madrid¹⁸¹, construindo os primeiros amplos *corpora* de impressões hispânicas, seguindo os princípios metodológicos que se

¹⁷³ L.F. Dias, 1977 e 1978.

¹⁷⁴ J.U.S. Nolen e L.F. Dias, 1981.

¹⁷⁵ A.M.D. Diogo, 1980b.

¹⁷⁶ Idem, 1980a.

¹⁷⁷ Idem, 1984.

¹⁷⁸ Idem, 1985.

¹⁷⁹ F. Mayet, 1984.

¹⁸⁰ M.Á. Mezquiriz Irujo, 1985.

¹⁸¹ AAVV, 1983; J. Buxeda i Garrigós e F.Tuset i Bertrán, 1995, p. 182.

havia exposto na aludida reunião na capital espanhola.

Prosseguiu em Portugal, e de forma específica, a compulsão de marcas encontradas, destacando-se a este propósito dois sítios urbanos, Alcácer do Sal¹⁸² e Braga¹⁸³.

Em 1994, Conceição Lopes publicou o trabalho sobre a *terra sigillata* de Represas¹⁸⁴. A investigadora conimbricense reviu sistematicamente todos os fragmentos, do qual só se conhecia a maioria das marcas, introduziu em Portugal a noção da conveniência da utilização de meios informáticos na abordagem de conjuntos daquela magnitude, que aliás permanece como o de maior expressão quantitativa conhecido até aquele momento. O estudo de Lopes aplicou as metodologias de avaliação quantitativa e de compreensão cronológica, diacrónica, empregues anteriormente sobre o material de *Conimbriga*¹⁸⁵ e *Baelo Claudia*¹⁸⁶, ensaiando a sua interpretação em termos de história económica¹⁸⁷. As “marcas” foram ainda assim um pouco relativizadas, pois como a própria autora transmite escusou-se ao seu tratamento integral por concordar com as propostas anteriormente apresentadas para os exemplares itálicos¹⁸⁸ e hispânicos¹⁸⁹, tendo procedido apenas à revisão das sudgálicas¹⁹⁰. Desta maneira, é necessário hoje recorrer às publicações mencionadas e ao trabalho inicial de Nunes Ribeiro¹⁹¹ para aceder às representações gráficas dos exemplares, permanecendo em falta a ilustração da maioria dos vasos que suporta a impressão, apesar de se dispor da indicação da classificação tipológica elaborada por Conceição Lopes.

Entretanto, outros elementos foram surgindo de forma dispersa, enquadrados em estudos de materiais provenientes de achados recentes¹⁹² ou de revisões de colecções depositadas em museus¹⁹³.

Destaca-se, de entre o conjunto deste tipo de publicações produzidas a partir da última década do séc. XX, as referentes às escavações da Ilha do Pessegueiro (Sines), pela construção de hipóteses explicativas dos ritmos da importação do sítio e da sua

¹⁸² J.C. Faria, A.M. D.Diogo e M. Ferreira, 1987.

¹⁸³ M. Delgado e V. Santos, 1984; M. Delgado, 1985.

¹⁸⁴ M.C. Lopes, 1994.

¹⁸⁵ A. Alarcão 1975a, 1975b; F. Mayet, 1975.

¹⁸⁶ F. Bourgeois e F. Mayet, 1991.

¹⁸⁷ M.C. Lopes, 1994, p.95-101.

¹⁸⁸ A. Alarcão, 1971.

¹⁸⁹ F. Mayet, 1984.

¹⁹⁰ M.C. Lopes, 1994, p.40.

¹⁹¹ F.N. Ribeiro, 1959.

¹⁹² Por exemplo: J.C. Faria, 1988; A.J. Quinteira, 1998.

¹⁹³ Por exemplo: A.M.D. Diogo e J.M. Costa, 1994; J. U.S. Nolen, 1994.

importância para a história económica do local¹⁹⁴, o trabalho de Pedro C. Carvalho, pela valoração da *sigillata* na caracterização da dinâmica crono-estratigráfica no âmbito do *forum* de Coimbra¹⁹⁵, de Conceição Lopes, Catarina Viegas e de Eurico Sepúlveda, que vêm salientando a ocorrência de produções minoritárias, respetivamente, gálicas de Montans, *sigillata* oriental A e tardo-italica no território português¹⁹⁶, de Teresa Pires de Carvalho, que tratou as marcas encontradas em Monte Mózinho¹⁹⁷ e de Rui Morais sobre a *terra sigillata* itálica e sudgálica de Braga, enquadrada por outra “cerâmica fina” dos momentos mais antigos do Império Romano¹⁹⁸.

Os trabalhos referenciados, porém, não apresentaram novidades nos procedimentos metodológicos adoptados quanto à exploração do significado económico dos vasos, seguindo os modelos previamente fixados em *Conimbriga*, *Baelo Claudia* e Represas (Beja). Representam, porém, o surgimento de uma nova geração de investigadores, a par de outros mais experimentados, com um contributo importante para o conhecimento da *terra sigillata* em território português.

Na viragem do milénio, sítios urbanos de Época Romana, três dos quais têm sido objeto de escavações continuadas bem controladas estratigraficamente, apresentaram os mais importantes avanços no conhecimento sobre os ritmos e tipo de difusão da *terra sigillata*: Santarém e Faro, por Catarina Viegas¹⁹⁹ e Chões Salgados-Miróbriga, por José Carlos Quaresma²⁰⁰. Nestes procurou-se tratar a informação segundo modelos quantitativos de há muito veiculados²⁰¹ e recomendados internacionalmente, nomeadamente, pelo «*Protocolo de Mont Beuvray*»²⁰².

As inovações introduzidas nas abordagens não se esgotam no tratamento quantitativo, o que é mais expressivo no caso de José Carlos Quaresma, pois o investigador aproveitou as sequências estratigráficas disponíveis para a avaliação dos ritmos de importação, cotejando-os com contextos datados coevos²⁰³.

Em datas mais próximas foram compulsados conjuntos relevantes como o lisboeta da Praça da Figueira²⁰⁴, *Balsa*, por Catarina Viegas²⁰⁵, e Braga, por Rui

¹⁹⁴ C.T. Silva e J. Soares, 1993.

¹⁹⁵ P.C. Carvalho, 1998.

¹⁹⁶ M.C. Lopes, 1989; C. Viegas, 2002, 2003; E. Sepúlveda, 1996.

¹⁹⁷ T.P. Carvalho, 1994, 1998a, 2002 e 2008.

¹⁹⁸ R. Morais, 1998.

¹⁹⁹ C. Viegas, 2001, 2002, 2003.

²⁰⁰ J.C. Quaresma, 1999, 2002.

²⁰¹ C. Orton, 1980; C. Orton, P. Tyers e A. Biers, 1997.

²⁰² P. Arcelin e J. Tuffreau-Libre (Eds.), 1998, p. 141-157.

²⁰³ J.C. Quaresma, 2002.

²⁰⁴ R.B. Silva, 2005.

Morais²⁰⁶. Seguindo as propostas mais atualizadas de classificação das “marcas”, somente o estudo sobre as impressões sudgálicas da antiga capital da *Callaecia* escapa a este panorama por utilizar ainda a obra de referência de Oswald, o que limitou a validade dos resultados ao não beneficiar dos desenvolvimentos da investigação mais recentes constantes da obra fundamental de Marinus Polak²⁰⁷.

Culminando os desenvolvimentos da investigação portuguesa, as dissertações de grande fôlego de José Carlos Quaresma²⁰⁸, que iria rever e compulsar a totalidade das impressões coletadas em Miróbriga, e de Catarina Viegas, um ano depois, que deu a conhecer as recolhidas em diversas intervenções em Castro Marim, *Balsa* e Faro²⁰⁹.

O grande incremento sofrido pela arqueologia portuguesa nos últimos anos, que transparece do número muito elevado de escavações à escala do país, irá fornecer com certeza novos dados. Aguarda-se, com previsível expectativa, a publicação de conjuntos valiosos para a compreensão da circulação dos vasos em *terra sigillata* como os coletados em destacados arqueossítios, alguns dos quais intervencionados continuamente ao longo de décadas, de que se salientam Mértola, Évora, Coimbra, Tróia (Grândola) ou *Ammaia* (Marvão).

5. As olarias ocidentais de terra sigillata na Época Romana.

O início do fabrico de vasos de mesa dotados de um revestimento vermelho quase vitrificado desponta nas costas da Ásia Menor (Cilícia e Síria) durante a época Helenística, com uma difusão muito centrada no Mediterrâneo Oriental entre o fim do séc. III a.C. e o séc. II a.C.²¹⁰

A expansão da República Romana para Oriente provocaria um alargamento do espaço de comercialização dos vasos da denominada *sigillata* oriental A, verificando-se a ocorrência no espaço itálico de vasos deste tipo em contextos datados das primeiras décadas do séc. I a.C., que todavia não substituíram a preferência pela louça de mesa de revestimento negro que dominava os mercados italianos e ocidentais mais romanizados.

Durante muito tempo a investigação debateu os fundamentos do início da produção ocidental de vasos dotados de revestimento vermelho, ora justificando o seu

²⁰⁵ C. Viegas, 2006.

²⁰⁶ R. Morais, 2005.

²⁰⁷ M. Polak, 2000.

²⁰⁸ J.C. Quaresma, 2009.

²⁰⁹ C. Viegas, 2010 e 2011.

²¹⁰ J. Hayes, 1985.

aparecimento com os fabricos orientais e a deslocalização de artesãos e saberes com esta origem ora, pelo contrário, sublinhando o caráter eminentemente autótone do surgimento da denominada *terra sigillata* itálica²¹¹.

Entre outros fatores menores, a dicotomia das posições adoptadas refletiu sobretudo o caráter dos estudos sobre matérias datadas dos séculos III a.C.- I d.C. nos dois quadrantes do Mediterrâneo, motivadas pelas formações distintas dos investigadores, entre os quais se contavam classicistas, orientalistas, helenistas, arqueólogos, muitos dos quais especificamente dedicados ou ao estudo de Roma ou do mundo Helénico, distinção que na atualidade se procura esbater²¹².

Os fatores que explicam o aparecimento de fabricos dotados de revestimento vermelho no mais antigo centro produtor ocidental, Arezzo, prender-se-ão sobretudo com aspetos tecnológicos e históricos.

Por um lado, as produções mais antigas ocorrem ainda a par da denominada campaniense, de que a principal região produtora era naquele tempo a Etrúria, tomando dela as formas e alterando a cor, a partir de um processo tecnológico que pode ter sido, no início, um acaso.

Por outro, parece não ser alheia ao fenómeno a fixação naquela zona etrusca, de veteranos silanos das guerras orientais na década de 60 a.C., e, na seguinte, dos das campanhas ali conduzidas por *Cneus Pompeius Magnus*, aliás pouco tempo depois evocados de forma sugestiva através da onomástica servil patente na produção de *sigillata*, expressivamente evocada pelos casos concretos dos escravos *Tigranes* e *Bargathes* de *M. Perennius*²¹³.

A documentação epigráfica patente nas impressões de cronologia mais recuada é mais elucidativa a este respeito. As “marcas de oleiro” do tipo radial pertencem às etapas iniciais das olarias etruscas, atribuídas à década de 50 do séc. I a.C.²¹⁴, e se as de *Q. Afr* (OCK 51) e *C. Sept* (OCK 1872), estampadas em vasos ora negros ora vermelhos, se deverem atribuir aos legados de Pompeu *Q. Afranius* e *C. Septimius*, como supõem D’Arms e G.Rizzo, então a conexão pompeiana com o aparecimento dos vasos de *terra sigillata* de modo itálico no ocidente ficaria suficientemente

²¹¹ A. Oxé, 1909, p. 95; F. Oswald e D. Price, 1920, p. 273; G. Pucci, 1985, p. 116 *contra* D.P.S. Peacock, 1982, p. 116; *Conspetus*.

²¹² J. Poblome *et al.*, 2001.

²¹³ G. Pucci, 1985, p. 365; L. Pedroni, 1995, p. 203; G. Rizzo, 1998, p. 801 e 2003, p. 72 e nota 44.

²¹⁴ G. Rizzo, 1988.

comprovada²¹⁵. Como apontamento, refira-se a coincidência de ser um outro pompeiano, *Marcus Tuccius Galleo*, personagem envolvida num processo legal em 51 a.C. e de quem Cícero nos reportou a morte ocorrida em 47 a.C., que facultou a datação externa mais recuada para o arranque dos fabricos itálicos: no naufrágio conhecido por Planier 3 (França) foi recolhido um prato em *sigillata* itálica da forma Consp.1, e a carga incluía ânforas Dressel 1B, Lamboglia 2 e atribuídas ao “tipo Brindisi”, algumas das quais com a marca *M. Tuccii L(uci) f(ilius) Tro(mentina tribu) Galleonis*²¹⁶.

Parece possível entrever, portanto, que em Arezzo se reuniram as condições fundamentais para o sucesso da produção de *terra sigillata*: um “saber fazer” instalado, com competência produtiva e em escala; um mercado com o gosto adaptado a algo que, embora estranho para o grosso dos itálicos não o seria para os indivíduos daquele espaço, como para outros, dispersos pelo mundo romano de então, e pela mesma via familiarizados com os costumes orientais; por fim, uma rede de relações, comerciais no sentido mais estrito, mas igualmente políticas, estéticas e culturais, permitindo a difusão do hábito.

Como referiu Paolo Sangriso, o quadro político em torno das primeiras décadas da *sigillata* itálica é bem vincado, destacando-se o envolvimento da casa imperial na zona etrusca, afirmando que “a própria colonização augustea ocorrida na zona do Arno” (que se seguiu às exações dos pompeianos) “teve um sentido intrínseco de potenciação dos elementos produtivos a partir de uma especialização completa das zonas. Neste sentido Arezzo com as suas cerâmicas, Florença com os seus tecidos, Pisa como enclave portuário e Luni pelo seu mármore fomentaram uma riqueza atraente para a colonização dirigida a partir de Roma”²¹⁷. Terá cabido a *C. Clinius Maecenas*, aretino, “braço direito” de Augusto para as questões internas da Itália e seu principal estratega cultural e propagandístico até 23 a.C., um papel determinante na difusão do tipo cerâmico a partir do advento do Principado²¹⁸.

²¹⁵ J.H.D’Arms, 1980, p. 77-89; G. Rizzo, 1998.

²¹⁶ A. Tchernia, 1969, p. 488. Posteriormente B. Garozzo (2003, p. 571) fez notar que as ânforas com a marca citada, que conhecem assinalável dispersão, foram atribuídas por análises arqueométricas à Campânia.

²¹⁷ P. Sangriso, 1997 *apud* M. Bustamante Álvarez, 2008, p. 189. No mesmo sentido, P. Sangriso, 2005.

²¹⁸ M. Bustamante Álvarez, 2008, p. 198 e segs. Ver a relação de proximidade com a casa imperial de Mecenas mas também dos *Ateii*, elementos abordados e muito enfatizados pela investigadora espanhola. A ideia original é de F. Gamurrini, retomada em Paturzo (1996, p. 86-95), e parte de um fragmento epistolar enviado por Augusto a Mecenas, tendo sido desacreditado pela investigação posterior, nomeadamente pelas dificuldades de articulação entre as datas do afastamento do político face ao Imperador e o que se conhece dos ritmos da produção itálica- conf. G. Rizzo, 1998, em especial p.365. Parece, de facto, excessiva a importância conferida pela investigadora espanhola, sendo incompatíveis muitas das suas leituras em relação com o que se conhece hoje da produção ateiana. É esse o caso da sua

O fato é que a partir de Augusto, os repertórios formais da *terra sigillata* vão ser copiados na Ásia Menor, Egito e Gálias, ou que ocorre nos dois lados do Mediterrâneo a presença de vasos itálicos, refletindo “*padrões de intercâmbio socio-cultural, económico, religioso, administrativo e militar, envolvendo uma variedade de outros bens, pessoas e ideias existentes à época, que justificam o fenómeno do “boom de produção dos chamados serviços augústeos (...), fenómeno de integração cerâmica à escala do império*”²¹⁹.

5.1. Aspetos tecnológicos.

A mais antiga produção ocidental, a arretina, mostra um repertório formal e de impressões ainda limitado na etapa que decorre de cerca de 45 a 20/15 a.C., a denominada “Fase Precoce” definida por Christian Goudineau (1968, p.167-169) ou “Fase A” de Philipp Kenrick²²⁰, durante a qual se vocaciona em exclusivo para louça vermelha.

De um ponto de vista tecnológico, a solução encontrada pelos artesãos de Arezzo para produzir o pretendido, isto é, vasos dotados de um revestimento de coloração avermelhada, sinterizado, por consequência quase vitrificado, passou pela obtenção de uma pasta bem depurada e homogênea, rica em pelo menos 20% de calcário, o emprego de uma suspensão argilosa, colóide, rica em elementos alcalinos e óxidos de ferro para a obtenção da dita película (“verniz“, “glantzofilm“) e respetiva coloração, finalmente, a utilização de fornos de tipo mufla, com câmara de combustão dotada de tubulação interna conetada com o exterior, de modo a evacuar os gases do *praeefurnium* e assim garantir uma cocção oxidante a alta temperatura, próxima dos 1000º centígrados.

Equivalente ao período de maior expansão da *terra sigillata*, a segunda fase da periodização de Goudineau e Kenrick, situada entre c.20 a.C. e 15 d.C.²²¹, iria resultar em alterações profundas.

A partir daquela época ocorre o alargamento do repertório formal onde predominam os vasos de bordo moldurado e extrovertido, muitas vezes decorado com fina roletilha, e a recém-introduzida decoração a relêvo, obtida mediante o uso de moldes, ganha uma importância primordial para as olarias.

leitura dos dependentes de *Cneus Ateius*, como da própria gestão das officinae- comparar com Philip Kenrick (1997, p. 179-190).

²¹⁹ J. Poblome *et al.*, 2001, p.282.

²²⁰ OCK, p.36.

²²¹ C. Goudineau, 1968; OCK.

Esta última compreendia sobretudo *skyphoi* e *calices*, estando portanto intimamente conetada com o consumo de vinho, e mostra no seu repertório decorativo motivos vegetais ou meramente ornamentais, a par de temas compostos por vezes por cenas narrativas (personagens dionisiacas, ménades, dançarinos), ciclos mitológicos (trabalhos de Hércules, *Eros* e *Psiche*, episódios dos poemas homéricos, combates entre Gregos e Amazonas, ou destes com Centauros, ...), cenas de circo, grupos eróticos (incluindo cenas de amor heterossexual, homossexual masculino, zoofilia, entre anões, ...), refletindo o gosto eclético da Época de Augusto onde, a par de modelos de inspiração clássica se juntam outras derivações helenísticas e de sabor epigramático²²² numa linguagem estética visual sobretudo ática.

De um ponto de vista tecnológico, os vasos a que se fez referência utilizam na sua confecção uma solução distinta da até então utilizada. Elaborados num molde hemisférico, seria primeiro necessário executar os elementos que compunham a decoração, obtida através de punções, posteriormente aplicando-se vários destes instrumentos sobre o molde modelado em argila formando a gramática pretendida. Para além de implicar um fator de complexificação na produção de um recipiente, introduziu nas olarias a necessidade de uma maior especialização no trabalho, conferindo uma especial responsabilidade ao *artesão-decorador*. Em contrapartida, permitiu a elaboração de baixela esteticamente apelativa, competitiva face à metálica na medida em que, por ser seguramente muito menos onerosa que esta, conduziu a uma *democratização* da baixela de mesa.

Mas a introdução segura dos moldes no quotidiano das olarias não se restringiu aos vasos decorados, pois terá tido consequências também ao nível dos lisos. As observações a este propósito de John Hayes, que nota a inexistência de traços de torneamento no interior dos pratos e pratéis itálicos a partir desta época, indiciam o emprego de moldes de uma valva para colocação sobre o torno, de maneira a modelar esta parte²²³.

Em paralelo com os moldes, generalizou-se a utilização de bitolas²²⁴ para modelação do exterior do bordo dos vasos mais comuns, como os Consp. 18, 20, 21, 22, ... , repetindo desta maneira os perfis desta componente, de forma fiel e ao mais ínfimo detalhe, como se constata em diversos exemplares.

²²² C. Guerrini e L. Mancini, 2007, p.207.

²²³ J. Hayes, 1997, p.31 e fig.5.

²²⁴ C. Guerrini e L. Mancini, 2007, p. 204.

Ambas as técnicas terão facilitado de sobremaneira a confecção dos recipientes, mostrando uma clara procura por soluções artesanais que permitissem o aumento da produção. O fato é constatável nos estudos a partir das quantificações elaboradas a partir da análise da forma dos vasos, invariavelmente mostrando o predomínio dos tipos mencionados e justificando, a par do aumento da mão-de-obra, do incremento do número de global das *officinae*, da maior dimensão e complexificação na organização de algumas destas estruturas de produção, porque a partir das últimas décadas do séc. I a.C. os recipientes são produzidos massivamente e denotam uma tendência para a padronização.

As técnicas originalmente presentes na Península Itálica foram transpostas para outras latitudes onde ocorreram fabricos itálicos singulares, ou de bastante entidade como La Mulette de Montans, em Lyon²²⁵.

Na Gália, a transferência de artesãos nas décadas em torno da mudança da Era acarretou o transporte de instrumentos de olaria, mas também de tecnologias e saber fazer oleiro, originando os bem-sucedidos fabricos gálicos. A possível e única grande distinção prende-se com a inexistência aqui de evidências da utilização de moldes para produzir pratos, talvez assim se justificando porque foram modelados com paredes globalmente um pouco mais espessas.

Mas a produção, em particular a de La Graufesenque entre 40 e 70/80 d.C., garantiu a competência de elevada compulsão de recipientes, e o consequente sucesso nos mercados, através de outras formas de organização interna e estrutura da produção.

Talvez esta procura por elevada capacidade produtiva seja uma das razões que justifica que os fabricos gálicos tenham tendido a padronizar muito mais o repertório formal a partir de 40 d.C.²²⁶. Como talvez esta mesma mutação no interior das olarias concorra para explicar porque, cerca do ano 60 d.C., se deixaram de produzir certas formas como os tipos Drag. 16, Ritt.1, Ritt.8 e 9 e Drag. 11, que são talvez substituídas pelos “serviços flávios” e pela nova taça decorada Drag.37²²⁷. De notar que esta taça decorada equivale a uma Drag.29 de elaboração simplificada, na medida em que o pé é produzido diretamente a partir do molde e o bordo é de execução mais rápida porque simplificado, assim poupando as etapas de configuração e colagem do pé anelar, como o trabalho de modelação do lábio. Sem que se conheçam as motivações, neste período

²²⁵ P. Kenrick, 1997; OCK.

²²⁶ M. Polak, 1994, 2000.

²²⁷ Idem, 2000, p.25.

deixa-se também de marcar determinados vasos, com destaque para as formas recém-criadas²²⁸ e, no final do principado de Nero, regista-se o aparecimento nos mercados de vasos de qualidade inferior, manifestada na menor qualidade de pastas e revestimentos atribuída a uma fiscalização da produção menos apertada²²⁹.

O conjunto destes exemplos mostra como, dentro dos sistemas manufatureiros do centro oleiro gaulês, a resposta às dificuldades de colocação do produto nos mercados passou por pequenas alterações tecnológicas que permitissem gerar maior produtividade, se necessário fosse em detrimento da qualidade. Em casos extremos, como o do outro grande centro ruteno, Montans, a forte quebra da procura no final do séc. I d.C. gerou um reajustamento do produto, cessando a produção massiva de *terra sigillata* e confinando-se a atividade de olarias à compulsão de lucernas²³⁰.

Na Hispânia, durante os principados de Cláudio e Nero, comprovou-se a presença de oleiros de muito provável origem gálica, ativos em diversos locais peninsulares por curtos períodos, com uma compulsão e difusão muito limitadas²³¹. Estes artesãos deslocalizados poderão estar de alguma forma envolvidos no despontar da grande produção setentrional que se dá a partir de 70 d.C., no mínimo na transmissão e aquisição de saberes sobre as tecnologias forâneas dado não existirem por ora elementos suficientes que permitam afirmar o seu envolvimento direto e atribuir-lhes uma quota-parte elevada de responsabilidade pelos primeiros fabricos do Vale do Najerilla²³². O mesmo modelo explicativo, de influxo exterior, também não funciona para o despontar do complexo produtivo meridional ibérico, sensivelmente na mesma altura.

Ambos os locais utilizaram os mesmos procedimentos tecnológicos das olarias gálicas congêneres e suas contemporâneas, mostrando todavia uma distinta organização interna face às suas antecessoras e contemporâneas com aquela origem, como também em relação às oriundas da Itália. Apenas não conhecemos ainda nenhum forno em solo ibérico da dimensão do *grand four* de La Graufesenque²³³, sendo os exemplos

²²⁸ J. Nieto Prieto, 1989, p.97.

²²⁹ M. Polak, 2000, p.30.

²³⁰ G. Bèrgès, 1989.

²³¹ M.P. e J.C. Saénz Preciado, 1999, p.388.

²³² Macarena Bustamante opina dubitativamente em sentido contrário- Conf. M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.700-701. Contudo, as coincidências onomásticas que regista, em boa parte contrariam a sua própria hipótese, dada a quantidade de homónimos gauleses e hispanos que estão a laborar contemporaneamente- Conf. Idem, p. 701, fig. 305.

²³³ O forno de La Graufeseque mencionado possuía cerca de 100m³ de capacidade na câmara destinada aos vasos, com uma câmara de combustão de 9,08x6,88m- Conf. A. Vernhet, 1981, p. 25-43. Os fornos orientais de *sigillata* de Sagalassos (Turquia), apresentavam diâmetros modestos para a câmara de

registados de menor capacidade²³⁴.

Noutro sentido é de assinalar que, de forma muito rápida e num curto espaço de tempo, as olarias hispanas irão compulsar um volume elevado de vasos decorados mostrando uma enorme simplificação decorativa, passando a predominar as composições de círculos, entre outros elementos muito estilizados ou de fácil elaboração, muito menos exigentes e morosas do que as figuras humanas patenteadas com frequência relativa nos vasos de cronologia mais recuada, temáticas que desaparecem no final do séc. I d.C. Da mesma maneira, uma das duas formas mais produzidas, o prato Drag.15/17, no mesmo âmbito cronológico tende a distanciar-se do protótipo gaulês que lhe serviu de inspiração, e a preservar deste uma imagem genérica e o ressaltado em meia cana que distingue o fundo da parede do bordo, assumindo este elemento um perfil simplificado, muito mais alto, liso e esvasado.

Como aconteceu com a produção gálica, os fabricos finais das duas principais produções hispanas denotam ao longo do seu período de declínio, que decorre com o séc. II d.C., perfis mais pesados, uma evidente degradação da qualidade do revestimento, como também simplificações dos detalhes morfológicos, de que a pequena altura do pé em anel dos pratos 15/17 e tigelas Drag. 27, as formas mais produzidas, é uma das manifestações.

A produção hispana, ao longo do século II d.C., sacrifica a qualidade, ocorrendo revestimentos inferiores e pastas com elementos não plásticos de maior calibre²³⁵, promove a simplicidade, com o marcado caimento do hábito epigráfico, e manifesta um notório conservadorismo formal que se prolonga pelo século seguinte na produção riojana, a única a sobreviver, e que iria resultar nos fabricos distintos já na quarta centúria, a denominada *terra sigillata* hispânica tardia.

5.2. A organização interna das olarias.

Em 1973, a publicação de *The Ancient Economy* por Moses Finley²³⁶, chamou a atenção para problemáticas metodológicas nas leituras da economia da Antiguidade, patentes na investigação histórica e arqueológica. Na obra é recorrente o recurso ao

combustão, respetivamente de 1,05m (forno 2) e 1,20m (forno 4)- Conf. E.A. Murphy e J. Poblome, 2007 (dir.), p.16. Quanto às estruturas hispânicas vide L.C. Juan Tovar, 1985, p.32-45 e nota *infra*.

²³⁴ A grande maioria dos fornos hispanos apresenta diâmetros na ordem dos 2-2,5 m (Idem), embora se registem casos em La Rioja, de fornos de 4m- Conf. M. P. Saénz Preciado, 2000, p. 295-302.

²³⁵ J.C. Quaresma, 2008, p. 489-490.

²³⁶ Usa-se aqui a edição em português- M. Finley, 1986.

exemplo da *terra sigillata* para suportar o seu entendimento primitivista da estrutura da mão-de-obra²³⁷. Mas o contraponto surge na dificuldade sentida pelo historiador americano em explicar a dimensão de algumas das produções, citando o exemplo de *Ateius*, que acaba por admitir como hipótese de exemplo excepcional de um capitalista numa economia que não o era. No geral, Finley vê os produtores de *sigillata* da Península Itálica como “*modest man, not even little Wedgwoods*”, como cotejou Philip Kenrick ao questionar e refletir sobre este entendimento²³⁸.

Não é este o momento para abordar as várias perspetivas sobre a dimensão e significado da economia do Império Romano, uma das temáticas mais ricas e estimulantes do pensamento histórico sobre Roma produzido nas últimas décadas²³⁹. Mas é um tópico incontornável pois o discurso arqueológico acerca da Antiguidade, incluindo o que versa cerâmicas com grande especificidade, está imbuído de teoria. Assim, a nomenclatura patente em muitos dos textos não é neutral, e o uso de vocábulos como *artesanato*, *indústria*, *manufatura*, *sucursal* ou *olaria subsidiária*, para citar termos que surgem de forma corrente na bibliografia, encerra um determinado entendimento e perspetiva acerca da economia do Império Romano. Seguindo o exemplo de outros investigadores, e tendo em atenção a matéria que se pretende aflorar no presente texto, convém situá-lo na óptica do autor, *não filiada* mas próxima da designada como modernista²⁴⁰.

Importa, portanto, analisar a produção nos seus aspetos internos, condição prévia para num momento posterior se poder apreciar melhor o significado das distintas atestações verificadas no território em estudo.

As “marcas de oleiro” são fonte privilegiada para a abordagem desta temática, resultado de uma necessidade da organização interna das olarias. Documentos de primeira grandeza para o estudo destas estruturas económicas é graças a elas, prolixas nas cerâmicas de mesa que aqui se analisam, que conhecemos melhor a estrutura da produção de *terra sigillata* do séc. I a.C. ao séc. II d.C. do que a de qualquer outra classe cerâmica do mundo romano, por mais difundida no espaço e frequente que seja no registo arqueológico, o que inclui as ânforas e material de construção, que também registam a presença frequente de elementos epigráficos²⁴¹.

²³⁷ Ver por exemplo Idem, p. 100 e 190.

²³⁸ P. Kenrick, 2002, p.8.

²³⁹ Entre muitos outros textos veja-se uma reflexão crítica de síntese em P.F. Bang, 2007.

²⁴⁰ Por exemplo X. Remolà Vallverdú, 2000, p.15 e seguintes.

²⁴¹ P. Kenrick, 2002, p.8.

As “marcas de oleiro” surgem logo nas etapas iniciais da produção itálica. Determinar a motivação desta necessidade gerou a desanimadora resposta de Giuseppe Pucci, que instado a comentar o assunto replicou que “*se dovesse ser totalmente sincero, deveria responder um puro e simples: não o sabemos*”²⁴².

Colocando a questão em termos abstratos, Bernard Hoffman defende que a marcação dos vasos correspondeu a um ato de “*autenticação*” de algo, de “*atribuição de um valor, de uma qualidade e, em certa medida também, a um ato publicitário*”²⁴³. Foi sobretudo nesta asserção que Philip Kenrick inicialmente entendeu a origem do hábito de estampar os vasos de *terra sigillata*²⁴⁴. No mesmo sentido Gunnar Fülle, que defendeu que o objetivo era não só o de promover o produto, mas também o de fornecer informação necessária à organização da produção e/ou da venda²⁴⁵. Este investigador germânico aprofundou mais o último aspeto, especificando que o mesmo se poderia traduzir em contabilizar a produtividade de um trabalhador individual, em quantificar os contributos de distintos oleiros para uma fornada executada em regime comunitário e identificar os itens fabricados para o cumprimento de um contrato específico²⁴⁶.

A apreciação crítica do texto de Fülle, produzida por Kenrick na última edição do *Corpus Vasorum Arretinorum*, desmonta com argumentação sólida o primeiro fundamento invocado pelo nórdico, dado que a hipótese explicativa apenas é admissível para as olarias com muitos “dependentes” mas não se aplica às de grande capacidade produtiva onde apenas o “principal” figura no texto, como também deixa de fora os artesãos atestados em ambiente de produção não nomeados nas impressões. O britânico rejeita igualmente a hipótese do enforamento comunitário, dado que os dados arqueológicos demonstram não ter sido prática generalizada em ambiente itálico, antes uma ocorrência casual que, a ter acontecido, apenas o foi em circunstâncias excepcionais²⁴⁷.

O âmbito contratual que Fülle mencionou é o de mais difícil avaliação, dada a escassez de dados disponíveis. Mas o modelo que invoca do célebre papiro do séc. III d.C. de *Oxyrrincus*, no Egipto, onde se estabelece o contrato entre um terra-tenente e um oleiro para a produção de ânforas, é de rejeitar para Kenrick, que nota que embora estes termos precisos sejam de refutar, a evidência arqueológica aponta para a

²⁴² G. Pucci, 1993, p. 73.

²⁴³ B. Hoffman, 1986, p.72.

²⁴⁴ OCK, p.10-11.

²⁴⁵ G. Fülle, 1997, p.115.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ OCK, p.10-12.

existência de um qualquer tipo de colaboração entre oleiros²⁴⁸.

Assim, nas *officinae* de Torrita di Siena (Pisa), Scoppieto (Itália Central) e Ponte a Buriano-Cincelli (Arezzo), documentam-se arqueologicamente conjuntos cerâmicos resultantes de descartes de produção onde se comprova a utilização, no espaço de uma mesma *officina*, de punções ou moldes pertencentes a distintos oleiros, alguns dos quais à data comprovadamente instalados noutros espaços geográficos²⁴⁹. Podem ser várias as leituras destes dados, mas entre elas afigura-se como a mais plausível a subcontratação, interpretação que mais se adapta à atestação de vasos assinados por *Camurius*, fabricante de Arezzo, entre os rejeitados de uma fornada da olaria de *Caius Vmbricius Cordo*, em Torrita di Siena²⁵⁰, como ao achado de moldes para vasos decorados do aretino *M. Perennius Crescens* em Scoppieto, no espaço das olarias dos *Plotidii*²⁵¹. Já para os contextos de Ponte Buriano-Cincelli, a presença de vasos decorados por *M. Perennius Tigranes*, assinados internamente por outro grande produtor desta variedade de cerâmica de mesa, *Publius Cornelius*, pode significar alternativamente a simples aquisição de instrumentos de fabrico, não parecendo ter suficiente fundamento antiga proposta de George Henry Chase, de compra da firma (*sic*) por aquele²⁵².

Em data mais recente Philip Kenrick aduziu uma outra hipótese explicativa, justificando a vulgarização do hábito de estampar uma “marca de oleiro” no vaso com a necessidade da sua presença para alguém na cadeia de aprovisionamento que não o comprador comum mas sim o agente, militar ou civil, encarregue de conferir a respetiva encomenda²⁵³. Matizou assim o papel fundamentalmente publicitário que havia defendido em 2000, quando da publicação da segunda edição do *Corpus Vasorum Arretinorum*²⁵⁴. Como afirma, a partir da época de expansão da produção e consequente grande difusão dos vasos itálicos, a partir de 25 a.C., a presença da “marca” deverá relacionar-se em primeiro lugar com o caráter de certificação do produto mais do que com qualquer outra razão²⁵⁵.

O centro produtor de vasos de modo itálico de Le Montans de La Muette, em Lyon, coloca problemáticas mais específicas, merecendo por isso uma menção à parte. Distante da Península Itálica, na década de 70 do séc. XX verificou-se ali o achado de

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem; G. Pucci, 1982, p.82-94.

²⁵¹ C. Bergamini, 2003, p.133-144.

²⁵² G.H. Chase, 1915, p.19.

²⁵³ P. Kenrick, 2005, p.204.

²⁵⁴ OCK; P. Kenrick, 2002, p.8-9.

²⁵⁵ P. Kenrick, 2005, p.204.

fornos, instalações anexas, entulheiras, instrumentos de produção, moldes para produção de vasos decorados e recipientes comportando impressões de nomes de quarenta oleiros distintos, entre os quais itálicos bem conhecidos como *(C.)Attius*, *Rasinius*, *C.Sentius*, *L. (Titius) Thyrsus*, *Ateius*, *Rodo*, *L.Gelius* associado a *L.Sempronius*, *Xanthus*, sozinho e associado a *Zoilus*. Apoiando-se em estudos arqueométricos, desde cedo a investigação sobre o sítio comprovou a origem local dos vasos descartados bem como a existência de moldes para modelação de cálices decorados a relevo transportados desde Arezzo.

As primeiras publicações sobre La Murette interpretaram o centro oleiro como uma *sucursal* arretina²⁵⁶. E assim permaneceria designado em muitos dos estudos posteriores, como é patente nos textos de, entre muitos outros que se poderiam citar, G.Pucci²⁵⁷, Bernard Hoffman²⁵⁸, Bettina Hofmann, M.Picon²⁵⁹ e Martine Genin com Daniel Schaad²⁶⁰. La Murette iria ter um profundo impacto na investigação sobre o mundo antigo, ecoando nos estudos sobre outros materiais²⁶¹ e história económica do mundo romano²⁶², evocada como exemplo arqueologicamente comprovado do estabelecimento de *officinae* dependentes de uma *casa mãe* na transição do séc. I a.C. para o séc. I d.C.

A configuração das evidências e do trabalho de alta qualidade produzido conferiu uma aparência de grande solidez à conceptualização subjacente, de tal forma que enfrentou fraca resistência. Uma primeira tentativa de encontrar explicações alternativas seria esboçada por Jean-Louis Tilhard apenas em 1996, questionando o possível caso de homonímia de *Caius Sentius*²⁶³. Caberia no entanto a Gunnar Fülle a autoria do texto fundamental que rebate e desmonta a interpretação de La Murette como *sucursal* de olarias de Arezzo, alegadamente de *Cneus Ateius*, publicado em 1997²⁶⁴.

Historiador primitivista com robusta formação teórica na área jurídico-económica, esgrimiou argumentos muito consistentemente alicerçados em fontes históricas e legais. Na sua leitura, a segura deslocação de oleiros de Itália para as Gálias, possivelmente de

²⁵⁶ M. Picon e J. Garmier, 1974, p. 72-76; F. Widemann *et al.*, 1975, p. 45-59.

²⁵⁷ G. Pucci, 1985, p. 369.

²⁵⁸ B. Hofmann, 1986, p. 10-11.

²⁵⁹ B. Hoffman e M. Picon, 1990-1991, p. 3-31.

²⁶⁰ M. Genin e D. Schaad, 2007, p. 352-353.

²⁶¹ Seria ocioso estar aqui a cotejar todos os exemplos, podendo apontar-se para o caso português o exemplo do molde de lucerna assinado *Muntrept*, de Braga, indicativo da hipótese de abertura na *Callaecia* de uma sucursal da olaria itálica de *Munatius Threptus*- Conf. J. Alarcão, 1991, p.195.

²⁶² Forçando a admissão, pelos autores de perspetiva primitivista, da exceção de *Ateius* com que inaugurámos o presente sub capítulo.

²⁶³ J.-L.Tilhard, 1996, p.7.

²⁶⁴ G. Fülle, 1997.

estatuto servil, dificilmente significa que a gestão da sua produção seja feita diretamente a partir de Pisa ou Arezzo, sendo muito mais plausível que os indivíduos estivessem dotados de uma grande margem de autonomia que lhes permitiu operar no sítio, utilizando as múltiplas soluções legais disponíveis praticadas na época²⁶⁵. Ou que, cumulativamente, possam também ter ocorrido em Lyon circunstâncias contratuais específicas²⁶⁶, como as que antes foram enunciadas para Torrita di Siena e Scoppieto.

Parece, portanto, de pôr de lado a hipótese de existência de um *investidor-decisor* capitalista fabricante de *terra sigillata*, que entre 15 a.C. e 10 d.C., o lapso de tempo durante o qual funcionou o centro produtor gaulês, montou à distância um complexo oleiro, para aí deslocou artesãos e contratou outros localmente, gauleses. O que parece ter ocorrido é que, ao forte estímulo comercial dos mercados do Norte da Europa se seguiu uma resposta económica tradicional, da abertura de uma outra olaria, para a qual existem outras evidências nas Gálias documentadas indiretamente por “marcas de oleiro” e/ou análises arqueométricas, incluindo amostragens de Lyon, Vienne e Haltern²⁶⁷.

À parte o significado histórico-económico de La Murette, o que se constata é que é o centro de fabrico de *sigillata* de modo itálico de que melhor se conhecem arqueologicamente as instalações e os espaços, dado que os congéneres de solo italiano são reportados por escavações dos séculos XVIII e XIX ou testemunhados por áreas exíguas dos grandes centros como Arezzo e Pisa²⁶⁸, aguardando-se com natural expectativa os resultados integrais das escavações que vêm sendo executadas no pequeno centro de Scoppieto e, desde 2005, em Cincelli²⁶⁹.

Mas os dados de contextos de produção mostram que, para além dos grandes centros, formados em âmbito urbano ou suburbano, existiram muitas outras produções itálicas limitadas, elaboradas noutros ambientes. Mais difíceis de comprovar, por a sua presença no registo arqueológico não ser tão abundante, citem-se como exemplos rurais os do já mencionado Scoppieto, fabrico a cargo dos *Plotidii* no âmbito do *fundus* de uma *uilla*²⁷⁰, e o dos vasos assinados por *Sisanna*, *Venustus* e *Resen(us)*, com o espaço

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Idem, especialmente p. 126-127.

²⁶⁷ Idem, p. 145; OCK, p. 50; P.Kenrick, 2005, p. 204-205; S.V.Schurnbein, 1982.

²⁶⁸ OCK.

²⁶⁹ Escavações da responsabilidade conjunta da Università di Siena e da Rochester University, NY- Conf. P. Kenrick, 2005, p.201, nota 1.

²⁷⁰ N .Nicoletta, 2003, p.145-152.

artesanal inserido no edificado da *uilla* de Loron (*Istria*, Itália)²⁷¹. Situação similar assumem as denominadas produções militares, de que temos o caso, noticiado em 2003, da bateria de fornos descoberta no exterior do grande campo legionário de Haltern²⁷².

Gerados no âmbito de produção itálica, os róis de enformamento, constituem documentos valiosos para o conhecimento da organização interna das olarias. Os exemplos para a produção de modo itálico resumem-se a uma amostra muito limitada, composta por exemplares muito fragmentários: seis coletados em Arezzo, um em Pisa e outro em Horta, objeto de reapreciação recente por Giuseppe Camodeca²⁷³, e um outro, possivelmente de Arezzo, revisto na mesma altura por Philip Kenrick²⁷⁴.

As informações proporcionadas por estes textos comprovam que no interior das olarias existiriam mais artesãos: num exemplar de Arezzo de cronologia augústea, executado num prato marcado por *Rufius C. Annii (seruus)*²⁷⁵, mencionam-se especificamente seis outros escravos do *dominus* que contribuíram para a fornada, dos quais somente quatro estão documentados por “marca de oleiro”; num outro rol depositado no British Museum, revisto por Philip Kenrick e talvez também oriundo da mesma cidade do Arno, para além da particularidade de estar escrito em grego e de ser o único aretino gravado *prae coturam*, dele consta uma lista de nomes riscados um a um dos indivíduos que, no interior de uma olaria para nós desconhecida, compunham uma *ordo catilarion*, isto é, uma sociedade dos produtores de pratos, à qual pertenciam *Archelaus, Diogenes, Apollonius, Anteros, Eros, Gemellus e Verna(?)*²⁷⁶.

Para além das menções aos nomes das formas dos vasos enformados, como *catilli, paropsi(de)s e accetabula*, dois dos textos, um de Pisa e outro de Arezzo, mencionam a data de enformamento. Se bem que se trate de uma amostragem exígua, em ambos os casos sublinhe-se que o enchimento do forno ocorreu nos meses correspondentes ao final da Primavera e Verão, como acontece na documentação análoga e abundante de La Graufesenque e no único exemplar tardo-itálico conhecido²⁷⁷. Trata-se de uma evidência muito forte que indica a sazonalidade da produção oleira da *terra sigillata* de modo itálico. Este dado implica que uma parte da mão-de-obra envolvida no processo produtivo seria flutuante, possivelmente envolvida na captação e transporte de

²⁷¹ S. Cipriano, S. Mazzocchin (dir.) *et al.*, 2005, p.23-28.

²⁷² S.V. Schnuerbein, 2003, p.96-97.

²⁷³ G. Camodeca, 2005, p.209-210.

²⁷⁴ P. Kenrick, 2005.

²⁷⁵ G. Camodeca, 2005, p.209-210.

²⁷⁶ P. Kenrick, 2005, p.205.

²⁷⁷ G. Camodeca, 2005, p. 209-210.

matérias-primas (argila, lenha, ...), transporte dos vasos para secagem prévia à cozedura ou outras tarefas não especializadas, podendo estes trabalhadores ser externos à estrutura de propriedade das *officinae*.

A revisão do texto de um rol de Arezzo permitiu também a Camodeca identificar e restituir a expressão *fornax onero*, que traduz o ato de enfiar, como acontece de maneira similar nos róis gálicos citados²⁷⁸. Infelizmente, nenhum dos fragmentos referentes ao modo itálico conservou a contabilidade do número de vasos, e as evidências que permitem estimar os volumes dos fornos são escassas, mas suficientes para se admitir que as dimensões das construções deste tipo eram variáveis²⁷⁹.

Se os dados arqueológicos são limitados no que concerne a evidências materiais diretas da laboração das olarias itálicas, as impressões internas recolhidas em contexto de consumo, em muitos casos aliadas a análises arqueométricas, proporcionam ampla gama de informações, vasta e diversificada.

Como salientaram diversos autores, citando-se Pucci, Mees, Fülle ou Kenrick²⁸⁰, o essencial da mão-de-obra própria das olarias da Península Itálica era escrava. As grandes unidades de Arezzo e Pisa, como as de *Caius Annius*, *Cneus Ateius* e seus libertos ou *Publius Cornelius*, só para citar alguns exemplos, facultaram o registo de dezenas de “dependentes” de estatuto servil, testemunhados por “marcas de oleiro”. Conforme defende Kenrick, os textos das “marcas” reportam, para estas, ou o nome do proprietário, que pouco ou nada teve a ver com modelação de vasos, ou o de um seu dependente que conduzia a olaria em seu nome, ou a de um artesão²⁸¹ a que estava ou foi cometido algum grau de responsabilidade direta no âmbito da produção. Relembre-se que a força de trabalho especializada envolvida no fabrico não se esgotaria nos indivíduos mencionados nas “marcas” pois nem todos os artesãos das grandes olarias apareciam depois refletidos nos textos das impressões, como vimos antes. É o que acontece com o *Marinus* que esgrafitou o seu nome num punção de Arezzo com “marca de oleiro” de *Ateius* publicado por Arturo Stenico²⁸².

As “marcas” mostram igualmente a grande diversidade de dimensão das *officinae*. Nalguns casos limite o fabrico parece ter-se confinado à compulsão de uma fornada, no máximo, considerando o escassíssimo número de entradas no *Corpus Vasorum*

²⁷⁸ Idem, p. 210.

²⁷⁹ P. Kenrick, 2005, p.201-202.

²⁸⁰ G. Pucci, 1981, p. 99-121; G. Fülle, 1997; P. Kenrick, 1997, 2002, 2005; OCK; A.Mees, 2002, 2007 e 2011.

²⁸¹ P.Kenrick, 2005, p.205.

²⁸² A.Stenico, 1966, p.39.

Arretinorum e o conhecimento de um punção único que identifica a sua laboração²⁸³. Estas ocorrências, aliás, poderão incluir contratualizações feitas por proprietários fundiários ou por outros oleiros para completar as suas próprias encomendas.

As impressões estampadas nos vasos atestam também produções singulares com outros enquadramentos. A referência é feita agora em relação às elaboradas em âmbito militar, nos quais aliás a Península Ibérica apresenta importantes ocorrências: a fixação dos corpos militares envolvidos no conflito ásture e cantábrico, na *Hispania* setentrional, motivou a modelação local de recipientes de mesa, como os assinados *Q.* e *Lucius Terentius*, figlinários da *Legio IV Macedonica* ativos em Herrerga de Pisuerga²⁸⁴, como de igual forma, embora com um estatuto formal impreciso, as dos vasos marcados *Vrne/Arne* e *Vr/Vk* do mesmo sítio²⁸⁵, ou de *Caius Licinius Maximus*, “Oleiro da *Caliga*” e *L. M. Gen()* junto ao acampamento da *Legio VI Victrix*, em Léon²⁸⁶. Situação análoga ocorreu na *Germania*, com os vasos marcados *P. Flos*, produzidos em Haltern e talvez em simultâneo em Colónia, detetados fora destes locais em Neuss, Anreppen, Mainz, Wiesbaden e Andernach²⁸⁷.

A procura de proximidade aos mercados, em que o militar desempenha um papel primordial, está atestada noutras formas: o exemplo mais bem estudado é o de *Caius Sentius*, de que se conhecem vasos assinados em vários locais em simultâneo. Ao que parece sediado em Arezzo ou nas suas imediações, ali terá laborado entre 20 a.C. e 20 d.C.²⁸⁸ No Vale do Pó identifica-se o *nomen* em impressões com o mesmo desenho da grafia mas sem *praenomen*, aparecendo desta forma bem representado em contextos militares do Danúbio²⁸⁹. Como no sítio do norte de Itália, em La Graufesenque surge sem indicação de *praenomen*²⁹⁰, o que acontece de igual forma na maior parte dos casos de La Muette²⁹¹, tendo também operado num outro sítio incerto nas Gálias distinto de Lyon detetado pelas análises arqueométricas do acampamento de Haltern²⁹². O conjunto de evidências gaulesas indica fabricos vocacionados desta feita para os mercados do Norte, onde a presença militar era importante. Este conjunto de elementos deverá corresponder à deslocação de artesãos emancipados que outrora integraram a casa de

²⁸³ OCK.

²⁸⁴ C. Pérez González e E. Ilarregui, 2006, p. 112-113.

²⁸⁵ C. Pérez González, 1989, p.391-397.

²⁸⁶ V. García Marcos, 2006, p.97-110.

²⁸⁷ S.V. Schnuerbein, 2003, p.95-96.

²⁸⁸ Conferir comentário a OCK 1861, p.391.

²⁸⁹ OCK 1855, p.390.

²⁹⁰ OCK 1857, p.390.

²⁹¹ OCK 1856, p.390 e P. Kenrick, 2002, p.8.

²⁹² OCK 1982, p.131.

origem, agora estabelecendo-se de forma autónoma²⁹³, o que transparece pela frequente ausência de indicação do *praenomen*.

A partir do principado de Tibério, a esmagadora maioria das “marcas” assume a forma dominante *in planta pedis*, tipo que prosseguirá a uso nos fabricos denominados tardo itálicos, até ao séc. II d.C. Introduzido cerca de 15 d.C., correspondeu a uma espécie de sinal de garantia de qualidade do fabrico itálico do vaso²⁹⁴, onde o espaço destinado ao texto se contraiu, assim forçando a adopção de expressões mais abreviadas e curtas que proporcionam menos elementos de análise. Nada nos indica, contudo, que as olarias da Península Itálica, independentemente das suas dimensões, tenham modificado a sua organização e estrutura internas nesta altura.

O que então se modificou, e de sobremaneira, foram os mercados. As áreas setentrionais do império consideram-se perdidas para os centros oleiros da Península Itálica nos finais do principado de Augusto²⁹⁵. Este entendimento é bem ilustrado pelos elementos do acampamento de Haltern, abandonado cerca de 9 d.C., onde só estavam presentes fabricos de Lyon e provinciais, largamente prevalentes sobre os itálicos²⁹⁶. Trinta anos depois, o fim do processo está patente de forma expressiva no sítio militar de Hofheim, próximo de Haltern, onde só se fizeram representar produtos gálicos de La Graufesenque²⁹⁷.

Nem todas as *officinae* itálicas terão sobrevivido da mesma forma a esta circunstância histórica. O teste feito aos dados quantitativos do *Corpus Vasorum Arretinorum* relativos a oleiros e entradas mostra que, aparentemente, as estruturas económicas mais leves mantêm os perfis de início/fim de atividade sem ruptura acentuada. Pelo contrário, as de maior volume de produção extinguem-se quase na totalidade no referido período que medeia 10 e 40 d.C.²⁹⁸, acompanhando a contracção dos mercados até se confinarem exclusivamente ao espaço itálico e a alguma capacidade de penetração no Norte de África, Mediterrâneo Central, Baleares e parte do Levante Espanhol²⁹⁹.

A produção tardo itálica, em especial a pisana, irá mostrar que a um número restrito de oleiros documentados por “marca” a partir de cerca de 50 d.C.,

²⁹³ OCK, p.48-50; P. Kenrick, 2005, p. 205.

²⁹⁴ *Conspetus*, p.147.

²⁹⁵ OCK, p.36-37.

²⁹⁶ S.V. Schnuerbein, 1982, p.131.

²⁹⁷ M. Polak, 2000, p. 48.

²⁹⁸ R.B. Silva, 2005, p.99-100.

²⁹⁹ J.C. Quaresma, 2009, p.391 e segs.

correspondem muitos outros indivíduos envolvidos na atividade oleira, acerca dos quais os textos são silenciosos.

O achado de um rol de enformamento completo na Ilha de Migliarino (Pisa), reveste-se de uma importância fundamental para a compreensão da estrutura interna destas olarias. A listagem foi efetuada num prato marcado *Sextus Murrius Festus*, com produção situada entre cerca de 60 d.C. a 150 d.C., e respeita a essa *officina*³⁰⁰. O texto, elaborado nas últimas décadas do séc. I d.C. ou primeiras do seguinte, versa: *xii k(alendas). Augu(stas) (21 de Julho)/ Fornax minor one/rata/ Cretici catilli cccl/ Nonia(ni) catilli dcccl/ Saturni(ni) par(opsides) ccc/ Coniunc.(atus ?) ace(tabula) cxx/ Thiodori ace(tabula) dc*³⁰¹.

Os dados parecem ir de encontro às observações produzidas a propósito dos outros rôis itálicos revisitados pelo seu mais recente editor, G. Camodeca, ou seja: mais uma vez a fornada teve lugar no período que medeia o final da Primavera e o fim do Verão, indicando a sazonalidade da atividade oleira; mencionam-se cinco artesãos não documentados por “marcas” a operar naquela *officina*; o grafito foi elaborado *post coturam* e ostenta vestígios de um orifício, pelo que ou esteve suspenso no espaço de trabalho ou foi arquivado anexado a outro documento similar³⁰².

A novidade, já intuída por outros elementos, é a especificação da menção de um forno menor (*fornax minor*) e o número de vasos enformado, 2630, cifra modesta se comparada com a dos dados disponíveis para os fabricos da Gália³⁰³. Ainda assim, serve a Camodeca para estimar a capacidade da estrutura, que aliás pressupõe a existência na *officina* de uma outra de maior dimensão, ou porventura várias: supondo uma semana para modelar os vasos ao torno e, pelo menos, um mínimo de 36 horas de cozedura, mais tarefas de decantação da argila, recollecção de lenha e outras tarefas, são possíveis 15 fornadas anuais a executar entre Maio e Setembro para fugir ao risco de fortes chuvadas, com a consequente perda do trabalho³⁰⁴. O forno, por consequência, teria capacidade para a compulsão anual de 35-40000 vasos e, se se considerar apenas um outro forno com uma dimensão um pouco menor, atingem-se com facilidade cifras de

³⁰⁰ G. Camodeca, 2005, p.208.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Idem, p. 216.

³⁰³ Estimados em torno dos 10 000 a 40 000- Conf. A. Vernhet, 1981, p.25-43.

³⁰⁴ G. Camodeca, 2005, p.216. E. Murphy e J. Poblome (2007), repegando um pouco princípios teóricos de comparação etnográfica enunciados por D.P.S. Peacock (1982), contestaram posteriormente o conservadorismo das cifras estimadas pelo investigador italiano para o número de vasos modelados/dia por artesão com base no rol de enformamento, em torno dos 60-120 vasos/dia, invocando o paralelo de uma olaria tradicional do atual Paquistão que utiliza trabalho especializado, onde se registam cifras de 450 a 1000 recipientes- Conf. E. Murphy e J. Poblome (dir.), 2007, p.8.

80-90 000 vasos/ano³⁰⁵. De lembrar que o *Corpus Vasorum Arretinorum* apresenta 334 entradas para *Sextus Murrius Festus*³⁰⁶, que laborou 40 ou mais anos, pelo menos, remetendo a sua produção total para números na ordem dos milhões, interessante e quiçá ocioso exercício de reflexão acerca da natureza quantitativa do conhecimento arqueológico³⁰⁷.

Em conexão com o definhar da produção de modo itálico, e com a incapacidade de igual afirmação na mesma escala da sua sucessora mais tardia fora da Península Itálica, esteve o sucesso dos grandes centros sudgálicos de La Graufesenque e Montans.

Os mais antigos centros produtores das Gálias, na área do Languedoc e bacia do Ródano, parecem na origem equivaler a locais onde se estabeleceram inicialmente artesãos oriundos da Península Itálica que envolveram nos processos de fabrico outros, indígenas experimentados. As impressões mais antigas de sítios como os de Lyon³⁰⁸, Bram, Montans, Crambade, Jonquières³⁰⁹ ou La Graufesenque³¹⁰, não mostram porém a existência de uma dependência formal de gálicos relativamente a forâneos, e as morfologias dos vasos denotam uma simbiose entre uma forte tradição itálica e contributos autótones.

Este arranque da produção, perseguindo os mesmos fins, mas executado noutra ambiência social e cultural, produziria distintas formas de organização interna das olarias.

Gunnar Fülle defendeu, em data recente, que a organização interna itálica teria sido no essencial transposta para solo gaulês. Assim interpreta o testemunho da diversidade de artesãos como equivalente à força de trabalho colocada sob a alçada de um ou vários indivíduos de condição jurídica e económica superior, os detentores da olaria, numa relação do tipo “dependente / principal” em parte construída a partir de contratos similares ao de *Oxyrrinchus*, e que incluiria também um número elevado de artesãos de estatuto servil³¹¹. Não parece, contudo, que a leitura elaborada por este investigador seja desta feita suportada pelos dados, pois apenas um escravo está documentado entre os cerca de 600 oleiros ativos em La Graufesenque e 200 de

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ OCK 1212, p.290.

³⁰⁷ G. Camodeca, 2005, p. 216.

³⁰⁸ M. Genin e A.Vernhet (dir.), 2002.

³⁰⁹ M. Passelac, 1986a, p.35-38; Idem, 1986b, p.48-51; M. Passelac, R. e M. Sabrié, 1986, p.52-55;

³¹⁰ M. Genin (dir.), 2007, p. 41.

³¹¹ G. Fülle, 2000, p.44-70.

Montans, e a combinação de róis *versus* “marcas”³¹² demonstra a inexistência da aplicação do modelo contratual egípcio no sítio gaulês.

De todos os centros do sul da Gália, La Graufesenque é o mais bem estudado, como também, e de longe, o de maior expressão. Sobre ele foi publicada em data recente uma extensa monografia dirigida por Martine Genin e Daniel Schaad, em dois volumes, um abordando a arqueologia do sítio e outro os fabricos de vasos lisos e problemáticas gerais da produção³¹³. A obra amplia os conhecimentos já antes disponíveis numa vasta lista de monografias elaboradas até então, com destaque para extensos trabalhos como o clássico do Abade Hermet, a diversidade de textos de Alain Vernhet, a publicação do *corpus* dos textos contidos nas quase duas centenas de róis de enformamento por Marichal, as investigações de Mees sobre os vasos decorados, a monografia de Vechten por Marinus Polak, fundamental para o estudo das “marcas de oleiro”, e os estudos do naufrágio de Cala Culip IV, dirigidos por Nieto Prieto³¹⁴.

A documentação variada do sítio, que inclui diversificados contextos arqueológicos, quase duas centenas de róis de enformamento redigidos em latim e gaulês, “marcas de oleiro” nomeando indivíduos livres pelo seu *cognomen*, *duo* e *tria nomina*, mostra a existência de uma comunidade de artesãos numerosa, muitos dos quais trabalhando de forma independente, com fornos de capacidade variável e onde se pratica de forma extensa o enformamento comunitário, a par do individual e, com probabilidade também, o contratualizado.

Muitos dos oleiros das etapas iniciais de grande difusão, que se pode situar genericamente no principado de Tibério, continuarão documentados em “marcas de oleiro” em datas muito posteriores: tais os casos de *Acutus*, *Ardacus*, *Billicatus*, *Cocus* ou *Damonus*, entre outros, com o nome impresso desde c. 20 d.C. até, nalguns casos, o advento de Vespasiano³¹⁵. Este elemento demonstra que, como provavelmente aconteceu na produção itálica com *Cneus Ateius*, cujas oficinas pisanas terão passado a ser geridas por um grupo de libertos seus³¹⁶, também no sul da Gália por vezes a unidade de produção terá prosseguido a sua laboração após o falecimento do seu

³¹² Os róis de enformamento de cronologia cláudia são, a esse respeito, eloquentes- Conf. R.Marichal, 1988 ou Idem, 1986, p. 17-20. O único escravo é mencionado por D.P.S.Peacock, no seu clássico *Pottery in the Roman World: an ethnoarchaeological approach*, Londres e Nova Iorque- Conf.D.P.S. Peacock, 1982, p. 122.

³¹³ M. Genin (dir.), 2007.

³¹⁴ F. Hermet, 1934; A. Vernhet, 1979, 1986a, 1986b, 1986c, 2002; M. Passelac e A. Vernhet, 1993b; R. Marichal, 1986, 1988; A. Mees, 1995; M. Polak, 2000; J. Nieto Prieto, 1989; J. Nieto Prieto *et al.*, 1989 e J. Nieto Prieto e A.M. Puig, 2001.

³¹⁵ NOTS e M. Genin (dir.), 2007, p.273.

³¹⁶ P. Kenrick, 1997, p.179-190.

original detentor, mediante uma solução de gestão que pode ter sido encontrada no seu interior. Trata-se de mais um argumento a favor de uma designação das impressões como “marcas de *officina*”³¹⁷.

Como sintetizaram Martine Genin e Daniel Schaad, de toda a vasta bibliografia de referência sobre o sítio acima citada transparecem duas visões gerais opostas sobre a organização interna do centro oleiro do Tarn: um “artesanato agrupado” *versus* “um verdadeiro testemunho de indústria capitalista regida por uma hierarquia interna obedecendo a regras estritas”³¹⁸.

Renée Marichal defende que a existência de uma associação de tipo colegial, onde o *casidanos*, sacerdote eleito mencionado nos róis, que faz equivaler de alguma forma ao flâmine romano, deteria um papel fundamental na organização da produção e comercialização dos vasos³¹⁹. Um pouco neste sentido vai o entendimento de Geoffrey Danell, que embora descarte o relêvo concedido por aquele investigador ao papel do dito sacerdote ou dos *collegia*, entende existir uma organização interna centralizada³²⁰.

Nieto Prieto, por seu turno, interpreta a informação no sentido de “um conjunto de oleiros mancomunados”, agindo de forma concertada³²¹. Mais nesta linha, e rebatendo os argumentos de Marichal, a primeira perspetiva citada por Genin e Schaad foi avançada pela primeira vez por Jacob e Leredde, afirmando a inexistência de “qualquer associação profissional constrangedora” e entendendo que “os vários conjuntos de produtores mantinham relações profissionais não estáveis mas casuísticas, regidas por direito consuetudinário”³²².

Marinus Polak utilizou os róis para demonstrar a participação de indivíduos no processo produtivo que, apesar de livres, desempenhariam tarefas para outros oleiros, sendo, portanto, seus assalariados: é o caso dos oleiros mencionados nos grafitos que não marcaram vasos, como *Deprosagijos* e *Cosojus* (este último teria trabalhado sucessivamente para *Félix i* e para *Tritos* na modelação de determinados tipos de vasos), ou de *Tritos*, que forneceu quase exclusivamente *licuias*, *accitabili* e *paraxidi* para *Castus i*, mas produziu outro tipo de vasos para outros oleiros³²³. Da mesma forma, o registo de fornadas mostra que certos oleiros não possuíam forno próprio e recorriam

³¹⁷ Conf. R.B. Silva, 2005, p.62 e segs, com indicação da bibliografia sobre esta matéria a que se deverá acrescentar M. Genin (dir.), 2007, p.273-274.

³¹⁸ M. Genin e D.Schaad, 2007, p. 351-354.

³¹⁹ R. Marichal, 1988, p. 19 e 272.

³²⁰ G. Dannell, 2002, p.211-242.

³²¹ J. Nieto Prieto, 1989, p.107 e 113; J. Nieto Prieto e A.M. Puig, 2001, p.111-115.

³²² J.-P. Jacob e H. Leredde, 1986, p.23.

³²³ M. Polak, 1998, p.121.

ao de outros para a cozedura dos seus vasos³²⁴. Na perspetiva de Polak não se verifica, por consequência, uma relação constante entre o oleiro que não dispõe de forno e aquele que aceita os seus vasos, demonstrando assim que a organização da produção em La Graufesenque parece ter sido bastante flexível mas também especializada, considerando aqui “marcas” que documentam oleiros que só modelaram determinado tipo de vasos³²⁵.

Por seu turno, Allard Mees advoga que, com base na evidência disponível para a distribuição dos vasos decorados assinados, dos conjuntos destes provenientes de contextos selados de naufrágio, loja ou descarte portuário, como da articulação entre decorações feitas a molde e assinaturas dos vasos e entre estas e os nomes mencionados nos róis, caberia aos “fabricantes de moldes” ou “oleiros decoradores” a comercialização da *sigillata* ou, pelo menos, desempenhar um papel importante, decisor, neste âmbito³²⁶.

Na síntese mais recente, Genin e Schaad relembam que em La Graufesenque se verificam os seguintes elementos: centenas de *officinae*; um fabrico “calibrado”; um repertório normalizado e de grande longevidade; uma organização comercial potente e eficaz no longo termo³²⁷. Consideram também que a comprovada existência de diferentes níveis de indivíduos na organização interna, como de distintas escalas de produção das diversas unidades, postas em relação “*com a amplitude do fenómeno, levam a questionar sobre as instâncias que poderiam deter as rédeas deste negócio, tal é a dificuldade em imaginar que simples empresas mercantis, por mais fortes e ofensivas que fossem, pudessem montar um monopólio tal sobre os mercados*”³²⁸. Vão mais longe ainda, postulando que “*é preciso pensar em empresas perenes, trabalhando no longo termo, no quadro de um vasto programa posto em marcha no início do império, esquema incompatível com simples destinos individuais*”, vendo na fluidez de oleiros e moldes entre Montans e La Graufesenque, como nas áreas de comercialização bem diferenciadas dominadas por ambos os centros, mais uma manifestação material da

³²⁴ Idem e R. Marichal, 1988.

³²⁵ Idem.

³²⁶ A. Mees, 1994, p. 21 e Idem, 2011. A leitura do germânico não é, no entanto, isenta de controvérsia, como se constata pela imediata recusa desta interpretação por Armand Desbat e Alain Vernhet, in *Daf*, “Discussion”, p.41. Os estudos ulteriores, contudo, sugerem a correcção do entendimento de Mees- Conf. M. Polak, 2000; G. Dannell *et al.*, 2003; NOTS, reforçado pelos dados proporcionados pelos contextos fechados de comércio a retalho, como osde Oberwinterthur (E. Ebnöther *et al.*, 1994), ou o naufrágio de Cala Culip IV (J. Nieto Prieto e A. Puig, 2001).

³²⁷ M. Genin e D. Schaad, 2007, p.353.

³²⁸ Idem, p.353-354.

existência dessa instância superior que geria a comercialização e a produção³²⁹, o que os leva a concluir tratar-se de uma proto-indústria³³⁰.

A aplicação deste último conceito ao grande centro gaulês não é inovadora e já antes havia sido rechassada por D.Whittaker e J.Goody, fazendo aliás eco da necessidade sentida no âmbito da história económica de repensar a conformação da proposta inicial de Mendels³³¹.

Os dois investigadores britânicos repegam em diversos dados disponíveis, nomeadamente os proporcionados por diversos estudos, sobretudo de Alain Vernhet³³², procurando entender os aspetos fundamentais da produção como as fontes de matérias-primas, nomeadamente a madeira para combustível, a capacidade de compulsão anual de vasos, a mão-de-obra envolvida no processo e sua condição social e o escoamento da produção.

Em relação ao primeiro aspeto, a localização privilegiada do sítio, na confluência dos rios Tarn e Dourbie, num local de argilas abundantes e de qualidade, proporcionou facilmente fartos mananciais de água, tendo-se documentado aliás estruturas negativas equivalentes à captação hídrica³³³. No mesmo sentido, a área envolvente dos vales destes dois talwegues era, como ainda hoje é, rica em recursos florestais³³⁴, cuja exploração intensiva em Época Romana Imperial está arqueologicamente documentada, destinando-se à comercialização das madeiras e extracção de resina, finalidades maximizadas pela procura resultante do incremento da produção vitivinícola da Narbonense ao longo do séc. I d.C.³³⁵. Esta exploração florestal parece ter conhecido um desenvolvimento assinalável na região, sendo correntes os achados de anéis de ferro e liga de cobre ao longo do vale do Dourbie, interpretados como elementos para prensão dos troncos transportados por via fluvial³³⁶. Jean-Philippe Terreaux chega mesmo a explicar o acentuado declínio do centro a partir de 120 d.C. com a exaustão deste recurso³³⁷.

³²⁹ Idem, p.354.

³³⁰ Expressões como proto-industria, sucursais, casa mãe ou “*simples empresas mercantis*” ocorrem ao longo do texto dos dois investigadores franceses. Nomenclatura curiosa para quem declarara pretender fugir ao debate entre “modernistas” e “primitivistas”- Conf. Idem, p.353. Relembrem-se os dois parágrafos iniciais do presente subcapítulo.

³³¹ D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.225 e 243.

³³² A. Vernhet, 1981, p.25-43.

³³³ O contexto denominado “*Grand Canal*” -conf. M. Genin (dir), 2007, p.71-82.

³³⁴ A. Vernhet, 1981.

³³⁵ M. Genin e D. Schaad, (dir.), 2007, p.354.

³³⁶ D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.232.

³³⁷ J. -P. Terreaux, 2001 (acesso 21/03/2010).

Noutro sentido, aspetos acerca da mão-de-obra utilizados na produção oleira nunca haviam sido suficientemente explicitados até ao trabalho de Whittaker e Goody. Como vimos antes, os cerca de 600 oleiros atestados textualmente em “marcas” e grafitos, ativos ao longo de cerca de um século, não esgotam os trabalhadores envolvidos no processo produtivo. E, como ressalta das datas inscritas nos róis de enformamento, a atividade desenrolava-se sazonalmente entre Abril e Setembro³³⁸. Se as estimativas de Alain Vernhet estiverem corretas, isto é, se existirem no local cerca de 50 instalações oleiras dotadas de estruturas da dimensão do “*Grand Four*” com 12 fornadas anuais, e descontando os 10/20 % de defeituosos rejeitados, os fornos compulsariam 6 000 000 ou mais vasos/ano³³⁹; e se as estimativas de modelação /artesão/dia se situam nos 60/120 recipientes³⁴⁰ onde captar a força de trabalho necessária a uma escala de produção desta magnitude?

Para os dois investigadores britânicos citados, uma parte substancial do esforço de recolha do combustível seria proporcionado pelas acções de desflorestação, graças ao reaproveitamento dos ramos produzidos pelo desbaste dos troncos. Este manancial abundante, e que obrigatoriamente passaria por La Graufesenque, libertaria desta forma a força de trabalho local para outras tarefas. Mas, e o que parece muito sugestivo, também facultaria mão-de-obra abundante, dado que a atividade dos lenhadores é de igual forma sazonal e desenvolve-se entre Novembro e Março, justamente quando não se registam fornadas no centro oleiro³⁴¹.

Reforçando o carácter simbiótico da produção oleira de La Graufesenque, que se aplica em igual medida a Montans e, em certa medida, aos centros subsidiários de ambos, os mesmos investigadores chamam a atenção para a exportação de queijos de Nîmes. Mencionados por Plínio-o-Velho³⁴², seriam com muita probabilidade produzidos na região rutena do *Massif Central*, circunstância a que o mesmo autor da Antiguidade alude noutra passagem, menção partilhada mais tarde por Gregório de Tours. Trata-se de uma variedade de queijo que está na origem do duradouro e célebre Rochefort, que tanta importância económica assumiu para a região entre a Idade Média e o fim do séc. XIX³⁴³. Como acontece com a olaria e a exploração florestal, também esta produção

³³⁸ R. Marichal, 1988 e D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.232.

³³⁹ A. Vernhet, 1981, p.43.

³⁴⁰ G. Camodeca, 2005. Mais uma vez recordamos os argumentos de Elisabeth Murphy e Jeroen Poblome que reputam esta cifra de conservadora- Conf. E. Murphy e J. Poblome, 2007, p.8.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Plínio-o-Velho, *Naturalis Historia*, XI, 240 *apud* D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.233.

³⁴³ Idem, p.234-235.

pastoril é sazonal, desenrolando-se de Dezembro a Julho, proporcionando disponibilidade de efetivos para o trabalho nas *officinae* de *sigillata* em Agosto e Setembro³⁴⁴.

Dever-se-á aduzir, neste último âmbito, um comentário particular acerca dos punções epigrafados coletados nos círculos de La Graufesenque e Montans, aliás muito insuficientemente publicados ainda. Por um lado, e como por várias vezes foi comentado pela investigação, as impressões do Sul da Gália mostram grafias iguais para distintos oleiros e várias grafias para um só, o que leva a considerar que o *abridor de punções* era, em muitos casos, um trabalhador especializado³⁴⁵, no que difere do modo itálico. Por outro, e também ao contrário dos punções empregues para marcar a *sigillata* itálica, de pedra e argila e, raramente, madeira ou metal, os instrumentos dos centros gálicos são quase exclusivamente em osso³⁴⁶. Os dados sugerem, portanto, que a tarefa de produzir punções destinados à marcação seria desenvolvida por artesãos habituados a manusear o osso, o que aponta na direcção da atividade pastoril.

Outro aspeto parece corroborar o entendimento de Whittaker e Goody. As “marcas de oleiro”³⁴⁷, como os moldes para elaboração de vasos decorados, mostram que alguns oleiros operaram em alternância nos dois principais centros rutenos. Esta mobilidade só se compreende, entre outros fatores, no quadro de uma mão-de-obra sazonal, que periodicamente poderia optar por trabalhar no outro centro. Mas explica, por acréscimo, as íntimas relações que num quadro mais amplo dos fabricos gálicos se estabeleceram entre os dois locais e entre estes e Lezoux³⁴⁸, ou a facilidade com que ocorre, a partir do fim do séc. I d.C., o fenómeno de deslocalização de artesãos para Banassac³⁴⁹ ou o já citado Lezoux, atestando-se a mesma circunstância para Rheinzabern e Lavoye, o que proporcionará aos centros Este e Centro gálicos a preponderância nos mercados antes rutenos verificada a partir do primeiro terço do séc. II d.C.³⁵⁰.

Importa aduzir outro elemento à reflexão, relacionável com as estruturas não produtivas dos centros oleiros. A escassa evidência arqueológica correspondente aos espaços habitacionais identificados em La Graufesenque mostra raros edifícios dotados

³⁴⁴ Idem, p.238.

³⁴⁵ B. Hofmann, 1986, p.44; M. Polak, 2000, p.39.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Conf. NOTS.

³⁴⁸ P. Bet, R. Delage e A. Vernhet, 1994, p.19-42.

³⁴⁹ B. Hofmann, 1986, p.103-110.

³⁵⁰ Idem.

de alguma qualidade na decoração arquitectónica, com compartimentos pavimentados a mosaico e revestidos a fresco, denotando assim diferenças sociais e económicas entre artesãos³⁵¹. Esta distinta elaboração das construções poderá, para além do *status*, refletir a maior ou menor permanência no local dos seus utilizadores.

Para além dos fatores citados, a rede de transportes disponível assume um outro papel chave no sucesso de La Graufesenque. A existência ali da única ponte de pedra que permite o atravessamento do Tarn e a propriedade imperial das minas de metais preciosos, próximas, são importantes fatores³⁵². A estes aduzem Whittaker e Goody a relevante importação do sal em grandes quantidades do Languedoc, vital para a conservação e durabilidade do queijo produzido no *Massif Central*³⁵³. O sal constituiria a mercadoria de retorno que permitiria rentabilizar a viagem em carroça de Millau ao litoral do Sul de França, tendo em vista o transporte dos vasos em *terra sigillata* para os pontos de redistribuição, em particular Narbonne, necessidade que estimam em cerca de 500 veículos³⁵⁴.

Encerrando a sua leitura do grande centro ruteno, os investigadores britânicos que se vêm cotejando concluem da profunda simbiose económica que entendem ter ocorrido no território ruteno entre exploração florestal (madeira e resina), produção agro pastoril (queijo e, talvez, cabedal) e oleira (*terra sigillata*). Estas produções rurais, empregando uma força de trabalho rural, por definição inviabilizam a aplicação do termo proto-indústria, considerando mais adequado em termos conceptuais o emprego de manufatura³⁵⁵.

A partir dos Flávios, e concluindo-se no primeiro terço do séc. II d.C., desenrola-se um processo histórico complexo, onde os centros oleiros do sul da Gália, até então dominantes na maioria do espaço ocidental do Império, vão sofrer forte concorrência por fabricos elaborados em vários pontos disseminados neste âmbito geográfico. Nas *Hispaniae* os vasos de origem setentrional conquistam áreas extensas do interior, norte e espaços do sul, enquanto os meridionais marcam presença sobretudo na Bética e Lusitânia meridional. De igual forma, as produções itálicas tardias conhecem então alguma vitalidade, continuando a dominar de forma esmagadora a sua Península de

³⁵¹ D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.231. Conferir também A. Schaad (dir.), 2007.

³⁵² De há muito citada. Conferir referências múltiplas em A. Schaad (dir.), 2007. Uma boa noção é transmitida em Idem, p.30, IM. 6.

³⁵³ D. Whittaker e J. Goody, 2001, p.233.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Idem, p. 243-244. De igual forma, e dada a dimensão do fenómeno, questionam-se se outros similares não terão porventura ocorrido no mundo romano que permitissem formular um novo conceito aplicável a este tipo de realidades- Conf. Idem, p.244.

origem e denotando alguma competência nos mercados do Mediterrâneo, sobretudo na sua zona central. Na Britânia, Germânicas, Panónia, Ilírico e Gálias, excepto a Narbonense, as *officinae* renanas, centro e estegálicas dominam os aprovisionamentos³⁵⁶. Na área da atual Tunísia inicia-se modelação e exportação, ainda tímida para a pujança que irá adquirir mais tarde, de *terra sigillata* clara africana. Em pouco mais de três décadas o conjunto destes fabricos substitui em definitivo os vasos oriundos de La Graufesenque e Montans nas áreas comercialização outrora suas.

É neste quadro que despontaram e afirmaram as produções hispânicas, que passamos a abordar, convindo, em primeiro lugar, situar sua a origem.

Como aconteceu com as produções itálicas que tiveram lugar em território peninsular ibérico, também aqui se verificaram fabricos de *terra sigillata* sudgálica, pelos denominados “oleiros hispânicos precoces”: *Maternus*, *Asiaticus* e *M. Cornelius Reburus*. Trata-se de produções “singulares”, de artesãos datados da época dos imperadores Cláudios, com muito escassa compulsão e uma difusão estritamente regional, todos ubicados no norte da Meseta³⁵⁷. Embora estas experiências possam ter contribuído de alguma forma para o despontar da importante produção subsequente, não existem por ora evidências que o comprovem categoricamente.

Tanto quanto se pode discernir dos dados publicados, os dois grandes complexos oleiros de Andújar e Trício (ou La Rioja), distinguem-se no que respeita às origens do fabrico de *sigillata*. Em Andújar existe um saber fazer oleiro já ativo com exportação atestada que a antecede, envolvido na compulsão de, entre outros, lucernas, “paredes finas”, “vasos ibéricos”³⁵⁸ e, talvez, “cerâmica de tipo Peñaflor”³⁵⁹. La Rioja, por seu turno, inicia a sua laboração sem que se lhe conheça ali qualquer produção importante ou de exportação significativa, excepção feita aos pólos de Camprovín e Manjarrés onde se documenta o fabrico de “vasos ibéricos” pintados³⁶⁰.

O estágio atual dos nossos conhecimentos sobre a organização interna dos dois grandes centros de *terra sigillata* em solo ibérico não é comparável ao que hoje em dia detêm os outros antes abordados, sendo múltiplos os fatores que o explicam³⁶¹. Poderiam eleger-se dois como, porventura, fundamentais: ao ter uma difusão geográfica

³⁵⁶ M. Genin e D. Schaad, 2007, p.298.

³⁵⁷ E. Serrano Ramos, 1999, p.253-258.

³⁵⁸ M. Sotomayor Muro, M.R. Rouméns e M.I. Fernández García, 1999.

³⁵⁹ Utilizamos aqui a designação mais tradicional. Para uma visão abrangente da matéria- Conf. M. Bustamante Álvarez e E. Enguita, 2008.

³⁶⁰ M. Madrid Fernández, 2005, p. 341.

³⁶¹ Veja-se sobretudo e J. Buxeda i Garrigós e F. Tuset i Bertrán, 1995.

fundamentalmente restrita à Península Ibérica e *Mauretania Tingitana*, a *sigillata* hispânica enfrenta a especial dificuldade de, de um ponto de vista dos elementos que ancoram as datações, não dispor do precioso auxílio de contextos datados externamente, tão abundantes na Europa do Norte e que conformam uma fiabilidade de análise aqui indisponível; em segundo lugar, e como acontece para outras produções, verifica-se um insuficiente conhecimento arqueológico da estruturação dos espaços nos principais centros, com especial saliência para as áreas de habitat dos trabalhadores, estando igualmente por tratar em profundidade a leitura do enquadramento territorial dos sítios, à excepção da componente viária³⁶².

Corroborando a perspetiva sobre o segundo fator, o melhor testemunho, datado de 1999, é dado pelos próprios Roca Roumens, Sotomayor Muro e Fernández García para os trabalhos que executaram em Los Villares de Andújar: “(...) *el yacimiento (...) ocupa varias pequeñas parcelas de distintos propietarios, los cuales autorizan la realización de excavaciones con la condición de que se tapen los cortes realizados una vez finalizada la excavación (...); en este sentido se han evitado, a sabiendas, setores susceptibles de propocionar restos de estruturas, habiéndonos concentrado, en cambio, en la exploración de vertederos que ofrecen abundante material (...)*”.³⁶³

O panorama para o complexo de La Rioja é, a este respeito, um pouco distinto. Os pólos junto a Arenzaja de Arriba, La Puebla e Cereceda sucedem-se no tempo, iniciando-se a atividade no segundo após o fecho do anterior, no séc. II d.C. Mais a sul, em Bezares, está documentada a estrutura da olaria e instalações relacionadas, incluindo as de depuração da argila, para além de diversas entulheiras. Junto a Trício, dos pólos de Prado Alto, Rivas Caídas, Guerrero, Loz Pozos e La Alberguería, foram nalguns casos recolhidas evidências de instalações anexas de tratamento da argila e modelação ao torno dos vasos, para além de entulheiras. Camprovín, Manjarrés e Baños de Río Tobía conhecem-se exclusivamente por achados de superfície³⁶⁴.

A notícia de escavações recentes em distintos núcleos, de que merece menção específica El Quemao³⁶⁵, mostra bem as potencialidades de uma abordagem metodológica que incida sobre a espacialidade das *officinae*. Maria Pilar Sáenz

³⁶² Esta apreciação parece adequada em função do conteúdo das mais recentes sínteses sobre a matéria- Conf. J.C. Sáenz Preciado, 2007, p. 387-394; M. I. Fernández García e M. Roca Roumens, 2008, p.307-332. Note-se que neste último trabalho se dá conta de um projecto de estudo do enquadramento territorial de Andújar, recentemente posto em marcha- Conf. Idem, p.308. Os aspectos viários foram bem salientados para as produções do grupo de La Rioja por J.C. Sáenz Preciado, 2007, p. 391.

³⁶³ M. Sotomayor Muro, M. R. Roumens e M. I. Fernández García, 1999, p.20.

³⁶⁴ M. Madrid Fernández, 2005, p.340-341.

³⁶⁵ M.P. Sáenz Preciado, 2000.

Preciado reporta que as escavações de 1998-1999, por si dirigidas, detetaram cinco fornos e entulheiras de momentos diferentes das olarias ativas no polo³⁶⁶. Documentaram-se catorze oleiros já atestados anteriormente no local, entre os quais alguns dos de maior difusão da *terra sigillata* hispânica como *Flaccus Tritiensis*, *Lapillius* e *L.Valerius Paternus*, conjuntamente com outros ali desconhecidos como *Maximus*, *L.Aci() Sot()*, *Lucius Valerius Firmus* e *Cornelius Firmus*. De especial interesse parece tratar-se a associação de vários oleiros em alguns espaços, então ainda insuficientemente caracterizados, ao passo que uma área porticada para o exterior, dotada de pátio interno, corresponderia à olaria própria de *Agilianus*³⁶⁷.

Significa o conjunto destes dados que, como acontece na produção sudgálica, se verifica a ocorrência de enformamento comunitário, a par de fornos próprios? Tanto quanto sabemos, e ao contrário dos fabricos itálicos e meridionais gauleses, não se conhece na *Hispania* setentrional um único rol de enformamento que suporte este entendimento. E se à essa ausência deste testemunho se deve conferir relevância, o que produz as ocorrências conjuntas de produtos assinados por distintos oleiros nos contextos estratigráficos? Será uma parte da produção contratualizada internamente, mancomunada ou adoptaria outros modelos? Tratando-se de uma produção sazonal, se na Itália decorria no quadro de áreas suburbanas e *uillae*, como se verifica múltiplas vezes em solo hispânico, e na Gália do Sul de forma simbiótica com outros produtos rurais, qual(is) o(s) modelo(s) dos grandes centros produtores bético e tarraconense?

Em relação a esta última interrogação, a elevada concentração de olarias produtoras de ânforas no Vale do Guadalquivir, diretamente relacionáveis com a produção de azeite destinado à exportação, mostra mais um exemplo de produção rural simbiótica, considerando as épocas do ano de preferencial funcionamento dos fornos, na Primavera e Verão³⁶⁸, e a época da apanha da azeitona, que normalmente se desenvolve entre Outubro e Dezembro. A exploração oleícola poderá assim ter permitido também que Andújar captasse uma parte da mão-de-obra regional. Para o caso tarraconense, contudo, não se vislumbram as atividades económicas que poderão ter sido desenvolvidas pelos trabalhadores fora da época das fornadas, mas convem

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem, p.295.

³⁶⁸ Em sentido contrário, um dos grafitos *ante cocturam* recolhido no CIL e referente à confecção de uma ânfora Dressel 20 indica uma data em pleno Inverno, ao contrário dos restantes. Dado a conhecer posteriormente à elaboração deste texto por Juan Móroz Díaz e PieroBerni Millet (2012), se não invalida a nossa leitura, fragiliza-a de forma extrema. Agradece-se a Catarina Viegas a sua referência feita por ocasião da arguição da presente dissertação.

recordar que a região de La Rioja tem importante produção vitivinícola, e atendendo a que a época da vindima se desenvolve a partir do início do Outono, esta é uma das possibilidades a requerer maior investimento dos estudos.

Por mais estimulantes e fundamentais que sejam estas questões, aquilo que existe no momento ao dispor da investigação quase mais não permite do que a sua formulação, dado que a maioria da informação arqueológica veiculada dos diferentes locais de produção são resultado das recolhas de superfície efetuadas, de inquestionável alto valor informativo, mas claramente insuficientes para permitir leituras consolidadas da estrutura e organização interna da produção.

Portanto, o essencial do que conhecemos hoje da temática é a escassa informação referente às “marcas de oleiro”, internas e esgrafitadas em moldes para produção de vasos decorados, hábito epigráfico que permitiu conhecer o nome de cerca de meia centena oleiros de Andújar e de aproximadamente centena e meia de La Rioja, que tende a desaparecer ao longo do século II d.C., mas ainda ocorre muito esporadicamente em inícios séc. III d.C. nos vasos setentrionais³⁶⁹.

Em Andújar, o arranque enquanto centro produtor de *sigillata* é atribuído ao período de entre Tibério e Cláudio, com o seu auge exportador com os Flávios sendo as fases finais do fabrico atribuídas aos meados do séc. II d.C., segundo os investigadores ligados ao sítio³⁷⁰.

Estas cronologias foram recentemente contrariadas por Macarena Bustamante Álvarez, que demonstrou a inexistência de vasos deste centro em contextos seguros anteriores à época dos imperadores flávios na própria área de difusão que Andújar dominou³⁷¹. No mesmo sentido, os estudos de José Carlos Quaresma sobre os materiais de Miróbriga que, apoiado em análises químicas e nos dados estratigráficos, demonstra que os distintos fabricos por si estabelecidos para a *sigillata* hispânica de Andújar, como procedeu também para Trício, ocorrem preferencialmente em determinados períodos, mostrando-se ali o vigor das olarias béticas nos finais do séc. I e, sobretudo, ao longo da primeira metade do séc. II d.C.³⁷². A estes elementos poderíamos aduzir o contributo de vários dos contextos selados publicados da Praça da Figueira, em Lisboa, no seu conjunto datados dos anos 60 d.C., onde estes fabricos e os de La Rioja estão

³⁶⁹ Caso de *Agilianus* e *Masse*—Conf. M. Bustamante Álvarez, 2010a, respetivamente p.673 e 678. No caso do segundo oleiro, porém, o entendimento baseia-se num único exemplar, sendo recorrentes materiais mais antigos nas unidades estratigráficas com aquela datação.

³⁷⁰ M. Sotomayor Muro, M. Roca Roumens e M.I. Fernández García, 1999, p.32-33.

³⁷¹ M. Bustamante Álvarez, 2010.

³⁷² J.C. Quaresma, 2008, p.490.

ausentes³⁷³.

Quando Andújar iniciou a sua atividade de fabrico de *terra sigillata*, num momento impreciso do séc. I d.C., fê-lo com oleiros já estabelecidos e operativos no local: as “marcas de oleiro” comprovam a sua continuidade através do uso dos mesmos punções de entalhe empregues para marcar *sigillata* e antes lucernas³⁷⁴. Conhecendo-se cinquenta e dois oleiros, nas suas impressões e grafitos privilegiou-se o uso de *tria nomina*, *duo nomina* e um só nome, normalmente com textos muito abreviados que deverão na maioria corresponder a *ingenui*, libertos ou cidadãos, não se conseguindo adscrever nenhum *nomen* a qualquer terra tenente ou magistrado local no aro do centro produtor³⁷⁵.

Muito mais ativo, com maior compulsão de vasos e contando com cerca de centena e meia de nomes de oleiros repertoriados, o complexo de La Rioja desponta no principado de Vespasiano, assistindo desde o seu início a uma concentração de artesãos na região, testemunhada pelo abandono de centros mais distantes e sua transferência para as proximidades de *Tritium Magallum* e Vale do Najerilla³⁷⁶.

As “marcas” reportam-nos *tria nomina*, *duo nomina* e um só nome, mas também associações, no que difere do centro bético e que tem paralelo apenas na produção gálica e na de modo itálico efetuada fora da Península desse nome. Não possuímos, no momento, dados que nos permitam aprofundar o estatuto social dos artesãos, em qualquer dos casos de condição livre. Os escassos elementos colhidos da epigrafia não objetual sugerem a existência de distinções na sua hierarquia, como acontece com os *Mamillii* tricienses, família de produtores estudada prosopograficamente por Emilio Espinoza e que assim sabemos ter conseguido alcançar algum estatuto social e político em *Caesaraugusta* e *Tarraco*, tendo vários indivíduos da família alcançando magistraturas³⁷⁷.

O estudo fundamental levado a cabo recentemente por Macarena Bustamante Álvarez apresentou contributos inovadores, nalguns aspetos até revolucionários,

³⁷³ Conf. R.B. Silva, 2005, p.229 e seguintes. No local foram detectados dois exemplares hispânicos, atribuíveis aos dois grandes centros, associados à intensa campanha de obras na via norte datada de cerca de 65 d.C. Trata-se de elementos singulares, exumados numa faixa de pouco mais de 60 cm de largura, ao contrário das unidades estratigráficas atribuídas ao mesmo momento que escavámos a norte e a sul, em amplas áreas muito mais controladas em termos de escavação, e onde se recolheu *sigillata* em números elevados registando-se a ausência de fabricos hispanos. Esta dupla circunstância leva-me a questionar os meus próprios dados e pôr em causa as ilações que retirei em 2005- Conf. Idem, p.267.

³⁷⁴ M. Sotomayor Muro *et al.*, 1999, p.21-22.

³⁷⁵ F. Mayet., 1984.

³⁷⁶ M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.700.

³⁷⁷ E. Espinoza, 1999, p.267.

permitindo resolver muitas das indefinições cronológicas referentes à atividade dos oleiros de La Rioja e esclarecendo também os ritmos gerais destes fabricos setentrionais.

Ressalta, em primeiro lugar, que dos sessenta e um oleiros documentados nos contextos bem datados da lixeira urbana de Calle Almendralejo n.º 41, em Mérida, apenas dois iniciam a sua atividade após o início do séc. II d.C., e cinquenta e seis operam no curto lapso de 70-100 d.C., pelo que o essencial da produção setentrional documentada por “marca” é trabalho de uma geração de artesãos ao longo de apenas 20-30 anos³⁷⁸, provavelmente organizados em cartel, como se propôs para os dois grandes centros gálicos rutenos³⁷⁹.

Em segundo lugar, ao longo da maior parte do século II d.C. a produção é quase exclusivamente assinada por oleiros cuja atividade se iniciou no final da primeira centúria ou pouco após, caso de *Agillianus*, *Firmus Tritiensis*, *Lapillius* e *Valerius Paternus*, o que é interpretado pela investigadora espanhola como correspondente à concentração nas mãos de uns poucos indivíduos do grosso da produção³⁸⁰. Nota, de igual forma, que a extensa laboração comprovada pelo enquadramento contextual estratigráfico de “marcas de oleiro” das assinaturas citadas se estende, consoante os casos, ao longo de 80 a 100 anos, comprovando que o texto se reporta a sucessivas gerações de indivíduos, provavelmente no seio das mesmas famílias³⁸¹.

Em ambos os casos dos grandes centros hispanos conhecem-se olarias subsidiárias, constituídas como resposta à procura dos mercados. Os oleiros de Andújar estão envolvidos no estabelecimento de olarias na área de Granada, Málaga³⁸², La Salut, junto a Sabadell³⁸³ e Talavera de La Reina³⁸⁴, unidades vocacionadas para o abastecimento de centros urbanos de alguma entidade. Muitos outros pólos estabeleceram-se no quadro dos *fundi de uillae*, fabricos pontuais desenvolvidos ao longo dos séculos II e III d.C., possivelmente contratualizados e próprios, testemunhados sobretudo pelo achado frequente de moldes para elaboração de vasos decorados, muitas vezes de origem local comprovada por análises arqueométricas³⁸⁵, conformando uma realidade muito repartida, rica e complexa, para a produção

³⁷⁸ M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.700.

³⁷⁹ Idem, p.74.

³⁸⁰ Idem, p.700.

³⁸¹ Idem.

³⁸² E. Serrano Ramos, 1991.

³⁸³ M. Madrid Fernández, 2005, p.342.

³⁸⁴ L.C.Juán Tóvar, 1983.

³⁸⁵ M. Madrid Fernández, 2005, p.342 e seguintes.

hispânica daqueles momentos.

5.3. Sobre do estado atual dos conhecimentos sobre o comércio de cerâmicas finas durante o Alto Império Romano.

A noção dos preços atingidos pela *terra sigillata* nos diferentes contextos geográficos da Antiguidade é matéria que em boa medida nos escapa, considerando a exiguidade dos textos coevos sobre a matéria, duas episódicas menções esgrafitadas em vasos de cronologias e proveniências muito distintas³⁸⁶.

Pode-se presumir que certos mecanismos económicos se fizeram sentir no valor atingido pelos vasos nos mercados, designadamente os custos de produção, os de transporte e intermediação. Complementarmente, como se comprovou já para outras mercadorias que circularam no Império Romano, a intervenção do Estado, no que se convencionou designar por comércio institucional, ter-se-á refletido direta ou indiretamente na forma como se processou a distribuição, como denunciam as evidências do registo arqueológico, nomeadamente os contornos assimétricos verificados na difusão de certas cerâmicas, perfil de todo explicável pelos mecanismos de funcionamento do “*mercado livre*”³⁸⁷.

Tal como aconteceu na esfera produtiva, a investigação tem procurado esclarecer as diferentes formulações que o comércio de cerâmicas de mesa conheceu no Alto Império, resultantes tanto da multiplicidade de infra-estruturas económicas e financeiras presentes nos espaços de produção³⁸⁸ e consumo, como da diversidade de perfis sócio-culturais dos consumidores³⁸⁹.

O tipo de consumidores dos vasos em *terra sigillata* é decisivo na difusão do hábito, sendo equivalente ao que Greg Woolf denominou a “*revolução do consumidor*” em referência às Gálias, que se traduz pela romanização das províncias induzida através de novos padrões de consumo ligados à identidade social romana³⁹⁰.

A evidência arqueológica, mas também epigráfica, mostra a validade daquele entendimento, sendo aliás as “*marcas de oleiro*” um instrumento que o ilustra de maneira expressiva. A título ilustrativo, Roma mostra-se como um dos destinos primordiais dos vasos, acusando 5515 exemplares itálicos e tardo-itálicos repertoriados

³⁸⁶ J.C. Quaresma, 2002, p.80.

³⁸⁷ Entre muitos outros textos podem-se citar; P.F. Bang, 1995, 1997; G. Woolf, 1998; J. Carreras Monfort, 1999; P. Temim, 2001.

³⁸⁸ Vide subcapítulo “A organização interna das olarias”, *supra*, no presente texto.

³⁸⁹ M. Millet, 1980.

³⁹⁰ G. Woolf, 1998, p.169-205.

até ao ano 2000³⁹¹; até esse mesmo ano Mainz registara 497 “marcas” itálicas³⁹² e um número de impressões gálicas muito superior a 1000 exemplares³⁹³, o aquartelamento de Vechten 776 exemplares itálicos³⁹⁴ e aproximadamente 3000³⁹⁵ gálicos; nas Hispânicas, Tarragona e Ampúrias registavam os valores mais altos detidos pelos fabricos de modo itálico a seguir à *urbs*, respetivamente, 791 e 643 exemplares³⁹⁶, sendo sobejamente conhecido o enquadramento institucional, mas de igual forma militar, atribuível aos dois centros levantinos peninsulares. Os números atingidos por estes dois aglomerados hispanos, como os dos sítios militares setentrionais, contrastam com os de pontos maiores do Império Romano se se considerarem as respetivas dimensões demográficas e comerciais, demonstrando por si só que estes dois fatores não explicam as ocorrências: levando em consideração os valores atingidos pelas impressões itálicas, Alexandria acusa 202 “marcas”, Cartago 457, Putéolos 405 e Óstia 332. De fato, e como a investigação vem enfatizando, os volumes dos achados de *terra sigillata* de modo itálico e gálico dos sítios arqueológicos militares do Norte da Europa não têm paralelo quantitativo com os das paragens meridionais civis de dimensão demográfica comparável.

Por outro lado, a evidência epigráfica concorre no mesmo sentido e mostra uma concentração de *negotiatores* documentados por inscrições pétreas nas províncias do Norte, virtualmente datadas do séc. II e III d.C., indícios de uma óbvia conexão com os circuitos de abastecimento institucionais: Lyon, com 22 testemunhos dos 23 da *Gallia Lugdunensis* só é ultrapassada por Roma (71 exs.), estando bem acima de Óstia e *portus* (13 exs.), Colónia ou Mainz (12 exs.), números mais uma vez em contraste com os exemplos da *Narbonensis* (5 exs.), *Aquitania* (4 exs.), ou das ainda mais discretas atestações da *Britannia* (2 exs.), *Africae* (2 exs.) e *Hispaniae* (1 ex.)³⁹⁷.

O recurso ao elemento epigráfico reveste-se, aliás, de pertinente interesse. Com uma única exceção britânica, do aro de Lyon e Estugarda provêm as menções explícitas a *negotiatores cretariae* ou *negotiatores artis cretariae*³⁹⁸, datáveis de entre os finais do século I e o séc. III d.C., tomadas por vezes pela investigação como ilustradoras de um

³⁹¹ OCK-CD.

³⁹² OCK-CD

³⁹³ V. Geissner, 1904; P. Jung e N. Schücker, 2006.

³⁹⁴ OCK-CD.

³⁹⁵ M. Polak, 2000.

³⁹⁶ OCK-CD.

³⁹⁷ K. Verboeven, 2007, p.301.

³⁹⁸ Conf. D. Wells, 1977, p.136; Wiesbaden, Colónia e Middelburg- Conf.M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.75.

panorama mais genérico de comerciantes especializados presentes noutros espaços provinciais, mas escassamente documentados através das inscrições por questões sócio-culturais que se teriam refletido no distinto hábito epigráfico³⁹⁹. Em sentido contrário opinam outros autores, de forma aparentemente mais consistente, que fundamentados na repartição e localização dos testemunhos textuais citados perspetivam esta evidência como resultado da exigência de especialização de agentes comerciais na Gália do Norte motivada pelo volumoso comércio de vasos com destino aos importantes mercados militares do *limes* germânico e da *Britannia*, e por isso circunscritos a pontos-chave da sua redistribuição⁴⁰⁰.

Neste sentido, as condições para o surgimento destes grossistas seriam muito circunscritas geograficamente, de forma alguma se podendo supor a sua existência com a mesma dimensão noutras áreas, sugestão que parece reforçada aí pelo silêncio epigráfico sobre a matéria.

Mas, se as fontes textuais são omissas em relação à existência de agentes económicos de menor entidade que de alguma forma funcionaram como redistribuidores, como dos circuitos por eles usados, os dados arqueológicos são bastante ricos e esclarecedores a propósito das rotas de difusão dos vasos e, pontualmente, do carácter do comércio praticado.

A maioria dos mais importantes grandes complexos oleiros dos séculos I a.C.-II d.C., à excepção de Pisa e Putéolos, foram ubicados em localizações que claramente não tiveram em consideração a majoração das facilidades do transporte em navio, sendo servidos por eixos mistos fluvio-terrestres ou exclusivamente por redes viárias⁴⁰¹. Tais são os casos de Arezzo, La Graufesenque, Montans, Lezoux, Los Villares de Andújar e La Rioja, o que nalguns casos implicou a realização de trajetos longos percorridos em carro de tracção animal com os vasos, por vezes superando a centena de quilómetros⁴⁰², o

³⁹⁹ B. Hoffman, 1986 *contra* M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.75., onde a investigadora advoga cautelas no uso de terminologia latina.

⁴⁰⁰ S. Willis, 2005.

⁴⁰¹ Arezzo é servida pelo Arno, não se dispondo todavia de evidência arqueológica de mercadorias em trânsito. No caso de Lezoux, a circulação dos vasos dos centro produtor fazia-se através de pequenas embarcações pelo Loire, estando documentada apenas uma com o respetivo carregamento, contexto infelizmente mal caracterizado, na da foz do rio - Conf. M. Rhodes, 1986, p.50. Los Villares de Andújar servir-se-ia plausivelmente do Guadalquivir, como La Rioja do Ebro, através de *Caesaraugusta*, muito embora o essencial da sua difusão fosse exclusivamente terrestre- Conf. M. e J.C. Saénz Preciado, 1999.

⁴⁰² Para o caso de La Graufesenque foi estimada a necessidade de cerca de 500 carros para o escoamento da produção, ao longo de um trajecto de c.90 Km- Conf.D.Whittaker e J. Goody, 2001, p.233. O caso de La Rioja é mais expressivo, embora os números não tenham ainda sido estimados, tendo a difusão dos

que parece demonstrar o menor peso dos custos desta componente no cômputo geral dos ganhos obtidos com a venda da *terra sigillata* a partir dos centros produtores.

Contudo, e a despeito deste elemento, com exceção da difusão da mercadoria no interior da Hispânia a partir de La Rioja, os fluxos primários do comércio da *sigillata* utilizaram um transporte preferencialmente marítimo, compondo uma rede complexa de meios de comunicação e instalações de apoio.

A evidência arqueológica direta, é certo que escassa, parece suficientemente representativa a este respeito: as cerâmicas de La Graufesenque procuraram como primeiro destino os dois principais portos marítimos do Sul da Gália com caráter redistribuidor, assinalando-se em Narbonne a formação do depósito neroniano de La Nautique, resultado provável da acumulação dos despejos resultantes da triagem da cerâmica recebida antes do seu embarque para o outro porto de destino⁴⁰³, tendo em Arles ocorrido achados similares, sendo de notar tratarem-se das duas cidades que correspondem aos pontos fulcrais de difusão mediterrânica e de penetração para o vale do Rhône, eixo que atingirá depois Lyon, principal ponto aglutinador do abastecimento às populações militarizadas do *limes* germânico⁴⁰⁴; na Hispânia o Cala Culip IV, pequeno navio de 8 toneladas afundado na costa de Girona, partira da zona de Narbonne com 79 ânforas oleárias Dressel 20 béticas reaproveitadas para o envase de outro produto, 1475 vasos de paredes finas com a mesma origem, 2761 vasos de *terra sigillata* sudgálica e 20 lucernas de fabrico da zona da cidade de Roma, tendo naufragado quando percorria o trajeto plausível com destino a portos secundários mais a norte de Tarragona na costa levantina⁴⁰⁵; partido de um importante porto bético, o navio de maior calado de Port Vendres II (Golfo de Marselha), continha uma carga principal de 18 lingotes de estanho, ânforas béticas, contando com cerca de 50 Dressel 20, 15 Haltern 70, aproximadamente 10 Dressel 28 e um número inferior a 10 Beltrán I, acompanhadas de um “*número elevado*”, mas indeterminado e conservado praticamente inédito, de vasos de *terra sigillata* sudgálica⁴⁰⁶; no naufrágio de Dramond D, afundado no Var, a carga principal era constituída por ânforas ródias, grande quantidade de *mortaria* e em posição claramente subsidiária, lucernas e *sigillata* itálica⁴⁰⁷; também na costa meridional

vasos utilizado preferencialmente os grandes eixos terrestres do interior peninsular até atingir grandes pontos redistribuidores como Saragoça ou Mérida- Conf. M. P. e J.C. Saénz Preciado, 1999.

⁴⁰³ J. L.K Fiches *et al.*, 1979.

⁴⁰⁴ M. Rhodes, 1986.

⁴⁰⁵ J. Nieto Prieto, 1989; J. Nieto Prieto e A.M. Puig, 2001.

⁴⁰⁶ D. Colls *et al.*, 1977.

⁴⁰⁷ M. Rhodes, 1989, p.50.

francesa, o naufrágio Planier 1, para além das ânforas Dressel 2-4, transportava subsidiariamente também *sigillata* itálica e estatuetas em madeira⁴⁰⁸; na mesma área, embora um pouco mais tardio que os dois anteriores dentro do séc. I d.C., o carregamento principal de vinho itálico acondicionado em *dolia* no navio contentor conhecido como Grand-Ribaud D era acompanhado por pratos e taças itálicas, neste caso das formas Consp.22 e 33.1, contendo “marcas” de *Ateius*, *Cneus Ateius Mahes* e *Sex.T.Ac()*⁴⁰⁹; na *Britannia*, Londres assumiu-se como o principal centro receptor provincial, sendo vários os depósitos de descarte portuário identificados que incluíam quantidades elevadas de *sigillata* gálica, como os da Ponte de Londres⁴¹⁰ e New Fresh Wharf⁴¹¹; na mesma área geográfica, o navio de Pudding Pan Rock documentará o naufrágio na costa de Kent de uma embarcação, média para os padrões mediterrânicos, que efetuava a travessia do canal com uma carga principal seguramente constituída por vasos de *terra sigillata* e *nigra* de Lezoux, completada por telha⁴¹².

Os exemplos citados, destacados de uma lista um pouco mais ampla, comprovam arqueologicamente o transporte marítimo misto tendo por objetivo um destino correspondente aos portos redistribuidores principais à escala intra e extra provincial. No caso da *sigillata* do grupo de La Rioja, que circulou sobretudo por via terrestre, a evidência arqueológica do quantitativo dos vasos e “marcas de oleiro” mostra categoricamente que para a *Lusitania* a sua capital terá funcionado como principal centro redistribuidor⁴¹³, num papel que se assemelha ao modelo marítimo detido por Londres, Arles e Narbonne.

Noutro sentido, os naufrágios mencionados demonstram que esta cerâmica beneficiou dos fluxos de outras mercadorias para o seu transporte, motivo pelo qual se mostra frequentemente nos contextos arqueológicos de trânsito como elemento complementar de outras cargas principais, constituídas por produtos alimentares, metal ou material de construção.

A existência dos centros redistribuidores principais seria complementada à escala provincial pelas redes de comunicação aquáticas e terrestres, tendo as cidades funcionado como os pontos secundários da difusão da classe de cerâmica fina de mesa à escala regional. Os exemplos de armazéns junto às áreas de descarga surgem,

⁴⁰⁸ M. L'Hour, 1984, p.62; M. Corsi-Sciallano e B.Liou, 1985, p.24-25.

⁴⁰⁹ A. Hesnard *et al.*, 1988, p.89.

⁴¹⁰ M. Rhodes, p.48-49.

⁴¹¹ B. Dickinson, 1986.

⁴¹² M. Rhodes, 1989, p.50-51.

⁴¹³ F. Mayet, 1984, p.233.

igualmente, como evidência deste papel desempenhado pelos aglomerados: para além dos casos londrinos e gauleses de descarte portuário já mencionados acima, que implicavam a existência de *horrea* próximos, os conjuntos de Regis House, New Bridge Street (Londres)⁴¹⁴, Bittme Manor, Wroxeter, Budapeste, e, possivelmente, Gauting, Untereschenz e Burghöfe⁴¹⁵, mostram uma preferência por uma localização suburbana.

Esta será também a explicação mais plausível para a expressão quantitativa sem paralelo atingida pela *terra sigillata* na *uilla* romana de Represas (Beja), hipótese primeiro avançada por Jorge de Alarcão⁴¹⁶ a que Conceição Lopes deu outra consistência⁴¹⁷. O caso lusitano merece aliás uma menção especial, dado implicar que este papel redistribuidor para *Pax Iulia* desempenhado por aquela exploração rural se terá desenvolvido plurisecularmente, provavelmente ao longo de múltiplas gerações de uma mesma família, e que os resultados do negócio não terão sido suficientes para que os seus proprietários conseguissem a promoção arquitectónica do espaço construído ao nível de *uillae* próximas como as de Pisões ou Sulatesta⁴¹⁸, o que encerra também significado social na hora de aferir do *status* dos *mercatores* pacenses. Noutro sentido, Represas chama a atenção para o possível papel desempenhado por algumas *uillae* noutros locais de similar enquadramento geográfico, a aferir pela investigação futura.

Completando os circuitos que abasteciam os principais centros populacionais, as lojas que comercializavam *sigillata* documentadas arqueologicamente indiciam dois principais padrões locativos. O dominante é o da sua proximidade ao centro do espaço urbano, junto a uma das *uillae* principais, como acontece em Cosa, Autun, Mainz, Kempten, Magdalensberg, Bregenz, Colchester 1 e 2, Corbridge⁴¹⁹, Castleford⁴²⁰, e Narbonne⁴²¹.

Contudo, nos sítios militares do Norte da Europa, como em centros civis-militares na mesma área geográfica, a sua localização é periférica e fez-se preferencialmente junto à serventia das estradas, no quadro das *cannabae* ou das ocupações próximas aos acessos, como em Bellheim, Budapeste, Castleford, St.Albans, Winchester, Aichester, Szombathely⁴²² e Oberwinthertur⁴²³.

⁴¹⁴ M. Rhodes, 1989, p.52.

⁴¹⁵ Idem, p.49.

⁴¹⁶ J. Alarcão, 1990, p.435.

⁴¹⁷ C. Lopes, 1994, p.104-106.

⁴¹⁸ Conf. Idem, p.14.

⁴¹⁹ M. Rhodes, 1989, p.54-56.

⁴²⁰ P. Rush *et al.*, 2000, p.59.

⁴²¹ M. Sabrié, 2006.

⁴²² M. Rhodes, 1989, p.54-57.

Num e noutro caso, a situação dos estabelecimentos comerciais procurou (e conseguiu) em simultâneo uma boa acessibilidade e, sobretudo, pontos de frequência privilegiada dos consumidores-alvo, presumivelmente disputados com outros negócios e assim denotando a relativa rentabilidade da atividade do pequeno retalho.

As lojas repertoriadas são igualmente um valioso argumento para defender o elevado grau de especialização da venda a retalho da *terra sigillata*. Com excepção da loja de Bellheim, que continha vidro e outra cerâmica e onde terá funcionado também uma ferraria, as restantes ou são exclusivas ou vêm o comércio dos recipientes ser feito a par de outras produções peculiares: em Cosa, onde os achados equivaliam somente à zona de armazenamento feita no tardóz, encontraram-se 200 exemplares de *sigillata* itálica a que correspondiam 48 “marcas” distintas, 12 ânforas, cerca de 40 lucernas, 76 vasos de vidro e um número indeterminado mas significativo de cerâmica de paredes finas de fabrico itálico e de formas variadas de cerâmica de uso quotidiano regional; a de Bregenz encerrava 400 a 500 vasos em *sigillata* originária de Lezoux; a de Budapeste revelou um pequeno número de lucernas, *sigillata* de Lezoux e Rheinzabern; as quatro lojas próximas do acampamento militar de Castleford proporcionaram a recolha de almofarizes originários de *Camulodunum*, conjuntamente com 200 vasos decorados de Lezoux e um número indeterminado de outra *sigillata* gálica lisa; na loja I de Colchester assinalou-se um número volumoso, mas indeterminado, de *terra sigillata* de La Graufesenque, alguma cerâmica vidrada a chumbo gaulesa e 26 fragmentos de lucerna, ao passo que na loja II do mesmo local apenas estava presente *terra sigillata* rutena; a do *uicus* de Burghofe revelou vidro, *sigillata* sudgálica e objetos de bronze⁴²⁴; o descarte da de Autun, reafetado a uma reparação do pórtico respetivo, proporcionou a identificação de 1500 perfis atribuíveis a distintos vasos em *sigillata* de Lezoux, *terra nigra* talvez com a mesma origem e estatuetas em terracota⁴²⁵; a do *uicus* de Oberwinterthur evidenciou 435 vasos em *terra sigillata* de La Graufesenque, 20 estatuetas em terracota de Vénus, alguma cerâmica de paredes finas e diversas formas de cerâmica comum, sendo os vasos rutenos decorados saídos de moldes de *Passienus* e marcados internamente por *Aveius*, notando-se nos vasos lisos a ausência da assinatura deste último artesão⁴²⁶; a da Rue Lamartine, em Narbonne, apenas encerrava cerâmica rutena, onde pontuavam 94 “marcas” sobre vasos lisos de *Siluius*, 29 de *Iucundus ii* e 4 de

⁴²³ E. Ebnhötter *et al.*, 1994.

⁴²⁴ M. Rhodes, 1989, p.52-58.

⁴²⁵ E. Ebnhötter *et al.*, 1994.

⁴²⁶ Idem, p.21.

*Seuerus*⁴²⁷. Nas mesmas circunstâncias se encontram os elementos identificados em Magdalensberg, Mainz, Inchtuthill, St.Albans, Winchester e Wroxeter, onde a cerâmica fina de mesa foi encontrada acompanhada por e/ou vidro, lucernas, estatuetas em terracota ou bronze e vasos em cerâmica comum especializada (*mortaria*, pichéis ou jarros, neste caso destinados ao serviço de líquidos à mesa)⁴²⁸. No seu conjunto os dados prefiguram que a venda a pequeno retalho da *sigillata* constituiu um segmento de elevada identidade.

Sobretudo fora dos espaços onde se concentravam maiores efetivos humanos, é crível que a generalidade da difusão dos vasos fosse executada ou pelas tripulações dos navios, como negócio complementar ao frete nos pontos de paragem, ou por vendedores itinerantes conetados com os pontos de receção⁴²⁹, utilizando animais de carga ou veículos de tracção animal, assim se compondo o panorama das formas de difusão dos vasos. A aquisição *ex professo* a partir de um navio, loja de sítio portuário campano ou vendedor ambulante com esta origem deverão ser as explicações mais plausíveis para a presença da famosa “Caixa Atkinson” numa habitação de Pompeia, não encetada aquando da erupção de 79 d.C., encerrando 90 taças decoradas produzidas a molde em *terra sigillata* de La Graufesenque (36 do tipo Drag.29 e 54 Drag.37) e 37 lucernas de fabrico norte-italico⁴³⁰, reintrepretadas recentemente como uma plausível encomenda destinada a um banquete pelo comprador⁴³¹. A forma de empacotamento atestada em Pompeia, em caixa de madeira com as cerâmicas acondicionadas por palha, revela-se bastante apta ao transporte em besta de carga ou carro, sendo admissível outro modelo destinado ao transporte terrestre, em pilha de vasos envoltos em palha conscritos com cordame de fibra vegetal, que, por compreenderem distintas morfologias de recipientes, indiciam terem sido assim preparadas em momento ulterior ao seu presumível desembarque⁴³².

Dados arqueológicos de outra natureza permitem descortinar também outros aspetos da difusão da *terra sigillata* alto imperial, assumindo-se as “marcas de oleiro” como instrumento privilegiado para entrever a forma como seriam executadas as encomendas.

⁴²⁷ M. e S.Sabrié, 1986, p.47-48; S.Sabrié, 2006.

⁴²⁸ M. Rhodes, 1989, p.53-57.

⁴²⁹ Idem, p.46; J.T. Peña e M. MacCallum, 2009.

⁴³⁰ D.Atkinson, 1914.

⁴³¹ J.T. Peña e M. MacCallum, 2009.

⁴³² M. Rhodes, 1989, p. 49.

No que às produções de modo itálico respeita, as assimetrias na dispersão de oleiros como *Lucius Gellius* e *Caius Sentius*, cuja elevada concentração no eixo Adrático-Panónio é assinalável, ou do panorama similar registado para *Publius Cornelius* em relação às *Hispaniae*, são indícios fortes de um estreito envolvimento dos produtores com determinados mercados⁴³³.

Esta concentração na Península Ibérica motivou inclusive a interrogação de P.Kenrick “*did Cornelius own estates in Spain with consequent shipping interests?*”⁴³⁴, tendo sido aventado o seu envolvimento no comércio institucional com os corpos militares estacionados no norte da *Hispania*⁴³⁵ que os conjuntos das impressões destes locais, ao denotar grande heterogeneidade nos respetivos fornecedores, não autorizam cabalmente, dado registar-se apenas um fluxo singular daquele grupo de manufaturas de Arezzo-Cincelli para um dos asentamentos militares, Léon (12/51 exs.)⁴³⁶. Ainda assim assinala-se que no plano dos vasos decorados é maior a expressividade destas olarias aretinas, maioritárias em Herrera de Pisuerga⁴³⁷, que repartem os mercados de Astorga e Léon a este nível com os “rasinianos”, os “perenianos”, como acontece em muitos outros sítios civis hispanos, nomeadamente os ocidentais com carácter institucional de Braga⁴³⁸, Mérida⁴³⁹ e Santarém⁴⁴⁰, ou os desprovidos deste perfil de que se poderiam citar os casos de Conimbriga⁴⁴¹, Lisboa⁴⁴² ou Belo⁴⁴³, quadro que parece, portanto, equivaler a um panorama das importações de ampla validade geográfica.

Já para as produções gálicas, onde La Graufesenque se destaca como principal centro produtor, alguns autores defendem uma especialização de oleiros em determinados nichos de mercado⁴⁴⁴. Porém, a utilidade das impressões internas dos vasos é aqui limitada, pois se se compararem os totais dos números das “marcas” quer em termos de regiões apartadas, quer relativos a mercados de características vincadamente distintas, os manufatores de maior compulsão tanto aparecem melhor representados no Norte da Europa, de que os sítios militares eram os principais

⁴³³ OCK, p. 45-46.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ R.B. Silva, 2005, p.293-294.

⁴³⁶ Admitindo a funcionalidade militar de Lugo-M.C. Carreño Gascón, 1997, p.20-, segura em Astorga, Herrera de Pisuerga e Léon- A.Morillo Cerdán e V.García Marcos, 2003, p.297-299- *apud* Idem.

⁴³⁷ C. Pérez González, 1989.

⁴³⁸ R. Morais, 1998.

⁴³⁹ J.M. Jérez Linde, 2005.

⁴⁴⁰ C. Viegas, 2003a.

⁴⁴¹ A. Alarcão, 1975a.

⁴⁴² C. Bolila, 2010.

⁴⁴³ A. Bourgeois e F. Mayet, 1991.

⁴⁴⁴ A. Mees, 1994; M. Polak, 2000; J.J. Castellano Castillo, 2000.

consumidores, de que são exemplo Vechten⁴⁴⁵ ou Valkenburg⁴⁴⁶, como em Itália, onde estes fabricos são minoritários⁴⁴⁷, ou no Estreito de Gibraltar⁴⁴⁸, Cartagena⁴⁴⁹ ou *Lusitânia* e *Callaecia* ocidentais, mercados predominantemente civis e de fluxos mais repartidos⁴⁵⁰.

Mais esclarecedores a este respeito vêm-se revelando os estudos sobre produções decoradas com a mesma origem, de que se destacam os conduzidos por Allard Mees⁴⁵¹, que vêm demonstrando que aos “oleiros-decoradores” rutenos coube um papel decisivo na organização da venda dos vasos, tendo provavelmente comissionado ou contratado a elaboração dos recipientes lisos e decorados a partir dos seus próprios moldes, e gerido a encomenda global, de forma independente ou associados conjunturalmente entre si⁴⁵². Assim se explicaria a composição do “*stock*” da loja de Oberwinterthur⁴⁵³, a que já se aludiu, como a especial incidência na área militarizada do Danúbio dos vasos ornados de *Passienus*⁴⁵⁴, ou daqueles saídos dos moldes dos mais tardios rutenos *Amandus iii*, *Bassus ii*, *Pas()* e “*Oleiro da Roseta I*”, com notada maior representatividade na Gália Narbonense e segmento de mercado secundário itálico, dominado pelas elaborações itálicas mais tardias⁴⁵⁵.

Os fabricos hispanos, por seu turno, detêm uma difusão restrita ao aro Ibérico, à vizinha *Mauretania Tingitana* e uma estreita franja aquitana, com episódicas atestações fora destes espaços, na Itália e *limes* germânico⁴⁵⁶.

A orientação dos estudos modernos sobre a *terra sigillata* hispânica tem feito incidir um dos seus principais focos de interesse no balanço das quotas de mercado detidas pelos dois grandes centros de La Rioja e Andújar, fazendo notar nos estudos

⁴⁴⁵ M. Polak, 2000.

⁴⁴⁶ J.K. Hhaalebos, A. Mees e M. Polak, 1991.

⁴⁴⁷ A. Martin, 1994.

⁴⁴⁸ M. Bustamante Álvarez, 2009.

⁴⁴⁹ J.J. Castellano Castillo, 2000.

⁴⁵⁰ R.B. Silva, 2005, Anexo B.

⁴⁵¹ A. Mees, 1994, 1995, 2002, 2005, 2007 e 2011. Elementos que aliás constam também da base de dados electrónica sediada no sítio do Römisch-Germanischen Zentralmuseums de Mainz a que antes se fez referência em sub-capítulo anterior.

⁴⁵² A. Mees, 1994, p.20.

⁴⁵³ E. Ebnöther *et al.*, 1994.

⁴⁵⁴ A. Mees, 2005.

⁴⁵⁵ A. Mees, 1994, p.20.

⁴⁵⁶ Conf.M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.88 e segs.

mais recentes as limitações sentidas pelo centro bético para se impor mesmo no seu aro preferencial de difusão, bético e lusitano meridional⁴⁵⁷.

A especial incidência das assinaturas internas de certos oleiros tricienses em determinados espaços, em que Mérida joga um papel fundamental, tem mostrado que esta cidade, como Astorga e Saragoça, como já antes se havia referido, deteve um papel fulcral como ponto redistribuidor grossista das elaborações cerâmicas tricienses, situando-se neste âmbito as impressões de maior longevidade de *Valerius Paternus* ou *Lapillius*.

Apesar deste quadro dominante relativo à difusão terrestre dos vasos hispanos setentrionais, a atestação quantitativamente relevante de vasos riojanos em sítios litorais, de há muito notada por J.Montesinos i Martinez para Elche e, sobretudo, Valência, dado tratar-se comprovadamente de um importante porto redistribuidor de outras mercadorias, supõe um trajeto alternativo de circunavegação para Oeste das cargas de cerâmica fina de mesa⁴⁵⁸, que melhor explicaria as ocorrências africanas e da bética litoral⁴⁵⁹, fluxos supostamente direccionados a partir de Mérida na perspectiva de Françoise Mayet, aproveitando no trajeto as exportações de *oleum* bético⁴⁶⁰.

No mesmo sentido, a contrastação das “marcas de oleiro” patentes em Mérida e Lisboa, o mais forte candidato a principal porto redistribuidor lusitano, denotaram já diferenças significativas nas frequências atingidas pelos manufatores tricienses⁴⁶¹, tendo permitido colocar a hipótese de trabalho de a partir dos dados de ambos os locais se virem a aferir os circuitos que serviram outros espaços lusitanos: este entendimento parece sugerido pelos dados disponíveis para Alcácer e Tróia (Grândola), que mostram o eixo do Sado mais vinculado ao comércio dos vasos da capital provincial do que a *Olisipo*, apesar de esta estar geograficamente mais próxima, ou um perfil de Conimbriga mais aproximado ao do NO peninsular e com grande probabilidade conetado com Mérida, dada a significativa presença das marcas de *Lapillius* e *Valerius Paternus* e a boa representatividade atingida por *L.Sempronius/Sempronius* e *Flaccus*⁴⁶².

⁴⁵⁷ Uma das primeiras observações a este respeito foi formulada por Maria da Conceição Lopes (1994, p.54), corroborada por diversos estudos ulteriores- Conf. C. Viegas, 2003a e 2011; R.B. Silva, 2005; J.C. Quaresma, 2008 e 2009; M. Bustamante Álvarez, 2010.

⁴⁵⁸ J. Montesinos i Martinez, 1982, 1992 e 1998; R.B. Silva, 2005, p.268 e 304; circuito que Macarena Bustamante Álvarez põe em relação com a necessidade de averiguação da circulação das ânforas vinárias tarraconenses- Conf. M. Bustamante Álvarez, 2010a, p.84.

⁴⁵⁹ No caso, *Baelo Claudia*- Conf. A. Bourgeois e F. Mayet, 1991.

⁴⁶⁰ F. Mayet, 1978.

⁴⁶¹ R.B. Silva, 2005, p.272.

⁴⁶² Idem, p.304-308, em especial p.305-306.

Os problemas de há muito sentidos na investigação contemporânea sobre os produtos hispanos⁴⁶³, como já antes se afirmou, foram alvo de desenvolvimentos recentes, com especial destaque para o contributo dos dados crono-tipológicos obtidos nos contextos emeritenses da Calle Almendralejo n.º41, recentrando a discussão no cabal esclarecimento das datações e ritmos das produções e difusão dos vasos peninsulares alto-imperiais⁴⁶⁴. No momento, estes avanços na investigação implicam uma revisão e/ou atualização dos dados referentes aos diferentes sítios, condição essencial para se vir a atingir uma sofisticação do conhecimento próxima da já obtida para os fabricos da Península Itálica e das Gálias.

6. A Península de Lisboa no quadro da Lusitânia Ocidental.

6.1. Definição do âmbito espacial de análise.

A delimitação do âmbito geográfico considerado resulta dos pressupostos da investigação presente, da sua intenção de perspetivar a circulação e fluxos de vasos em *terra sigillata* na Península de Lisboa, ponto de apoio fundamental nos itinerários marítimos e terrestres da fachada ocidental das Hispânicas e também, num sentido mais abrangente, o papel da área no trânsito intra e extra provincial daquele tipo de mercadoria. Interessou, portanto, a incorporação de dois outros vetores espaciais, situados para além dos conceitos admissíveis para a expressão *Península de Lisboa*, de forma a aferir o comportamento deste tipo de comércio ao penetrar pelo Vale do Tejo e ao longo da orla atlântica que, apesar da artificialidade da configuração assim obtida, constitui um território ligado ainda hoje por múltiplos elementos comuns da sua geografia física e humana.

Entendeu-se assim, e em função das características da navegação fluvial evocadas em conhecidos trechos de textos da Antiguidade, que seria pertinente a consideração da totalidade do troço então percorrido pelos navios de grande porte, que, nas palavras de Estrabão⁴⁶⁵, atingiam seguramente a atual Santarém ou suas cercanias. E é esta relevância do rio para os fluxos económicos de época romana que fundamenta também a inclusão da área correspondente a ambas as margens ribeirinhas.

A parte mais meridional do Oeste, por seu turno, constituiu-se noutra orientação vetorial a investigar, tendo em vista a averiguação dos perfis de importação da cidade

⁴⁶³ Vide reflexão crítica em J. Buxeda i Garrigós e F. Tuset i Bertrán, 1995.

⁴⁶⁴ M. Bustamante Álvarez, 2010.

⁴⁶⁵ Estrabão, *Geographia*, III,3,1.

portuária atlântica de *Eburobrittium*, potencialmente denunciadores do papel redistribuidor de *Olisipo* e/ou do trânsito de mercadorias pelo atlântico, de e para norte.

Ficaram desta forma definidos os contornos de um espaço amplo, cujos limites meridionais e orientais se situam na bordadura da margem esquerda do Estuário e Baixo Tejo, o Oceano Atlântico pelo ocidente, a norte a provável fronteira entre as *ciuitas* de *Eburobrittium* e *Collipo*⁴⁶⁶ e, pelo leste, o meridiano de Santarém. É este o território abordado no presente trabalho, e é em referência a ele que se aplicou, de forma conscientemente excessiva, a expressão Península de Lisboa, de grande tradição na literatura arqueológica portuguesa, sobretudo para estudos de períodos mais remotos⁴⁶⁷.

6.2. Caraterização genérica da geografia do território em estudo: caraterísticas físicas.

A região considerada encerra realidades variadas no domínio da geografia física, integrando na sua maior parte o que H. Lausentach, Orlando Ribeiro e Susanne Daveau definiram como o Portugal Litoral Médio, com a zona próxima da capital do Ribatejo inserida no que designam como Bacia do Tejo e respetiva planície aluvial de acumulação⁴⁶⁸.

Em relação às grandes unidades morfo-estruturais Ibéricas, a maior parte do espaço em estudo integra a orla sedimental do Secundário, uma superfície aplanada de enchimento, de paisagem monótona arenosa e argilosa, de relêvos suaves a baixa altitude, e a parte mais encaixada dos arredores de Santarém à Bacia sedimentar Terciária e Quaternária do Tejo, de origem tectónica cenozóica, que posteriormente recebeu uma sucessão de contributos aluvionares, sobretudo de origem continental⁴⁶⁹.

⁴⁶⁶ J. Alarcão, 1988.

⁴⁶⁷ A.C. Sousa, 1998.

⁴⁶⁸ H. Lausentach *et al.*, 1987, p.165, fig. 2.

⁴⁶⁹ R.S. Brito (dir.), 1994, p.47 e segs.

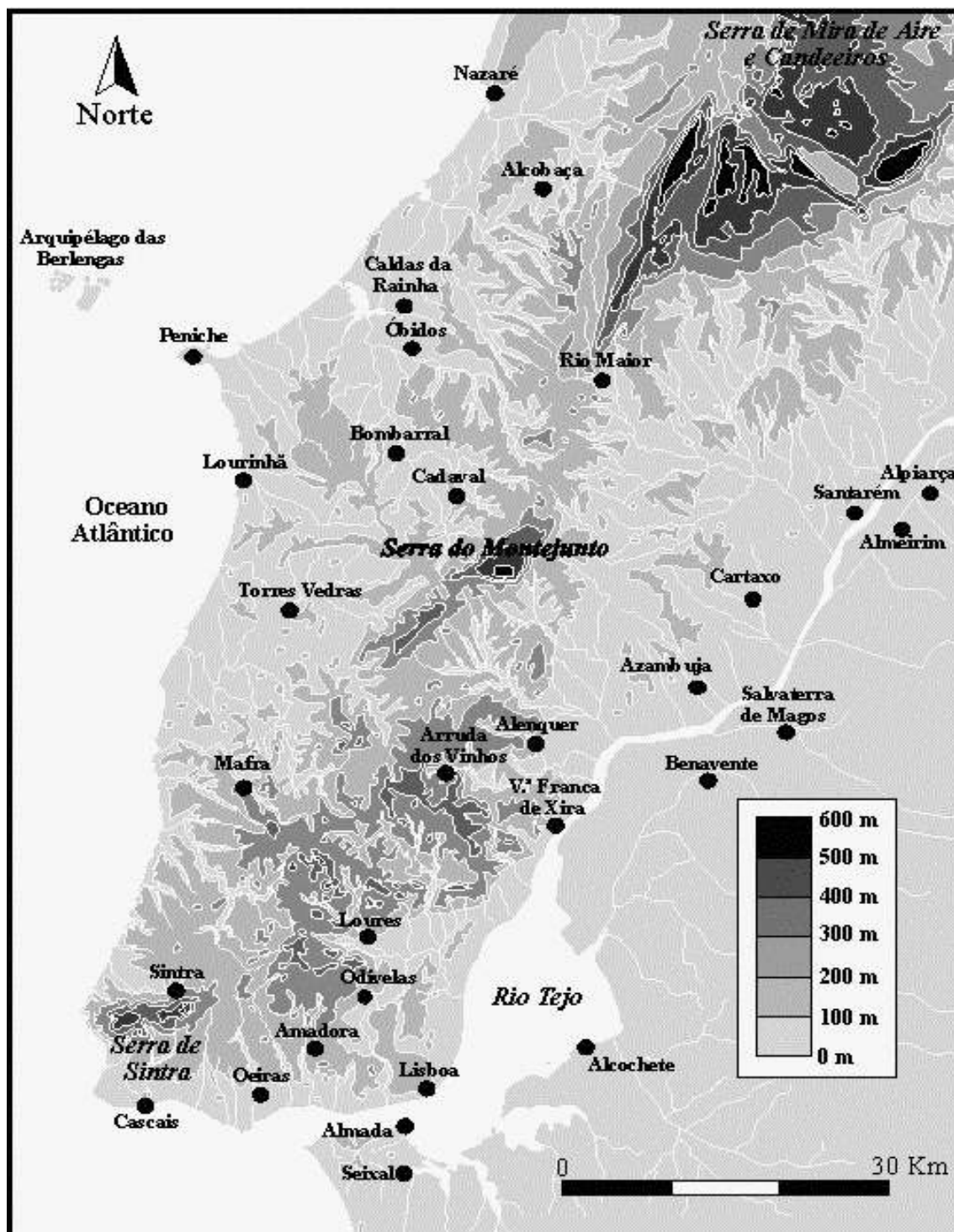


Figura 1- Mapa político da região de Lisboa, Vale do Tejo e Oeste considerada, com indicação das sedes de concelho e principais marcos paisagísticos.

Duas cristas calcárias do Jurássico dominam a paisagem: o Maciço Central Estremenho e o Montejunto, com respectivos prolongamentos, que se estendem de forma

longitudinal ao longo da área, e desta forma delimitam os dois ambientes distintos das áreas ribeirinhas do Tejo e da orla atlântica⁴⁷⁰.

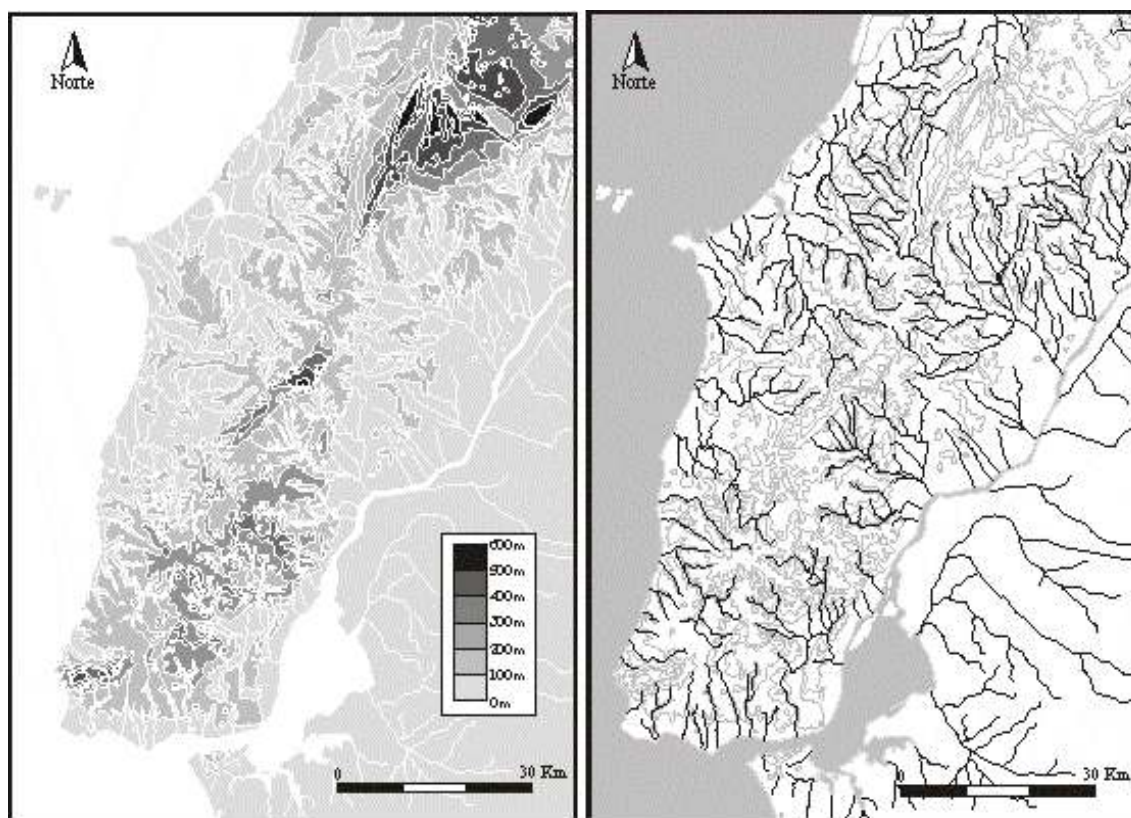


Figura 2- Relevo e hidrografia da região de Lisboa e Vale do Tejo e Oeste consideradas no âmbito do presente trabalho.

Outras ocorrências de carácter mais tónico estão também presentes, merecendo destaque o complexo eruptivo de Lisboa, de que se salientam o maciço granítico de Sintra, exposto por erosão, e, no SE da Península, o manto basáltico, que se estende de Monsanto (Lisboa) ao paralelo de Torres Vedras. A zona aplanada da orla atlântica que se desenvolve a partir da vertente norte da Serra de Sintra é interrompida no Oeste pelo Vale Tifónico das Caldas da Rainha e pelo de Turquel (Alcobaça), sendo o limite desta a falha correspondente à aprumada encosta poente da Serra dos Candeeiros

A área da Estremadura Meridional, segundo Orlando Ribeiro limitada ao norte pela zona da Nazaré⁴⁷¹, e portanto genericamente equivalente à antiga zona de fronteira entre as ciuitates de *Eburobrittium* e *Collipo*, é no geral bastante acidentada, composta por maciços, superfícies de erosão, numerosas colinas e outeiros, mostrando na sua maioria solos fracos e delgados. Essencialmente calcários, apresentam-se muito

⁴⁷⁰ S. Daveau, 1998, p.42-44.

⁴⁷¹ Idem, p.98-99.

conetados com a rocha de base, formados por processos erosivos peculiares de dissolução que dão origem à *terra rossa*⁴⁷², ou por margas e arenitos, também cretácicos. Fogem a este horizonte genérico as manchas de solos do manto basáltico de Lisboa, um pouco mais espessos, como os aluviões presentes nos vales dos cursos de água que desaguam no Oceano, na sua maioria bastante encaixados.

A costa atlântica é constituída por arribas altas e aprumadas, de cota superior a 50m, interrompidas por rochas ou arribas mais baixas no espaço entre a zona um pouco a sul da Lourinhã e a Foz do Arelho (Caldas da Rainha)⁴⁷³. Pontuam este interface marítimo pequenas baías ou enseadas correspondentes à foz dos talwegues que atravessam a plataforma de colinas e outeiros da Estremadura Meridional e, com outra origem e maior amplitude, o Vale Tifónico das Caldas da Rainha, que articula no seu interior as antigas zonas das baías de Óbidos, São Martinho do Porto e Nazaré, muito assoreadas já em época histórica⁴⁷⁴. Neste âmbito, as únicas zonas de litoral baixo correspondem ao espaço correspondente ao assoreamento da atual Península de Peniche, na época romana uma ilha destacada do litoral⁴⁷⁵.

A Bacia do Tejo, sujeita a relevantes inundações periódicas, é composta por aluviões, com areão emerso e sapal desde a confluência do Zêzere com o grande rio até aos sapais do seu Estuário. Estas realidades são delimitadas na margem esquerda pelas plataformas correspondentes aos terraços quaternários de Benavente, Salvaterra, Muge, Almeirim e Alpiarça, altos e de rebordo nítido, por seu turno limitados para o interior a SE por detritos miocénicos e pliocénicos. Na zona de Santarém predominam as argilas, arenitos e conglomerados cenozóicos. Nas proximidades de Lisboa e orla fluvial do Estuário tagano, do lado de Almada, o calcário e arenito miocénico, marinho e lacustre⁴⁷⁶.

Na margem direita do Tejo merecem menção os aluviões dos vales mais amplos dos sistemas hídricos dos principais afluentes do Tejo, o Trancão, Rio Grande da Pipa e Alviela. A Várzea de Loures, correspondente uma antiga lagoa quaternária, possui solos aluvionares espessos, e de muito elevada capacidade agrícola, os únicos de classe A da

⁴⁷² Idem, p. 64.

⁴⁷³ H. Lausentach *et al.*, 1987, p.54.

⁴⁷⁴ S. Daveau, 1994, p.26 e segs.

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ H. Lausentach *et al.*, 1987, p.188.

parte mais meridional da zona em estudo. Embora menos espessos, os solos das bacias dos restantes afluentes citados detêm também boa capacidade (Classe B)⁴⁷⁷.

O contributo do Tejo para a qualidade destes solos é determinante. A planície aluvial forma, de Tancos ao Estuário, uma toalha contínua de água de 600 km²⁴⁷⁸. Os valores médios da massa de água do grande aquífero situam-se nos 500m³/s⁴⁷⁹, mas o rio mostra uma muito grande irregularidade interanual, à semelhança dos restantes do território português, registando velocidades de 1m³/s em períodos de estiagem e de 14160m³ em cheia⁴⁸⁰, característica que acaba por beneficiar a prática agrícola, enriquecendo os solos e disponibilizando-lhe mananciais permanentes de água.

Assim, a maioria do território mostra uma aptidão alta, de solos em boa parte com limitações moderadas, muito disseminados no espaço, mostrando-se apropriados às culturas mediterrânicas da oliveira, vitivinícola, com zonas de boas características para a produção de hortícolas e pomar e, em espaços mais limitados, culturas de regadio e de sequeiro, nomeadamente na margem esquerda defronte de Santarém. Refira-se como nota, que esta cidade foi importante produtora de linho até ao séc. XVI⁴⁸¹.

As áreas florestais que compõem o restante coberto vegetal do território apresentam-se com predomínio de árvores de folha caduca e arbustivas, em especial em zonas arenosas, de saibro ou conglomerados⁴⁸². A flora atual sofreu alterações profundas em épocas históricas modernas, com a introdução de espécies não autóctones, sendo antes dominadas por *pinus pinaster*, *quercus (suber, fagineae,...)* e arbustivas diversas⁴⁸³.

De um ponto de vista climático, a Península de Lisboa, como o restante do território nacional a sul do Douro, detêm um ritmo mediterrâneo, ou seja, um “*Verão sem chuva, solarengo e quente, em alternância nítida com uma estação fresca durante a qual se sucedem desordenadamente os dias de chuva e as abertas*”⁴⁸⁴. O perfil da zona, contudo, apresenta diferenças ligeiras, sendo que o litoral do Oeste se integra no que Susanne Daveau definiu como fachada atlântica de transição⁴⁸⁵. Esta parcela do território apresenta alguma especificidade climática, correspondendo a uma estreita

⁴⁷⁷ Conf. AAVV, 1998.

⁴⁷⁸ H. Lausentach *et al.*, 1987, p.76.

⁴⁷⁹ S. Daveau, 1998, p.60.

⁴⁸⁰ Números registados em 1979- Conf. H. Lausentach *et al.*, 1987, p.78.

⁴⁸¹ Idem, p.73.

⁴⁸² Conf. AAVV, 1998.

⁴⁸³ J.M.B. Oleiro, 1958.

⁴⁸⁴ S. Daveau, 1998, p.24.

⁴⁸⁵ H. Lausentach *et al.*, 1987, p.97.

faixa de elevada percentagem média anual de humidade no ar, superior aos 80%, atingindo mesmo na atual Península de Peniche e as Berlengas valores próximos dos 100%⁴⁸⁶, com nevoeiros litorais de advecção⁴⁸⁷. Todo o remanescente do território apresenta-se com valores bem mais moderados, e só no Vale do Tejo são comuns os nevoeiros, neste caso de irradiação⁴⁸⁸.

A precipitação média anual total medida, aferida pelo Instituto de Meteorologia e Geofísica no período de 1941-1970, assinala uma expectável maior incidência nas áreas de cota mais elevada, com isometrias de valores superiores aos 1000mm na Serra de Mira de Aire-Candeeiros, atingindo também os 900mm nas partes superiores das serras do Montejunto e Sintra⁴⁸⁹, por essa razão menos apetecíveis à fixação humana. O papel de barreira longitudinal destas linhas de fecho funciona como barreira aos ventos do quadrante SO, razão pela qual as restantes zonas do Estuário, Vale do Baixo Tejo e orla costeira ocidental do Atlântico, mostram valores moderados em torno do intervalo 600-700mm⁴⁹⁰.

A variação da temperatura média anual do ar, medida naquele mesmo período, denota o mesmo papel desempenhado pelos relevos de altitude, registando a maior parte da orla atlântica e as áreas ribeirinhas e a sul do Tejo 16-17° centígrados, que caem para os 13° em Mira de Aire-Candeeiros, Montejunto e Sintra.

A insolação total anual é mais elevada na estreita orla da margem direita do Estuário do grande rio, entre Cascais e Oeiras, em todo o concelho de Lisboa, e na área dos concelhos ribatejanos da Azambuja, Cartaxo, Santarém, Benavente, Salvaterra, Almeirim e Alpiarça. As restantes áreas da região considerada apresentam valores médios ou mais moderados, incluindo a Serra de Sintra e a maioria do espaço situado entre as grandes cristas calcárias centrais e o litoral marítimo⁴⁹¹.

⁴⁸⁶ Conf. “*Carta de Humidade Relativa*” in AAVV, 1998.

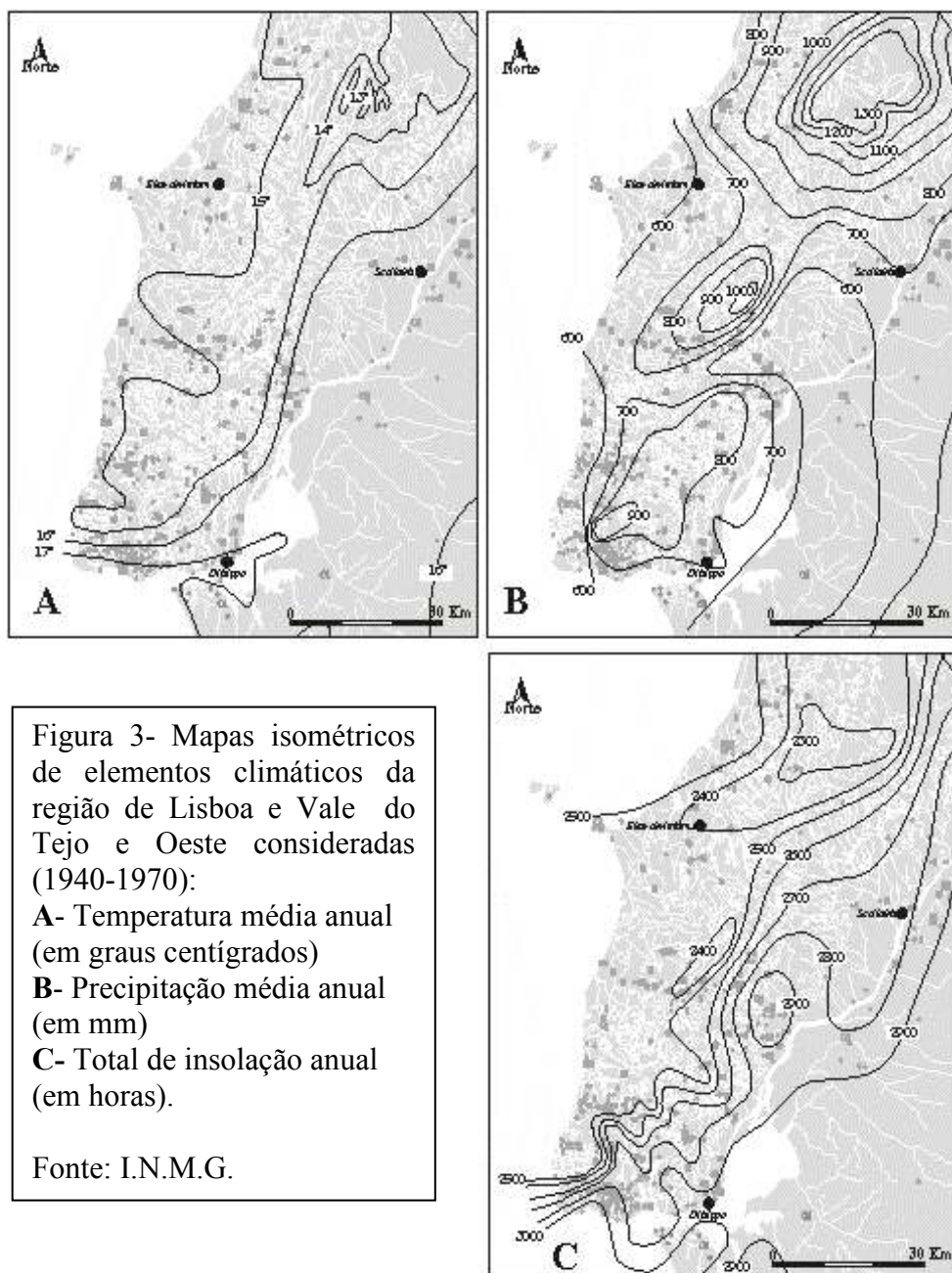
⁴⁸⁷ S. Daveau, 1998, p.48.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Dados do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica -Segundo R.M. M. Reis e M. Z.Gonçalves, 1988.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Conf. “*Carta de Insolação*”, in AAVV, 1998.



Como parece ajustado observar, o perfil da geografia física atual deverá denotar variações mais ou menos sensíveis face ao do passado romano. Sem elementos específicos que consubstanciem um quadro fiável paleoambiental para o Vale do Tejo e Oeste em época romana, os resultados dos estudos efetuados encerram uma validade sobretudo tópica ou reportam-se a outros períodos, mais recentes ou mais antigos, não podendo desta forma ser extrapolados para os séculos em torno do câmbio da Era.

Ainda assim merecem referência destacada as leituras das análises das sequências polínicas das sondagens efetuadas na área do Alto do Castelo-Patudos (Alpiarça) que,

ao assinalarem a presença de *uitis* e *olea* desde as etapas iniciais da Idade do Ferro⁴⁹², comprovaram que a sua introdução se fez pela mão de populações orientais⁴⁹³. Mantendo-se em contante e ligeiro crescendo ao longo do I milénio a.C., no que são acompanhados pela subida dos valores do cereal, os dados dos Patudos mostram a intensidade que adquire a prática agrícola a partir deste período, em que o advento do Império Romano constitui uma continuidade ali mal documentada no registo fóssil.

A retracção da componente florestal do coberto vegetal, patente em Alpiarça, aparece também testemunhada na zona da Lagoa de Albufeira (Sesimbra e Almada), onde as arbustivas substituem o pinheiro e sobreiro presente até cerca de 3000 B.P. O paralelo concordante da zona do Carvalhal e Alcácer do Sal, onde se registam fortes quebras nas florestas de pinheiro, carvalho e *Alnus* no período de Cláudio-Nero⁴⁹⁴, indiciam um cenário que se vislumbra plausível para o Vale do Tejo.

A monografia de Simon Davis⁴⁹⁵, que trata a evidência faunística coletada nas sucessivas campanhas de escavação na Alcáçova de Santarém, traz alguns outros contributos relevantes para o conhecimento do entorno paeloambiental daquela cidade. Um dos aspetos porventura mais significativos respeita à quebra verificada ao longo da Idade do Ferro e Época Romana nas frequências de veado⁴⁹⁶ o que, com base no regime alimentar da espécie, indica de forma indireta uma maior intensidade de deflorestação daquela região ribatejana⁴⁹⁷.

Embora a dieta alimentar seja determinada por fatores eminentemente culturais, a predominância das espécies domésticas sobre a caça na alimentação romana das populações que habitaram a Alcáçova de Santarém assume neste quadro o mesmo significado. Ali atingem maior representatividade os ovicaprídeos e bovídeos, com uma menor expressão do porco, talvez com maior número de leitões⁴⁹⁸, e javali, e ocorre um crescendo notável dos galináceos a partir dos finais da República Romana, assinalando-se também uma importância crescente do coelho/lebre, pescado e ostra na dieta escalabitana, indicadores que, no seu conjunto, poderão significar igulamente o desaparecimento das massas florestais circundantes. Como apontamento, Davis revela

⁴⁹² W. Van Leeuwen et al., 1984.

⁴⁹³ A.M. Arruda, 2003.

⁴⁹⁴ J. Mateus, 1992 *apud* S.Davis, 2006, p. 35.

⁴⁹⁵ S. Davis, 2006.

⁴⁹⁶ Idem, p.36-38, fig. 12a e 12b.

⁴⁹⁷ Idem, p.34-35.

⁴⁹⁸ Idem, p.43.

também a ocorrência pontual de cisne entre 25 a.C. e 50 d.C.⁴⁹⁹, espécie hoje ausente da Península Ibérica, sugerindo momentos climáticos mais frios e húmidos, o que carece de corroboração de outras formas.

O fenómeno de deflorestação acentuada entrevisto para a área de Santarém, potente no registo polínico desde a Idade do Ferro, será sintomático da expansão da área então agricultada⁵⁰⁰, de acordo com José Mateus um cenário global de cronologia romana para o espaço do atual território português em que os níveis aferidos para o fenómeno foram inclusivé superiores aos atuais⁵⁰¹.

É certo que se verificaram alterações profundas da paisagem, de que a intensa ocupação urbana dos solos, em especial nos concelhos do Estuário tagano e em torno dos principais aglomerados do restante Vale do Tejo e Oeste são o aspeto mais contrastante com a Antiguidade. Outros se verificaram também, resultantes do desinvestimento contemporâneo na agricultura e pescas, ou que se traduzem na expansão de culturas intensivas, florestais, ocorrida a partir da década de '80 do século XX. Mas, um dos aspetos mais significativos da fisionomia antiga que se sabe ter sofrido uma modificação assinalável, com consequências marcantes na leituras das ocorrências arqueológicas, corresponde à fisionomia da zona costeira do Oeste e à navegabilidade dos cursos de água.

De fato, o assoreamento das baías costeiras situadas no interior do Vale Tifónico das Caldas da Rainha está amplamente comprovado pela documentação medieva e de plena Época Moderna, que refere a navegação até pontos bem mais interiores, matéria recentemente objeto de síntese por Maria da Conceição Freitas e César Andrade⁵⁰². No mesmo sentido, Eduíno Borges Garcia havia registado sugestivas notícias, embora vagas e sem cronologias bem definidas, do aparecimento de madeirames de navios soterrados a profundidades razoáveis que poderiam ilustrar o fenómeno, como chamou a atenção para as estruturas arqueológicas medievais de apoio à navegação existentes na orla da paleolagoa de Alfeizerão⁵⁰³. Maior consistência e significado, no contexto presente, assume o carácter seguramente portuário detido pela cidade de *Eburobrittium*,

⁴⁹⁹ Idem, p.37.

⁵⁰⁰ A.M. Arruda, 2003 *apud* S.Davis, 2006, p.35.

⁵⁰¹ J. Mateus, 1992 *apud* Idem.

⁵⁰² M.C. Freitas e C.Andrade, 2005.

⁵⁰³ E.B. Garcia, 1970.

parecendo ter sido esta competência do lugar um fator decisivo para a escolha do seu *ubi* em finais do séc. I a.C.⁵⁰⁴.

Um pouco mais para sul, ainda de acordo com Freitas e Andrade, ocorreram as colmatações do istmo que separava a ilha de Peniche, então distante da linha de costa, do Baleal e do pequeno estuário da Atouguia da Baleia, onde as últimas salinas documentadas historicamente datam do séc. XIV⁵⁰⁵.

Tratando-se de um fenómeno generalizado, de amplitude supra-regional, o assoreamento dos cursos de água parece ter ocorrido também com a Ribeira de Colares, o rio Sizandro e o Trancão, para alguns dos quais existe documentação portuguesa que menciona o trânsito de embarcações até à segunda metade do séc.XVIII⁵⁰⁶. Porventura a maior expressão desta mutação, ocorrida depois da época romana, seja o próprio Tejo, percorrido em torno da mudança da Era por navios de grande calado até às cercanias de Santarém⁵⁰⁷ e que hoje apenas pode ser subido a partir da zona da Azambuja por embarcações de 1m de calado⁵⁰⁸. Citando Vasco Gil Mantas, “(...) *embora os problemas sejam numerosos e as conclusões, ainda longe de satisfatórias, (...) o Baixo Tejo foi também influenciado pelos fenómenos eustáticos, os quais, no litoral lusitano, deixaram indícios de uma regressão por volta do final do século I a.C., com um pico no século V, ligeiramente acima do nível atual do mar, influenciando o ponto mais a montante atingido pela maré (...)*”⁵⁰⁹.

Em síntese, poder-se-iam definir *grosso modo* três áreas de fisionomia distinta na região considerada: o litoral atlântico e o Estuário do Tejo, onde se faz sentir a maior incidência de ocupação humana em período romano⁵¹⁰ e as zonas mais vinculadas à linha de festos longitudinal marcada pelas Serras de Sintra, Montejunto e Mira de Aire-Candeeiros, zona de separação entre ambas e área potencialmente menos exposta de um ponto de vista geográfico aos grandes circuitos de difusão comercial e cultural proporcionados pelo rio e oceano.

⁵⁰⁴ A. Monteiro e S. Pinheiro, 2006.

⁵⁰⁵ M.C. Fernandes e C.Andrade, 2005, p.22.

⁵⁰⁶ A.R. Silva, 2012, p.123-124.

⁵⁰⁷ Estrabão, *Geographia*, III,3,1.

⁵⁰⁸ Conf. AAVV, 1998. No mesmo sentido, V.G. Mantas, 2012, p.5-6.

⁵⁰⁹ Idem, p.6.

⁵¹⁰ Ver adiante, subcapítulo 7.1. “Povoamento e Demografia”.

6.3. *As condições de construção do conhecimento sobre o passado romano da Península de Lisboa: apontamento crítico a propósito de práticas e perspectivas sobre as “suas arqueologias”.*

O espaço em análise, uma Península de Lisboa entendida como conveniência da investigação e não como uma entidade dotada de identidade própria, apresenta uma diversidade de práticas arqueológicas que interessa aflorar, mostrando contrastes evidentes entre as potencialidades, recursos, enquadramentos da atividade e resultados obtidos para o conhecimento do passado romano da área.

Formar uma imagem geral é, portanto, refletir de alguma forma sobre a relevância social do contributo da disciplina na zona de Lisboa e Vale do Tejo⁵¹¹, a área portuguesa que mostra os indicadores socio-económicos de maior riqueza económica e onde estão sediadas as principais estruturas do poder político, financeiro e cultural do país. E, em correspondência com estas características, é neste mesmo espaço que se tem feito o maior investimento financeiro em trabalhos à escala nacional, afirmação somente intuída porque não sustentada por dados estatísticos, aliás inexistentes, mas que elementos como o número de intervenções arqueológicas praticado anualmente na capital, em torno da centena e meia, por si só fundamenta⁵¹².

Um parâmetro fundamental de análise seria o cálculo dos gastos com a prática arqueológica, mas estes estão indisponíveis e não são geralmente contabilizados. No entanto, de alguma forma se justifica esta ausência de informação, considerando a extrema dificuldade em estimar os custos indiretos gerados em contexto de obra, numa área onde se verifica o primado de uma “*arqueologia reativa*”, entenda-se, de emergência, preventiva ou até de índole eminentemente patrimonial, aqui aplicado por antinomia a “*arqueologia de projeto*”, assente em objetivos estritamente científicos e patrimoniais.

Em sentido contrário, o provento económico produzido pela disciplina também se reveste de estimativa complexa, tendo presente que os sítios e áreas arqueológicas tratadas e integradas no território são de acesso livre, dispersos no espaço urbano e rural, que muitos museus e monumentos da região encerram valências múltiplas que

⁵¹¹ A designação é aqui aplicada em referência ao espaço que integrou outrora a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo ou a recentemente extinta Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo que, no seguimento daquela, abrangeu o mesmo âmbito geográfico.

⁵¹² Os dados disponibilizados pelos serviços da administração central, referentes ao ano de 2011, indicam até ao mês de Setembro 128 intervenções arqueológicas urbanas na cidade de Lisboa- informação da Carta Arqueológica de Lisboa cedidos pelo Museu da Cidade, a quem se agradece a facultação destes números.

não somente a arqueológica. Por estas razões, o número total de visitantes interessados nas matérias específicas é igualmente de difícil cálculo. Como também não são mensuráveis, no imediato, os resultados de uma política de educação patrimonial, nunca solidamente estruturada e articulada, patrocinada fragmentariamente no quadro de estabelecimentos de ensino, instituições museológicas e associações de índole cultural maioritariamente de âmbito local.

Apesar dos condicionamentos enunciados, é seguro considerar-se o património histórico como um dos vetores atuais da economia, muito em função da importância conferida aos aspetos formativos dos cidadãos e, sobretudo, e do contributo que representa para a atividade turística regional, com a consequente criação de riqueza no país e vetor do seu desenvolvimento, na verdade mais potencial que real.

Importa, então, aferir como se consolida esta visão no terreno através dos elementos disponíveis, e refletir sumariamente de que forma este entendimento tem contribuído para o objetivo primeiro da Arqueologia, a construção de conhecimento sobre o passado, sobre o qual deveria assentar a posterior elaboração dos discursos para os distintos níveis de público, interessando aqui os elementos do período romano objeto deste trabalho, como a respetiva acessibilidade aos objetos e dados contextuais sobre as quais aquele conhecimento assenta.

A administração central, a quem a legislação em vigor comete na atualidade a responsabilidade essencial de fiscalização setorial do território está centrada na capital, tutelando um espaço superior a 5500 Km², dispondo de um corpo de funcionários que se cifra em torno das duas dezenas de técnicos. A opção instituída pelo Governo da República de o organismo sob a sua alçada se limitar ao tratamento processual, destinando a si próprio o papel de regulador, foi gerada em 1997 aquando da criação do Instituto Português de Arqueologia, e manteve-se posteriormente, a despeito das sucessivas fusões e extinções seguintes.

Parece difícil, porém, que a principal zona de urbanização do país, que inclui quatro dos seis concelhos do país com mais alta taxa de ocupação urbana do solo (Lisboa, Oeiras, Cascais e Amadora)⁵¹³, com distâncias superiores a 100 Km ao local de trabalho dos arqueólogos colocados nos serviços na capital, seja capazmente controlada a partir daí.

Seguindo também a visão estratégica instituída em 1997 com o extinto Instituto Português de Arqueologia, e posterior criação das suas extensões territoriais que

⁵¹³ AAVV, 1998.

visaram potenciar e capacitar o controlo centralista do território pelo Estado, a fiscalização vem incidindo primordialmente sobre trabalhos arqueológicos autorizados, planos urbanísticos e estudos de impacto ambiental, revelando uma muito limitada atuação em relação às operações destrutivas quase quotidianamente praticadas pela construção fora deste âmbito e pelas práticas agrícolas, espelhando desta forma a desproporção entre a demasiada leveza e concentração da organização e as amplas competências que reclama.

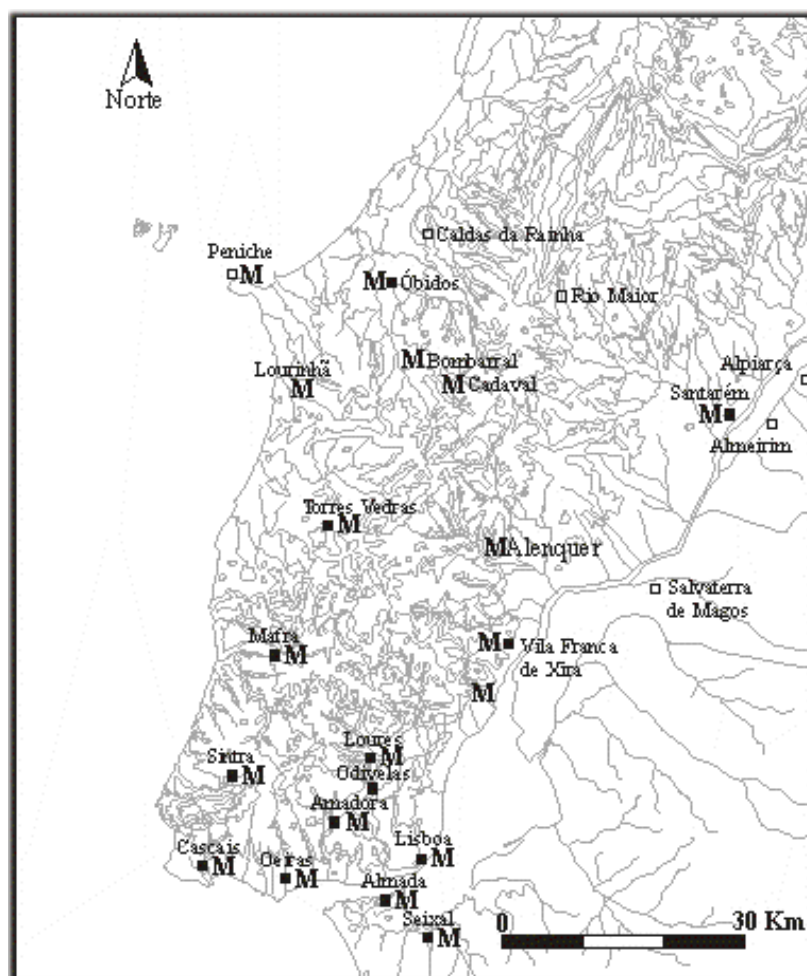


Figura 3– Museus locais com componente arqueológica (M), equipas autárquicas/gabinete de arqueologia (■) ou depósitos com colecções arqueológicas (□).

As estruturas de âmbito autárquico, do âmbito do aparelho das respetivas câmaras ou empresarializadas, com as quais a administração central vai estabelecendo plataformas de colaboração, quantas das vezes informais, cobrem a quase totalidade do espaço, sendo dominantes os concelhos dotados de Museu com componente

arqueológica a par de equipa/gabinete de arqueologia ou de depósito de espólio arqueológico (vide Figura 3, *supra*).

Expressão positiva desta cobertura instituída, como das relações criadas, os planos diretores municipais consideram hoje na gestão do território áreas de uso condicionado resultantes da presença de bens arqueológicos.

A composição interna daquelas equipas/gabinetes municipais corresponde, na maior parte dos casos, a estruturas reduzidas, raramente ultrapassando os dois técnicos, constando-se a existência de somente dois casos em que o número é próximo da dezena: o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e o Museu da Cidade, de Lisboa⁵¹⁴. Registe-se, em sentido inverso, a inexistência de técnico habilitado nalgumas autarquias e instituições museológicas situadas em territórios de rico património arqueológico, de que se poderiam dar os exemplos de Salvaterra de Magos, Alpiarça, Almeirim ou, o que parece mais estranho, Alenquer, dada a existência ali de um museu de forte tradição arqueológica.

Apesar da boa cobertura organizacional arqueológica implementada na região, as autarquias não têm sido incapazes de esboçar redes de relacionamento abrangentes com o objetivo de perspetivar as realidades do passado num âmbito mais vasto, formalizando projetos de elevada abrangência geográfica. É este um dos fundamentos das vincadas assimetrias constatáveis no conhecimento do povoamento romano da “Península de Lisboa”, que mostra áreas mais intensivamente prospetadas e portanto conhecidas, como Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures ou Vila Franca de Xira, em claro contraste com outras onde os vazios de informação se registam, como o aro de Santarém, Cartaxo ou Azambuja.

No mesmo sentido, e no que se refere em particular às cidades, sequer se pode afirmar que está instalada uma Arqueologia Urbana em sentido estrito⁵¹⁵. Neste particular, Lisboa assoma como o caso mais destacado, como diversos investigadores repetidas vezes já afirmaram⁵¹⁶, apresentando Santarém um panorama bastante mais favorável graças à atuação desenvolvida na Alcáçova⁵¹⁷, que apesar de tudo corre agora o risco de se desintegrar através da multiplicação de interventores e respetivos

⁵¹⁴ Neste último caso, estando já publicamente anunciada a separação da componente arqueológica da entidade museológica e transferir para a administração empresarial da autarquia.

⁵¹⁵ Conf. M. Delgado *et al.*, 1986; M. Martins e F.S. Lemos, 1992; F.S. Lemos, 2001.

⁵¹⁶ Conf. A. Gaspar *et al.*, 1997; F.S. Lemos, 2001; R.B. Silva, 2000 e 2005.

⁵¹⁷ A.M. Arruda, C. Viegas e M.J. Almeida (dir.), 2002.

enquadramentos. Daqui resulta ser bastante distinta a informação disponível para as duas cidades romanas.

Eburobritium, por sua vez, constitui um caso à parte, por se tratar de uma “cidade-morta”, mas também por constituir uma descoberta recente. Neste particular, as informações sobre a cidade são metodologicamente coerentes, porque sujeitas a uma direcção única dos trabalhos sob a responsabilidade de José Beleza Moreira⁵¹⁸. Contudo, a leveza da estrutura organizacional de suporte às escavações e o modelo forjado de articulação entre a Associação Nacional de Farmácias, proprietária dos terrenos, e Câmara Municipal de Óbidos, denota não ter sido plenamente funcional, o que se demonstra com facilidade pela interrupção dos trabalhos desde 2006.

Neste início do séc.XXI, os agentes que maioritariamente operam no terreno são outros que não os ligados ao aparelho do Estado: a abertura de sabor liberal à “*indústria do património*” comportou a forte entrada em cena de empresas de Arqueologia e profissionais liberais. A este corpo se deve na atualidade o desenvolvimento da maioria dos trabalhos arqueológicos, e foi neles que a Arqueologia Portuguesa encontrou a capacidade de reagir, em termos humanos e laborais, a um número de acções tornadas necessárias por um surto desenvolvimentista dominante que se arrastou ao longo das duas últimas décadas, pelo menos.

A atuação do segmento empresarial não é, porém, isenta de crítica, pois comporta um vício já antes patente nos profissionais ligados ao Estado: a sua sujeição a outras agendas que não a arqueológica, onde ocorre uma pressão de celeridade imposta por questões financeiras e de oportunidade política que, na esmagadora maioria dos casos, limita o estudo sobre as recolhas e registos ao patamar o mais sumário possível, tendo em vista a disponibilização do arqueólogo para outras acções.

O essencial do contributo da arqueologia empresarial tem sido feito em relação aos trabalhos no terreno, trazendo como contraponto negativo o exponencial da acumulação do volume de informação por trabalhar, situação que contudo era anterior ao despontar do seu domínio. Bastaria contabilizar o número de trabalhos *versus* publicações para chegar a esta óbvia conclusão: a este respeito, e mais uma vez, o exemplo de Lisboa é categórico: procurando atualizar os balanços elaborados antes por Alexandra Gaspar de colaboração com outros investigadores⁵¹⁹, como depois por

⁵¹⁸ J.B. Moreira, 2002.

⁵¹⁹ A. Gaspar *et al.*, 1997.

Jacinta Bugalhão⁵²⁰, entre 2006 e 2010 foram contabilizados 720 trabalhos arqueológicos⁵²¹, e no mesmo período o número de publicações sobre matérias da capital não ultrapassou as duas dezenas.

É neste domínio dos estudos que o principal contributo positivo tem vindo da Universidade, onde se vêm desenvolvendo trabalhos sobre espólios, contextos e temas em trabalhos académicos e dissertações, forjando protocolos com câmaras e museus, lançando linhas de investigação compreendendo inclusivé projetos envolvendo empresas⁵²², parecendo esta resposta adequar-se ao perfil da instituição e às necessidades da disciplina, merecendo seguramente um maior investimento e acessibilidade por plataformas de informação hoje vulgarizadas.

Num outro sentido, a classificação legal da natureza das intervenções arqueológicas contante das sucessivas versões do «*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*» é feita em referência ao enquadramento do ato arqueológico, distinguindo somente entre acções de emergência, preventivas ou de minimização de impates e projetos pluri-anuais. Trata-se de uma categorização conceptualmente limitada e incapaz de destringir a diferente magnitude dos trabalhos, a variável complexidade, os distintos volumes de informação gerada, em termos de recolhas e registos, e sua potencial relevância científica. A única diferenciação, igualmente reputável como de grande ligeireza, reporta-se ao ambiente urbano e não urbano em que o ato se desenvolveu, estabelecendo prazos diferenciados para a entrega do obrigatório relatório final, a que se seguem três anos de reserva científica do responsável após a sua aprovação. Por consequência, o tempo disponibilizado para o processamento dos dados deriva em primeiro lugar do manancial gerado pela intervenção arqueológica, sendo claramente insuficiente nuns casos e excessivo noutros, e, num segundo plano, dos elementos pré-cognitivos, disponibilidade e motivações do arqueólogo.

Este é o resultado do modelo atual de gestão da Arqueologia Portuguesa, que se terá de qualificar como, e de forma aparentemente paradoxal, simultaneamente liberal, estatalista e centralizador. No seu conjunto mostra centrar o essencial da sua preocupação na salvaguarda da informação contextual dos sítios mas, ao estar

⁵²⁰ J. Bugalhão, 2008.

⁵²¹ Onde a proporção de trabalhos dirigidos por empresas-liberais versus Estado corresponde a 1/20-dados da *Carta Arqueológica de Lisboa*, da responsabilidade do Museu da Cidade, aproveitando-se o ensejo para a agradecer à sua directora, Ana Cristina Leite, a possibilidade da sua divulgação.

⁵²² De que se poderia dar o exemplo do projecto de estudo da *officina* de Belém (Lisboa)- Conf. I. Filipe e C. Fabião, 2006-2007.

desprovido de uma agenda própria, patrocina um insuficiente conhecimento do património arqueológico e uma acumulação de recolhas de que uma parte elevada, mas não estimável, fica necessariamente no oblívio em resultado da pressão económica, política e dos próprios prazos impostos pela legislação.

Não sendo esta a ocasião e lugar mais adequados para questionar este modelo, tanto mais que poderá vir a sofrer alterações com a recente criação da Direcção Geral do Património Cultural, ainda em implementação no momento em que estas linhas são escritas, um aspeto fundamental parece fluir por entre as malhas administrativas há mais de década e meia: a gestão dos espólios.

A reflexão a este propósito encontra fundamento no âmbito do presente trabalho, dado o sentido empírico adquirido durante o desenvolvimento das tarefas de investigação que implicaram procurar obter elementos de caracterização de sítios e intervenções ou localizar ocorrências do objeto em estudo, mas naturalmente aplica-se a qualquer esforço de síntese sobre matérias que partam igualmente da análise artefactual.

Preocupação claramente relegada para plano secundário no âmbito das problemáticas da prática arqueológica, o extinto Instituto Português de Arqueologia pareceu procurar dar resposta a uma parte da questão através da criação de depósitos nas respetivas extensões territoriais, solução eficiente na maior parte dos casos. Não se verifica, contudo, um controlo eficaz das colecções por parte do Estado, a quem comete essa responsabilidade: ao sancionar a aprovação de trabalhos e relatórios onde as recolhas foram questionavelmente seletivas, ao contribuir para aumentar a dispersão das colecções oriundas dos mesmos arqueossítios por força da imposição de entrega a um museu integrante da rede portuguesa de museus ou depósito de extensão territorial⁵²³, ao permitir o depósito precário em instalações de empresas, domicílios de profissionais e sedes de associações de defesa do património sem averiguar das condições do local para a conservação das espécies, ao não existir uma fórmula consequente de verificação de que o total das amostragens coletadas deu entrada nas instituições de destino. Em suma, no momento o único garante da composição e

⁵²³ De que se poderiam dar múltiplos exemplos. No caso em apreço podemos verificar que: nos depósitos municipais de Vila Nova da Barquinha se conservam colecções dos concelhos de Cartaxo, Azambuja, Santarém, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Golegã, Entroncamento, Constância, ...; no Museu Municipal de Vila Franca de Xira conservam-se colecções de Alenquer, Salvaterra de Magos e Almeirim; no Museu Hipólito Cabaço, de Alenquer, permanecem materiais oriundos de Santarém, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo,...; no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Oeiras guardam-se espólios de Lisboa e Amadora; ...

integridade dos conjuntos é o sentido deontológico dos arqueólogos respetivos e a capacidade de atuação individual destes⁵²⁴.

O panorama crítico esboçado, em que se enfatizaram porventura demasiado algumas das suas maiores insuficiências, resulta porém da efetiva evolução muito positiva que a prática arqueológica conheceu na região ao longo das últimas três décadas, devendo destacar-se o esforço feito pela disciplina em criar regras antes inexistentes, o investimento que muitas das autarquias têm feito na elaboração das suas cartas arqueológicas, a melhoria na salvaguarda da informação dos sítios arqueológicos que representam os planos diretores municipais, a ampliação dos conhecimentos resultante do elevado número de intervenções praticado, a generalização de depósitos no espaço que assim potencialmente concentram as colecções, o alargamento significativo do número de arqueólogos e alteração genérica da sua mentalidade face à informação por eles gerada, elementos que no seu conjunto traduzem uma mudança benéfica alteração do paradigma da prática arqueológica relativamente ao quadro anterior aos meados da década de 1980.

Neste mesmo sentido, esta evolução claramente positiva foi experimentada no âmbito da presente investigação, onde da quase totalidade das instituições da região a quem se solicitou o acesso e consulta de espécies se obteve uma resposta positiva e uma muito boa cooperação, pelo que boa parte dos eventuais méritos do trabalho lhes terão que ser, reconhecidamente, cometidos.

6.4. Elementos históricos. Dos antecedentes e primeiras etapas da incorporação do estuário do Tejo no domínio de Roma até à época dos Antoninos.

As referências textuais à parte central da fachada ocidental da Península Ibérica nomeiam distintas entidades étnicas, designadamente os *Turdulii*, cuja presença os autores da Antiguidade explicam por uma migração conjunta com *Celticii*, supostamente verificada no séc. V a.C.⁵²⁵

A escassa toponímia da região vem um pouco de encontro a esta dupla filiação cultural, testemunhada pelos vocábulos de origem meridional hispânica, como os

⁵²⁴ Os próprios diplomas legais vigentes são a este título claramente insuficientes, não existindo qualquer critério formalmente estabelecido de categorização da importância dos objectos e restantes recolhas, qualquer normativa respeitante à metodologia a aplicar, como a descrição da composição dos conjuntos é cometida às competências técnico-científicas necessariamente muito variáveis dos arqueólogos.

⁵²⁵ C.M. Beirão, 1986; A.C.F.Silva e M. V.Gomes, 1998; A.M. Arruda, 2001, 2005a, 2005b, 2005c.

compostos em *ippo*, casos de *Olisipo* (Lisboa) e *Collipo* (Batalha), mas também de *Scallabis*⁵²⁶, em contraponto ao radical céltico *Eburo*, patente em *Eburobrittium* (Óbidos). Outros vocábulos, como os raros teónimos pré-romanos reforçam esta componente⁵²⁷ como o culto a *Triborunis* (Cascais), *Ilurbeda* (Faião, Sintra)⁵²⁸ e *Nabia/Navia* (Alcântara, Lisboa)⁵²⁹, forjando uma imagem de duplicidade paleolinguística da região. Esta matriz não transparece porém da escassa onomástica indígena patente na epigrafia romana, datada já de Época Imperial, como acontece com a teonímia autótone, onde figuram somente nomes de raiz indo-europeia⁵³⁰.

A confrontação com os dados arqueológicos não é linear, e é manifesta uma radicação da cultura material dos grandes povoados em tradições indígenas com origem na Idade do Bronze, sujeita depois a fortes impulsos orientais, em Santarém atestados desde o séc. IX a.C. de acordo com Ana Margarida Arruda⁵³¹, e em Lisboa⁵³² e Quinta do Almaraz (Almada)⁵³³, seguramente datados da transição do século VIII ao VII a.C., o mais tardar.

Os grandes aglomerados referidos denotam uma forte hierarquização social segundo a investigadora citada, que os supõe centralidades político-administrativas de territórios vastos em cuja dependência estariam outros assentamentos de menor dimensão, de cumeada e abertos, de que se poderiam dar os exemplos de Outorela (Oeiras) e Moinho da Atalaia (Amadora)⁵³⁴.

⁵²⁶ V.G. Mantas, 1993a.

⁵²⁷ Numa reflexão recente acerca desta matéria, Amílcar Guerra (2003, p.141-143) salientou a dicotomia entre os cultos de carácter mais clássico documentados no aro urbano, em oposição aos praticados na área rural.

⁵²⁸ J.C. Ribeiro, 1982-1983, p. 252-253, fig. 38 e p. 244 e 265, fig.42.

⁵²⁹ V. Correia, 1928, p.254; J. Leite de Vasconcelos, 1938, p.179-196; J.C. Ribeiro, 1982-1983, p.333-335, citando também a possibilidade de um outro exemplo na área de Torres Vedras e refletindo sobre a possibilidade do hidrónimo do rio Nabão refletir o radical do teónimo; A.V. Silva, 1947, p.73.

⁵³⁰ J.C. Ribeiro, 1982-1983; B. Martineau, 2000; A. Guerra, 2003.

⁵³¹ A.M. Arruda, 2000.

⁵³² R.B. Silva *et al.*, no prelo. Foi apresentado publicamente no III Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2003) um importante contexto da área do Castelo de São Jorge, datado pelos escavadores do séc. VII a.C., eventualmente remontando à centúria anterior. Infelizmente a comunicação oral não deu lugar à correspondente apresentação do texto em actas- Alexandra Gaspar, Ana Gomes, António Valongo, Henrique Mendes, João Pimenta, Susana, Paula, “Escavações Arqueológicas no Grupo Desportivo do Castelo (Castelo de São Jorge, Lisboa)”. Deste ambiente provém um grafito no ombro de uma ânfora (?), elaborado em escrita fenícia, em exposição no Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge e dado a conhecer no respetivo catálogo onde aparece com uma cronologia do séc. V a.C., certamente por lapso- S.Serra, A.Gaspar e A.Gomes, 2008. Trata-se de um documento que mostra o alcance profundo da orientalização das comunidades olisiponenses, aliás também evocada pelo achado de um forno de cerâmica no morro do Castelo e onde se cozeram pratos de engobe vermelho ao gosto oriental, de que se expõem dois pratos deformados na exposição permanente do núcleo museológico respetivo.

⁵³³ J.C. Cardoso, 1990; L.Barros, J. L. Cardoso e A.Sabrosa, 1993.

⁵³⁴ A.M. Arruda, 1994, p.56. Esta perspetiva é contrariada por João Luís Cardoso, que supõe uma fragmentação do espaço em unidades menores- Conf. J. L.Cardoso, 2011, p.96 e seguintes.

O registo arqueológico para a Idade do Ferro não evidenciou, porém, elementos inquestionavelmente correspondentes a rupturas na cultura material que possam ser interpretadas como indícios da chegada de contingentes populacionais com outra origem. Mesmo ao nível do povoamento disperso, os assentamentos denotam genericamente uma continuidade das redes estabelecidas para momentos anteriores ao séc. V a.C., e aqueles formados em datas aproximadas a esta poderão traduzir uma maior densidade ocupacional passível de ser explicada por fatores demográficos endógenos.

Como acontece desde momentos avançados da Idade do Bronze, os sítios do Vale do Tejo mostram uma confluência de influxos culturais com várias origens, ora meridionais, ora de cariz mais continental, dado o seu papel de charneira. Por esta razão quando se contrastam estes elementos com os escassos disponíveis para a orla atlântica ocidental são sintomáticas as diferenças, verificando-se assim uma assimetria regional, por esta última estar menos conetada com as grandes vias de difusão com origem no Mediterrâneo, em voga na primeira metade do I milénio a.C. Pelo contrário, o Almaraz (Almada), Santarém e Lisboa, mostram o que Arruda cognominou como “*conservadorismo oriental*”⁵³⁵ até aos primeiros contatos com o mundo itálico, o que transparece igualmente dos elementos do Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁵³⁶, Chões de Alpompe (Santarém)⁵³⁷ e Santa Eufémia (Sintra)⁵³⁸, para citar apenas alguns povoados de maior entidade, e que também se verifica nos pequenos assentamentos abertos como Freiria (Cascais)⁵³⁹, Oeiras⁵⁴⁰, Outorela, Gamelas 3 (Oeiras)⁵⁴¹ e Moinho da Atalaia (Amadora)⁵⁴².

A perduração destas características até ao séc. II a.C. permite rechassar a hipótese de uma forte influência cartaginesa sentida na região a partir da época dos Bárcidas. A única referência explícita a esta presença, baseada numa passagem textual que indica o estacionamento no Estuário do Tejo em 209 a.C. de uma das forças do exército cartaginês, comandada por *Asdrúbal* filho de *Giscon*⁵⁴³, baseia-se numa errónea lição

⁵³⁵ A.M. Arruda, 1999-2000.

⁵³⁶ J. Pimenta e H. Mendes, 2008a.

⁵³⁷ A.M.D. Diogo, 1993.

⁵³⁸ G. Marques, 1982-1983.

⁵³⁹ G. Cardoso e J. D’Encarnação, 1999, p.741-757.

⁵⁴⁰ M. V. Gomes, J. L. Cardoso e M.C. André, 1996, p.367-406.

⁵⁴¹ J.L. Cardoso, 2007, p.96 e seguintes.

⁵⁴² R. Parreira e C.V. Pinto, 1978.

⁵⁴³ Mencionada em AAVV, 1981 e J. Alarcão, 1988a, p.14.

do texto de Políbio⁵⁴⁴, devendo procurar-se uma paragem mais meridional para este corpo militar, porventura na região algarvia como sugeriu recentemente Amílcar Guerra a propósito da origem do topónimo Portimão⁵⁴⁵. O achado de uma moeda de *Carthago Noua* no Cabeço da Bruxa (Alpiarça)⁵⁴⁶, de uma outra também hispano-cartaginesa nos Chões de Alpompe (Santarém)⁵⁴⁷ e de mais um exemplar no Castro da Curvaceira ou do Amaral (Alenquer)⁵⁴⁸ poderá explicar-se de outras formas, constituindo argumento frágil para defender uma componente militar púnica nesta zona do Vale do Tejo.

Todo o séc. II a.C. é fértil em acontecimentos bélicos a sul do grande rio, quando a presença itálica é manifesta nas proximidades da Estremadura meridional e Ribatejo⁵⁴⁹. O cenário hispânico é de conflito armado permanente com múltiplos episódios das “guerras lusitanas” bem ilustrados, quer pelas menções pelos autores clássicos aos reveses e sucessos das armas romanas⁵⁵⁰, quer pela celebração de sucessivos triunfos pelos comandantes romanos, na época de Augusto comemorados em lugar destacado do Capitólio em Roma, através de uma longa epígrafe que enunciava os *fasti triumphales*.

A assunção política por Roma do território em análise verifica-se em 138 a.C., pela mão do procônsul *Decimus Iunius Brutus*, conforme o relato de Estrabão⁵⁵¹.

Importava, pois, averiguar no registo arqueológico se esta incorporação teria sido precedida por contatos prévios, comerciais, ou se, pelo contrário, corresponderia a um evento sem precedentes. As opiniões formuladas são de sinal contrário: Elvino Melim de Sousa, ao estudar a cerâmica campaniense que integra as colecções do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra), sugeriu a existência de conexões

⁵⁴⁴ L. Pérez Villatela, 2001, p.86; A. Guerra, 2010, p.25-38 ; J. Alarcão, 2010, p.120. Já Carlos Fabião se havia de há muito referido a uma outra geografia dos exércitos, constatada num trecho de Tito Lívio- Conf. C. Fabião, 1993a.

⁵⁴⁵ A. Guerra, 2001. *Contra*, Jorge de Alarcão, que refuta com base linguística os argumentos de Guerra, sugerindo alternativamente a origem do nome Portimão em *Portus Magnus*, relacionando-o com *Sextus Pompeius Magnus*, o que tem o devido enquadramento histórico-geográfico- Conf. J. Alarcão, 2005a, p.295-296. Mais difícil é explicar a referência a *Portus Hannibalis* por Pompónio Mela (III, 1, 7) atribuindo-a o professor de Coimbra ao emprego de um topónimo caído em desuso antes da época em que o texto foi elaborado- Conf. Idem, p. 296.

⁵⁴⁶ M. Delgado, 1981-1982, Est.XIII, n.º5; P.Kalb e M. Höck, 1984, 1988.

⁵⁴⁷ C. Fabião, 2002, p. 151.

⁵⁴⁸ Referência indicada por Carlos Fabião por ocasião da defesa da dissertação. Trata-se de uma identificação de António Faria- Conf. AAVV, 1987.

⁵⁴⁹ Recorde-se novamente que Amílcar Guerra procurou identificar o povoado de Chibanes com a *Caepiana* referida nas fontes clássicas, segunda base de que se iria servir *Quintus Servilius Cipo* para o ataque a Lusitanos, Vetões e Galaicos- Conf. A. Guerra, 2001. A identificação não é, contudo, concensual ou isenta de problemas- Conf. J. Alarcão, 2010.

⁵⁵⁰ O primeiro recontro mencionado pelas fontes ocorre em 194 a.C. Seguem-se as datas (a.C.) de 190, talvez 189, 188-187, 186, 185, 181, 179, 155 a 136- Conf. J. Alarcão, 1988, p. 17-23.

⁵⁵¹ Estrabão, *Geographia*, III,3,1.

prévias à conquista romana⁵⁵². J.Pimenta, com base nos elementos das escavações do Castelo de São Jorge (Lisboa), defende de forma assertiva a inexistência de fluxos de cariz itálico em *Olisipo* antes de 138 a.C.⁵⁵³ Os estudos efetuados por Patrícia Bargão a propósito de Santarém vieram corroborar a perspetiva delineada a propósito de Lisboa⁵⁵⁴.

Os argumentos utilizados por Sousa são facilmente desmontáveis, pois o único fragmento a que atribuiu uma datação claramente anterior à conquista romana corresponde a uma imitação, aliás apenas descrita e não ilustrada⁵⁵⁵. Porque nenhum outro indício de modelos originais itálicos mais arcaicos se conhece na região, não existe qualquer elemento que demonstre ser provável que o artesão conhecesse à data a morfologia do pé dos protótipos que supostamente serviram de inspiração à modelação do recipiente, podendo explicar-se a coincidência registada pela simplicidade formal e/ou por procedimentos artesanais que conduziram o oleiro àquela solução.

Já o quadro definido por, entre outros, Pimenta e Bargão, dotado de grande solidez, pode prestar-se a outras leituras.

É amplamente demonstrada nas duas grandes cidades do Tejo que a atestação de produtos itálicos em contexto estratigráfico coevo não pode ser recuada com anterioridade à data da conquista, o que constitui um argumento poderoso. De fato, não foi revelado nenhum produto oriundo da costa do mar Tirreno seguramente anterior à década entre 140-130 a.C. em ambos os locais, como bem demonstraram os investigadores citados, porque num primeiro momento os artefatos com esta origem foram introduzidos na região pelo elemento militar romano. O vinho itálico e as cerâmicas de “verniz negro” com aquela origem são, portanto, aportações trazidas pelas legiões, o que significa, em sentido contrário, que não integravam à data os hábitos alimentares e quotidianos das populações do Vale do Tejo.

Como ambos os autores explicitam igualmente, o aumento exponencial da importação de produtos meridionais hispânicos, nomeadamente da zona do denominado “Círculo do Estreito”, será provocado pelo abastecimento das tropas em campanha, o que se expressa nas frequências atingidas pelas ânforas verosivelmente destinadas ao

⁵⁵² É.M. Sousa, 1996.

⁵⁵³ J. Pimenta, 2005.

⁵⁵⁴ P. Bargão, 2006.

⁵⁵⁵ É.M. Sousa, 1996.

transporte de preparados piscícolas com esta origem⁵⁵⁶. Mas os produtos alimentares transportados por estes contentores já integravam os hábitos alimentares das populações do Vale do Tejo, dada a componente orientalizante da sua matriz cultural, o que é facilmente demonstrável pela detecção frequente de ânforas denominadas como “íbero-púnicas” nos diversos arqueossítios. Ora, considerando que o espaço da região de Cádiz está sob domínio romano desde 209 a.C., e é esta a origem provável para a maioria dos exemplares anfóricos, e que o início do fabrico das tipologias presentes corresponde a meados do séc. II a.C. para as formas Ramón Torres T-9.1.1.1⁵⁵⁷ e Maña C2b⁵⁵⁸, e primeira metade do séc. II a.C. para as “*greco-italicas hispánicas*”⁵⁵⁹, estas bem atestadas em contextos de consumo e de produção neste intervalo cronológico, é forçosa a admissão da possibilidade de importações oriundas do extremo sul hispânico anteriores à entrada em cena do elemento militar itálico, se bem que ainda não corroboradas por contextos estratigráficos.

Estando no momento demonstrada a não aquisição de materiais itálicos prévios à conquista, o que conceptualmente não é equivalente a mercadorias originadas em espaço política e administrativamente sob a tutela de Roma, será de considerar a hipótese de Vasco Mantas de terem sido os comerciantes gaditanos envolvidos nos intercâmbios com o Estuário do Tejo a fonte de informações de que se serviu o exército comandado por *Iunius Brutus* para a expedição de 138-137 a.C., porventura baseado nos elementos antes colhidos para a projetada campanha de *Quintus Servilius Scipio* de 139 a.C., que terá tido tropas estacionadas em *Caepiana*, que Amílcar Guerra identificou com o arqueossítio de Chibanes, na zona da Arrábida⁵⁶⁰.

O passo estraboniano que data explicitamente a integração da região no domínio romano em 138 a.C. refere a instalação do *castrum* proconsular em *Moron*, povoado que marcava o *terminus* do troço do Tejo passível de ser percorrido por navios de grande porte, e o fortalecimento da posição militar em *Olisipo*, tendo em vista o seu papel de porto-escala na linha de abastecimento marítimo que acompanhou o trajeto que conduziria as legiões até às margens do Douro, Lima e Minho.

⁵⁵⁶ A.M. Arruda e R.R. Almeida, 1999; A.M. Arruda e R.R. Almeida, 2005; A.M. Arruda, C. Viegas e P. Bargão, 2005; J. Pimenta, 2005; P. Bargão 2006; R.R. Almeida, 2008.

⁵⁵⁷ J. Ramón Torres, 1995, p.226-227.

⁵⁵⁸ A.M. Arruda e R.R. Almeida, 1998.

⁵⁵⁹ M. Bustamante Álvarez e D.M. Arroyo-Sánchez, 2004, p.441-446.

⁵⁶⁰ A. Guerra, 2001; considerada por Jorge de Alarcão como longe de incontroversa- J. Alarcão, 2005a, p.299 e 2010, p.120.

Moron é objeto de controvérsia arqueológica, sendo variadas as propostas de localização. As hipóteses mais recentes apontam-lhe os sítios de Santarém, num modelo de *dipolis*⁵⁶¹ talvez inspirado pelo exemplo de *Tarraco-Kese* (Tarragona, Espanha), Chões de Alpompe (Santarém), de onde se conhece abundante espólio consentâneo com uma presença militar coeva⁵⁶², e o Alto do Castelo (Alpiarça), por delimitar uma área extensa protegida por sistema de fosso e talude⁵⁶³.

O último sítio mencionado revela um conjunto muito discreto de evidências à superfície, não se vislumbrando fundamento objetual suficiente, publicado ou observável no local, para uma utilização militar romana em época republicana, que deverá antes ser considerada como por demonstrar. Philinne Kalb e Martin Höck avançaram esta hipótese, porventura sugestionados pela configuração artificial das defesas da plataforma, dado que os próprios constatarem que a presença mais bem documentada é da Idade do Bronze Final, aproveitando neste contexto para rechassar uma cronologia ocupacional da Idade do Ferro⁵⁶⁴. Parece, portanto, ter de se encarar a possibilidade de o arqueossítio corresponder a um amplo espaço proto-histórico com uma tipologia pouco habitual.

Santarém, por seu turno, proporcionou a identificação de contextos de cronologia republicana romana, de forma significativa reforçados pelo diversificado espólio itálico ali revelado que compreende cerâmica campaniense, ânforas tirrénicas e de outras paragens sob o domínio romano⁵⁶⁵, paredes finas⁵⁶⁶ e, o que é mais revelador, lucernas⁵⁶⁷ e projéteis de funda em chumbo⁵⁶⁸. O período mais fortemente representado por esta via é, contudo, mais tardio do que a campanha do *Callaicus*, e nenhuma outra evidência (armamento, elementos construtivos ou epigráficos) parece corroborar uma localização aqui do aquartelamento proconsular.

Os Chões de Alpompe, sítio nunca escavado, providenciou sucessivas recolhas de superfície (e pilhagens por detetoristas) que demonstraram que a plataforma é ocupada na Idade do Ferro, sendo portanto equivalente a um povoado de relêvo regional, considerando os seus 20 Ha de área⁵⁶⁹. Os terraplenos de defesa, de há muito

⁵⁶¹ M. Genin, 2002; J. Alarcão, 2002.

⁵⁶² J.M.B. Oleiro, 1959, p.15; C. Fabião, 1989.

⁵⁶³ P. Kalb e M. Höck, 1984, 1988.

⁵⁶⁴ Idem; A.M. Arruda, 1994, p.57, nota 1.

⁵⁶⁵ A.M. Arruda e R.R. Almeida, 1998, 1999; P. Bargão, 2006.

⁵⁶⁶ A.M. Arruda e E. Sousa, 2003.

⁵⁶⁷ C.S. Pereira, 2008.

⁵⁶⁸ A.M. Arruda, C. Viegas e M. J. Almeida (dir.), 2002, p. 165, n.ºs 204-205.

⁵⁶⁹ G. Zbyszewski *et al.*, 1968; A.M.D. Diogo, 1982, 1993.

conhecidos, de formulação não “*canónica*” porque adaptados ao relêvo natural, mas sobretudo o conjunto anfórico sucessivamente publicado por Carlos Fabião⁵⁷⁰ e Dias Diogo⁵⁷¹, sugeriram a estes investigadores que a hipótese primeiro avançada por Bairrão Oleiro⁵⁷² de se tratar do *ubi* escolhido por *Iunius Brutus*, era altamente provável. Consta, também, a existência de vestígios de estruturas utilizando *opus signinum*, técnica construtiva romana sem precedentes conhecidos na região, que podemos hoje confirmar⁵⁷³. Como estavam de há muito publicados por D.Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira materiais edilícios tipicamente romanos incluindo *lateres*, *tegulae* e *imbrices* e um tipo peculiar de pequeno ladrilho losangular destinado a pavimento que parece ter gozado de algum sucesso nesta área do Ribatejo em Época Romana⁵⁷⁴. O argumento mais sólido que permite situar nos Chões de Alpompe o acampamento de *Decimus Iunius Brutus* foi estudado por José Ruivo e destacado igualmente por Carlos Fabião⁵⁷⁵, e equivale ao mais numeroso conjunto numismático de moeda perdida de época republicana romana de todo o território hoje português. Fabião deu também conta da existência de número elevado de projéteis de funda em chumbo ainda com as rebarbas de fabrico, necessariamente produzidas no local, na posse de particulares da região de Santarém⁵⁷⁶.

Como Fabião salienta, se a questão do acampamento se pode considerar satisfatoriamente resolvida, saber se o local onde se implantou, seguramente um povoado indígena importante, se nomeava *Moron* é uma questão menor, e dificilmente comprovável⁵⁷⁷. Ainda assim, e perante a informação coligida, a resolução da questão inclina-se fortemente em favor do planalto de Alpompe. Jorge de Alarcão, que abandonou esta hipótese em favor de Santarém, havia antes aventado a aliciante proposta de interpretação para a muralha de terrapleno que divide em dois o planalto dos Chões corresponder à divisão entre uma zona militar e outra indígena, possivelmente tendo outra vez em mente os modelos de *dipolis* como o de Tarragona,

⁵⁷⁰ C. Fabião, 1989.

⁵⁷¹ A.M.D. Diogo, 1982, 1993 e A.M.D. Diogo e L. Trindade, 1993-1994.

⁵⁷² Conf.C. Fabião, 2002.

⁵⁷³ O falecido arqueólogo amador José Catarino, cuja memória aqui se evoca, identificou-as no planalto dos Chões em finais da década de '80 do século XX, permanecendo inéditas. Foi-nos dada a possibilidade de observar fotografias da sua autoria pelo irmão, João Catarino, que comprovam a veracidade destas notícias difusas acerca do reconhecimento destas estruturas pelo investigador do Entroncamento.

⁵⁷⁴ G. Zbyszewski *et al.*, 1968. O mesmo tipo de ladrilho está atestado na arquitetura civil de *Scallabis* (informação oral de Laurent Caron), no sítio romano de Azeitada (Almeirim) (observação pessoal) e Alto dos Cacos (Almeirim)- Conf. J. Pimenta *et al.*, 2012, p.63-65.

⁵⁷⁵ J. Ruivo, 1999 *apud* C. Fabião, 2002, p. 151.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ Idem.

aventando, em alternativa, poder tratar-se do resultado de uma constrição da área militar decorrente do estacionamento de um número menor de efetivos em momento posterior à campanha de 138-137 a.C. de *Iunius Brutus*, eventualmente no quadro das guerras civis. Há autores que, aliás, pretendem relacionar a origem do topónimo Alpompe com *Pompeius*, e desta forma conetar o local com os conflitos entre os partidários de César e os filhos do Magno⁵⁷⁸. A este respeito os dados arqueológicos, em particular os numismas estudados por José Ruivo e retomados por Fabião, parecem indicar uma data mais precoce para o abandono generalizado do sítio, considerando a existência do tesouro de denários ocultado cerca de 80 a.C. e a raridade de moedas posteriores⁵⁷⁹, talvez assim se justificando o assinalado silêncio das fontes a seu respeito⁵⁸⁰.

Em Lisboa, o estudo fundamental de João Pimenta demonstrou que se verificou no morro do Castelo o estacionamento de tropas por ocasião da campanha lusitana e galaica de 138-137 a.C.⁵⁸¹ Um fluxo sem precedentes de material itálico, incluindo produtos alimentares envasados em ânforas, a par do achado de numismas de baixo valor, cerâmica campaniense e lucernas, denunciadores da identidade cultural itálica dos seus antigos possuidores, enquadrados em estratigrafias bem definidas e contextos selados, configuraram um quadro de referência sólido⁵⁸², que o achado de uma construção tipicamente romana daquela época, ocorrido posteriormente ao estudo, mais não veio do que corroborar⁵⁸³.

Como vem sendo mencionado na bibliografia mais recente sobre *Olisipo*, o estacionamento da guarnição nesta altura representou para a parte mais alta do povoado um evento traumático em termos urbanísticos, implicando o seu abandono, sendo muito escassos e pontuais os elementos que atestam a existência de ocupações de cronologia romana ao longo do século I a.C. e posteriores⁵⁸⁴. Este dado deverá, por consequência,

⁵⁷⁸ J. Custódio (coord.), 1999; J. Pimenta *et al.*, 2012, p.100- Sugestão que tem por base, para além de argumentos etimológicos, uma passagem da *Crónica de D.Afonso Henriques* referente à campanha muçulmana de 1184, que indica expressamente “*hum monte, que chamão de Pompeio*”- Conf.Idem.

⁵⁷⁹ J. Ruivo, 1999 *apud* C. Fabião, 2002.

⁵⁸⁰ Destacado, entre outros por Jorge de Alarcão- Conf. J. Alarcão, 1988, 2002.

⁵⁸¹ J. Pimenta, 2005.

⁵⁸² Idem.

⁵⁸³ A estrutura foi primeiro escavada sob a direcção de Alexandra Gaspar e Ana Gomes. Uma nova intervenção em 2009, dirigida por Pedro Miranda, permitiu reconhecer a totalidade dos seus contornos. A todos se agradece a disponibilidade da divulgação deste elemento, aliás vagamente mencionado no acima respectivo catálogo - Conf. S. Serra, A. Gaspar e A. Gomes, 2008.

⁵⁸⁴ J. Pimenta, 2005; R.B. Silva, 2011.

ser posto em paralelo com o que se presume que se verificou com os Chões de Alpompé.

Os exércitos do procônsul atravessaram na sua marcha o território em estudo, provavelmente percorrendo um caminho próximo do que seria depois a via *Olisipo-Braccara*⁵⁸⁵, e talvez com uma força percorrendo um outro itinerário mais litoral, que justificaria assim a ocorrência do tesouro de Pragança (Cadaval), constituído por dois vasos, um colar entrançado e três lúnulas, em prata, e uma outra em ouro, atribuído por José Ruivo à instabilidade gerada pela passagem do corpo militar romano⁵⁸⁶.

Decimus Junius Brutus Callaicus permaneceria no comando proconsular até 133 a.C., pelo menos, data em que ocorre uma cunhagem monetária efetuada na cidade por ele fundada de *Brutobriga*⁵⁸⁷, e nessa data a presença de alguns dos efetivos militares no Vale do Tejo deverá ter sido uma realidade.

A partir da integração do território na província da *Hispania Vltior*, os dados arqueológicos indicam um contato permanente com os circuitos comerciais em voga na parte meridional da Península Ibérica, o que se manifesta na difusão de cerâmicas campanienses e ânforas, mas também de cerâmica itálica de cozinha como a “cerâmica de engobe vermelho pompeiano”⁵⁸⁸, e numária de baixo valor, que denuncia uma ainda incipiente monetarização da economia local.

O conjunto de mercadorias do mundo romano conhece, ao longo do séc. I a.C., uma ampla difusão no espaço em estudo que não se restringe aos grandes povoados e atinge uma multiplicidade de sítios, presumivelmente pequenos assentamentos na sua maioria rurais: Quinta da Torre (Almada)⁵⁸⁹, Alto de Caparide⁵⁹⁰, Tires, Miroiço⁵⁹¹, Outeiro, Freiria (Cascais)⁵⁹², Leão⁵⁹³, Oeiras (Oeiras)⁵⁹⁴, Cabanas de São Marcos, Armez⁵⁹⁵, Ermidas⁵⁹⁶, Funchal⁵⁹⁷, Granja dos Serrões⁵⁹⁸, Lugar do Marcador⁵⁹⁹, São

⁵⁸⁵ M. Genin, 2002.

⁵⁸⁶ J. Ruivo, 2005, p. 137.

⁵⁸⁷ J. Alarcão, 1988, p.23.

⁵⁸⁸ A.M. Arruda e C. Viegas, 2002a; L. Fernandes e V.Filipe, 2007.

⁵⁸⁹ J.L. Cardoso e J. R. Carreira, 1997-1998.

⁵⁹⁰ J.P. Cabral, G. Cardoso; J. D’Encarnação e L.Nieuwendam, 2002.

⁵⁹¹ G. Cardoso, 2002, p.64 e 67.

⁵⁹² Idem, p.63.

⁵⁹³ Um fragmento de cerâmica cinzenta fina com decoração reticulada e um outro de campaniense B- J. L.Cardoso, 2011, respetivamente p.116 e p.118.

⁵⁹⁴ G. Cardoso, 2002, p.48; ânfora Maña C2b- J. L. Cardoso e G. Cardoso, 1993, p.82 e fig. 27.

⁵⁹⁵ G. Cardoso, 2002, p.76.

⁵⁹⁶ Um exemplar de Campaniense B- Conf.Idem, p.78. Um fragmento de bocal de ânfora Maña C2b, entre outros contentores- Conf. F.C.Pimenta, 1982-1983, p.126.

⁵⁹⁷ Um exemplar de imitação de campaniense- Conf. G. Cardoso, 2002, p.79.

⁵⁹⁸ Campaniense A- Conf. Idem, p.79.

Miguel de Odrinhas⁶⁰⁰ (Sintra), Casal do Belo (Loures)⁶⁰¹, Raimona (Mafra)⁶⁰², Moinho da Atalaia (Amadora)⁶⁰³, Cemitério dos Prazeres⁶⁰⁴, Belém (Lisboa)⁶⁰⁵, Cacilhas (Almada)⁶⁰⁶ e Azeitada⁶⁰⁷ (Almeirim), são os que conseguimos repertoriar de uma lista certamente mais vasta.

Similar panorama é-nos apresentado pelos povoados em altura, não equiparáveis aos grandes centros regionais, como o Almaraz (Almada)⁶⁰⁸, Castelo dos Mouros⁶⁰⁹, Santa Eufémia (Sintra)⁶¹⁰, Castelo (Arruda dos Vinhos)⁶¹¹, Torres Vedras⁶¹², Castro da Serra do Socorro⁶¹³, Castro da Curvaceira de Cima, Castro do Amaral (Alenquer)⁶¹⁴, Alverca (Vila Franca de Xira)⁶¹⁵, Castro da Columbeira, Outeiro da Assenta (Bombarral)⁶¹⁶, Castro de Pragança (Cadaval)⁶¹⁷, São Mamede (Óbidos)⁶¹⁸, Castelo de Santa Catarina (Caldas da Rainha)⁶¹⁹, Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁶²⁰ e Cabeço da Bruxa (Alpiarça)⁶²¹.

A variada panóplia de locais e tipologias locativas, seguramente incompleta, é todavia suficiente para se admitir a vitalidade dos influxos romanizadores ocorridos no Vale do Tejo e Oeste no lapso de tempo que medeia as últimas décadas do séc. II a.C. e o advento do Principado.

⁵⁹⁹ Imitação de campaniense- Conf. Idem, p.80.

⁶⁰⁰ Campaniense indeterminada- Conf. Idem, p. 81.

⁶⁰¹ Cerâmica cinzenta fina com decoração de retícula brunida- A.R.Silva e S.P.Santos, 2009, p.13-27.

⁶⁰² Três glandes de funda em chumbo- Conf. G. Cardoso, 2002, p.93.

⁶⁰³ R.Parreira e C.V.Pinto, 1978.

⁶⁰⁴ Um fragmento inédito de campanense do “círculo da B”, recolhido pelo autor.

⁶⁰⁵ Um fragmento de campaniense- C. Fabião e I.Filipe, 2006-2007, p.103.

⁶⁰⁶ L.Barros e C. Amaro, 1985; L.Barros, 1994.

⁶⁰⁷ Informação oral facultada pelo Dr. Eurico Henriques, da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim, comprovada pela observação de materiais, aproveitando-se para se agradecer a este investigador o acesso e a divulgação deste elemento.

⁶⁰⁸ L.Barros, F.Henriques, 2002.

⁶⁰⁹ Materiais inéditos resultantes da escavação dirigida por Maria João Sousa, entre os quais consta pelo menos um fragmento de imitação de campaniense.

⁶¹⁰ G. Marques, 1982-1983, p.70 e FiG. 13-k, uma ânfora itálica Dr. 1A.

⁶¹¹ J. L.M. Gonçalves, 1997.

⁶¹² G. Cardoso, 2002, p.120-121 e G. Cardoso e I.Luna, 2005, p.62-63 e p.76.

⁶¹³ G. Cardoso e I.Luna, 2005, p.79.

⁶¹⁴ G. Cardoso, 2002, p.126.

⁶¹⁵ J. Pimenta e H.Mendes, 2007.

⁶¹⁶ Deixando de parte outras referências menos específicas, foi-nos dado observar *sigillata* sudgálica aqui recolhida que se guarda no Gabinete Municipal de Arqueologia de Óbidos, aproveitando-se para agradecer a facultação do seu acesso a Dina Matias e Sérgio Pinheiro.

⁶¹⁷ P.F. Costa e H. Sanches Galante, 1995, p.58, onde se assinala a presença de moedas de Época Republicana.

⁶¹⁸ Idem.

⁶¹⁹ R.B. Silva, 1996.

⁶²⁰ J. Pimenta e Henrique Mendes, 2008a.

⁶²¹ M. Delgado, 1981-1982.

O séc. I a.C. corresponde a um período em que em simultâneo se desenvolvem os processos integradores, apesar de encerrarem uma fraca visibilidade do ponto de vista arqueológico, motivada por uma multiplicidade de fatores. Santarém, Lisboa, Castelo (Arruda dos Vinhos) e Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) compõem a exceção a um panorama onde os testemunhos materiais são relativamente abundantes, como as listas um pouco acima enunciadas demonstram, mas compostas com base em ocorrências de materiais à superfície ou integrando estratigrafias formadas em data posterior, estando portanto na sua maioria descontextualizadas. Mas se isoladamente pouco significam, a sua consideração em conjunto não pode deixar de assumir algum significado.

Merecem destaque neste sentido, os achados verificados em sítios aos quais depois se reconhece ou entrevê funcionalidade agrária supra mencionados. Em primeiro lugar ressalta que, dos vinte locais repertoriados nestas circunstâncias dezassete estão situados na margem direita do Tejo a ocidente de *Olisipo*, na área dos atuais concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra. Destes, oito proporcionaram evidências ou indícios de ocupação na Idade do Ferro. Se lhes acrescentarmos os arqueossítios de Belém (Lisboa) e Cacilhas (Almada), mais vinculados a ambientes portuários e/ou de exploração de recursos marinhos, significa que sensivelmente metade dos locais que conhecemos hoje e que integraram as redes de povoamento anteriores da Idade do Ferro prosseguiram a sua vida em época republicana, o que sugere uma expressiva continuidade.

No mesmo sentido, os restantes onde os elementos mais antigos remontam somente ao período romano republicano podem traduzir o número, no momento indeterminável, de novos assentamentos gerados entre os finais do séc. II a.C. e o último quarto do séc. I a.C. É assim tentador colocar em relação este elemento com os indícios proporcionados pelas muito mais tardias indicações facultadas pela onomástica de Época Imperial patente na epigrafia da zona, isto é, da fixação de colonos itálicos ou já altamente romanizados⁶²², porventura ocorrida a par de um fenómeno de expansão demográfica e/ou intensificação da exploração dos recursos agro-pecuários da responsabilidade de autótones em processo de romanização.

⁶²² J.C. Ribeiro, 1982-1983, 1994, p.82-83; M. Genin, 1994; B. Martineau, 2000, p.195. Os números são contrastantes entre a cidade, cosmopolita e portuária, com 70% de onomástica latina, 20% de origem grega a apenas 10% indígena ou indeterminada, em face dos 6% gregos e 26% indígenas do território-Conf. J. C:Ribeiro, 1994, p.85-86. Complementarmente, Amílcar Guerra sublinha o carácter indo-europeu, típico do ocidente hispânico da antroponímia dos *agri*- Conf. A. Guerra, 2003, p.136 e segs.

A dimensão e contornos do fenómeno são-nos porém desconhecidos, de tão limitados que são os dados disponíveis, objetuais e arquitectónicos. Como também é a sua amplitude geográfica fora da zona ocidental da Península de Lisboa, dado que para as zonas orientais apenas Casal do Belo (Loures) e Azeitada (Almeirim) se apresentam com o mesmo figurino. A desigual distribuição dever-se-á, numa boa parte, à insuficiência dos estudos noutras latitudes, em particular nos futuros *agri* de *Praesidium Iulium Scallabis* e *Eburobrittium*, onde a epigrafia alto imperial também sugere a fixação de itálicos⁶²³, como acontece igualmente com a zona de Torres Vedras⁶²⁴. Ainda assim, os materiais detetados nos aglomerados da Idade do Ferro sugere a sobrevivência do modelo locativo na última centúria antes da Era.

A etapa final da República Romana foi fértil em episódios bélicos, tendo as Hispânicas como um dos seus mais privilegiados teatros. Direta ou indiretamente, o Baixo Tejo e Oeste terão sofrido com o clima de permanente conflito, apesar da única menção textual explícita a uma presença militar diga respeito às campanhas contra os lusitanos dirigidas por Júlio César entre 61 e 60 a.C.⁶²⁵

Os estudos numismáticos de José Ruivo sugerem que as guerras civis sertorianas, cujo teatro se desenrola na *Hispania* a partir de 80 a.C., terão tido impacte na Península de Lisboa, surgindo documentadas por entesouramentos ocultos em Santana da Carnota (Santarém)⁶²⁶, Columbeira (Bombarral) e nos Chões de Alpompe (Santarém)⁶²⁷, a que já se fez referência. Considerando a utilização deste último espaço sobretudo até este momento, é plausível que as antigas instalações castrenses da campanha de *Iunius Brutus* tenham permanecido a uso e sido objeto de reformas ao longo dos cinquenta anos de presumida utilização, o que só trabalhos arqueológicos permitiriam esclarecer. José Ruivo aventou a hipótese do seu uso no contra-ataque silano de 79 a.C., pela mão de *L. Caecilius Metellus*, sugerindo o estudo numismático o fim nesta data da vida dos Chões de Alpompe, motivada pela resposta de *Q. Sertorius*, que passaria a dominar a área⁶²⁸. Os dois outros tesouros citados, poucos anos mais recentes, poderiam equivaler ou às iniciativas de *Perpenna* de 74 a.C. ou às retaliações de *Pompeius Magnus* ocorridas após a morte do líder mariano⁶²⁹. Neste quadro amplo, de finais do séc. II a.C.

⁶²³ J.D'Encarnação e J.B. Moreira, 2005, p. 133.

⁶²⁴ G. Cardoso e I. Luna, 2005.

⁶²⁵ J. Alarcão, 1988.

⁶²⁶ J.R. Viegas e R. Parreira, 1984.

⁶²⁷ J. Ruivo, 2005, p.137-138.

⁶²⁸ Idem, p. 138.

⁶²⁹ Idem.

e primeiras décadas do séc. I a.C., se enquadraria também o tesouro de 1000 denários, alguns dos quais supostamente datados de 125 a.C., encontrado no interior de um vaso de prata com a inscrição *Sucnin(us) Asedi F(ilius)* em Pinhal do Alvarinho (Alenquer)⁶³⁰.

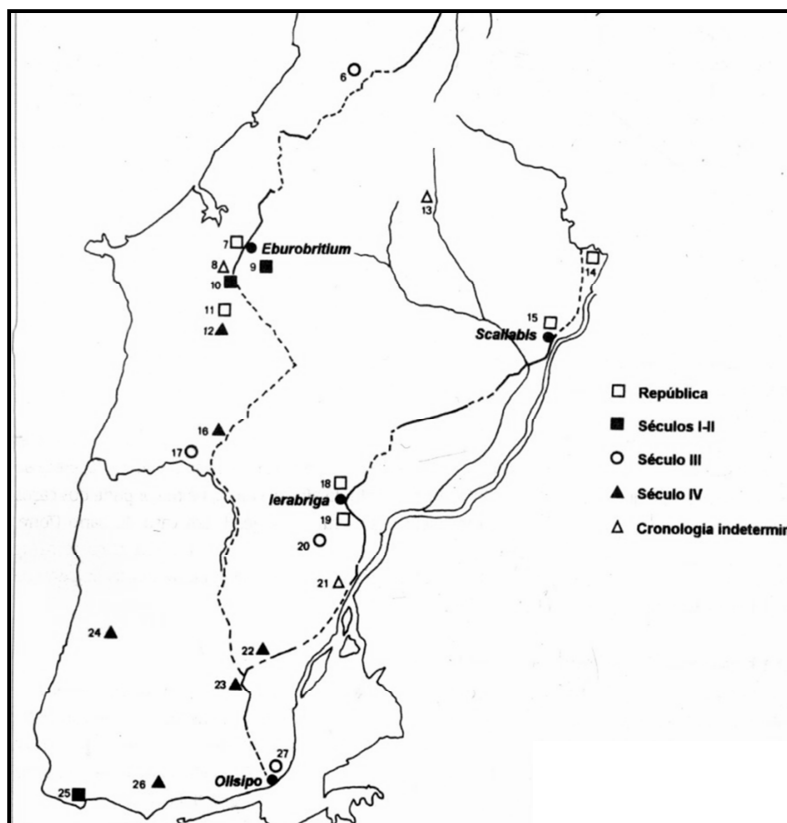


Figura 5- Tesouros monetários de Época Romana na região considerada (segundo José Ruivo⁶³¹).

O panorama de conflito está também bem documentado nos sítios da região. Santarém denota nos níveis republicanos um profundo envolvimento na componente bélica, provavelmente no quadro dos aprovisionamentos, documentado por cerâmicas, numismas e armamento⁶³². Dois outros locais com uma ocupação de forte cariz militar foram recentemente destacados pela investigação de João Pimenta e Henrique Mendes: o Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), onde se coletou espólio cerâmico abundante, armamento romano e se exumou um urbanismo de cariz itálico⁶³³, e o Alto dos Cacos (Almeirim), no qual Eurico Henriques coletou em 1981-1982 cerâmica romana republicana abundante, a que só os dois investigadores citados souberam

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

⁶³² A.M. Arruda, C. Viegas e M. J. Almeida (dir.), 2002.

⁶³³ J. Pimenta *et al.*, 2008a.

atribuir o devido significado⁶³⁴. Devido considerar-se neste âmbito outras notícias, insuficientemente tratadas ainda, relativas às ocupações neste período do Cabeço da Bruxa (Alpiarça) e, com as cautelas necessárias o Alto do Castelo (Alpiarça)⁶³⁵ e Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁶³⁶, compõe-se assim um cenário bastante distinto do que previamente se dispunha para as margens taganas, seguramente bem mais militarizado ao longo do séc. I a.C.

Considerando o papel geo-estratégico do eixo Santarém-Lisboa no âmbito das comunicações entre o Alentejo, a Beira e o restante do Ribatejo e Estremadura, os episódios já aludidos como os do conflito sertoriano e campanha cesariana de 61-60 a.C., deverão ter repercussão no registo arqueológico, como também os enfrentamentos entre cesarianos e pompeianos de 48-46 a.C. Contudo, a diacronia dos materiais estudados não permite ainda entrever com total segurança os eventos históricos aos quais os distintos locais estarão ligados, alguns deles ativos quase permanentemente ou em mais do que uma ocasião.

Da campanha de 61-60 a.C., que certamente percorreu o espaço geográfico do Vale do Tejo e Oeste, não existem vestígios arqueológicos diretos e a única base é um trecho de *Dion Cassius* que refere o refúgio de lusitanos numa ilha não nomeada ao largo da costa, que tradicionalmente a historiografia identificou com Peniche, hipótese recentemente colocada em causa por Amílcar Guerra, com argumentos consistentes⁶³⁷.

Este belicismo permanente vivido na região no séc. I a.C. revelou arqueologicamente consequências profundas para os grandes povoados do Baixo Tejo. A descrição dos elementos recolhidos no Almaraz (Almada) sugere um acentuado declínio que conduzirá ao seu provável despovoamento nos alvares do Principado. Os dados disponíveis para Lisboa, coletados no Castelo de São Jorge⁶³⁸, Teatro Romano⁶³⁹,

⁶³⁴ J. Pimenta *et al.*, 2012; R.B. Silva *et al.*, no prelo.

⁶³⁵ Vide comentário a este propósito supra, no presente capítulo. Teremos de considerar a referência difusa, repetidas vezes veiculada, do achado aqui de material romano datado dos séculos II e I a.C., que como se viu traduzirá uma presença nova no local após a Idade do Bronze Final- Conf. P.Kalb e M. Höck, 1984, 1988. Apesar da presença de ânforas Dr.1, mencionada por Gustavo Marques (1972), creio estar ainda por demonstrar cabalmente a funcionalidade castrense do Alto do Castelo.

⁶³⁶ J. Pimenta e H. Mendes, 2008b. A simples indicação de uma zona distinta da do assentamento da Idade do Ferro para a ocupação de época republicana romana sugere outro tipo de realidades, que certamente irão ser exploradas pelos dois investigadores.

⁶³⁷ *Historia Augusta*, XXXVII, 52-53, transcrito e traduzido por Jorge de Alarcão, 1988, p. 25, que matiza as certezas de atribuição que vêm já desde André de Rezende e reforçadas pela autoridade de Adolf Sculten. Amílcar Guerra, a este propósito, advoga em melhores condições outras áreas estuarinas do Mondego e Vouga como melhores candidatas, considerando a identificação plausível do *Mons Herminius*, ponto inicial da fuga do bando lusitano, e Peniche - Conf. A.Guerra, 2010, p.124-125.

⁶³⁸ J. Pimenta, 2005.

⁶³⁹ V. Filipe, 2008.

Rua de São João da Praça⁶⁴⁰ e Palácio dos Marquês de Angenja⁶⁴¹, mostram no seu conjunto uma muito maior importância das importações em momentos anteriores aos meados do séc. I a.C.

Parece, portanto, que a geografia do poder no Estuário do Tejo se transformou ao longo da primeira metade do séc. I a.C., assumindo o povoado da margem direita um predomínio inegável sobre um território mais alargado. A este propósito, vale a pena mencionar que César deixou em 48 a.C. no governo da *Vltior Quintus Cassius Longinus*, a quem os estudos olisipográficos clássicos atribuíram a instalação do edifício original das *Thermae Cassiorum*⁶⁴². Não sendo impossível esta leitura⁶⁴³, é no momento indemonstrável, e para já não suportada por dados arqueológicos. A despeito desta observação, é altamente provável a influência do pretor junto das aristocracias locais olisiponenses, sendo talvez as conexões estabelecidas com aquele magistrado romano que justificarão a adopção do gentílico *Cassius* por elementos seus. O mesmo princípio se pode aplicar aos *Pompeii*, *Iulii*, *Antonii* e *Caecilii* de *Olisipo*, remontando a *Cn. Pompeius Magnus*, *C. Iulius Caesar*, *Marcus Antonius* ou *Q. Caecilius Metellus Pius*, origem clientelar dos que mostram pertencer aos estratos dominantes da vida pública da comunidade nos séculos I e II d.C., tanto quanto a epigrafia deixa transparecer⁶⁴⁴.

Ao nível da evidência objetual, a partir do meio do século que antecede a Era regista-se nas importações o que Carlos Fabião nomeou como “*princípio da proximidade geográfica nos critérios da importação*”⁶⁴⁵, que se traduz no predomínio nos contextos com esta data dos contentores anfóricos oriundos da parte meridional da *Hispania Vltior*. É neste período que a grande cidade da foz do Tejo mostra uma vitalidade inferior face a Santarém⁶⁴⁶, onde a diversidade e quantidade dos materiais ilustra com exuberância a supremacia regional que assumiu.

O papel de *Scallabis* no final da República Romana é demonstrável também pelo nome oficial latino atribuído, *Praesidium Iulium*, que acusa a existência, no seio da cidade ou seus arredores, de um acampamento de uma guarnição militar, com maior

⁶⁴⁰ J. Pimenta, M. Calado e M. Leitão, 2005, p. 313-334.

⁶⁴¹ F. Madeira, 2006.

⁶⁴² A referência original é do P.e Tomás Castano de Bem, *Notícia deas Thermas ou banhos Cassianos...* (BNL, Reservados, ms. 289)- cit. A.V. Silva, 1944, p. 48-50.

⁶⁴³ Conf. M. Genin, 1990, 1999; R.B. Silva, 1997, 1999.

⁶⁴⁴ Entre outras referências- M. Genin, 1994 e 1999; B.Martineau, 2000.

⁶⁴⁵ C. Fabião, 1998, p. 181.

⁶⁴⁶ R.R. Almeida, 2008 e P. Bargão, 2006.

probabilidade datado das campanhas de 49-48 a.C.⁶⁴⁷ Segundo Pimenta, Mendes e Henriques, o já aludido arqueossítio de Alto dos Cacos (Almeirim), nas proximidades e em estreito contato visual com Santarém, dotado de uma configuração castrense observável por detecção remota, local onde se coletaram abundantes cerâmicas romanas republicanas, incluindo campanienses, ânforas, das quais duas com texto em *tituli piti*, cerâmica de construção romana e, acima de tudo, artefatos bélicos, entre os quais a extremidade de um *pilum* e projéteis de funda possivelmente elaborados no sítio, assume-se como um forte candidato a *ubi* do campo da guarnição cesariana que iria fazer merecer o nome oficial à colónia⁶⁴⁸.

A promoção jurídico-administrativa escalabitana terá implicado o afluxo ao Vale do Tejo de populações forâneas, pelo menos inicialmente assentes na área da cidade e território próximo, que a muito pobre epigrafia ribatejana não dá testemunho⁶⁴⁹.

A data de promoção à nova categoria jurídica de Santarém é alvo de uma limitada controvérsia. Os dados epigráficos são surpreendentemente exíguos, documentando-se na região apenas um cidadão recenseado na tribo *Galeria*, que anda associada normalmente a deduções efetuadas no período de Octávio-Augusto, como acontece com *Pax Iulia* (Beja), *Liberalitatis Iulia Ebora* (Évora), *Salacia Vrbs Imperatoria* (Alcácer do Sal), *Iulia Myrtilis* (Mértola) ou *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa), para citar apenas bem conhecidos casos no atual território português. Contudo, duas inscrições de *miles* escalabitanos, falecidos em *Lambaesis* (*Numidia*) e Roma, indicam a tribo *Sergia*, e um terceiro indivíduo a pseudo-tribo *Iulia*⁶⁵⁰.

Se o nome oficial remete para um quadro político ideológico tardo-republicano, que integraria outras cidades como as supra citadas hoje portuguesas, a concessão de estatuto privilegiado poderá, como argumentou Vasco Mantas, equivaler a um plano de César gizado após a vitória sobre o partido pompeiano na Península Ibérica, que visava a pacificação mediante promessas de promoção das cidades que o apoiaram, intenções que o político romano não terá tido tempo de executar no curto espaço de tempo que medeia o final das hostilidades após a batalha de Munda, em 45 a.C., e o seu regresso a Roma e assassinato nos Idos de Março de 44 a.C. Como o investigador de Coimbra defende, o referido plano seria depois implementado durante o segundo

⁶⁴⁷ J. Alarcão, 1988, p.26. Vide também A.M. Faria, 1995 e referências bibliográficas complementares constantes deste artigo.

⁶⁴⁸ J. Pimenta *et al.*, 2012; R.B. Silva *et al.*, no prelo-b.

⁶⁴⁹ Conf. A. Guerra, 2002.

⁶⁵⁰ M. Genin, 1993a.

triunvirato, cabendo a Octávio a tarefa de fazer cumprir o plano de César. Ilustra com o caso de *Colonia Norba Caesarina* (Cáceres), promovida em 35 a.C., onde os cidadãos foram inscritos na tribo *Sergia*, a mesma de Santarém, supondo por isso uma data similar para o estatuto colonial de *Scallabis*, entre 44 a.C. e 35 a.C.⁶⁵¹. António Marques de Faria objeta que qualquer data até Áccio será admissível⁶⁵².

Jorge de Alarcão pondera a hipótese de a presença do indivíduo inscrito na tribo *Galeria* e sepultado nos *agri* escalabitanos significar uma segunda *dedutio* ocorrida com Augusto, necessariamente posterior a 31 a.C., como se verifica nuns poucos centros urbanos do sul da Península Ibérica⁶⁵³. Explicações alternativas foram avançadas António Marques de Faria e Amílcar Guerra para esta ocorrência, dado que o *ciues* poderia ser originário de uma outra *ciuitas*, estando portanto deslocado da sua *origo*.⁶⁵⁴ Como concluem estes dois investigadores, faltam dados que permitam suportar ou desmentir a proposta de Alarcão⁶⁵⁵.

Com base também num militar falecido perto de Gaia, inscrito na tribo *Aemilia* e que indica com manifesto orgulho a sua naturalidade de *Felicitas Iulia*, José Cardim Ribeiro sugeriu que *Olisipo* terá detido a categoria de *conuentus ciuium romanorum* em data anterior à promoção municipal⁶⁵⁶, proposta antes avançada por Vasco Mantas⁶⁵⁷. Não sendo hipótese impossível, não está porém suportada por qualquer outra evidência, podendo tratar-se de uma concessão de cidadania a título individual⁶⁵⁸.

Com bastante probabilidade, *Olisipo* recebeu o estatuto de *municipium ciuium romanorum* e o novo *tria nomina* oficial no lapso de 31-27 a.C.⁶⁵⁹, e os novos nomes patentes na designação oficial evocam a ideologia propagandística cesariana e otaviana, antes e logo após Áccio, e denunciam assim a fidelidade do núcleo a estas causas. O estatuto deixará também transparecer a distinta composição social de *Scallabis* face ao núcleo do Estuário do Tejo⁶⁶⁰, aqui traduzido pela preponderância política do elemento indígena romanizado sobre os colonos de origem itálica. *Eburobrittium*, por seu turno, iria ser fundada nas últimas décadas do séc. I a.C. com uma base eminentemente

⁶⁵¹ Idem.

⁶⁵² A.M. Faria, 1995, 1999.

⁶⁵³ J. Alarcão, 1988.

⁶⁵⁴ A.M. Faria, 1995 e 1999; A. Guerra, 2002.

⁶⁵⁵ Idem.

⁶⁵⁶ J.C. Ribeiro, 1994, p.76-77.

⁶⁵⁷ M. Genin, 1990, p.161, nota 56; 1994, p.70-71; 1996, p.353-354.

⁶⁵⁸ A.M. Faria, 1995.

⁶⁵⁹ A.M. Faria, 1993, p.134, 1995, p.93-95, 2002, p.176; de alguma forma concordante com as anteriores propostas de J. Alarcão 1993, p.210 e M. Genin, 1996, p.353-354; 1999, p.22.

⁶⁶⁰ J. Alarcão, 1988, p.67 e nota 11, p.206.

autótone, provavelmente resultante da deslocação de contingentes dos povoados próximos de origem mais antiga, detendo o estatuto de *oppidum stipendiarium*, não lhe sendo reconhecida por Roma relevância comparável à das duas cidades do Tejo.

O triunfo de Octávio, e o consequente advento do Principado, acarretou transformações históricas notáveis à escala do Império e da região em estudo: para além do fenómeno integrador que se regista com um alcance e velocidade sem precedentes, expresso ao nível mais profundo do quotidiano das comunidades por um registo arqueológico de matizes distintas do da tardo-república, a reforma político-administrativa desenvolvida a partir de 27 a.C. implicou alterações na geografia do Baixo Tejo e Oeste.

Desde logo, a integração do espaço na nova província da *Lusitania*, sob administração direta do *Princeps* através de um *Legatus Augusti*. Embora o desenho da nova circunscrição tenha conhecido flutuações de monta até à fixação definitiva das fronteiras, já nos inícios do séc. I d.C., outros atos reformistas tiveram consequências: a sediação do poder provincial na recém-criada *Emerita Augusta* e o reordenamento do noroeste peninsular potenciaram as comunicações com a capital provincial e *Braccara Augusta*, funcionando o lugar de Santarém como uma encruzilhada nas rotas terrestres⁶⁶¹; a criação das circunscrições conventuais por Augusto denuncia a manutenção da primazia de *Scallabis* ao ter recebido o destacado papel de capital do que poderíamos designar por parte centro-ocidental da nova província.

A definição e fixação de *limites* entre as diversas *ciuitates* terá ocorrido durante e após a estadia de *Marcus Vipsanius Agrippa*, que se sabe ter coordenado extensos levantamentos da realidade geográfica hispânica⁶⁶². Os *terminii augustales* lusitanos, contudo, ocorrem com datas dentro da primeira década d.C., circunscrevendo-se à parte setentrional da *prouincia*, à excepção de um duvidoso exemplo alentejano⁶⁶³.

Terá sido no quadro da concessão do estatuto colonial a *Scallabis* e do municipal a *Olisipo* que terão sido implementados os parcelários rurais respetivos abrangendo parte dos seus *territoria*, detetados e/ou aflorados por Vasco Mantas e Guilherme Cardoso⁶⁶⁴, necessários à fixação de populações exógenas, como a implementação de uma fiscalidade augústea que passou pelo princípio de *capitatio jugatio*. Como no mesmo âmbito se fundou a cidade de *Eburobrittium*, uma nova centralidade territorial,

⁶⁶¹ M. Genin, 1996, 2002.

⁶⁶² L. Pérez Villatela, 2000.

⁶⁶³ J. Alarcão, 2003.

⁶⁶⁴ M. Genin, 1996, 1998, 2002; G. Cardoso, 1999, 2002.

como demonstrou José Beleza Moreira com base em evidência arqueológica coerente⁶⁶⁵.

Nas primeiras décadas do Principado, a primazia regional da urbe ribatejana está igualmente bem patente no registo arqueológico: o volume das importações cerâmicas (paredes finas, *sigillata itálica*, «cerâmica de engobe vermelho pompeiano», lucernas e ânforas)⁶⁶⁶ demonstra o seu papel central no âmbito dos circuitos e significa uma capitalidade não apenas jurisdicional e religiosa, mas também económica⁶⁶⁷; as datas das construções públicas de Santarém, mesmo que muito limitadas a dois exemplos, de que se destaca o denominado templo⁶⁶⁸, denunciam o distinto investimento urbanístico, mais precoce aqui do que em Lisboa, onde aliás nenhum edifício público conhecido pode, por ora, ser seguramente datado da época de Augusto⁶⁶⁹; os «aterros» associados à edilícia civil mostram na capital do Ribatejo cronologias maioritariamente situadas no último terço do séc. I a.C., ou ligeiramente anteriores, demonstrando desta forma a existência de reformas de escala ocorridas no tecido urbano⁶⁷⁰, sendo mais tardias as datações aferidas para o mesmo tipo de contextos na cidade do Estuário do Tejo⁶⁷¹.

Jorge de Alarcão supõe um plano de reforma urbana para *Olisipo* datado da época de Augusto, que incluiria *forum*, termas, anfiteatro, teatro, muralha e acondicionamento do traçado urbano⁶⁷². No estado atual dos conhecimentos não é possível comprovar a sua existência com esta data, e os elementos arqueológicos específicos referentes ao teatro⁶⁷³, muralha⁶⁷⁴ e talvez também o criptopórtico da Rua da Prata⁶⁷⁵, remetem no momento as datas de construção para a época de Tibério ou até um pouco posteriores. Também as *Thermae Cassiorum* parece terem sido erguidas em momento mais avançado⁶⁷⁶, mas nada obsta a que um outro edifício deste tipo, certamente de menores

⁶⁶⁵ J.B. Moreira, 2002.

⁶⁶⁶ A.M. Arruda e R.R. Almeida 1998, 1999, 2005; A.M. Arruda e C. Viegas, 2002; C. Viegas, 2003, 2004; A.M. Arruda, C. Viegas e P.Bargão, 2005; P. Bargão, 2006; R.R. Almeida, 2008; C.S. Pereira, 2009.

⁶⁶⁷ C. Viegas, 2003a.

⁶⁶⁸ A.M. Arruda e C. Viegas, 2000, 2002.

⁶⁶⁹ Vide adiante subcapítulos respeitantes à análise das “marcas de oleiro” recolhidas no Teatro Romano de Lisboa, Termas dos Cássios e Circo, a que se junta a data provável de construção do criptopórtico da Rua da Prata- Conf. R.B. Silva, 1999.

⁶⁷⁰ C. Viegas, 2003a; P.Bargão, 2006.

⁶⁷¹ Vide adiante subcapítulos respeitantes às “marcas de oleiro” recolhidas em Lisboa.

⁶⁷² J. Alarcão, 1994, p.58.

⁶⁷³ L. Fernandes e E. Sepúlveda, 2009.

⁶⁷⁴ A. Gomes e A. Gaspar, 2007.

⁶⁷⁵ R.B. Silva, 1999.

⁶⁷⁶ Dias Diogo e Laura Trindade haviam avançado como uma proposta de cronologia em torno dos meados do séc. I d.C.- Conf. A.M.D. Diogo e L. Trindade, 1999. Contudo, o estudo das “marcas de

dimensões, tenha sido instalado aqui ou noutra parte da cidade em época de Augusto. Do *forum municipalis* ainda se discute a localização, cujas ruínas diversos investigadores supõem estar sob a zona da Madalena-Sé⁶⁷⁷. A epigrafia permite confirmar o funcionamento do centro cívico olisiponense na época de Augusto, como seria de esperar, mas desconhece-se sequer um elemento arquitectónico que se lhe possa atribuir sem dúvidas.

Eburobrittium, fundada na última década do séc. I a.C., foi dotada inicialmente de *forum*, como aconteceu com outros aglomerados lusitanos promovidos a capitais de *ciuitas*, pré existentes ou criadas *ex nihilo*, como *Conimbriga*⁶⁷⁸ ou “*Egitania*”⁶⁷⁹. As termas da cidade, como é habitual colocadas a par do *forum*, datam já de finais do séc. I d.C.⁶⁸⁰, data próxima da atribuição do *ius latii* por Vespasiano, e as unidades habitacionais intervencionadas até agora escavadas não proporcionaram conhecer as arquiteturas dos primeiros habitantes, pois tanto quanto se pode aperceber dos elementos publicados, encerram cronologias mais avançadas⁶⁸¹.

O estatuto colonial de Santarém, núcleo urbano mais antigo e que sofrerá reformas na época de Augusto, implicou a provável fixação de veteranos. Os dados a este respeito são pouco expressivos, dada a surpreendente paucidade da epigrafia urbana. A verificação de que as moedas do círculo das cunhagens de *Publius Carisius* são as mais numerosas no conjunto reunido ao longo das sucessivas campanhas arqueológicas dirigidas por Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas⁶⁸² parece, portanto, bastante significativa e resultará da fixação destas populações forâneas claramente mais monetizadas que os seus vizinhos autótones, sugerindo a participação dos indivíduos nas campanhas ásture-cantábricas. A verificar-se esta fixação de *emeritii* na cidade de *Scallabis*, ela teria por consequência ocorrido depois da promoção colonial, com probabilidade na segunda década antes da Era.

Perfil socio-cultural distinto terão, na sua maioria, os recém chegados às cidades e *agri* olisiponenses e eburobricienses, movidos por outras motivações, sobretudo económicas. Num texto pertinente a este respeito, Robert Étienne destacou as diferenças entre os novos colonos e as aristocracias lusitanas que transparece na eleição

oleiro” e outros elementos recolhidos no local aponta já para os finais do século ou inícios do seguinte-
vide adiante, o apartado próprio neste trabalho.

⁶⁷⁷ J. Alarcão, 1994; J.C. Ribeiro, 1994; M. Genin, 1990, 1999; R.B. Silva, 1999, 2005, 2011.

⁶⁷⁸ J. Alarcão e R. Étienne, 1976.

⁶⁷⁹ P.C. Carvalho, 2010.

⁶⁸⁰ J. B. Moreira, 2002.

⁶⁸¹ Idem.

⁶⁸² A.M. Arruda, C. Viegas e M.J. Almeida (dir.), 2002; P. Bargão, 2006.

dos flâmines provinciais, pois em função dos dados epigráficos disponíveis nenhum originário de cidade com estatuto de *colonia* atingiu aquele cargo máximo religioso, com exceção do emeritense homenageado em Santarém, indicador do poder dos estratos superiores das *ciuitates*, expresso em sede de *concilium*, que encarariam os coloniais como arrivistas (*sic*)⁶⁸³.

Nos alvares do Império a paisagem urbana e rural está em acelerado processo de transformação, mas muitos outros elementos estão de igual forma em processo de mudança. Saliente-se, em primeiro lugar, a alteração da geografia mental de autótones e recém chegados: a construção e/ou renovação de vias é um dado adquirido, também transmitido pela arqueologia, que testemunha reparações/configurações tipicamente romanas para a época de Tibério na Praça da Figueira (Lisboa)⁶⁸⁴, embora nalguns casos o traçado deva remontar às épocas de Augusto e tardo-república, hipótese que os miliários da região por enquanto não corroboram⁶⁸⁵; a realização dos *concilia* conventuais e provinciais dá a conhecer as realidades de territórios antes bastante alheados entre si, forjando novos traços identitários⁶⁸⁶. O espaço torna-se mensurável através das distâncias e itinerários mentais, as notícias das outras paragens, lusitanas e não só, ecoam através de comerciantes e das aristocracias locais, a aceleração da economia e respetiva monetização veicula e permite a implementação de ideologias integradoras.

Como ao nível provincial, em *Olisipo* as famílias que integram a aristocracia local, romanizadas, controlam a vida política, sendo as detentoras das magistraturas municipais, caso dos *Caecilii*, *Cantii* e *Iulii*⁶⁸⁷, mas também dos *Cassii*, *Antonii*, *Pompeii*, *Fabii*, *Terentii* e *Licinii*.

A epigrafia desta *ciuitas* é, aliás, a mais rica da região, e a onomástica mostra um outro nível da integração no mundo romano. Num *territorium* onde 35% dos documentos são urbanos e o restante corresponde aos *agri*, foi possível recensear 550 indivíduos. Na cidade, portuária e altamente romanizada, predomina a onomástica latina, com 70%, seguindo-se 20% de nomes origem helénica e 10% indígena ou indeterminada⁶⁸⁸. Os números contrastam com os resultados da zona rural, onde se regista um maior conservadorismo cultural, e se atestam apenas 6% de nomes gregos e

⁶⁸³ R. Étienne, 2006.

⁶⁸⁴ R.B. Silva, 2005.

⁶⁸⁵ M. Genin, 2012.

⁶⁸⁶ J. J. Sayas Abengoechea, 1989, p.49.

⁶⁸⁷ B. Martineau, 2000, p.194.

⁶⁸⁸ Idem.

os valores atingidos pelos nomes indígenas atingem os 26%⁶⁸⁹.

No *territorium* de *Olisipo* é manifesta a política de casamentos e alianças entre as *gentes* que compõem as aristocracias locais terratenentes, e entre estas e recém-chegados, como evidenciou Luís da Silva Fernandes⁶⁹⁰.

As características de importante entreposto mercantil da cidade transparecem também da presença de famílias ligadas ao tráfico marítimo, num caso eventualmente com ligação com *Balsa*⁶⁹¹, onde igualmente se verifica a aliança entre *Rutilii* e *Gelii* que ocorre aqui numa epígrafe de Cascais⁶⁹² e numa homenagem imperial a Adriano e Sabina pela mão dos dúunviros, um dos quais *Marcus Gellius Rutilianus*, monumento que pode ter integrado um *aedes* na *ima cauea* do teatro romano de Lisboa⁶⁹³. Similarmente, o *Mundicius* sepultado em Bucelas (Loures), pretence a uma família representada no Lácio e Egeu em importantes entrepostos comerciais marítimos ao longo do séc. I a.C., e depois na Numídia nos meados do séc. I-II d.C.⁶⁹⁴. Ilustrando outro tipo de situações que ocorre também em importantes ambientes portuários do Império Romano, o augustal perpétuo *Caius Heius Primus*, bem sucedido munificente que reformou o *proscenium* do mesmo edifício cénico em 57 d.C., é um liberto de uma abastada família itálica estabelecida em entrepostos-chave do comércio marítimo mediterrânico em época republicana, podendo aventar-se a existência de interesses seus na cidade do Tejo ao tempo dos Julio-Cláudios⁶⁹⁵.

A epigrafia urbana de Santarém, a despeito da sua pobreza manifesta, concorda com os traços gerais esboçados para a cidade do Estuário, documentando-se as *gentes* *Rubria*, *Iulia* e *Antonia*. Num caso documenta-se igualmente o casamento entre um *Iulius* e uma *Antonia* e, para esta última família, comprova-se a conexão com o ramo lisboeta patente no sepultamento de dois cidadãos com esta origem em necrópole urbana escalabitana⁶⁹⁶.

A área rural de *Scallabis* mostra a mesma paucidade da área urbana. Um *later* de Azeitada (Almerim) documenta três indivíduos, (?) *Cornelius Celtius*, *Quintus*

⁶⁸⁹ J.C. Ribeiro, 1994, p.85-86.

⁶⁹⁰ L.S. Fernandes, 1998-1999.

⁶⁹¹ J.C. Ribeiro, 1982-1983, p. 172.

⁶⁹² M. Genin, 1999.

⁶⁹³ R.B. Silva, 1999.

⁶⁹⁴ L.S.Fernandes, 1998-1999, p.36-37.

⁶⁹⁵ Idem, 2005, p.29-40.

⁶⁹⁶ A. Guerra, 2002.

Numerius Nerva e *Lucio Lucrecius Celtius* ou *Celius*⁶⁹⁷; em Casal Branco (Almeirim) uma *Iulia Leta* e o seu marido *Fundanus*⁶⁹⁸. Em ambos os casos datados do séc. I d.C., a *nomina* romanos bem conhecidos na época se juntaram *cognomina* indígenas ou latinos, numa formulação em *tria nomina* que denuncia *ingenui* ou *ciues*.

A alteração da onomástica, que se verifica na forma de identificação dos indivíduos nas *ciuitates* de *Scallabis* e *Olisipo*, traduz não só o sucesso da língua latina mas também a manifesta difusão e conhecimento da cultura erudita greco-romana. Num texto a este repeito incisivo, Cardim Ribeiro destacou a presença de nomes de âmbito servil ligados aos ciclos literários e mitológicos clássicos, como *Creusa*, *Daphne*, *Nereus*, *Apelles* ou *Priamus*⁶⁹⁹. As arquiteturas no-lo evocam igualmente, podendo citar-se a este título o conhecido friso de *Melpomene* do teatro romano de Lisboa, onde o nome da musa surge grafado em grego⁷⁰⁰, ou, ao nível dos objetos, uma lucerna recolhida em 1961/2 na Praça da Figueira (Lisboa), onde a figuração de um personagem foi legendada com o grafito *VLIXII*, evidenciando o conhecimento de que se tratava de um episódio da *Odisseia*⁷⁰¹.

O grau de romanização do espaço é muito elevado, e mesmo em ambientes rústicos, onde a onomástica indígena perdura mais tempo, a forma dos monumentos que contêm os epitáfios filia-se diretamente em protótipos itálicos, de que a estela alta de topo arredondado e o cipo capeado são os modelos predominantes⁷⁰².

O território de *Ebburobritium*, por sua vez, não é dos mais ricos em testemunhos epigráficos, sobretudo se comparado com o das vizinhas *Olisipo*, a sul, e *Collipo*, a norte⁷⁰³. A rara epigrafia urbana eburobriense de cronologia alto imperial, constituída exclusivamente por grafitos executados em cursivo sobre material de construção, um *later* e um *imbrex*, dá respetivamente testemunho tanto de onomástica indígena romanizada, caso de *Marcus Livius Celius*, como de indivíduos oriundos ou descendentes de itálicos denunciados pelo seu *cognomen*, caso de *Campanus*⁷⁰⁴.

⁶⁹⁷ A.J. Quinteira, 1998, p.179-180. Aqui, e dado o propósito dos textos, uma encomenda de material de construção, não haveria a necessidade de mencionar a filiação se dotados de cidadania, ou o estatuto jurídico, se libertos.

⁶⁹⁸ J. D'Encarnação, 1984, p.702, n.º 645.

⁶⁹⁹ J.C. Ribeiro, 2000, p. 419-454.

⁷⁰⁰ L. Fernandes e A.Caessa, 2009, p.92-93.

⁷⁰¹ Interpretação de Miguel Valério, constante de V.Vieira, 2011.

⁷⁰² B. Martineau, 2000.

⁷⁰³ D.D.P. Brandão, 1972; J.P. Bernardes, 1996; J. Alarcão, 1998, p. 89-119, em especial os comentários ao trabalho anterior constantes das p. 104-106.

⁷⁰⁴ J. D'Encarnação e J. B.Moreira, 2005, p. 133. Os autores consideram o indivíduo identificado pelos *tria nomina* como peregrino. Outras hipóteses estarão em aberto, na medida em que a sua presença sobre um tijolo, em genitivo, deverá ser interpretada como identificação do encomendante de material de

Os dois dúunviros conhecidos por inscrições de Alfeizeirão e Abobriz-Amoreira de Óbidos (Alcobaça), mostram indivíduos de extração indígena ou descendentes de itálicos, respetivamente *P. Laurus Memius* e *[?. L?]olius Maximinus*⁷⁰⁵. Como apontamento refira-se que em ambos os casos se indica expressamente tratarem-se de *II Vir(ii) Eboro(btittiensis)*, menção que se poderá fundamentar na proximidade do *uicus* portuário da suposta *Araduta* mencionada por Ptolomeu (Pedrogão-Alfeizeirão)⁷⁰⁶ e da inclusão de Abobriz ou já nos *agri colliponensis* ou muito próximo da indefinida fronteira entre as duas circunscrições administrativas. Também ativos no centro portuário de Alfeizeirão estariam indivíduos da *gens Terentia*⁷⁰⁷, eventualmente relacionados de alguma forma com os seus congéneres lisboetas que integravam a aristocracia local, onde o *nomen* surge bem disseminado pelo espaço rural em Colares (Sintra)⁷⁰⁸, Morelino (Sintra)⁷⁰⁹, Paço de Ilhas (Torres Vedras)⁷¹⁰, Cadafais (Alenquer)⁷¹¹ e Olhalvo (Alenquer)⁷¹².

De acordo com a leitura de Jorge de Alarcão, na inscrição de São Tomás das Lamas (Cadaval) a *ciuitas* cerca de 185 d.C. homenageou publicamente o Imperador Marco Aurélio, fazendo constar o seu nome oficial de *Felix Flauia Eburobrittium*. Segundo o académico de Coimbra, os quatro indivíduos que promovem o ato poderão ser os *quattuoruirii*, o que significa que o governo de dúunviros e edis seria aqui de cariz colegial⁷¹³. A verificar-se este entendimento, teríamos o testemunho de outros tantos elementos da aristocracia municipal eburobriense, de nome *Caius Iulius Laurus*⁷¹⁴, *Marcus Iulius Taurus*, *Numerius Catilius Festus*, e *Numerius Maelonis Marcionus*⁷¹⁵, sendo de sublinhar o fato de os magistrados terem colocado o monumento em território fronteiriço da *ciuitas*, no percurso da principal via terrestre do *ager*, num ponto onde esta se ligava igualmente ao único itinerário que a conetava à

construção, situação com paralelo num outro exemplar colectado no sítio romano de Azeitada (Almeirim)- conf. A.J. Quinteira, 1998.

⁷⁰⁵ E.B. Garcia, 1971, p. 458-459.

⁷⁰⁶ M. Genin, 1986, 1999b, 2003.

⁷⁰⁷ C.I.L.II, 360.

⁷⁰⁸ C.I.L.II, 318.

⁷⁰⁹ C.I.L.II, 320.

⁷¹⁰ C.I.L.II, Suppl., 5222.

⁷¹¹ C.I.L.II, 319.

⁷¹² C.I.L. II, Suppl., 5220.

⁷¹³ J. Alarcão, 1988, p.116 e 1995, p.47.

⁷¹⁴ Indivíduo assimilável ao documentado numa outra inscrição da Lourinhã.

⁷¹⁵ E. Hübner, 1897, p.161-167. De notar a sobrevivência de antropónimo de cariz indígena. De relacionar o indivíduo da gens *Maelonia* com os homónimos de Conímbriga, proprietários de uma olaria produtora de cerâmica de construção- Conf. R.Étienne *et al.*, 1976, p.159-160, n.º 358a, datada da segunda metade do séc. I d.C. e p.184-187, n.ºs 406 a-G.

vizinha *Scallabis*, que Ana Margarida Arruda supõe não ter existido⁷¹⁶ mas cuja existência Vasco Mantas demonstrou⁷¹⁷

Panorama similar é-nos transmitido pela epigrafia do centro oleiro do Morraçal da Ajuda (Peniche), que terá funcionado intensivamente de finais do séc. I a.C.-inícios do séc. I d.C. a finais do séc. I d.C.- inícios do séc. II d.C.⁷¹⁸. Numa prática rara na epigrafia anfórica lusitana, uma considerável quantidade de “marcas de oleiro” de texto muito desenvolvido em cartela retangular é conhecida na *officina*, mencionando um *Lucius Arvenius Rusticus* que Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues consideram procedente da Península Itálica⁷¹⁹. Porventura uma origem do personagem na vizinha *Baetica* seja mais provável, dada a alta concentração epigráfica desse *nomen* nesta província, conquanto se mantenha a raiz itálica por estes *Arvenii* se tratarem de descendentes de indivíduos ali radicados em finais da República, o que justificaria a própria tipologia dos contentores anfóricos produzidos na olaria de Peniche, com afinidades evidentes com as produções daquela região.

Já uma inscrição funerária também de Peniche, hoje depositada no Museu do Louvre (Paris), menciona *Pompeia Epagatha*, esposa de *Lucius Terentius Furnus* e o filho de ambos, *Lucius Terentius Rufus*. Rui Venâncio, que estudou a epígrafe em duas ocasiões, mostra a conexão lisboeta denunciada pelo *nomen* da mulher e a sua provável condição de liberta⁷²⁰. Para além desta elação, e de mais uma vez estarmos perante *ingenuii*, o autor interpreta os dois homens mencionados como oleiros por via do *cognomen* do mais velho, muito sugestionado pelo enquadramento do achado⁷²¹. Este aspeto ganha maior relevância se se pensar que a inscrição é datada da segunda metade do séc. I d.C., coetânea portanto da atividade do *Lucius Arvenius Rusticus* da epigrafia anfórica, podendo ser assim vista como um indicador do enquadramento social e jurídico dos oleiros de Peniche, de condição livre.

A precoce romanização da comunidade eburobriciense está expressa de igual forma na circunstância de se documentarem escravos públicos, de que é testemunho a

⁷¹⁶ A.M. Arruda, 2005, p.27.

⁷¹⁷ M. Genin, 2002.

⁷¹⁸ G. Cardoso e S.Rodrigues, 2005, p.88.

⁷¹⁹ Idem, p.87.

⁷²⁰ R. Venâncio, 2000 e 2005, p.149-155.

⁷²¹ Idem, p. 154-155, rejeitando a interpretação de Kajanto de se tratar de um nome indígena, convindo talvez explicar como de *fofnax* se formaria *furnus*, na medida em que este último termo se aplicava aos fornos domésticos e o precedente era o utilizado para fazer referência às estruturas das olarias, conforme se documenta em informação patente nos róis de La Graufesenque- R.Marcihal, 1986 e Isola di Migliarino (Pisa)- conf. G. Camodeca, 2003.

inscrição mencionando *Epaphra, Felix e Thesmus*. A datação proposta por José D'Encarnação e Beleza Moreira, “*mui provavelmente ainda no século I antes da nossa era*”⁷²², corresponderia assim aos momentos iniciais da constituição da *ciuitas*, logo, coeva da instalação do aglomerado urbano que lhe serviria de *caput*. Um outro liberto público, *Callaecus*, foi também referenciado no território de *Eburobrittium*, em Salir de Matos (Caldas da Rainha), mas a indicação explícita da sua *origo colliponensis* e o desdobramento da expressão abreviada *R(eipublicae).S(uae).L(ibertus)*⁷²³ mais não documenta do que, novamente, a mobilidade entre comunidades vizinhas através da deslocação para ali do indivíduo.

A partir de Augusto e Tibério verifica-se em todo o Vale do Tejo e Oeste uma maior intensidade na exploração dos recursos naturais, evidente no aumento do número de assentamentos reconhecidos no âmbito do povoamento disperso, na produção de envases para produtos alimentares de circulação, no mínimo, intra provincial⁷²⁴ e no incremento verificado nos fluxos de mercadorias forâneas, de que a *sigillata* é um dos sintomas.

Como antes vimos, a nível da região em estudo *Scallabis* assumiu nos momentos iniciais do Império a preponderância jurídica e política. Contudo, no plano económico esse estatuto foi desde logo disputado com *Olisipo*, a quem coube a preponderância enquanto principal centro marítimo da fachada ocidental peninsular desde finais da república, época em que suplantou *Salacia*, de acordo com Mantas⁷²⁵. Já Catarina Viegas, a propósito da *terra sigillata*, tinha equacionado a hipótese de a cidade do Estuário ter detido a primazia comercial sobre Santarém ainda no tempo de Augusto-Tibério, sendo o centro redistribuidor dos vasos à escala regional⁷²⁶, entendimento que parece confirmado pelos estudos ulteriores sobre a cerâmica fina de mesa recolhida em Lisboa⁷²⁷.

Outros dados concorrem para afirmar *Olisipo* como o grande entreposto de mercadorias e pólo de maior vitalidade económica ao longo do séc. I d.C. Os extensos estudos sobre os materiais coletados em Santarém, que cobrem as ânforas, lucernas, *terra sigillata*, cerâmicas de paredes finas, “cerâmica de verniz vermelho pompeiano” e vidros mostram o declínio das importações na capital do Ribatejo, e ilustram o seu

⁷²² J.D'Encarnação e J. B. Moreira, 2005, p.132.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ C. Fabião e R. Morais, 2007; C. Fabião, 2009.

⁷²⁵ M. Genin, 1999a, p. 352-353.

⁷²⁶ C. Viegas, 2003a..

⁷²⁷ R.B. Silva, 2005; C. Amaro e E. Sepúlveda, 2007; L. Fernandes e E. Sepúlveda, 2009.

declínio progressivo e vincado, ocorrido ao longo da primeira centúria. Esta perca de importância de *Scallabis* aparece mais acentuada se fôr contrastada com a intensa atividade edilícia verificada na mesma época em Lisboa, de que fazem parte teatro⁷²⁸, muralha “fundacional”⁷²⁹, *Thermae Cassiorum*⁷³⁰, criptopórtico da Rua da Prata⁷³¹, circo⁷³² e troços das *uiae* de ligação próximos ao núcleo urbano⁷³³, para só citar construções públicas, ou a muito maior intensidade da ocupação do espaço rural verificada nos *agri* olisiponenses, testemunhada por epigrafia e evidência arqueológica⁷³⁴. Outro sintoma corresponderá à relevância crescente da capacidade produtiva verificada no Baixo Tejo e Estuário, de que um dos indicadores de maior visibilidade arqueológica é a instalação das unidades de transformação de preparados piscícolas e respetiva intensidade.

Eburobrittium, apenas recentemente localizada e alvo de escavações, detém ainda pouca informação tratada. Ainda assim, é possível entrever alguma vitalidade ocorrida na sequência da sua promoção municipal flávia, que terá precedentes denunciados pela presença de envases anfóricos elaborados no seu território em Lisboa⁷³⁵, Santarém⁷³⁶ e, o que é mais significativo, Mérida⁷³⁷, e está patente na datação de finais do séc. I d.C. para a instalação das suas termas públicas e obras conexas, como também na edilícia civil⁷³⁸. A crescente importância da cidade da Lagoa de Óbidos, mostrar-se-ia reconhecida pela administração imperial na primeira metade do séc. II d.C., quando a *uia* litoral *Olisipo-Conimbriga* foi alvo da atenção do Imperador Adriano⁷³⁹. De igual forma, a epigrafia da circunscrição denota uma maior intensidade da ocupação do espaço que justifica aquele favor augústeo e por ele é dinamizada⁷⁴⁰. Porém, o aglomerado nunca iria desempenhar um papel de primeiro plano, político, administrativo, social ou económico ao longo do Alto Império.

Ao nível político, o essencial da dinâmica centra-se na competitividade entre os

⁷²⁸ V. Filipe, 2008; L. Fernandes e E. Sepúlveda, 2009.

⁷²⁹ A. Gomes e A. Gaspar, 2007.

⁷³⁰ R.B. Silva, 2011.

⁷³¹ Idem e C. Fabião, 1994.

⁷³² R.B. Silva, 1999.

⁷³³ Idem, 2012.

⁷³⁴ Ver subcapítulo 7.1 “Povoamento e demografia”, mais adiante no presente trabalho.

⁷³⁵ C. Nozes, P. Miranda e R.B. Silva, no prelo.

⁷³⁶ A.M. Arruda, 2005, p. 28.

⁷³⁷ Indicação fornecida por Rui Roberto Almeida e Carlos Fabião, que observaram directamente o espólio, e a quem se agradece penhoradamente a possibilidade de divulgação deste elemento.

⁷³⁸ J.B. Moreira, 2002.

⁷³⁹ M. Genin, 1986.

⁷⁴⁰ J.B. Moreira, 2002.

aglomerados taganos, de há muito esboçada por Jorge de Alarcão, Vasco Mantas e José Cardim Ribeiro⁷⁴¹.

Ainda na década de 30 d.C., *Scallabis* homenagearia o importante salaciense *Lucius Cornelius Bocchus*, mas fê-lo na terra natal deste, ao passo que em *Olisipo* a *ordo decurionum* local autorizou ato similar, mas praticado num lugar público da própria cidade, provavelmente o *forum*⁷⁴².

O principado de Cláudio corresponde a um fenómeno designado por alguns investigadores como “atlantização” do Império, resultante da incorporação da *Mauretania* enquanto *provincia* e da conquista da *Britannia*, reforçando a componente oceânica e interligando toda a fachada compreendida entre a *Germania Inferior*, a Grã-Bretanha, a *Aquitania*, o norte e o ocidente hispânico e o litoral do Marrocos atual. Poderá ser este fenómeno o responsável pela viragem definitiva em favor de Lisboa no balanço do protagonismo desempenhado pelas duas cidades taganas, motivado pela maior relevância da fachada costeira lusitana enquanto zona de circulação de mercadorias.

Ao principado de Nero correspondem em 57 d.C. as obras de alindamento de partes nobres do Teatro Romano de Lisboa⁷⁴³, como cerca de 65 d.C. ocorre a reformulação e repavimentação do troço da *uia Olisipo-Scallabis* escavado na Praça da Figueira (Lisboa), é na década de 60 d.C que a ocupação funerária se estende até à mesma área da cidade atual⁷⁴⁴ e, finalmente, nas mesmas datas se formou o aterro destinado à instalação da unidade de produção de produtos marinhos escavada na Rua dos Bacalhoeiros⁷⁴⁵. No seu conjunto, os elementos assim compaginados configuram um quadro que deverá equivaler a um período de expansão demográfica, de ampliação do tecido urbano, como do manufatureiro suburbano, seguramente indicadores do bem estar social e económico do local, que a incidência das importações cerâmicas corrobora⁷⁴⁶.

O crescendo de *Olisipo* é-nos transmitido pelas honras prestadas a personagens da casa imperial no espaço urbano, pela pública homenagem a magistrados provinciais

⁷⁴¹ J.C. Ribeiro, 1982-1983, 1994; M. Genin, 1990, 1994, 1996, 1999, 2002; J. Alarcão, 1988, 1994, 2002.

⁷⁴² A.M.D. Diogo e L. Trindade, 1999; J.D'Encarnação, 2010.

⁷⁴³ L. Fernandes e A.Caessa, 2009.

⁷⁴⁴ R.B. Silva, 2005, 2012.

⁷⁴⁵ Os escavadores propuseram uma data da primeira metade do séc. I d.C.- conf. L. Fernandes, A. Marques, V. Filipe e M. Calado, 2008. Contudo, e como se verá adiante adiante, em apartado próprio, os dados proporcionados pelas “marcas de oleiro” em *sigillata* não autorizam recuar as cronologias para momentos anteriores à década de 60 d.C.

⁷⁴⁶ R.B. Silva, 2005.

como o *quaestor* da vizinha *Baetica Lucius Caecilius Celer Retus*⁷⁴⁷, ou a deslocação de um prefeito dos Césares ou do próprio governador provincial, em finais do século II d.C. e inícios do seguinte para prestar culto ao santuário olisiponense dedicado ao Sol e à Lua do Espigão das Ruivas (Sintra), devidamente assinaladas epigraficamente⁷⁴⁸. Como no mesmo sentido concorre a presença em Odrinhas (Sintra) de uma epígrafe referente a *Caius Iulius Celsus procurator prouvinciae Lusitaniae*⁷⁴⁹. Trata-se de evidência suficiente para defender a vincada preponderância política da cidade do Estuário à escala regional na segunda metade do séc. I d.C., que no século II d.C. parece indubitável em função dos exemplos mencionados e do entrevisto declínio de Santarém.

A atenção da administração económica imperial incidiu especificamente sobre *Olisipo*, como prova a epígrafe patrocinada por *Nemeteus Firmus, uer(nas) aug(usti) uil(licus) XX her(editatum)*, que seguramente testemunha um ato munificente patente em local público, desconhecido, como a presença na cidade de um servo augústeo com responsabilidade num imposto que constituía uma das principais fontes de receita das finanças do Imperador⁷⁵⁰. Um outro conjunto de evidências do relêvo respeitante à cidade do Tejo data das primeiras décadas do séc. II d.C., quando o olisiponense *Lucius Cassius Sempronianus*, guindado a *diffusor olearius*, pratica um ato evergético na cidade do Vale do Guadalquivir de *Astigi* (Odúcia, Écija), talvez a erecção de um *templum*⁷⁵¹, estando pouco tempo depois em Óstia a patrocinar a ampliação de *horrea* locais, de onde se conhecem *lateres* com a sua marca e um sinete, conservado em Roma⁷⁵².

Este conjunto de sugestivos elementos levou Jorge de Alarcão a colocar a

⁷⁴⁷ M. Genin, 1999.

⁷⁴⁸ J. Alarcão, 1994, p.60-61; J.C. Ribeiro, 2002.

⁷⁴⁹ J. Alarcão, 1994, p.61.

⁷⁵⁰ À Ana de Sá Caessa, colega no Museu da Cidade a quem penhoradamente aqui se agradece, se deve todo o mérito de me ter chamado a atenção para esta epígrafe, habitualmente desdobrada de forma manifestamente errónea- por exemplo, A.V.Silva, 1944. A leitura correcta havia sido feita de há muito por José D'Encarnação (1974), numa nota de rodapé na sua obra *Divindades Indígenas da Lusitânia* que Cardim Ribeiro, com pertinácia, também notou, embora tenha transmitido uma versão incompleta- Conf. J.C. Ribeiro, 1982-1983, p.246.

⁷⁵¹ R.Étienne, 2003, p.246-247.

⁷⁵² Uma síntese em torno do conteúdo do termo foi gizada por Robert Étienne e Françoise Mayet (2001, 93-94). Para Étienne, o *diffusor olearius* seria uma espécie de supervisor fiscal da administração imperial encarregue da verificação e transvase do azeite da *annona*, distinto do *olearius*, sendo este um fornecedor, e assim se justificando o distinto léxico - Conf. R.Étienne, 2003, p. 248-250. Estando longe de terminada a discussão em torno do significado de ambos os termos, José Remesal Rodríguez em data recente admite a simultaneidade do desempenho de ambas as funções a propósito da revisão de um importante texto epigráfico sevilhano, o qual comprova a ligação dos *diffusores* à *annona* e a existência de instalações corporativas, quer em Roma, quer em Putéolos, e põe de manifesto a complexidade da organização do abastecimento oleário bético- Conf. J. Remesal Rodríguez, 2008, p.352-355.

hipótese de ter ocorrido a transferência das funções da sede do *Conuentus Scallabitanus* para Lisboa, em data que não se pode precisar⁷⁵³, de âmbito antonino. Nesta mesma época, a atividade edilícia mantém-se intensa no aglomerado do Estuário, documentada através de elementos de decoração arquitectónica destinada a espaços públicos⁷⁵⁴, de campanhas de obras no circo, senão mesmo a sua instalação⁷⁵⁵, ou nos troços próximos das *uiae* de acesso, mostrando o investimento público elevado correspondente ao estatuto político atingido pela cidade.

À época de Marco Aurélio atribuem Jorge de Alarcão e Javier Arce focos de instabilidade social na Lusitânia mas, como observa José Ruivo, desconhecem-se as causas e o alcance⁷⁵⁶. A intervenção imperial seria reconhecida pelas comunidades, nela se enquadrando a homenagem eburobriciense de S.Tomás das Lamas (Cadaval), que antes se aludiu. Neste sentido, o estudo por Ruivo dos achados monetários dos séculos I-II d.C. da região que aqui interessa nada evidenciou: o de Cascais, composto por quatro moedas de bronze de Domiciano a Antonino Pio, pode corresponder a uma bolsa perdida; o de Olhos de Água (Óbidos), datará ainda do século I d.C.; do de São Mamede (Bombarral) apenas se conhecem cinco denários, de Tibério, Trajano, Faustina divinizada, Marco Aurélio César e Antonino Pio⁷⁵⁷.

Apesar de indemonstrada a nível social, a evidência proporcionada pelos dados arqueológicos sugere que parte da segunda metade do séc. II d.C. correspondeu a um período de transformações económicas: a laboração das olarias mostra uma reorganização da estrutura produtiva que comportou a reformulação dos tipos anfóricos compulsados e o abandono dos centros mais distantes da foz do Tejo, como Garrocheira (Benavente) e Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁷⁵⁸; apesar de não se dispor do tratamento que a matéria requer, transparece das múltiplas publicações sobre a epigrafia da região a raridade de inscrições datadas do séc. III d.C., o que ocorre em muitas outras latitudes do ocidente, indicando que o hábito epigráfico decresce, podendo equacionar-se que decaiu a procura de pedra ornamental dos *agri*

⁷⁵³ J. Alarcão, 1994, p.60.

⁷⁵⁴ L. Fernandes, 1997.

⁷⁵⁵ Vide R.B. Silva, 1999.

⁷⁵⁶ J. Alarcão, 1988, p.29-30 e J. Arce, 1981, p.110-111 *apud* J. Ruivo, 2005, p.141.

⁷⁵⁷ J. Ruivo, 2005, p.139-141 e mapa 1, p.136.

⁷⁵⁸ C. Fabião, 2004. No caso peculiar do Morraçal da Ajuda (Peniche), a manufatura estaria supostamente desativada pelos finais do séc. I-inícios do II d.C., mas os dados que suportam as propostas de datação são desconhecidos- Conf. G. Cardoso e S. Rodrigues, 2005, p.87.

olisiponenses ocidentais, relevante fonte de rendimento das unidades de exploração rural ao longo das duas primeiras centúrias da Era.⁷⁵⁹

Nos finais do séc. II d.C., a contração económica é uma realidade no Vale do Tejo e Oeste, ilustrada em Santarém e Lisboa pelos valores disponíveis para a importação de *sigillata*, que atingem os níveis mais baixos desde o início do Principado⁷⁶⁰. Trata-se de um quadro que é geral à escala do ocidente do Império⁷⁶¹, cujos mecanismos e incidência regional não se conseguem vislumbrar no momento.

7. As infra-estruturas económicas da Península de Lisboa durante o Alto Império Romano.

O Baixo Tejo e a fachada atlântica com ele conetado possuíam uma ampla diversidade de recursos naturais, extrativos, agro-pastoris, silvícolas, piscatórios e marinhos, conferindo-lhe um elevado poder atrativo sobre as sociedades antigas, documentado de forma categórica para períodos mais recuados, da Pré-história Final e Proto-História⁷⁶².

A visibilidade arqueológica destes recursos é muito distinta, e a investigação sobre o período alto imperial romano tem incidido sobre temáticas para as quais dispõe de informação mais abundante, de que se destaca a olaria e a transformação de produtos marinhos, mas também a exploração agrícola.

Formou-se, por essa razão, uma imagem para os dois séculos que aqui interessam em que a região se integra nos circuitos económicos das áreas mediterrânica e atlântica do Império Romano como importante elemento de charneira⁷⁶³, mas também como ponto de convergência dos fluxos resultantes das interações com zonas mais interiores da *Lusitania*, onde um dos pontos fortes das exportações, intra e extra provinciais, se centrou nalgumas das produções mais presentes no registo arqueológico, de que as ânforas e *caetariae* são manifestações recorrentes⁷⁶⁴.

Certos aspetos permanecem por investigar com o mesmo fôlego. Dentro destes, destaca-se o sal, pela importância que sabemos deter numa longa duração, como forma de conservação dos alimentos, e pelo relêvo que comprovadamente deteve mais tarde

⁷⁵⁹ Cujas importâncias foram destacadas em texto recente- Conf. J. L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011.

⁷⁶⁰ C. Viegas, 2003; R.B. Silva, 2005.

⁷⁶¹ Patente, por exemplo, na quebra do número de naufrágios que ocorre cerca de 100 d.C., mas sobretudo no final do período dos Antoninos, constatada por Alan Wilson- Conf. A. Bowman e A. Wilson (Eds.), 2009, p.219-229, especialmente p.223, fig. 9.3-4.

⁷⁶² A.C. Sousa, 1998; A.M. Arruda, 1999-2000; J. L. Cardoso, 2004.

⁷⁶³ C. Fabião, 2009a.

⁷⁶⁴ Idem e C. Fabião, 2009b.

no espaço geográfico em análise, na Idade Média e Época Moderna, como recentemente chamou a atenção Carlos Fabião⁷⁶⁵. Os seus locais de extracção em Época Romana serão hoje dificilmente rastreáveis, mas a alta intensidade da sua produção no Vale do Tejo e, de forma plausível, nas enseadas e baías da costa do Oeste, é uma realidade inquestionável porque atestada, embora indiretamente, pelas múltiplas manufaturas de *salsamenta* ou pela presença de olarias onde se elaboraram os envases respetivos.

Ainda no domínio dos recursos marinhos, a baleação merece agora também uma atenção especial da investigação. Em texto recente, Dario Bernal Casasola salientou a sua atestação para a Época Romana na área da Baía de Cádiz⁷⁶⁶, nessa sequência questionando-se Carlos Fabião acerca do seu significado para a costa ocidental da Península Ibérica⁷⁶⁷. De fato, e como o investigador português faz notar, a atividade pode ter assumido sob o domínio romano um papel insuspeitado até ao momento, porventura com uma dimensão similar à que encerrou seguramente Na Idade Média na mesma área, devendo sublinhar-se a alta rentabilidade deste tipo de captura. Pela importância como modelo arqueológico locativo, dever-se-á aduzir ao texto de Fabião o exemplo do assentamento de época de dominação islâmica da Carrapateira (Aljezur), tratado por Rosa Varela Gomes⁷⁶⁸. Talvez a esta luz se possa perspetivar o arquessítio do Baleal (Peniche), onde a ocorrência de materiais romanos foi registada por Hipólito Cabaço na década de 30 do século XX, assim se explicando a presença dos *dolia* num âmbito geográfico sem qualquer competência agrícola, como da *sigillata*⁷⁶⁹, denunciadora de uma razoável capacidade aquisitiva por parte da comunidade piscatória ali instalada. Esta zona da região em estudo é, aliás, uma das de maior intensidade baleeira na Idade Média, correspondendo-lhe uma concentração de vestígios em Época Romana Imperial que inclui, para além do Baleal, a Atouguia da Baleia, a Berlenga Grande⁷⁷⁰ e a própria antiga ilha de Peniche, podendo traduzir uma vocação económica especial deste estreito aro costeiro nos séculos I e II d.C. Colocar esta em relação a produção anfórica de Peniche constitui uma hipótese aliciante que carece, no momento, de suporte por outros elementos arqueológicos.

⁷⁶⁵ C. Fabião, 2009b.

⁷⁶⁶ D.B. Casasola, 2009.

⁷⁶⁷ C. Fabião, 2009b.

⁷⁶⁸ R.V. Gomes, V. Assunção e M. J. Miranda, 2001.

⁷⁶⁹ A. Paço, 1957.

⁷⁷⁰ J. Bugalhão e S. Lourenço, 2005 e no prelo.

Outras atividades de exploração marinha tiveram lugar na área em estudo, nomeadamente a marisqueira, difusamente referenciada arqueologicamente por via da sua detecção frequente em contextos estratigráficos de muitos dos sítios, resultado plausível do seu consumo alimentar, e a de moluscos utilizados na tinturaria, atestada em Casais Velhos (Cascais) para épocas romanas mais tardias⁷⁷¹, como talvez em Freiria (Cascais)⁷⁷² e Frielas (Loures)⁷⁷³.

Na exposição *Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais*, a importância da extracção de pedra ornamental para a arquitetura foi convenientemente destacada, merecendo no respetivo catálogo um interessante texto de Fernando Real, onde o lióz da região de Lisboa merece apenas uma curta, mas significativa, nota⁷⁷⁴. Ao assunto voltaram recentemente João Luís Cardoso, Amílcar Guerra e Carlos Fabião, numa abordagem global que salienta a relevância deste tipo de exploração para o período romano, como o insuficiente investimento da investigação regional sobre a matéria⁷⁷⁵. A despeito de apenas uma única pedreira ter sido arqueologicamente abordada por Catarina Coelho em Colaride⁷⁷⁶, aliás sugerindo que estas se teriam desenvolvido no quadro dos *fundi* dos respetivos assentamentos rurais, a exploração do recurso está abundantemente documentada na arquitetura doméstica, pública e, principalmente, funerária lisiponense, sendo um dos fatores que explica a elevada quantidade de inscrições reveladas naquele *territorium*.

O contributo da epigrafia é, aliás, a este nível fundamental, pois comprova que desde a época de Tibério se extraem e trabalham os calcários finos avermelhados ou brancos de veios rosados da zona dos atuais concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais e Loures⁷⁷⁷, e, pelo menos a partir do principado de Nero, o lióz cinzento da área de Sintra, em muito menor quantidade, bem datado de 57 d.C. no Teatro Romano de Lisboa⁷⁷⁸.

⁷⁷¹ J. Alarcão, 1988b, 5/249; G. Cardoso, 2002, p.73.

⁷⁷² G. Cardoso, 2002, p.62.

⁷⁷³ O achado de um tanque forrado a *opus signinum* foi interpretado como eventual *caetaria*- A.R.Silva, 2001. Um qualquer outro uso produtivo é admissível, o que inclui a tinturaria.

⁷⁷⁴ F. Real, 2004.

⁷⁷⁵ J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, sobretudo p.185-186.

⁷⁷⁶ C. Coelho, 2002.

⁷⁷⁷ A.V. Silva, 1944; J. L.Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011.

⁷⁷⁸ Lídia Fernandes e Ana Caessa atribuem, contudo, uma origem alentejana a este material- Conf. L. Fernandes e A. Caessa, 2007, p.83-102. O documento setecentista que atesta a primeira descoberta do edifício romano pelo Arquitecto Manuel Caetano de Sousa, referenciado por Carlos Fabião, indica o local, na região de Sintra, onde a pedra em causa era explorada em finais do séc. XVIII- Conf. C. Fabião, 2006, p. 63.

A pedra originária dos *agri* ocidentais de *Olisipo* tem uma difusão ainda insuficientemente caracterizada, tendo sido documentada a sua presença em *Caetobriga* (Setúbal), Tróia (Grândola) e Santarém. No Teatro de Mérida foram empregues calcários rosados e amarelos da região de Sintra para a decoração da *orchestra*⁷⁷⁹, que para além da capital provincial poderão ter atingido a Península Itálica⁷⁸⁰. Estes elementos mostram que o comércio da pedra ornamental da região lisboeta intra e, em menor medida, extra provincial, feito por via marítima e fluvial através do Tejo, terá assumido algum significado económico ao atingir pontos bem distantes do seu local de origem.

A exploração aurífera, mencionada nos textos da Antiguidade sobretudo em Época Imperial⁷⁸¹, poderá ter-se desenvolvido em diversos pontos da foz do Tejo, apesar de fundada em elementos que carecem de maior solidez. Na Adiça (Almada), estaria ativa no período de dominação islâmica⁷⁸², prolongando-se a exploração até aos meados do séc.XIX, quando ainda se recolheram 90kg⁷⁸³, desconhecendo-se evidências materiais para a Época Romana. Em Oeiras, Amílcar Guerra defendeu recentemente a possibilidade de ter existido também extracção aurífera a partir da época de Augusto, pelo menos, baseando-se na epígrafe funerária do *Aquilifer* da *legio II, Quintus Flavius Quadrattus* e na possível origem etimológica do topónimo, *aurarias*, cuja presença no território teria sido motivada pelo estacionamento de uma guarnição para controlo da exploração pelo Estado Romano⁷⁸⁴. Armando Sabrosa identificou túneis de exploração em Vale de Gatos (Seixal)⁷⁸⁵, elucidando sobre o tipo de solução técnica adoptada pela mineração aurífera na área.

Muito mais comum na região que o ouro, o ferro terá sido objeto de extracção e transformação, denunciada pelas referências difusas ao achado em contexto arqueológico de escorial deste metal, por vezes indicada como sendo em grande quantidade, como acontece em Lombo Ferreiro (Alcobaça)⁷⁸⁶ ou na Serra de São Julião (Torres Vedras)⁷⁸⁷, não sendo ainda claro o enquadramento público ou privado deste tipo de explorações. O maior número de forjas deve, contudo, ter tido lugar no quadro

⁷⁷⁹ A.Fusco e I. Mañas Romero, 2006, p.30 *apud* A. Delicado, 2011, p.75.

⁷⁸⁰ A.Fusco e I. Mañas Romero, 2006 *apud* J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.186.

⁷⁸¹ A. Guerra, 2009; J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.169-171.

⁷⁸² A. Delicado, 2011.

⁷⁸³ J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.178.

⁷⁸⁴ A. Guerra, 2009; J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.177.

⁷⁸⁵ A. Sabrosa, 2006; J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.177.

⁷⁸⁶ J. Alarcão, 1988b, p.113.

⁷⁸⁷ G. Cardoso e I. Luna, 2005.

de assentamentos rurais, como aventou Jorge de Alarcão, destinadas primordialmente ao autoconsumo das respetivas propriedades⁷⁸⁸.

Duas outras atividades parecem ter detido relevância suficiente para nos aparecerem mencionadas pelos autores da Antiguidade: a exploração de granadas em Monte Suímo (Amadora), que estaria ativa na época de Tibério em função da referência feita pelo escritor *Lucius Cornelius Bocchus* na sua obra entetanto perdida⁷⁸⁹, e a criação ganadeira, em particular de equídeos⁷⁹⁰. Ambas se restringem ao testemunho textual, tornando-se difícil destrinçar se as menções traduzem uma relevante dimensão económica ou se se enquadram como evocação de curiosidade topológica ou a uma apelativa *mirabilia*.

Um pouco na sequência das primeiras observações produzidas na abertura deste texto, faz-se notar uma ausência de investimento da investigação no aprofundamento do conhecimento paleo-ambiental para o período romano na região considerada. O cotejamento dos resultados das sondagens na zona dos Patudos (Alpiarça), há muito publicado por Leeuwaarden e Janssen⁷⁹¹ é, por isso, recorrente, mas, como o próprio estudo mostrou, os resultados não autorizam extrapolações de âmbito geográfico mais alargado. Contudo muito mais está por fazer neste domínio como, por exemplo, o estudo mamalógico das espécies objeto de criação recolhidas pelas múltiplas intervenções arqueológicas, apenas elaborado por Simon Davis para a Alcáçova de Santerém⁷⁹², aferindo-se assim da existência de apuramento das espécies e do tipo de consumo alimentar, ou a avaliação da evolução do coberto vegetal, de forma a determinarem-se os ritmos de desmatção e de expansão das áreas cultivadas ocorridos entre o final da Idade do Ferro e os inícios do Baixo Império Romano.

Em aprofundamento está, no momento, o estudo da produção oleira, muito conetada com o relêvo que hoje se reconhece à região na produção manufatureira de transformados piscícolas⁷⁹³.

O estudo dos contentores anfóricos, e das antigas olarias romanas de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁷⁹⁴, Garrocheira (Benavente)⁷⁹⁵ mas, sobretudo, da

⁷⁸⁸ J. Alarcão, 1988.

⁷⁸⁹ J.L. Cardoso, A. Guerra e C. Fabião, 2011, p.179, 180, fiG. 9 e 181, fiG. 10, onde se aduzem novas evidências arqueológicas paisagísticas.

⁷⁹⁰ A. Guerra, 1995.

⁷⁹¹ W.V. Leeuwaarden e C.R. Janssen, 1985.

⁷⁹² S. Davis, 2006.

⁷⁹³ J. Raposo *et al.*, 2005.

⁷⁹⁴ G. Cardoso, 1990.

⁷⁹⁵ C. Amaro, 1990.

Quinta do Rouxinol (Seixal)⁷⁹⁶, Zambujalinho⁷⁹⁷, Porto dos Cacos (Alcochete)⁷⁹⁸ e Morraçal da Ajuda (Peniche)⁷⁹⁹, eventualmente também compulsados no Monte dos Condes (Benavente), Vale da Palha e Olho da Telha⁸⁰⁰, permitiram prefigurar um quadro de duas fases, comuns aos Vales do Tejo e Sado⁸⁰¹, à qual escapa de alguma forma o citado sítio do Oeste, com um repertório formal peculiar.

A denominada *fase I* corresponde ao fabrico de uma panóplia morfológica limitada, em que o tipo predominante e mais difundido é a Dressel 14 lusitana, destinada ao envase de produtos piscícolas, cujas *officinae* estão bem atestadas no estuário tagano na cidade de Lisboa, em Belém (Lisboa)⁸⁰², Cascais (Cascais)⁸⁰³, Cacilhas⁸⁰⁴ e Porto Brandão (Almada)⁸⁰⁵ verosivelmente presentes de igual forma na costa do Oeste, em Peniche (Peniche)⁸⁰⁶.

Deixando de parte as importantes problemáticas em torno das formas que precedem os tipos anfóricos dominantes nesta fase⁸⁰⁷, em determinado momento do séc. I d.C. ou nos inícios do séc. II d.C. iniciou-se, nos Vales do Tejo e Sado⁸⁰⁸, a compulsão do tipo Lusitana 3 definido por Dias Diogo, de provável conteúdo vínico⁸⁰⁹. Bem presente no interior alentejano, encerra ampla difusão, atingindo para já *Munigua* (Sevilha) em grandes quantidades⁸¹⁰, estando de igual forma bem presente em Mérida⁸¹¹. Esta morfologia escapa à lógica das duas fases definidas para a laboração das olarias, estando bem representada naquelas que laboraram continuamente, podendo ser interpretada em associação com outros tipos “*menores*” de compulsão limitada. Estes, com base na afinidade tipológica com morfologias elaboradas noutros espaços geográficos onde o conteúdo vínico é seguro, podem ter sido destinadas a este tipo de

⁷⁹⁶ A.L. Duarte e J.M.C. Raposo, 1996.

⁷⁹⁷ I.C. Fernandes e A.R. Carvalho, 1996.

⁷⁹⁸ J. Raposo, 1990.

⁷⁹⁹ G. Cardoso e S.Rodrigues, 2005.

⁸⁰⁰ C. Fabião, 2004, p.388.

⁸⁰¹ A.D.Diogo e J.C. Faria, 1989; C. Fabião, 2004, 2009b.

⁸⁰² C. Fabião e I.Filipe, 2006-2007.

⁸⁰³ G. Cardoso, 1992.

⁸⁰⁴ L. Barros e C. Amaro, 1985; L. Barros, 1994.

⁸⁰⁵ V. Santos, A.Sabrosa e L.A. Gouveia, 1996.

⁸⁰⁶ R. Venâncio, 2005.

⁸⁰⁷ R. Moraes e C. Fabião, 2004.

⁸⁰⁸ F. Mayet e C.T.Silva, 2002, embora com outra designação.

⁸⁰⁹ A.M.D. Diogo, 1987; C. Fabião, 2004.

⁸¹⁰ Informação facultada por Carlos Fabião, referente aos estudos que está a levar a cabo da cidade da região sevilhana, agradecendo-se a possibilidade dada de menção deste importante elemento.

⁸¹¹ Referência oral de Rui Almeida, que está a levar a cabo o estudo de alguns dos conjuntos de escavações na antiga capital lusitana, a quem aqui se agradece penhoradamente a possibilidade da divulgação do dado do seu trabalho.

produções regionais. A representatividade atingida fora do âmbito próximo pela Lusitana 3, temática que agora começa a ser abordada, traduz uma competência nos mercados para o vinho do Baixo Tejo (e Oeste?) que extravasa a dimensão estrita dos consumos autótones.

Beneficiando porventura do impulso proporcionado pelas ânforas, outros produtos oleiros elaborados no Baixo Tejo, classificáveis entre as cerâmicas ditas comuns, alcançaram latitudes distantes, estando bem representados na *Lusitania* meridional interior, como o estudo de Inês Vaz Pinto do conjunto da *uilla* romana de São Cucufate (Vidigueira) demonstrou⁸¹². Fica ainda por apurar se alguns dos tipos formais ali estudados não terão sido comercializados antes como envase de produtos regionais, tendo a investigadora sugerido conteúdos piscícolas⁸¹³, sendo talvez admissível também outros, como os de origem silvícola, apícola ou agro-pastoril.

Neste sentido, e como tem sido assinalado por diferentes autores, a área em estudo corresponde a uma ativa plataforma de intercâmbio comercial entre o Tejo e certas áreas do interior lusitano⁸¹⁴, funcionando as três capitais das *ciuitates* como os seus portos principais, pontos redistribuidores dos fluxos de e para uma área alargada da *prouincia*, sendo certo que outros, de menor entidade, terão existido também⁸¹⁵.

Em jeito de balanço dos conhecimentos atuais sobre a matéria em epígrafe, a difícil detecção arqueológica de estruturas ligadas a algumas atividades que tiveram lugar durante o Alto Império no Baixo Tejo e costa do Oeste, por contraste com a franca visibilidade de outras, conjugada com a riqueza potencial e efetiva dos recursos disponíveis, advoga cautelas na hora de elaborar uma síntese sobre o peso económico que cada uma delas encerrou. Parece, contudo, que a imagem que nos é transmitida pela diversidade das importações patenteadas (sobretudo anfóricas, mas também de “cerâmicas finas”, vidros, moedas, objetos de adorno, cerâmicas comuns e até de materiais de construção), como a sua frequente presença em sítios urbanos e no espaço rural, ilustra a forte vitalidade económica verificada em Época Alto Imperial, resultado do seu carácter de espaço de trânsito de mercadorias forâneas mas também de consumo e de exportação intra e extra provincial.

⁸¹² I.V.Pinto, 2003; Com base arqueométrica- I.V.Pinto e A.Schmitt, 2005.

⁸¹³ Idem, p.189.

⁸¹⁴ M. Genin, 1990, 1993, 2002; J. Alarcão, 1988a.

⁸¹⁵ M. Genin, 1990, 1996, 2003, 2012; M. L.Blot, 1998; R.B. Silva, 2005.

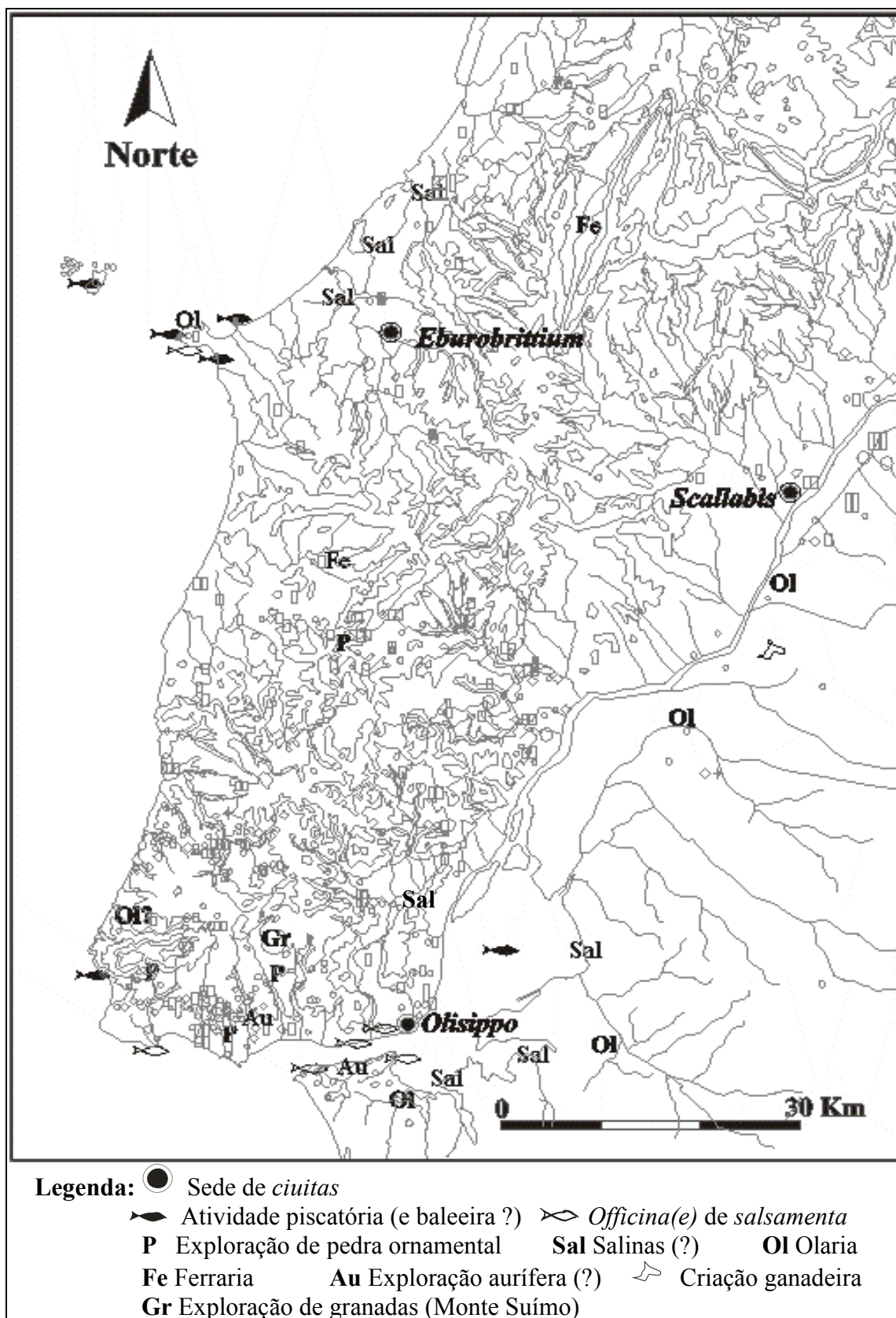


Figura 6- Outras atividades económicas não agrícolas ou mercantis do Baixo Tejo e costa do Oeste em Época Alto Imperial Romana.

É este o enquadramento do consumo da *terra sigillata*, interessando por isso, e considerando os objetivos do trabalho, determo-nos um pouco mais detalhadamente na amplitude interna do mercado regional a partir do conhecimento disponível acerca do seu povoamento e demografia, como das infra-estruturas que terão servido para a circulação daqueles produtos oleiros.

7.1. Povoamento e Demografia.

Um olhar sobre o povoamento e a demografia em Época Romana Imperial de um território como o da Península de Lisboa, no sentido alargado como o que foi aqui considerado, confronta-se com uma massa de informação de difícil manuseamento pois apresenta-se ao mesmo tempo rica, dispersa e vasta, como manifestamente insuficiente para muitos dos aspetos fundamentais, como se exporá de seguida.

Um panorama geral abarcando os *territoria* das três *ciuitates* foi elaborado por Jorge de Alarcão⁸¹⁶ e também por Vasco Mantas, neste caso a propósito do sistema viário⁸¹⁷ e, a um nível mais específico e complementar, por Guilherme Cardoso⁸¹⁸ para os *agri olisiponensis* a norte do Tejo, José Quinteira, para os de *Scallabis*⁸¹⁹ e José Beleza Moreira para o *territorium* de *Eburobrittium*⁸²⁰. O conjunto de elementos coligidos permite formular uma imagem ampliada graças às cartas arqueológicas concelhias, algumas das quais publicadas⁸²¹ e a base de dados “Endovélico”⁸²².

As referências compõem assim uma panóplia de referências a sítios e achados que, desde logo, levantam múltiplos problemas, e onde as leituras permitidas pelos dados são algumas vezes aparentemente contraditórias. Deverá salientar-se neste âmbito a caracterização escassamente fundamentada⁸²³, a indefinição cronológica⁸²⁴ e os

⁸¹⁶ J. Alarcão, 1988a, 1988b, 1994, 2002.

⁸¹⁷ M. Genin, 1986, 1996, 2002, 2004, 2012.

⁸¹⁸ G. Cardoso, 2002.

⁸¹⁹ A.J. Quinteira, 1998.

⁸²⁰ J. B. Moreira, 2002.

⁸²¹ Afortunadamente a lista é longa e inclui casos exemplares como os de Almada, Cascais ou Oeiras-respetivamente V.Santos, A.Sabrosa e L.A.Gouveia, 1996; J. L.Cardoso e G. Cardoso, 1993; G. Cardoso, 1994.

⁸²² Que, com desenvolvimentos dos últimos anos verificados na estrutura e orgânica dos organismos da administração central, se encontra num estado de lastimável desatualização.

⁸²³ Note-se, a título de exemplo, que não dispomos, por exemplo, da informação relativa às áreas de dispersão de vestígios à superfície para muitos locais com ocupação atestada, inclusive na região de Lisboa, de que seria um bom exemplo o elenco constante em Guilherme Cardoso (2002), e por antonomasia, do mesmo autor e Isabel Luna- Conf. G. Cardoso e I.Luna, 2005.

⁸²⁴ Num ponto que nos interessaria particularmente no âmbito do presente trabalho, que é o da atestação de *terra sigillata* nos diferentes locais, esta surge na maioria dos casos referida de forma genérica e indiferenciada, desconhecendo-se de que produções e de que época, e, em muitos outros casos, por se terem verificado outros achados a que se atribuiu maior relevância, não vem sequer mencionada. Este

evidentes contrastes resultantes da geografia da investigação⁸²⁵. Assim sendo, requeria-se um esforço de revisão aturada⁸²⁶, tarefa que, apesar de necessária, extravasaria em muito os tempos, âmbito e objetivos do presente texto. Apesar destas limitações, pretendeu proporcionar-se aqui alguns contributos e levantar problemáticas que pareceram pertinentes, algumas de resolução não fácil.

Um outro aspeto a considerar no interior da temática é de índole metodológica e prende-se com a classificação dos sítios. Parafraseando Jorge de Alarcão, “*a interpretação não pode deixar de ser mera conjectura; mas não será preferível correr o risco de conjecturar a designar todas as estações pelo nome genérico de habitat ?*”⁸²⁷. A questão merece que nos detenhamos um pouco sobre ela.

Os estudos sobre povoamento romano no atual território português espelham idênticas preocupações patentes na investigação internacional, sobretudo francófona e anglófona, incorporando a sua tendência atual. Partindo da evidência arqueológica, na maior parte dos casos resultante de prospecção orientada segundo princípios distintos e atenta às realidades de cada região, tem na base a relação entre as áreas de dispersão e a natureza dos vestígios para a classificação dos sítios e consequente avaliação da densidade demográfica. Neste sentido vai a reflexão sobre o tema constante da síntese de Alan Bowman e Andrew Wilson⁸²⁸, também subjacente à mais abrangente

panorama está bem refletido na obra de Jorge de Alarcão que mencionámos *supra*, pese embora cientes de que o âmbito e objetivos eram outros, dado que, para muitos dos locais repertoriados por via bibliográfica se menciona apenas a atestação de *terra sigillata* - conf. Jorge de Alarcão (1988b).

⁸²⁵ É possível constatar concentrações e ausências que deverão ser muito mais aparentes que reais. A título demonstrativo, a elevada concentração nas áreas dos atuais concelhos de Cascais, Oeiras, Amadora, Sintra, Alenquer e Torres Vedras relacionar-se-á, não só com uma efetiva maior densidade de ocupação, quer no passado romano quer no presente que provocou a descoberta daquele, como também com o investimento da investigação, os interesses e motivações dos seus protagonistas e as infraestruturas locais que as suportam, algumas das quais com um passado relevante no quadro da história da Arqueologia Portuguesa.

⁸²⁶ Estão por fazer tarefas básicas como as da eliminação da duplicação de referências, motivadas pelo uso de distintos topónimos para um mesmo arqueossítio, como a de tentar localizar os assentamentos correspondentes aos sítios de carácter funerário já mapeados, exemplos que se procurou aqui mitigar. Por manifesta impossibilidade temporal, ficou por abordar na totalidade uma extensa lista de relatórios depositados nos arquivos da administração central e instituições locais, museológicas e outras, para já não falar nos numerosos trabalhos de índole académica elaborados nas diversas universidades portuguesas de que se tem conhecimento. A opção adoptada foi a de consultar estes elementos para tentar colmatar lacunas no conhecimento.

⁸²⁷ J. Alarcão, 1998, p.95. Um primeiro ensaio de abordagem pelo autor, que distinguiu *Villae* e *Casal* havia sido exposto no capítulo por si elaborado do I volume da *Nova História de Portugal*, dirigida por A.H.de Oliveira Marques e Joel Serrão- Conf. J. Alarcão, 1990.

⁸²⁸ Baseiam a sua análise nos estudos de Elisabeth Fentress para a zona de Jerba (Egipto) que considera três tipos de sítios rurais, *as farms, villages e uillae*, estabelecendo uma relação entre a dispersão superficial dos vestígios e o número de habitantes em Época Romana, como o fazem atribuindo um número de pessoas por hectare urbano- Conf. A.Bowman e A.Wilson, 2009, em especial a sinopse sobre a discussão conceptual acerca da classificação proposta, com a correspondente bibliografia indicada- Conf. Idem, p.133-135.

aproximação à composição demográfica das Hispânicas disponível, elaborada por César Carreras Monfort⁸²⁹.

No âmbito específico português, Jorge de Alarcão propôs em 1997 quatro categorias de sítios rurais, por si construídas: casais, granjas, *uillae* e “aldeias”⁸³⁰. Na esteira do académico de Coimbra destacaram-se os trabalhos de Conceição Lopes⁸³¹, João Pedro Bernardes⁸³², Pedro Carvalho⁸³³ e Helena Paula Abreu de Carvalho⁸³⁴, que introduzem adaptações e ajustamentos, sendo o tipo de abordagem arqueológica amplamente utilizada hoje no território português em estudos sobre a *Arqueologia da Paisagem* do período romano⁸³⁵.

A proposta encerra limitações relevantes, algumas desde logo enunciadas por Alarcão como advertências aos estudos futuros⁸³⁶, como se veio a verificar. Mas independentemente de se lhe reconhecer maior ou menor operacionalidade, o fato é que projetou o discurso sobre a matéria para um nível bem mais elevado do que o até aí praticado, e o presente texto gravita inevitavelmente em torno das temáticas por ele suscitadas, ou às quais procurou dar resposta.

A objecção mais relevante que se pode colocar à perspectiva de Alarcão é o seu carácter holístico, que por isso deixa de fora categorias de sítios, uns mais presentes na paisagem que outros, ocultos sob a tafonomia proposta. Como a de que dificilmente se aplica a parcelas importantes dos territórios, de que os mais setentrionais constituem o exemplo mais visível, porque radicados em sistemas e/ou soluções geradas previamente ao domínio romano, mas nem por isso menos integrantes das redes estabelecidas entre os séculos II a.C. e V d.C., para utilizar uma referência cronológica mais tradicional. Como se interliga também com as questões de arqueologia viária, e as dificuldades já antes enunciadas por Vasco Mantas a propósito da identificação das *mutatio* e

⁸²⁹ C.Carreras Monfort, 1995-1996.

⁸³⁰ J. Alarcão, 1998, sobretudo p.91-98.

⁸³¹ M.C. Lopes, 2003.

⁸³² J. P.Bernardes, 1996.

⁸³³ De especial pertinência e acuidade, deverá salientar-se o texto mais recente citado. De elevada riqueza de conteúdo, porque porventura menos constrangido formalmente, reflecte sobre o tema- P.Carvalho, em especial as p.127 e seguintes.

⁸³⁴ Basicamente, a autora aplica a solução aventada por Alarcão, ajustando com terminologia latina, que prefere- Conf. H.P.A.Carvalho, 2008. Contudo, e como a própria salienta, a solução não é isenta de problemas. De facto, os termos latinos são polissémicos, e revestem-se de utilidade mais limitada do que deixa supor, especialmente nos casos dos *uicus*, *uillae* e mesmo cidade, neste último caso, como bem patentearam os estudos de Pedro Carvalho para a *Lusitania* setentrional- Conf. P.Carvalho, 2004.

⁸³⁵ Deve-se destacar, a este propósito o da autoria de André Carneiro, com uma perspetiva distinta, crítica em relação à validade da proposta de Jorge de Alarcão, parecendo suficientemente demonstrada as dificuldades de operacionalidade para o Baixo Império- Conf. A.Carneiro, 2004.

⁸³⁶ J. Alarcão, 1998.

*mansiones*⁸³⁷, a que se deveria acrescentar a rede de *uiaie uicinales*, assunto abordado por Guilherme Cardoso para a zona mais ocidental dos *agri olisiponenses*⁸³⁸. Mais adiante retornaremos a este tipo de problemáticas.

Um outro aspeto que, embora subjacente ao enunciado de Jorge de Alarcão não lhe pode ser imputado, resulta da sua aplicabilidade. A dinâmica diacrónica contextual dos sítios, espacial, arquitectónica e estratigráfica, é-nos, na quase totalidade dos casos, completamente desconhecida. Esta observação aplica-se com especial incidência ao território em apreciação, incluindo assentamentos rurais bem conhecidos e mais ou menos extensamente intervencionados como os de São Miguel de Odrinhas, Santo André de Almoçageme (Sintra), Alto do Cidreira, Alto de Caparide, Freiria (Cascais), Oeiras (Oeiras), Frielas, Almoinhas (Loures), Quinta da Bolacha (Amadora), Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) ou Rio Maior (Rio Maior). Em todos eles, classificados como *uillae*, surgem objetos e/ou vestígios de estruturas seguramente datados dos séculos I e II d.C. não relacionáveis com as expressões arquitectónicas e as bem caracterizadas ocupações que assumem ao longo do espaço de tempo que medeia os finais do século II e V d.C.⁸³⁹ Mas para todos desconhecemos o carácter que assumiram entre as últimas décadas do século I a.C. e os meados a finais do séc. II d.C., parecendo abusivo atribuir-se-lhes a mesma identidade desde as respetivas etapas iniciais, sem outro suporte. A este propósito o estudo de Conceição Lopes acerca do povoamento de *Pax Iulia* mostrou uma dinâmica de emparcelamento verificada naquela região em etapas cronologicamente mais recuadas do que estamos habituados a pensar para a Época Romana⁸⁴⁰, e nada nos garante que ela não tenha ocorrido também no espaço geográfico em estudo.

Num outro sentido, mas perspetivando ainda aspetos diacrónicos, em muitos dos locais da Península de Lisboa foi também assinalada a presença de artefatos enquadráveis na Idade do Ferro ou no período Republicano Romano, no quadro de escavação ou prospecção, sem que se posteriormente se tenham identificado contextos

⁸³⁷ M. Genin, 1996.

⁸³⁸ G. Cardoso, 1999.

⁸³⁹ No que à *terra sigillata* respeita, pontuam produções itálicas e/ou sudgálicas, necessariamente vinculadas com cronologias do séc. I d.C., pelo mais, nos sítios aludidos. Tais os casos de: São Miguel de Odrinhas- C.Coelho, 2006-2007; Santo André de Almoçageme- É.M. Sousa, 1998; Alto do Cidreira- J. U.S.Nolen, 1988; Alto de Caparide- J. P.Cabral, G. Cardoso; J. D'Encarnação e L.Nieuwendam, 2002; Oeiras- M. V.Gomes, J. L.Cardoso M.C. André, 1996; Frielas- A.R.Silva, 2001 e 2012; Almoinhas- S.Brazuna e M. Coelho, 2012; Quinta da Bolacha- J. A.Moreira e G. Encarnação, 1997; Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo- G. Cardoso *et al.* 2010; Rio Maior- informação oral de Carlos Pereira, a quem aqui se agradece a informação facultada de uma presença “*vestigial*” daqueles fabricos.

⁸⁴⁰ M.C. Lopes, 2003.

e estratigrafias que os enquadrassem e assim permitissem entender que tipo de ocupações estão na sua origem, ou a relação destas presenças com as expressões posteriores que os locais iriam adquirir em Época Imperial Romana. Ou ainda, quando a detecção dessas materialidades ocorreu, como aconteceu em Leião⁸⁴¹, Oeiras (Oeiras)⁸⁴² e Freiria (Cascais)⁸⁴³, não é de forma alguma claro como se processa a transição entre os distintos períodos, para mais possuindo alguns deles uma longa diacronia dado remontarem à primeira metade ou meados do I milénio a.C.

Desconhecemos, portanto, qual o significado destas evidências, que na sua maioria se revelam escassas, geograficamente dispersas e quase sempre descontextualizadas. Para responder a esta questão carecíamos de leituras extensas e fundamentadas em amostragens amplas sobre os sítios alvo de povoamento na Idade do Ferro, de que manifestamente não dispomos, com especial acuidade para as áreas do Ribatejo e Oeste⁸⁴⁴. Ainda assim, exemplos como o de Moinhos da Atalaia (Amadora)⁸⁴⁵, Outorela 1 e 2 e Gamelas 3 (Oeiras)⁸⁴⁶, comprovam vários assentamentos rurais explorados na Idade do Ferro que não atingem cronologias romanas imperiais. Leião (Oeiras)⁸⁴⁷ e, sobretudo, Freiria (Cascais)⁸⁴⁸, constituirão bons exemplos do inverso, que sugeriram a João Luís Cardoso uma transição pacífica para o mundo romano “*sem grandes sobressaltos e tensões sociais*”⁸⁴⁹, o que parece manifestamente por demonstrar.

A lista de locais onde se tem conhecimento da recolha de materiais da Idade do Ferro e onde se atesta a existência de assentamentos rurais romanos é mais ampla do que o conjunto dos sítios enunciados. Ela inclui também o Alto de Caparide⁸⁵⁰, Tires, Miroiço (Cascais)⁸⁵¹, Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁸⁵², Quinta do Cirne

⁸⁴¹ J. L. Cardoso, 2011, p. 96, 116-118, 132-134.

⁸⁴² M. V. Gomes, J. L. Cardoso e M. C. André, 1996; J. L. Cardoso, 2011, p. 121.

⁸⁴³ G. Cardoso e José D’Encarnação, 1999.

⁸⁴⁴ João Luís Cardoso, Ana Margarida Arruda e Raquel Vilaça produziram as únicas sínteses disponíveis para o Estuário do Tejo, onde alguns, poucos, sítios emblemáticos nos dão uma aproximação à tipologia dos assentamentos. Mas, mesmo nestas sínteses está longe de transparecer a densidade de ocupação no I milénio a.C. que se pode intuir das referências vagas e esparsas à ocorrência de materiais desta época em muitos outros locais ali não considerados. Conf. A.M. Arruda, 1994, 1999-2000, 2005a; R. Vilaça e A.M. Arruda, 2004; J. L. Cardoso, 2004.

⁸⁴⁵ R. Parreira e C. V. Pinto, 1978.

⁸⁴⁶ J. L. Cardoso, 2011, p. 96 e seguintes.

⁸⁴⁷ Idem.

⁸⁴⁸ G. J. P. Cardoso e J. D’Encarnação, 1999.

⁸⁴⁹ J. L. Cardoso, 2011, p. 123.

⁸⁵⁰ J. Cabral *et al.*, 2002; J. A. S. Rodrigues, 2005.

⁸⁵¹ G. Cardoso, 2002, p. 64. 67

⁸⁵² J. Pimenta e H. Mendes, 2008.

(Santarém)⁸⁵³ e Azeitada (Almeirim)⁸⁵⁴, mas desconhecemos se estas ocorrências traduzem soluções de continuidade ou de ruptura. Em Alto dos Cacos (Almeirim), que assume um carácter militar evidente nas décadas centrais do séc. I a.C.⁸⁵⁵, a descontinuidade é manifesta, como acontece com zonas extensas de povoados de grande dimensão, reportando-nos à área do Castelo de São Jorge (Lisboa)⁸⁵⁶, em *Olisipo*, ou a parte dos Chões de Almpompé (Santarém)⁸⁵⁷.

Já para o período republicano romano, a extensão da lista de assentamentos rurais em funcionamento em Época Imperial onde se coletaram elementos de cronologia anterior alarga-se significativamente, incluindo os ativos nos séculos II-I a.C. já citados e acrescentando-se-lhes Outeiro (Cascais)⁸⁵⁸, Oeiras (Oeiras)⁸⁵⁹, Cabanas de São Marcos, Armez⁸⁶⁰, Ermidas⁸⁶¹, Funchal⁸⁶², Granja dos Serrões⁸⁶³, Lugar do Marcador⁸⁶⁴, São Miguel de Odrinhas⁸⁶⁵ (Sintra), Casal do Belo (Loures)⁸⁶⁶, Raimona (Mafra)⁸⁶⁷, Cemitério dos Prazeres⁸⁶⁸ e Belém (Lisboa)⁸⁶⁹, amostragem que sugere um cenário de romanização precoce do território, em especial para os *agri* mais ocidentais da futura *ciuitas* de *Olisipo*.

Para os alvares e primeiras décadas do principado adensa-se a informação e, na mesma proporção, as dúvidas que se colocam para os territórios das três *ciuitates*.

Um ponto de partida possível para a avaliação das funções e dimensão dos assentamentos rurais da área em análise seria o contributo do conhecimento das arquiteturas dos primeiros séculos do Império na Península de Lisboa e Oeste.

⁸⁵³ Um fragmento de campaniense B- Conf. J. Qunteira, 1996, p.121.

⁸⁵⁴ Informação oral facultada pelo Dr. Eurico Henriques, comprovada pela observação de materiais, aproveitando-se para se agradecer a este investigador o acesso e a divulgação deste elemento.

⁸⁵⁵ J. Pimenta *et al.*, 2012; R.B. Silva *et al.* (no prelo).

⁸⁵⁶ J. Pimenta, 2005.

⁸⁵⁷ J. Alarcão, 2002; C. Fabião, 2002.

⁸⁵⁸ G. Cardoso, 2002, p.63.

⁸⁵⁹ Idem, p.48; J. L. e G. Cardoso, 1993, p.82 e fig. 27.

⁸⁶⁰ G. Cardoso, 2002, p. 76.

⁸⁶¹ Um exemplar de Campaniense B- Conf. Idem, p.78. Entre outros exemplares anfóricos um fragmento de bocal de Dr.1A itálica, uma asa de tipo similar e um outro bocal de Halter70- Conf. F.C.Pimenta, 1982-1983, p.126-128, Est.III, n.ºs 14-16.

⁸⁶² Um exemplar de imitação de campaniense- Conf. G. Cardoso, 2002, p.79.

⁸⁶³ Campaniense A- Conf. Idem, p.79.

⁸⁶⁴ Imitação de campaniense- Conf. Idem, p. 80.

⁸⁶⁵ Campaniense indeterminada- Conf. Idem, p.81; Um fragmento de ânfora Dressel 1A- conf.C.Coelho, 2005-2006, p.132, Quadro 1.

⁸⁶⁶ A.R.Silva e S.P.Santos, 2009.

⁸⁶⁷ Três gandes de funda em chumbo- Conf. G. Cardoso, 2002, p.93.

⁸⁶⁸ Um fragmento de campanense B-óide, recolhido pelo autor conjuntamente com tesselas, ânforas Dr.20, “Africana Grande”, Dressel 14 lusitana, sigillata sudgálica e clara A e D.

⁸⁶⁹ C. Fabião e I.Filipe, 2006-2007, p.103.

Não se tendo verificado trabalhos arqueológicos publicados sobre o espaço construído dos assentamentos rurais do Alto Império nos *territoria* de *Eburobrittium* e *Scallabis*, aqueles realizados em extensão e que incidiram sobre os de *Olisipo* mostram-se muito condicionados pelas opções patrimoniais de preservação das estruturas correspondentes às ocupações do século III d.C. e posteriores, sendo raras as estruturas de cronologia anterior reveladas.

No território olisiponense, a escavação de Leião (Oeiras) colocou a descoberto a parte remanescente de um edifício de caráter residencial, ativo até meados-segunda metade do séc. I d.C., que poderíamos denominar como *pars urbana* da unidade de exploração agrária⁸⁷⁰. De acordo com o João Luís Cardoso, dataria da Época de Augusto e foi destruída por um incêndio na data indicada⁸⁷¹. Esta circunstância é de capital importância porque, a verificar-se, cristalizou um momento raramente documentado até ao presente em sítios do povoamento disperso romano do Estuário do Tejo. De planta talvez tendencialmente retangular, o lado menor media 16,5 m, mas infelizmente a outra dimensão conservava-se em média apenas em 10,0 m de extensão. Ali se reconheceu a funcionalidade de alguns dos espaços, destacando-se um compartimento retangular revestido a fresco, interpretado como o mais importante da habitação, ladeado por uma *culina* e vestígios de uma área de circulação, onde se comprovou uma zona de tear⁸⁷². Em Frielas (Loures), as campanhas mais recentes revelaram muros do séc. I d.C., provavelmente parte das construções de caráter rústico presentes no sítio, mas são os dados são ainda insuficientes para autorizar uma caracterização dos espaços e dos edifícios⁸⁷³. Em muitos outros locais escavados da Península de Lisboa a identificação de estruturas datadas dos inícios do Principado aos Antoninos ocorre, mas corresponde a elementos fragmentários e descontínuos, não permitindo discernir sobre a disposição espacial e características do edificado das unidades de exploração agrária. Em síntese, e parafraseando Jorge de Alarcão, a parca

⁸⁷⁰ João Luís Cardoso afirma não terem aparecido materiais incontestavelmente datados da segunda metade do séc. I d.C., mas a baliza cronológica indicada para o exemplar de tigela em *terra sigillata* sudgálica da forma DraG. 24/25 está mal indicada, sendo admissível a produção do tipo até aos inícios do principado de Domiciano, na década de 80 do referido século- Conf..JL. Cardoso, 2011. Dada a escassez de material datante revelada na publicação até agora disponibilizada, é impossível afinar melhor a cronologia do final do sítio.

⁸⁷¹ Conf. Idem, p.132.

⁸⁷² Idem, p.132 e seguintes.

⁸⁷³ R. Policarpo, 2010.

informação disponível não permite conhecer ainda as arquiteturas dos primeiros povoadores romanos⁸⁷⁴.

O mesmo se poderia dizer de diversos arqueossítios dos *agri* escalabitanos, pontualmente escavados há muito, como o Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁸⁷⁵, ou conhecidos apenas pelas evidências de superfície. Neste último âmbito, merece menção o achado frequente e quantitativamente relevante de materiais oleiros de construção nos sítios romanos da margem esquerda do Tejo, em especial tijolos de múltiplas dimensões, “*quadrantes*” de coluna e ladrilhos de pavimento, o que, conjugado com a constatação de escassez de pedra, incluindo aqui a potencialmente utilizada como inerte nos aparelhos, torna plausível que as edificações tenham utilizado aqui, como soluções técnicas alargadas, a arquitetura da terra e o *opus latericium*, aliás amplamente documentadas na construção tradicional da região. Esta suposição parece corroborada pela atestação do seu emprego na arquitetura civil romana exumada em *Scallabis* pelos trabalhos de Ana Margarida Arruda com Catarina Viegas⁸⁷⁶ e Laurent Caron⁸⁷⁷.

Ficamos limitados, portanto, ao conjunto de dados coligidos por uma cartografia do povoamento, que resulta de uma desigual geografia do conhecimento, e aos elementos de caracterização tornados públicos, como formas possíveis de tentar perceber como se estruturam os territórios das três circunscrições administrativas romanas.

O caso porventura de mais fácil análise é o de *Ebburobrittium*, cuja *caput ciuitas* terá sido fundada apenas com Augusto⁸⁷⁸, e para cujos *agri* os materiais conhecidos no momento encerram cronologias mais recentes, em exclusivo romanas⁸⁷⁹.

Para o *territorium* eburobriciense a epigrafia revela-se de maior utilidade que o recurso a outros elementos datantes dado terem sido mencionados de forma vaga (*sigillata*, ânforas, ...), como bem assinalou José Beleza Moreira⁸⁸⁰, mais não permitindo do que aferir de uma presença nos sítios em momentos indefinidos em Época Imperial. Escapa a este panorama a ocupação detetada na Berlenga Grande

⁸⁷⁴ J. Alarcão, 1994.

⁸⁷⁵ J. Pimenta e H. Mendes, 2008.

⁸⁷⁶ A.M. Arruda, C. Viegas e M. J. Almeida (dir.), 2002.

⁸⁷⁷ Entre os elementos revelados pela escavação dirigida por este investigador destaca-se um pavimento em lateres losangulares, datado da época de Augusto- Informação oral de Laurent Caron, a quem se agradece assim publicamente a autorização dada para a divulgação deste importante elemento.

⁸⁷⁸ J.B. Moreira, 2002.

⁸⁷⁹ Idem.

⁸⁸⁰ Idem.

(Peniche)⁸⁸¹, e talvez no Baleal (Peniche)⁸⁸², embora com fundamentos qualitativamente bem distintos, pois ambos os locais documentam comunidades piscatórias sazonais ativas no Alto Império e que, por isso, colocam outro tipo de problemáticas. Como também é o caso da olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche), cujo enquadramento da propriedade da produção está todavia por fazer, sendo plausível integrar um *fundus* em determinada altura pertença do *Lucius Arvenius Rusticus* bem atestado pelas “marcas de oleiro” aplicadas nas ânforas ali produzidas, podendo aventar-se a hipótese de os dois *Terentii* ali sepultados corresponderem a oleiros que laboraram no local, como foi já sugerido por Rui Venâncio⁸⁸³.

São diversos os sítios eburobrtienses onde, para além de difusas evidências da existência de estruturas, se identificaram elementos enquadráveis em Época Alto Imperial Romana. Locais como a Amoreira (Óbidos)⁸⁸⁴, onde se sepultou um magistrado local, Atouguia da Baleia (Peniche), onde se coletou um áureo de *Vitellius*⁸⁸⁵, Columbeira (Bombarral), que para além de um epitáfio funerário⁸⁸⁶ revelou *sigillata* sudgálica e hispânica⁸⁸⁷, São Lourenço dos Francos (Lourinhã)⁸⁸⁸, em cuja Igreja Matriz se encontram duas inscrições funerárias, Reguengo de Parada (Caldas da Rainha), onde se identificou uma inscrição funerária nas proximidades⁸⁸⁹ e se coletou um bordo de ânfora produzida no Morraçal da Ajuda⁸⁹⁰, São Gião (Nazaré), onde se identificaram duas inscrições funerárias e consta a existência de outros elementos construtivos⁸⁹¹, Pedrogão (Alcobaca), de onde provirão quatro inscrições funerárias e um sarcófago de pedra⁸⁹², e Brejos I (Óbidos), onde se atesta *sigillata* hispânica⁸⁹³, deverão corresponder a unidades de exploração agrícola de alguma entidade nos séculos I e II d.C., podendo em muitos casos tratarem-se de *uillae*. É um conjunto de

⁸⁸¹ J.C. Bugalhão e S. Lourenço, 2005 e no prelo.

⁸⁸² J. Alarcão 1988b, p. 114, 5/69.

⁸⁸³ R. Venâncio, 2005.

⁸⁸⁴ J. Alarcão, 1988b, p. 115, 5/71.

⁸⁸⁵ Idem, 5/70.

⁸⁸⁶ Idem, 5/75.

⁸⁸⁷ Em exposição no Museu Municipal do Bombarral.

⁸⁸⁸ J. Alarcão, 1988b, p.116, 5/93.

⁸⁸⁹ Idem, p. 113, 5/49.

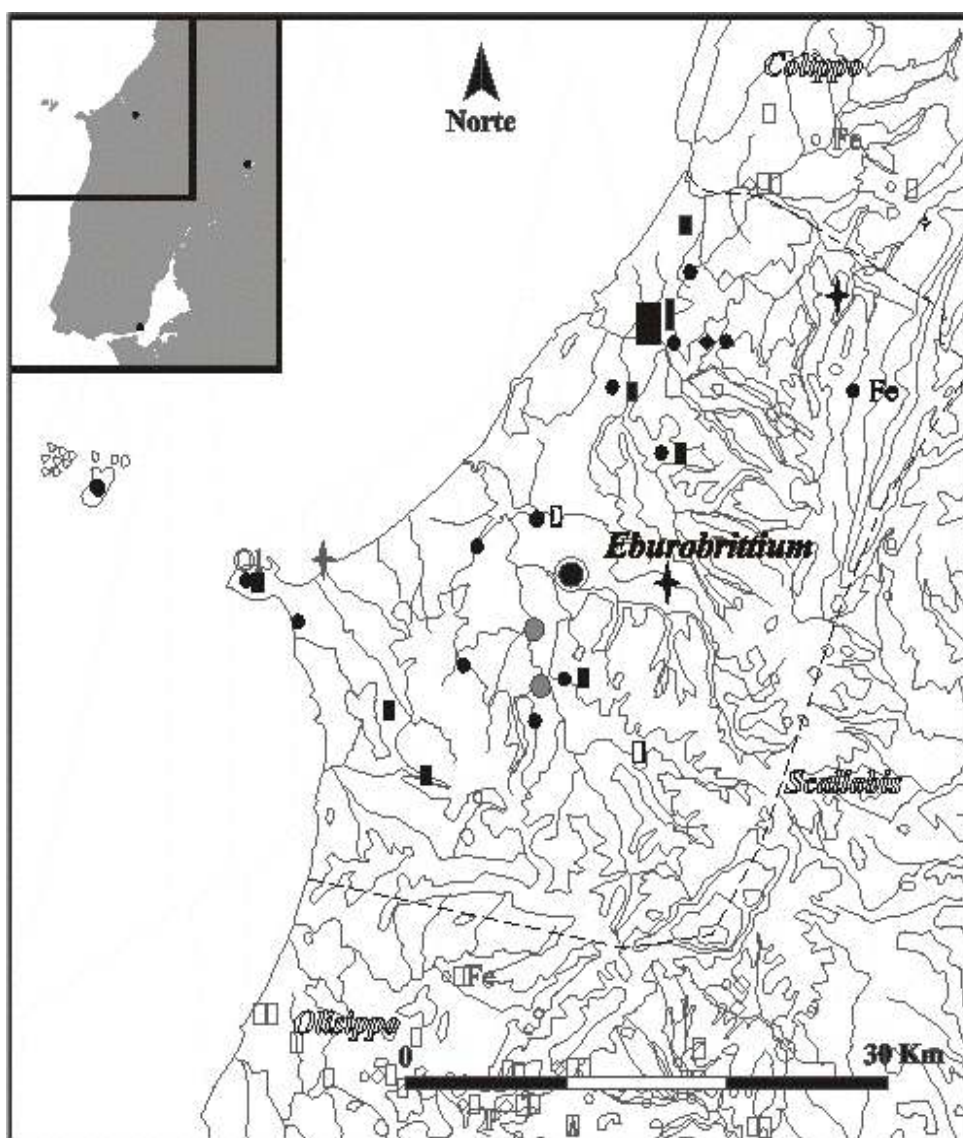
⁸⁹⁰ O sítio foi detectado pelo autor em 1996. Posteriormente, em 2005, o aluno da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Luís Carlos Serrão Gil, colectou o elemento mencionado, conjuntamente com outros materiais, que se supõe terem sido depositados na Câmara Municipal de Caldas da Rainha conforme a indicação que lhe foi transmitida então.

⁸⁹¹ J. Alarcão, 1988b, p.113, 5/30.

⁸⁹² Conf. Idem, p. 113, 5/32 e 5/33.

⁸⁹³ I.C. Fernandes, L. Raposo e J. B. Moreira, 2008.

nove assentamentos apenas, a que hipoteticamente se poderia acrescentar Peniche, como vimos antes, configurando uma fraca densidade demográfica do espaço.



Legenda:	● Assentamento rural	■ Epígrafe	----- Limite provável da <i>ciuitas</i>
◆ Necrópole	▬ Miliário	● Sede da <i>ciuitas</i>	
† Achado isolado	Ol Olaria	● Povoado (romanizado ?)	
	Fe Ferraria		

Figura 7- O povoamento romano do *territorium* de *Eburobrittium* (elaboração própria a partir de Jorge de Alarcão⁸⁹⁴ e José Belezza Moreira⁸⁹⁵).

Se se comparar o número de explorações rurais eburobrienses de alguma entidade com o do *territorium* vizinho de *Olisipo*, muito mais extenso e contando com muito mais elevados valores, o panorama é, aparentemente, pobre. Considerando a proximidade e maior similitude geográfica dos *agri* de *Eburobrittium* com os da *ciuitas*

⁸⁹⁴ J. Alarcão, 1988b.

⁸⁹⁵ J. B. Moreira, 2002.

de *Collipo*, com a qual constitui fronteira a norte e que detém uma área aproximadamente semelhante, o trabalho aturado desenvolvido ali por João Pedro Bernardes permitiu assinalar pouco mais de uma dezena de grandes propriedades⁸⁹⁶, comparável com o da cidade das margens da antiga Lagoa de Óbidos, levando em consideração a diferença de trabalho de prospecção que incidiu sobre ambos os espaços. É, da mesma forma, equivalente à parte centro e sudoeste da área administrativamente tutelada por *Scallabis*, sendo-lhe aliás superior, dado aí se poderem indicar no momento, e em condições similares, somente os sítios de Aveiras de Cima⁸⁹⁷, Ónias⁸⁹⁸, Almoster⁸⁹⁹ (Santarém) e Rio Maior (Rio Maior)⁹⁰⁰.

Como já Jorge de Alarcão havia referido a propósito da paucidade de vestígios entre a Serra do Montejunto e o Oceano Atlântico, a cidade de *Eburobrittium* parece, portanto, não ter exercido especial poder de atracção sobre o seu *territorium*⁹⁰¹. Sendo a concentração de vestígios mais assinalável na zona próxima ao presumível porto romano de Alfeizerão (Alcobaça), porventura devido à maior tradição na investigação daquela zona pela mão de Vieira Natividade e Eduíno Borges Garcia,⁹⁰² as explorações rurais parecem aqui aproveitar a diversidade de recursos facultados no interior do Vale Tifónico das Caldas da Rainha, agrícolas mas também marinhos⁹⁰³. Na restante área os sítios articulam-se com os pequenos vales de alguns dos cursos de água mais importantes dos concelhos do Cadaval, Bombarral e Lourinhã, onde se regista na atualidade produção viti-vinícola relevante. Resta saber, no âmbito do povoamento desta *ciuitas*, o papel desempenhado pela grande via regional alternativa *Olisipo-Conimbriga*, a que é reconhecida importância pelo Estado Romano a partir do principado de Adriano, como notou Vasco Mantas⁹⁰⁴, parecendo seguro que a ligação terrestre *Eburobrittium-Scallabis* deteve ao longo do período romano um papel bastante secundário⁹⁰⁵.

Scallabis coloca problemas de natureza bem distinta de *Eburobrittium*. A importância da cidade é assinalável nas etapas finais da República Romana e inícios do Principado, por demais evidente na data triunviral de concessão de estatuto jurídico

⁸⁹⁶ J. P. Bernardes, 1996; J. Alarcão, 1998, p.89-119, em especial 104-106.

⁸⁹⁷ Endovélico.

⁸⁹⁸ J. Alarcão, 1988b, p.116, 5/96.

⁸⁹⁹ Idem, 5/99.

⁹⁰⁰ C.F. Oliveira, 2001.

⁹⁰¹ J. Alarcão, 1988b, p.110.

⁹⁰² E. B. Garcia, 1971, p.457-462.

⁹⁰³ Ver a este propósito o texto recente de C. Fabião, 2009.

⁹⁰⁴ M. Genin, 1982, 1986, 1996, 2003-2004.

⁹⁰⁵ É esta a leitura de Ana Margarida Arruda, conf. A. Arruda, 2005.

privilegiado⁹⁰⁶, como na nomeação como cabeça conventual com Augusto. Os indicadores proporcionados pelos numerosos estudos de índole arqueológica entretanto efetuados corroboram e reforçam este entendimento⁹⁰⁷.

O estabelecimento aqui de colonos itálicos nos meados do séc. I a.C. é uma realidade inferida, documentada pela pobre epigrafia escalabitana⁹⁰⁸ mas carecendo de evidências arqueológicas mais consistentes que permitam construir uma noção da amplitude do fenómeno.

O parcelamento do território, consequência da concessão do estatuto colonial, foi primeiro detetado por Vasco Mantas⁹⁰⁹ e, depois, complementado por José Quinteira⁹¹⁰, assumindo a configuração clássica da centurição romana, utilizando como módulo a *centuria quadratta*. Presente em ambas as margens do Tejo, deverá datar da altura da primeira promoção citada, ou pouco após.

A densidade de vestígios arqueológicos de unidades de povoamento nos *agri* da *ciuitas* de *Scallabis* é, porém, ténue e muito desigual. Como se fez referência um pouco acima, as áreas sul e central da margem direita do Tejo apresentam-se pouco ocupadas, provavelmente devido à escassa aptidão agrícola dos solos, em especial nas vastas áreas dos atuais concelhos do Cartaxo, Azambuja e parte ocidental do de Santarém. Mas parece estranho que nestas, relembre-se que a oriente em contato com o rio e atravessadas pela grande via *Olisipo-Scallabis*, apresentem tão escassa evidência arqueológica, sendo portanto mais provável que esta característica resulte de insuficiências de investigação. Basta para isso atentar na quantidade de vestígios patente no concelho limítrofe de Alenquer, já no território de *Olisipo*, para intuir a apreciação produzida.

Já a margem esquerda do território escalabitano apresenta um outro panorama. O número de assentamentos rurais ativos nas duas primeiras centúrias da Era inclui o Cabeço da Bruxinha (Alpiarça), Alto dos Cacos, Vale de Tijolos, Fontanas, Eira da Alorna, Arneiro da Azeitada, Azeitada (Almeirim)⁹¹¹ e Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos)⁹¹². A concentração verificada no concelho de Almeirim é justificada pelo

⁹⁰⁶ Seguimos aqui a proposta de M. Genin, 1993a, ou a matizada leitura de A.M. Faria, 1995, que admite uma amplitude maior, até ao rescaldo de Áccio.

⁹⁰⁷ A.Arruda e R.R.Almeida, 1998, 1999; A.M. Arruda e C. Viegas, 2002a; A.M. Arruda e E. Sousa, 2003; P.Bargão, 2006; C.Pereira, 2008, R.R.Almeida, 2008.

⁹⁰⁸ A.J. Quinteira, 1996, em especial p.74 e segs; A.Guerra, 2002.

⁹⁰⁹ M. Genin, 1996, p.17, 1996 e 2002.

⁹¹⁰ A.J. Quinteira, 1996.

⁹¹¹ A.J. Quinteira, 1996.

⁹¹² G. Cardoso, 1990; J. Pimenta e H. Mendes, 2008.

intenso trabalho arqueológico de Eurico Henriques na década de '80 do século XX⁹¹³, ao elaborar a carta arqueológica concelhia de que depois se serviu José Quinteira⁹¹⁴.

Os sítios conhecidos de Almeirim e Alpiarça foram implantados em parcelas dotadas de solos de elevada capacidade agrícola, atraídos pela proximidade do Tejo e pela presença do *deuverticulum* da via *Olisipo-Scallabis* que corria ao longo da margem esquerda do Tejo, cuja importância surge testemunhada pela presença de cinco miliários de diversas épocas em Almeirim e Alpiarça⁹¹⁵, e para a qual Vasco Mantas chamou a atenção, dado estabelecer a ligação do Vale do Tejo com o norte alentejano e com a própria capital provincial⁹¹⁶.

Os assentamentos romanos escalabitanos deste lado do Tejo proporcionaram a identificação de materiais diversos datáveis do Principado, onde pontuam, entre outros elementos, as várias produções de *sigillata* que provam estarem ativos entre as últimas décadas do séc. I a.C. e os finais do séc. II d.C. Um ou outro elemento, igualmente descontextualizado, remete as cronologias para momentos anteriores a Augusto, com exceção para o Alto dos Cacos onde estes são abundantes, prefigurando este sítio uma ruptura de tipologia ocupacional entre o Período Republicano Romano e o Alto Império, como acima referimos⁹¹⁷. A descontinuidade é também evidente no Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos), dado o assentamento rural romano, e prováveis olarias associadas, se terem implantado em pontos distintos do povoado da Idade do Ferro⁹¹⁸.

É tentador, portanto, explicar a origem dos assentamentos rurais da margem esquerda do Tejo tutelados por *Scallabis* com a fixação ali dos locatários dos lotes do parcelamento⁹¹⁹, leitura que parece plausível se se atentar no Porto do Sabugueiro (Salvaterra e Magos). Fora este sítio, contudo, a ocorrência de materiais datados da Idade do Ferro e período republicano romano verificada nos restantes assentamentos levanta múltiplas interrogações: significam estes achados uma mera coincidência arqueológica ou as explorações agrárias prosseguem as suas existências respetivas na transição entre a Idade do Ferro em Época Romana? Se sim, a titularidade da propriedade mudou de mãos ao longo deste processo ou os materiais ilustram somente a

⁹¹³ Eurico Henriques, 1983.

⁹¹⁴ A.J. Quinteira, 1996.

⁹¹⁵ M. Genin, 1996 e 2002.

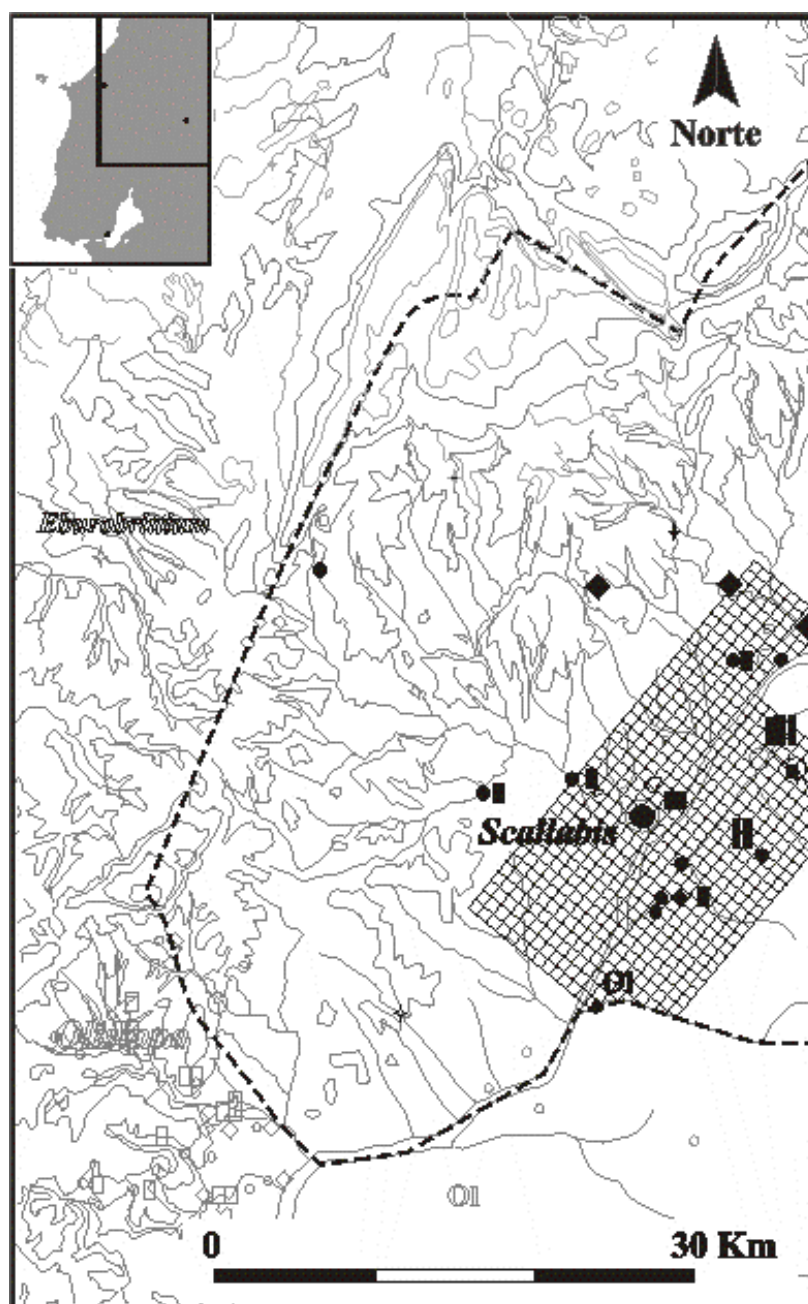
⁹¹⁶ Idem.

⁹¹⁷ J. Pimenta *et al.*, no prelo; R.B. Silva *et al.*, no prelo-b.

⁹¹⁸ J. Pimenta e H.Mendes, 2008a.

⁹¹⁹ M. Genin, 2002, p.111.

romanização dos seus detentores, consequentemente uma franja social diferenciada, autótone?



Legenda:	● Assentamento rural	■ Epígrafe	----- Limite provável da <i>ciuitas</i>
◆ Necrópole	▬ Miliário	● Sede da <i>ciuitas</i>	
✦ Achado isolado	Ol Olaria	▤ Centurição teórica	

Figura 8- O povoamento romano do *territorium* de *Scallabis* (elaboração própria a partir de Jorge de Alarcão⁹²⁰, Vasco Mantas⁹²¹ e José Quinteira⁹²²).

⁹²⁰ J. Alarcão, 1988b.

⁹²¹ M. Genin, 1996 e 2002.

⁹²² A.J. Quinteira, 1996.

E, noutro sentido, o que representou para as propriedades a cadastração tardo-republicana ou dos alvares do Império? Contracção ou alargamento da área produtiva, de qualquer das formas imposta por uma nova maneira de explorar os recursos, mais intensiva? Por fim, o que explica o vazio das muitas parcelas cadastradas? Se é certo verificarem-se insuficiências de trabalho de *Arqueologia da Paisagem*, permenecendo com probabilidade vários locais por detetar, muitas serão *subceciae* ou simplesmente não chegaram a ser ocupadas; nessa sequência, esta constatação é indiciadora de que os planeadores romanos terão tido expetativas demasiado optimistas quanto ao desenvolvimento de *Scallabis*, cidade de área diminuta e que se apresenta uma perca acentuada de importância ao longo do séc. I d.C. nos indicadores fornecidos pelos estudos dos materiais arqueológicos⁹²³?

Estas são, no momento, as problemáticas mais pertinentes que se colocam ao estudo do povoamento romano dos *agri* escalabitanos, linhas de investigação a desenvolver no futuro.

A região de Lisboa faculta uma massa de informação mais vasta, motivada por diversas circunstâncias: históricas, de que destaca em épocas mais próximas a elevada densidade de ocupação dos solos; uma maior tradição da investigação do que a que foram alvo o Ribatejo e o Oeste, graças a investigadores de que destacou em data mais recente Guilherme Cardoso⁹²⁴; uma maior urbanização dos solos, provocando o aparecimento dos vestígios, mas também muitas vezes o seu desaparecimento e ocultação, o que explica, respetivamente, a densidade de vestígios verificada nos concelhos atuais como os de Cascais e Oeiras e, em sentido oposto, Lisboa.

O *territorium* de *Olisipo* foi objeto de parcelamento romano, pela primeira vez identificado na zona de Cabanas (Palmela) por Vasco Mantas na margem esquerda do Tejo, no sopé da Serra de São Luís, abrangendo uma área vasta até às margens do Tejo⁹²⁵. Trata-se de uma zona escassamente povoada, na dependência administrativa olisiponense mas certamente sob a esfera de influência de *Equabona* (Coim-a-Velha, Seixal), um *uicus* mencionado nas fontes textuais⁹²⁶. A fraca densidade de ocupação deste parcelário, cuja cronologia está todavia por determinar, sugeriu inclusivé a José

⁹²³ C. Viegas, 2003a e 2003b; P.Bargão, 2006; C.Pereira, 2008.

⁹²⁴ G. Cardoso, 1994, 1999, 2002; J. L. e G. Cardoso, 1993; G. Cardoso e I.Luna, 2005.

⁹²⁵ Conhecimento pessoal e directo obtido durante o «II Curso de formação de Técnicos em Detecção Remota» da responsabilidade da Deprom e Geometral, realizado em 1988 no ex-Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (Lisboa).

⁹²⁶ J. Alarcão, 1988a.

Cardim Ribeiro corresponder a uma zona de *adtributi*⁹²⁷, talvez inspirado em modelos de colonização verificados no norte de África no séc. III d.C.

Posteriormente, uma outra centurição extensa foi detetada por Vasco Mantas na zona ocidental dos *agri* olisiponenses, estendendo-se fundamentalmente pelas áreas dos atuais concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras⁹²⁸. Novamente utilizando um módulo equivalente à *centuria quadratta*, a revisão deste parcelamento foi feita por Guilherme Cardoso para as áreas indicadas em data recente, constatando-se uma distribuição relativamente regular de sítios por parcelas de quatro unidades, próximas portanto dos 200 Ha⁹²⁹.

Por fim, Guilherme Cardoso e Isabel Luna aventaram a hipótese de a área de Torres Vedras, onde se conhece intensa ocupação romana, ter sido também alvo de cadastração romana, sugerida por constâncias de orientação de diversas marcas paisagísticas⁹³⁰.

A articulação da centurição indicada para os *agri* mais ocidentais da *ciuitas* faz avultarem, de novo, as problemáticas já indicadas genericamente para a antiguidade do povoamento do Vale Tejo na zona de *Scallabis*. Trata-se de conferir do seu significado, isto é, como interpretar as evidências de utilização dos espaços construídos que remontam à época republicana romana e anterior com um parcelamento que, em sentido genérico, deverá ter sido executado depois, na sequência da promoção municipal de *Felicitas Iulia Olisipo*, provavelmente por Octávio⁹³¹.

Mais uma vez se recordam os exemplos colhidos de uma lista mais longa, elencada acima, dos sítios de: Leião (Oeiras), ativo entre os sécs.VII/VI a.C. e meados-segunda metade do séc. I d.C.⁹³²; Oeiras, onde, sob o mosaico da *domus*, se detetaram construções dos séculos V-III a.C. e materiais de cronologia republicana e alto imperial⁹³³; Alto de Caparide (Cascais), onde se identificaram manchas de dispersão de materiais da Idade do Ferro que sugerem uma continuidade de ocupação do espaço⁹³⁴; por último, Freiria (Cascais), onde a *uilla* e respetiva necrópole se sobrepõem a bem

⁹²⁷ J.C. Ribeiro, 1994.

⁹²⁸ M. Genin, 1996.

⁹²⁹ G. Cardoso, 1999.

⁹³⁰ G. Cardoso e I.Luna, 2005.

⁹³¹ A.M. Faria, 1995; 2002.

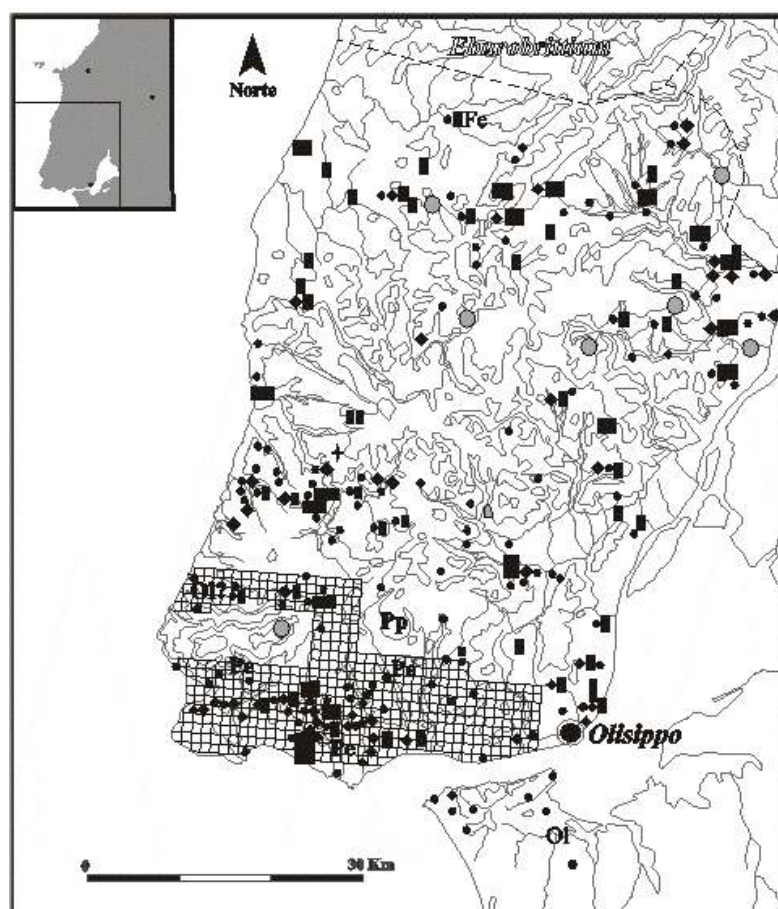
⁹³² J. L.Cardoso, 2011.

⁹³³ M. V.Gomes, J. L.Cardoso e M.C. André, 1996.

⁹³⁴ J. Cabral *et al.*, 2002.

documentadas estruturas, contextos e materiais datados do séc.VI/V a.C. e posteriores, dispersos ao longo de uma área ampla⁹³⁵.

A propósito deste último sítio, convém mencionar que a sua coincidência no interior do mesmo conjunto de quatro *centuriae quadratae* com o assentamento de Outeiro (Cascais) permanece por explicar: neste último lugar foram recolhidos à superfície tijolos de quadrante, cerâmica de importação (*terra sigillata*, campaniense, ânforas, ...) e identificado um fundo de tanque em *opus signinum*, o que levou Guilherme Cardoso a interrogar-se se não seria ali a “habitação do uillicus de Freiria”⁹³⁶. Mesmo que esta hipótese se tenha verificado num período mais avançado da Época Romana, ficam por explicar as evidências mais antigas, o que compreende os



Legenda:	● Assentamento rural	■ Epígrafe	----- Limite provável da <i>ciuitas</i>
◆ Necrópole	✦ Achado isolado	▨ Miliário	● Sede da <i>ciuitas</i>
✦ Achado isolado	▨ Centurição teórica	● Povoado (romanizado ?)	
Pp Exploração	Pe Pedreira	Fe Ferraria	OI Olaria

Figura 9- O povoamento romano alto imperial do *territorium* de *Olisipo* (elaboração própria a partir de Jorge de Alarcão⁹³⁷, Vasco Mantas⁹³⁸ e Guilherme Cardoso⁹³⁹).

⁹³⁵ G. Cardoso e J. D'Encarnação, 1999.

⁹³⁶ G. Cardoso, 2002, p.63.

⁹³⁷ J. Alarcão, 1988b.

achados de materiais republicanos verificados em ambos os locais. O que a relação entre eles põe em questão é a densidade verificada dos vestígios nesta zona e/ou a cronologia e configuração do próprio cadastro, isto é, se se comprova que várias das ocupações encerram longa cronologia, o que significou para elas a nova modelação da paisagem e em função do momento em que esta ocorreu?

Em síntese, e porque as observações produzidas se repetem noutras zonas das áreas oriental e setentrional dos *agri*, globalmente todas as interrogações que haviam sido enunciadas a propósito da centurição de *Scallabis* se aplicam aqui na mesma medida, a despeito do muito maior grau de conhecimento das materialidades correspondentes aos assentamentos rurais romanos olisiponenses.

Repegando um pouco um trecho de outro texto já clássico sobre a matéria, de autoria de Duncan-Johnes, a propriedade fundiária romana não se limitava ao espaço do Estado e aos *fundi* dos respetivos terratenentes, tendo os santuários sido, também, importantes proprietários⁹⁴⁰.

Como Alarcão adverte no seu texto de síntese que aborda o povoamento romano em Portugal mencionado no início do presente subcapítulo, os lugares sagrados estão necessariamente presentes na paisagem, mas resultam na aplicação do método proposto pelo investigador de Coimbra como um aspeto marginal. Se é certo terem existido na *Lusitania* meridional locais de culto rurais dotados de arquitetura e epigrafia expressiva, como São Miguel da Mota (Alandroal), Santana do Campo (Alandroal) ou Alto da Vigia (Sintra), outras realidades arqueológicas mais discretas encontram também expressão no registo arqueológico, como Peroguarda (Beja)⁹⁴¹ ou Santa Bárbara (Castro Verde)⁹⁴², onde a alta concentração de cerâmica, no caso lucernas, atesta a sua existência. Neste domínio, a epigrafia olisiponense mostra um contraste marcado entre o mundo sagrado rural e urbano, devidamente assinalado por Amílcar Guerra, podendo algumas das dedicatórias assinalar centros de culto⁹⁴³.

Outra evidência arqueológica que pode indiciar a existência de locais sagrados são determinadas necrópoles rurais onde se regista grande concentração de sepulturas contemporâneas entre si que não conseguimos associar a uma exploração rural ou

⁹³⁸ M. Genin, 1996.

⁹³⁹ G. Cardoso, 1999 e 2002.

⁹⁴⁰ Duncan-Johnes, 1974, p.33 e segs.

⁹⁴¹ F.N.Ribeiro, 1959b.

⁹⁴² MG.P. Maia e M. Maia, 1997.

⁹⁴³ A.Guerra, 2003, p.141-143.

aglomerado próximo que justifique aquela densidade, como por exemplo alguns núcleos da região de Elvas⁹⁴⁴. No território em análise temos um dos melhores exemplos onde a epigrafia atesta a existência de um destes casos, ou seja, de um espaço sagrado dotado de extensa necrópole associada, conhecendo-se muito pouco de ambos, aliás. Trata-se do arqueossítio de Poço de Cortes/Olivais Sul (Lisboa)⁹⁴⁵, instalado num troço de uma das principais vias públicas do território, o *deuerticulum* do itinerário *Olisippo-Scallabis* por Sacavém (Loures). Guilherme Cardoso considerou também um outro espaço sagrado dedicado a Júpiter na Granja dos Serrões (Sintra)⁹⁴⁶. Como classificar estes locais, dado poderem ser, em simultâneo, santuários e explorações rurais? Se se considerar a totalidade das epígrafes votivas conhecidas para o *territorium*⁹⁴⁷ a percentagem de santuários/explorações rurais poderão traduzir uma realidade mais rica e complexa.

À margem dos tipos considerados nos estudos portugueses sobre a paisagem romana dominantes no momento ficam, também, os assentamentos em altura de origem anterior, que encerram importância supletiva na hora de se perspetivar a dinâmica histórica do povoamento romano Alto Imperial. Na região considerada, os locais eventualmente enquadráveis nesta categoria onde se detetaram artefatos com cronologias dos fins do séc. I a.C. ao II d.C. contam com os sítios de Almaraz (Almada)⁹⁴⁸, Castelo dos Mouros⁹⁴⁹, Santa Eufémia (Sintra)⁹⁵⁰, Torres Vedras⁹⁵¹, Castro da Serra do Socorro⁹⁵², Castro da Curvaceira de Cima, Castro do Amaral (Alenquer)⁹⁵³, Monte dos Castelinhos⁹⁵⁴, Alverca (Vila Franca de Xira)⁹⁵⁵, Castro da Columbeira, Outeiro da Assenta (Bombarral)⁹⁵⁶, Castro de Pragança (Cadaval)⁹⁵⁷, São

⁹⁴⁴ A.Viana e A.D.Deus, 1950.

⁹⁴⁵ A.V.Silva, 1944. Subscreeve-se aqui esta interpretação, primeiro avançada por Vasco Mantas – Conf. M. Genin, 1996.

⁹⁴⁶ G. Cardoso, 2002, p.87.

⁹⁴⁷ A.Guerra, 2003, vide tabelas da p.142.

⁹⁴⁸ L.Barros e F.Henriques, 2000.

⁹⁴⁹ Escassos fragmentos de 3 tigelas DraG. 27 e um prato DraG. 18 em *terra sigillata* de fabrico sudgálico- materiais inéditos recolhidos na recente intervenção dirigida por Maria João Sousa, a quem se aproveita para agradecer a possibilidade da sua divulgação.

⁹⁵⁰ G. Cardoso, 2002, p.82.

⁹⁵¹ Idem, p.120-121 e G. Cardoso e I.Luna, 2005, p.62-63 e 76.

⁹⁵² G. Cardoso e I.Luna, 2005, p.79.

⁹⁵³ G. Cardoso, 2002, p.126.

⁹⁵⁴ J. Pimenta e H.Mendes, 2012.

⁹⁵⁵ J. Pimenta e H.Mendes, 2007.

⁹⁵⁶ Deixando de parte outras referências menos específicas, foi-nos dado observar *sigillata* sudgálica aqui recolhida que se guarda no Gabinete Municipal de Arqueologia de Óbidos, aproveitando-se para agradecer a facultação do seu acesso a Dina Matias e Sérgio Pinheiro.

⁹⁵⁷ P.F.Costa e H.S.Galante, 1995, p.58-59, onde se reporta o achado de *sigillata* e de uma moeda emitida em *Turiaso* no principado de Tibério.

Mamede (Óbidos)⁹⁵⁸, Castelo de Santa Catarina (Caldas da Rainha)⁹⁵⁹, Alto do Castelo⁹⁶⁰, Cabeço da Bruxa (Alpiarça)⁹⁶¹ e Chões de Alpompé (Santarém)⁹⁶².

Os elementos disponíveis para alguns dos arqueossítios mencionados, mesmo que muito escassos e difusos, sugerem terem integrado as redes de povoamento do alto-imperial, correspondendo nalguns casos a aglomerados de relevância claramente marginal, noutros a centros de algum relêvo sobre a tutela das capitais de *ciuitas*, encontrando-se nestas últimas circunstâncias *Chretina*, independentemente da sua possível localização em Faião (Sintra), como crê Cardim Ribeiro, ou Torres Vedras, como opinam, Vasco Mantas, Jorge de Alarcão e Guilherme Cardoso⁹⁶³, ou *Ierabriga*, commumente associada a Alenquer⁹⁶⁴.

Dos restantes sabemos, na realidade, muito pouco. A sua dinâmica dos é-nos quase desconhecida, pouco trabalhada ou de fraca visibilidade arqueológica, estando alguns associados a uma ocupação de alguma vitalidade na Proto-História ou já no período republicano romano, como acontece com os casos particulares do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira)⁹⁶⁵, Chões de Alpompé (Santarém) e Alto dos Cacos (Almeirim)⁹⁶⁶, locais onde se verificou seguramente uma presença militar.

A integração no mundo romano ocorrida ao longo dos séculos II e I a.C. parece ter tido distintos impates consoante os povoados, mostrando-se ligeira no de pequena dimensão do Castelo (Arruda dos Vinhos), onde se atestaram com maior significado objetos de luxuária de origem itálica, uma fíbula em prata e um denário perfurado, denunciando-se este último o carácter não monetário atribuído ao objeto⁹⁶⁷. Em iguais condições o Castelo de Santa Catarina (Caldas da Rainha), onde o achado de um denário romano constitui o único artefato de carácter inquestionavelmente itálico ali coletado até ao momento⁹⁶⁸. Ambos contrastam fortemente com os sítios congéneres próximos dos principais eixos de difusão de mercadorias oriundas do mundo sob o

⁹⁵⁸ Idem.

⁹⁵⁹ R.B. Silva, 1996 e 1998.

⁹⁶⁰ Conf. e P.Kalb e M. Höck, 1988.

⁹⁶¹ M. Delgado, 1981-1982.

⁹⁶² C. Fabião, 2002; J. Ruivo, 2005.

⁹⁶³ M. Genin, 1982, 1996, 2000, 2001, 2002; J. Alarcão, 2003; G. Cardoso, 2002; G. Cardoso e I.Luna, 2005.

⁹⁶⁴ J. Alarcão, 1988a, 1988b e 1994. Uma reflexão a propósito desta complexa questão foi formulada por Amílcar Guerra em textos recentes- A.Guerra, 2003 e 2012.

⁹⁶⁵ J. Pimenta e H.Mendes, 2012.

⁹⁶⁶ J. Pimenta *et al.*, 2012, p.98-101.

⁹⁶⁷ J. L.M. Gonçalves, 1997.

⁹⁶⁸ Numisma que me foi dado observar directamente pela C.M. Caldas da Rainha, agradecendo-se ao então vereador, o Arq.Jorge Mangorrinha a autorização para a utilização desta informação.

domínio romano, como são os casos óbvios dos grandes centros de Lisboa e Santarém, mas também do Almaraz (Almada), Alverca (Vila Franca de Xira) e Outeiro da Assenta (Bombarral).

O Alto do Castelo (Alpiarça) parece encerrar distinta explicação. Os elementos que permitiram classificar o sítio como estabelecimento militar romano da República, essencialmente as estruturas em talude e fosso que protegem um vasto espaço assim fortificado⁹⁶⁹, são manifestamente inconclusivos, e comprovada está apenas uma forte presença na Idade do Bronze até ao seu final⁹⁷⁰. O espaço foi, contudo, ocupado em Época Romana Imperial, mas apenas numa circunscrita zona designada como Cabeço da Bruxinha, como se pode constatar em visita ao local⁹⁷¹. Trata-se de uma área de dispersão de vestígios diminuta para a dimensão do Alto do Castelo, e poderá dar testemunho da existência de uma exploração rural de pequena entidade. Próximo, o Cabeço da Bruxa (Alpiarça) tem algum paralelo com este arqueossítio, considerando a forte presença documentada para a Idade do Bronze, mas, como assinalou Manuela Delgado, as cerâmicas passíveis de ser classificadas como de Época Alto Imperial resumem-se a um fragmento de lucerna⁹⁷² o que é, para dizer o mínimo, escasso.

Já para o Castelo dos Mouros, Santa Eufémia (Sintra), Monte do Castelinho (Vila Franca de Xira) e os castros da Serra do Socorro, Curvaceira de Cima, do Amaral (Alenquer), Columbeira (Bombarral) e São Mamede (Óbidos), o panorama sugerido pela recolha descontextualizada ou à superfície de escassos fragmentos de *terra sigillata* itálica e/ou sudgálica é o de que a intensidade da ocupação está em declínio nos inícios do Principado, porventura acentuado, tendo alguns deles sobrevivido pelo menos até ao final dos Júlio-Claúdios, desconhecendo-se por completo a forma como se organizaram as presenças humanas nesses momentos.

O que se conhece de Alverca (Vila Franca de Xira)⁹⁷³, por seu turno, não autoriza grandes ilações. Contudo, parece corresponder ao único exemplo de uma sobrevivência contínua que atingirá com vigor o Baixo-Império, restando saber se os elementos arquitectónicos revelados pelos trabalhos arqueológicos não traduzirão um outro carácter assumido pelo assentamento em Época Imperial.

⁹⁶⁹ Conf. P. Kalb M. Höck, 1988.

⁹⁷⁰ Conf. A.M. Arruda, 1994, p.57 nota 1.

⁹⁷¹ Este cabeço corresponde ao ângulo SO da área definida pelas estruturas de terrapleno mais exteriores. Em visita ao local, em Julho de 2011, era observável à superfície material cerâmico constituído sobretudo por olaria de cobertura (*tegulae e imbrices*) e cerâmica comum, ocorrência que não se verifica noutras áreas do arqueossítio.

⁹⁷² M. Delgado, 1981-1982.

⁹⁷³ J. Pimenta e H.Mendes, 2007.

Na Columbeira (Bombarral)⁹⁷⁴, dada a presença de uma *uilla* aparentemente importante próxima do castro, é lícito colocar uma hipótese alternativa de se estar perante um fenómeno como o atestado em regiões mais setentrionais da *Lusitania* como Três Rios (Tondela)⁹⁷⁵ ou Monte Murado (Vila Nova de Gaia)⁹⁷⁶, em que colonos se terão instalado no sopé do povoado e com ele desenvolveram algum tipo de relação de dependência jurídica e/ou económica. Poderá, contudo, ter-se verificado apenas uma coincidência de localização, motivada pelas especiais aptidões do local, significando-se nesse caso uma solução de ruptura na dinâmica do povoamento.

Independentemente da paucidade dos dados enunciados, uma conclusão terá que se retirar necessariamente do elenco referido: a de que nas etapas iniciais do Império Romano uma parte considerável dos povoados em altura, gerados antes e agora incluídos nos *territoria* das *ciuitates* de *Olisipo*, *Scallabis* e *Eburobrittium*, está ainda ativa, embora em acentuado declínio, devendo salientar-se a sua concentração nas áreas das faldas da Serra do Montejunto e nas zonas de penetração entre o Maciço Central Estremenho e o litoral, significativamente em zonas próximas às fronteiras administrativas.

Os três aglomerados urbanos, capitais de *cilias*, possuíam competências infraestruturais e geográficas para terem funcionado como os principais centros redistribuidores à escala dos respetivos *territoria*, dadas as respetivas aptidões portuárias e viárias, mais ou menos limitadas conforme o caso. Acresce a esta característica *Olisipo* ter detido também um importante papel enquanto centro produtor de preparados piscícolas, atividade sazonal que terá atraído a espaços percentagens de população com alguma expressão, que no momento não se sabe estimar. Mas interessa aqui mais focar o papel das três cidades clássicas no sentido hitoriograficamente mais tradicional do termo, isto é, na sua qualidade de centros consumidores⁹⁷⁷, elemento fundamental para se avaliar o significado da presença dos conjuntos de *terra sigillata* analisados.

César Carreras Monfort elaborou uma síntese sobre a demografia histórica da Época Romana na Península Ibérica em que expõe, com detalhe, a história da

⁹⁷⁴ J. Alarcão, 1988b, p.115, 5/75. Neste local, para além de uma inscrição funerária e de outros artefactos mencionados por Alarcão, foi também recolhida *terra sigillata* sudgálica e hispânica, em exposição no Museu Municipal do Bombarral.

⁹⁷⁵ J. Alarcão, 1998, p.107; 2005b, p.272.

⁹⁷⁶ A.C. F.Silva, 1983.

⁹⁷⁷ Esta perspetiva sobre a cidade antiga, por oposição à cidade produtora capitalista, foi trazida pelos textos de Max Weber, Moses Finley e Bücher, e foi objecto de reflexão crítica, entre outros, por P. Fibiger Bang (2007, p.9 e segs).